

ORGANIZAÇÃO

Juniele Rabêlo de Almeida

Comunicação

História

Economia

Contemporaneidades

ORGANIZAÇÃO

Juniele Rabêlo de Almeida

Comunicação

História

Economia

Contemporaneidades

Copyright©2011 by Núcleo de Publicações Acadêmicas
do Centro Universitário Newton Paiva

1ª Edição
2012

ISBN 978-85-98299-31-0

Ficha Catalográfica - Biblioteca do Centro Universitário Newton Paiva

Comunicação, História & Economia: contemporaneidades /
Juniele Rabêlo de Almeida (Org.). - Belo Horizonte:
Centro Universitário Newton Paiva, 2012.
324 p.

Inclui referências.
ISBN 978-85-98299-31-0

1. Comunicação. 2. História. 3. Economia.

CDU: 070

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, para qualquer finalidade,
sem permissão expressa do autor (Lei no 9.610, de 04/02/98).

Comunicação

História

Economia

Contemporaneidades

&

1ª Edição

Adriane Vidal Costa
Adriano Miglio Porto
Ana Paula Aparecida Araújo
André Luis Santos Vieira
Betânia Guimarães Cordeiro
Claudia Fonseca
Daiene Solange Dalamora
Elaine Soares de Faria
Elisa Maria Pinto da Rocha
Isaura Mourão
Jane Noronha Carvalhais
Jaqueline Morelo
Juniele Rabêlo de Almeida
Marialice Emboava
Pedro Antônio Ursine Krettl
Sônia Aparecida Martins Lazzarini
Sônia Caldas Pessoa

ALUNOS-PESQUISADORES:

Bruno Menezes; Daisy Batista Silva; Fernanda Bartolomeu;
Fernanda Ribeiro; Lídia Carolina Silva; Lorryne Peligrinelli



EXPEDIENTE

ESTRUTURA INSTITUCIONAL

Presidente do Grupo Splice: Antônio Roberto Beldi

Reitor: Luis Carlos de Souza Vieira

Pró-Reitor Acadêmico: Sudário Papa Filho

Secretária Geral: Dorian Gray Rodrigues Alves

CENTRO UNIVERSITÁRIO NEWTON PAIVA: Av. Catumbi, 800 - Bairro Caiçara
CEP 31230 010 - Belo Horizonte - Minas Gerais - Brasil

EDIÇÃO

Núcleo de Publicações Acadêmicas do Centro Universitário Newton Paiva

Cinthia Mara da Fonseca Pacheco

Emerson Luiz de Castro

Eustáquio Trindade Netto

Juniele Rabêlo de Almeida

Marialice Nogueira Emboava

Editora de Arte e Projeto Gráfico: Helô Costa - 127/MG

Diagramação: Fillipe Gibram e Geisiane de Oliveira
(estagiários da Central de Produção Jornalística da Newton Paiva - CPJ)



núcleo de publicações acadêmicas
CENTRO UNIVERSITÁRIO NEWTON PAIVA



APRESENTAÇÃO

A obra "Comunicação, história & economia: contemporaneidades" promove reflexões interdisciplinares que percorrem os caminhos das Ciências Sociais Aplicadas e Humanidades. Problematizam-se múltiplas questões da sociedade contemporânea por meio de pesquisas originais e abrangentes com relevantes discussões teóricas.

Pedro Antônio Ursine Krettli, no primeiro capítulo do livro, analisa os recursos e discursos econômicos problematizando o caráter científico das narrativas elaboradas sobre o conceito de modernidade utilizado nas Ciências Sociais. No segundo capítulo, Isaura Mourão e Jaqueline Morelo investigam a construção de parcerias através do diálogo social. A comunicação entre diferentes atores sociais é apontada por meio do estudo das relações estabelecidas entre a Veracel Celulose e comunidades autóctones do Sul da Bahia, a partir da instalação da indústria na região, em 2005. No terceiro capítulo Jane Noronha Carvalhais e Elisa Maria Pinto da Rocha analisam a Lei Robin Hood em Minas Gerais através da construção de uma tipologia dos municípios mineiros. Procurou-se verificar se a Lei estaria promovendo uma distribuição de recursos compatível com a realidade socioeconômica de cada localidade.

Sônia Caldas Pessoa em "Notas sobre o rádio na era digital" apresenta os desafios das tecnologias digitais ao radiojornalismo. A autora indica as mudanças necessárias para atender às novas necessidades do meio e preparar profissionais que nele vão atuar. No

quinto capítulo, Adriane Vidal Costa e os alunos pesquisadores (Ana Paula Aparecida Araújo, Daiene Solange Dalamora e Elaine Soares de Faria) analisam o ciberespaço e guerrilha informacional a partir do movimento indígena de Chiapas. o trabalho apresenta a estratégia de luta engendrada pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), que o transformou em um movimento bastante original dentro do contexto das lutas populares na América Latina. Os zapatistas foram pioneiros no uso da Internet como instrumento para a ação política na década de 1990, criando uma rede de comunicação que chamou atenção do mundo para a questão indígena no sul do México.

Juniele Rabêlo de Almeida, no sexto capítulo, investiga aspectos de uma possível cultura política ambientalista a partir do estudo de ações reivindicativas das primeiras frentes de mobilização das mesorregiões mineiras (entre os anos de 1967 a 2002). Observa-se uma inovação substantiva no repertório de ações coletivas a partir das narrativas canônicas sobre natureza. A autora aponta o diálogo entre os valores e normas das associações ambientalistas e as novas propostas encampadas durante a Rio-92 e, posteriormente, pela "Agenda 21 Brasileira". Adriano Miglio Porto, no sétimo capítulo, discute "Evolucionismo e Sistema Tributário" a partir de reflexões teóricas (Steinmo, Lewis) e questionamentos referentes ao papel do Estado e o volume de sua carga tributária global, indicando a questão delicada da repartição social da carga dos tributos.

No oitavo capítulo, Betânia Guimarães Cordeiro e Sônia Aparecida Martins Lazzarini observam a educação contemporânea por meio da análise da gestão de operações em serviços de uma instituição de ensino superior. O texto apresenta parte dos resultados de uma pesquisa descritiva quantitativa aplicada junto a professores e a alunos graduandos de uma instituição de ensino superior de Belo Horizonte. O nono capítulo, redigido por André Luis Santos Vieira, apresenta o processo de formulação e implementação da Política Externa Independente no Brasil. O autor analisa o ISEB e a ideologia do nacional-desenvolvimentismo na quebra do insulamento burocrático do Itamaraty durante os anos de 1961 e 1964. No caminho da história política, o último capítulo apresenta uma nota prévia da pesquisa “Comunicação pública e construção do sujeito coletivo no Fórum Metropolitano de Belo Horizonte”, realizada pelas professoras Jaqueline Morelo, Cláudia Chaves Fonseca, Juniele Rabêlo de Almeida e Marialice Emboava. A trabalho, vinculado ao o XII Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva, conta com a participação dos alunos pesquisadores Bruno Menezes, Daisy Batista Silva, Fernanda Bartolomeu, Fernanda Ribeiro, Lídia Carolina Silva e Lorryne Peligrinelli.

Os textos apresentados lançam luz sobre aspectos importantes das configurações comunicacionais, históricas e econômicas que propiciam a compreensão de possíveis ranços e avanços da sociedade contemporânea.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

RECURSOS E DISCURSOS ECONÔMICOS:
CENSO E CONTRA-SENSO

Pedro Antônio Ursine Kretli

13

CAPÍTULO 2

A CONSTRUÇÃO DE PARCERIAS ATRAVÉS DO
DIÁLOGO SOCIAL: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO
VERACEL CELULOSE E COMUNIDADES
AUTÓCTONES DO SUL DA BAHIA

Isaura Mourão; Jaqueline Morelo

83

CAPÍTULO 3

ANÁLISE DA LEI ROBIN HOOD EM MINAS GERAIS
ATRAVÉS DA CONSTRUÇÃO DE UMA TIPOLOGIA
DOS MUNICÍPIOS MINEIROS

Jane Noronha Carvalhais; Elisa Maria Pinto da Rocha

105

CAPÍTULO 4

NOTAS SOBRE O RÁDIO NA ERA DIGITAL

Sônia Caldas Pessoa

149

SUMÁRIO

CAPÍTULO 5

CIBERESPAÇO E GUERRILHA INFORMACIONAL:
MOVIMENTO INDÍGENA DE CHIAPAS

**Adriane Vidal Costa; Ana Paula Aparecida Araújo;
Daiane Solange Dalamora; Elaine Soares de Faria**

177

CAPÍTULO 6

CULTURA POLÍTICA AMBIENTALISTA:
NARRATIVAS CANÔNICAS SOBRE NATUREZA
E O REPERTÓRIO DA AÇÃO COLETIVA EM
MINAS GERAIS (1967-2002)

Juniele Rabêlo de Almeida

207

CAPÍTULO 7

EVOLUCIONISMO E SISTEMA TRIBUTÁRIO

Adriano Miglio Porto

243

CAPÍTULO 8

EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA:
A QUALIDADE DA GESTÃO DE OPERAÇÕES EM
SERVIÇOS DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO
SUPERIOR - UM OLHAR DOS DISCENTES

Betânia Guimarães Cordeiro; Sônia Aparecida Martins Lazzarini

261

SUMÁRIO

CAPÍTULO 9

O PROCESSO DE FORMULAÇÃO E
IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA
INDEPENDENTE: O ISEB E A IDEOLOGIA DO
NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO NA QUEBRA DO
INSULAMENTO BUROCRÁTICO DO ITAMARATY

André Luis Santos Vieira

281

CAPÍTULO 10

NOTA PREVIA: COMUNICAÇÃO PÚBLICA E
CONSTRUÇÃO DO SUJEITO COLETIVO -
O FÓRUM METROPOLITANO
DE BELO HORIZONTE

**Jaqueline Morelo; Claudia Fonseca; Juniele Rabêlo de Almeida;
Marialice Emboava (Alunos-Pesquisadores: Bruno Menezes;
Daisy Batista Silva; Fernanda Bartolomeu; Fernanda Ribeiro;
Lídia Carolina Silva; Lorryne Peligrinelli)**

311

RECURSOS E DISCURSOS ECONÔMICOS: CENSO E CONTRA-SENSO¹

PEDRO ANTÔNIO URSINE KRETTLI²

“O grande chefe de Washington mandou dizer que quer comprar a nossa terra. (...) Como se pode comprar ou vender o céu, o calor da terra? Tal idéia é estranha. Nós não somos donos da pureza do ar ou do brilho da água. Como pode então comprá-los de nós? Decidimos apenas sobre as coisas do nosso tempo. Toda esta terra é sagrada para o meu povo. Cada folha reluzente, todas as praias de areia, cada véu de neblina nas florestas escuras, cada clareira e todos os insetos a zumbir são sagrados nas tradições e na crença do meu povo.” (chefe Índio Seattle) ³

Neste artigo serão colocados em análise questionamentos sobre o que parece plausível aceitar como tendo caráter científico nas narrativas elaboradas a respeito do conceito de modernidade utilizado nas Ciências Sociais e, em particular, nas Ciências Econômicas. Disso emerge o debate, não menos polarizado, sobre o que se deve considerar como um dado a ser observado no âmbito dessas ciências como seu objeto próprio.

Mesmo não tendo objeto semelhante em natureza ao das ciências experimentais, une todas as ciências, entretanto, o fato de repousarem em processos de abstração, de formulação de juízos e de argumentação rigorosamente iguais, tanto em seus traços essenciais como em sua legítima pretensão de ser ciência.

O realismo gnosiológico (ou lógico-psicológico), do qual o materialismo histórico em seus aspectos essenciais também é caudatário, mostra-se como sendo um esquema eficiente ou suficiente para o entendimento da produção do conhecimento científico, ainda que à questão da ideologia se possam – e até se devam – agregar debates contemporâneos sobre as representações sociais e sobre o *imaginário social* que delas se originam bem como as identidades sociais que através delas se constroem, produzem ou elaboram.

INTRODUÇÃO

Os avanços tecnológicos (ou, dito de forma sintética, o progresso técnico) aplicados ao sistema produtivo, como já aconteceu em outras ocasiões no desenvolvimento da economia capitalista, além de deixar desempregada maciçamente a força de trabalho, têm exigido crescentemente que o próprio trabalhador responda diretamente, em termos de energia física e mental despendida, pela construção ou incremento de sua empregabilidade, inclusive arcando com os custos disso, em termos de tempo e de dinheiro.

Propagam-se e se hegemonomizam na sociedade representações mentais – ditas também representações sociais – sobre o trabalhador, segundo as quais cada pessoa ou indivíduo deve ser responsável por iniciativas que lhe permitam crescer no mundo do trabalho, a saber, ser um empreendedor de sua própria carreira, e de dedicar-se à empresa em que trabalha como um efetivo colaborador, tratando-a como sua; com isso se despista e se camufla o caráter de exploração e de alienação do trabalho, que é intrínseco às relações sociais de produção próprias do capitalismo.

Na fusão ou confusão desses papéis sociais expressa(s) nesses deslizamentos semânticos está em ação a ideologia, tomada na sua acepção mais restrita; por exemplo, o bom homem com que o cidadão comum quer ser identificado ou com que se espera dele identificar-se, é bom pai, bom marido e bom trabalhador, mas a ideologia típica da sociedade capitalista modifica no imaginário social a ordem desses valores, estabelecendo inclusive uma causalidade linear e enviesada, ao sugerir que o homem bom é, antes de mais nada, um bom trabalhador, no sentido de cumprir, sem tergiversar, suas obrigações, e, em consequência disso, é também um bom marido e um bom pai. Um bom pai e bom marido é aquele que sabe que há pessoas que dele dependem *economicamente* e, então, ele tem, antes de tudo mais, de *vestir a camisa* da empresa para não colocar o conforto e a segurança *econômica* da família em jogo e em risco, para não

deixar despídos e famintos os que dele dependem *economicamente*, lançados na rua da amargura.

Além dessa cantilena não isenta de sofisma, repete-se à exaustão que, se, ao invés de trilhar caminhos irresponsáveis, como ovelha negra, transviada, dedicar-se totalmente à empresa em que trabalha, terá condições de progredir e, quem sabe, dependendo do seu esforço e comprometimento com o trabalho e da fidelidade canina à empresa em que trabalha e aos seus representantes imediatos, mais exatamente à chefia a quem esteja diretamente subordinado (a personificação ou encarnação da firma), pode ele mesmo galgar postos cada vez mais importantes, prestigiosos e mais bem remunerados.

Meritocracia é o nome pomposo que se dá a isso. Ser *gauche na vida* nem pensar! De sindicato nem passar perto de sua porta; entrar nele porta adentro, só se for para pelegar; pois, se for para pelejar ou pelear contra seu empregador, então, tem de ser exorcizado; neutralizado, se possível; banido ou aniquilado, se for necessário.

A ideologia atua, assim, tanto nos interstícios quanto no cerne dessas representações mentais hegemônicas - coletivas ou sociais – sobre o mundo do trabalho e sobre a identidade social do trabalhador, sobre o capital e sobre a concentração de sua propriedade em mãos de uma fração pequeníssima da sociedade, que, a despeito dessa desproporcionalidade gritante, ainda assim, fica com a *parte do leão* na apropriação dos resultados do trabalho. Talvez, como classe, se

considere a pedra de cantaria ou, talvez, a pedra de toque do modo de produção capitalista e que isso se tenha disseminado no *imaginário social*.

Representação social, identidade social e ideologia, embora carreguem suas próprias nuances, parecem andar juntas. Examinando-as de modo mais atento, poder-se ver que se constrói por meio delas um mundo ideal ou utópico, sem antagonismos e sem conflitos sociais a partir de falsas promessas e idéias igualmente falsas. Infunda-se no *imaginário social* a esperança ou certeza de que, a partir de dedicação, trabalho duro e esforço pessoal, cada ser humano pode chegar ao topo da escala ou pirâmide social: é essa uma representação social que logrou êxito em arraigar-se de forma profunda e extensa na sociedade capitalista, é sua alma e seu animus: per angusta ad augusta!

Neste artigo se pretende colocar em debate esta realidade, buscando torná-la um pouco mais inteligível ou um pouco menos obnubilada, e para isso se põem em foco elementos, se não imprescindíveis, pelo menos relevantes, para elaborar uma teoria do conhecimento razoável em seus fundamentos e plausíveis em suas conclusões. Essa visão deveria estar na base da produção do conhecimento, seja ele susceptível ou não de controle empírico-experimental direto, com ênfase no cuidado e atenção para que a legítima preocupação com o rigor e a neutralidade científicos não se mostre uma boa desculpa para reforçar a naturalização das relações sociais de exploração, o que a economia política do modo

de produção capitalista conseguiu fazer com indiscutível sucesso, quando subordinou toda ordem social aos desígnios da acumulação de capital e à sua *lógica* de alcançá-la sem sofrer questionamentos inelutáveis por parte da classe trabalhadora, a qual consegue manter dividida em disputas intestinas: divide & impera.

O texto será desenvolvido em cinco tópicos: a modernidade como já tendo representado avanço na vida em sociedade anteriores, em que vigiam outros modos de produção; a economia política como empreendimento intelectual que lhe deu tom e cor de racionalização; a clivagem ideológica que atravessa esse propósito de produzir ciência, que está na sua base; a consequência desse viés expressa na *naturalização* das formas de exploração e, por último e mais importante, sua crítica.

1 A MODERNIDADE: UM PASSO ADIANTE EM RELAÇÃO AO PASSADO PRÓXIMO E REMOTO

A servidão, típica do modo de produção feudal, representara avanço em relação ao escravismo grego-romano. De forma análoga, a modernidade (em itálico, para se distinguir e não se confundir com a periodização da história do capitalismo em Idade Moderna e Idade Contemporânea), isto é, o modo de produção capitalista – ou, simplesmente, capitalismo – representou franco progresso em relação à servidão em que se baseava o modo de produção feudal, hegemônico na Europa durante cerca de mil anos, dos tempos de

São Bento à época de Leonardo da Vinci e Michelangelo, ou de Gutemberg e Lutero. Eles se situam nessa transição; já Calvino seria um legítimo representante da *modernidade*, tomada no sentido que lhe dá o grifo em itálico, pois Calvino teria atribuído à riqueza a característica de ser sinal de que a pessoa que a tem ou a adquire, está predestinado à salvação eterna (1); também para ele a melhor forma de adquirir legitimamente riqueza era a busca de lucro.

É defensável, do ponto de vista histórico, dizer que, durante a formação ou estabelecimento do modo de produção servil-feudal, de sua consolidação, de sua hegemonia e de seu pleno acabamento, a classe dominante pautou seu comportamento com base na convicção, tornada nela profundamente entranhada, de que era sua obrigação salvar as almas de seus servos, tarefa que acreditava ter-lhe sido confiada por Deus.

Parece certo ou pelo menos verossímil que a nobreza feudal se sentia no dever de salvar as almas de seus servos, e dessa missão seus membros se consideravam investidos pela vontade de Deus (2); isso significava mais do que garantir a salvação eterna das classes subalternas: fugir desse dever ou ofício em última análise representava completo descompromisso do fidalgo com a salvação de si próprio; esses nobres acreditavam que os servos deviam ser-lhes gratos por isso, e também nisso acreditavam muitos servos, era parte do seu credo. Por coincidência, ao acabar de ser escrita esta sentença, começou a ser tocada na vizi-

nhança uma canção muito conhecida do *Creedence*, da segunda metade do século XX.

É igualmente plausível sustentar que a economia da salvação posta em prática pelo cristianismo institucionalizado e sua *pedagogia* legitimavam inclusive infringir penas aos servos, na forma de castigos e sofrimentos físicos, até mesmo a morte na fogueira ou por decapitação; duzentos e onze anos separam a condenação de doze monges, de Orléans, à fogueira e a criação da Inquisição; com esta se desencadeou guerra sem quartel contra valdenses, cátaros e albigenses por mais de um século e meio; e então se vergou a quem não se sentenciou com pena capital.

A última fogueira em que uma pessoa foi executada sob a condenação de que era adepta a práticas de bruxaria foi acesa na Europa em 1782, no Cantão de Glarus, da *Confederação Helvética*, ainda que aquele processo tenha sido mais pretexto e subterfúgio para resolver pendências pessoais do que fruto de intolerância religiosa (3), e a pendência se resolveu com a morte do mais fraco; mas, objetivamente, ela marcou o termo final dessa prática usual no feudalismo, em que estavam associados concretamente processos de produção (*economia*) e crenças religiosas (*religião*): pregar a aceitação, por parte de cada um, do papel que Deus lhe reservava na vida terrena significava na prática defender a ordem vigente no mundo (o *ordo saeculorum*) na qual se inseria a reprodução da vida material (vida *econômica*). No início do século XV, ti-

tenham sido executados sob acusação de heresia, no lapso de um ano, Huss e Jerônimo de Praga. Cerca de setenta e cinco anos depois deles morreria Savonarola. Cem anos depois deste, em 1600, foi a vez de Giordano Bruno. Esses foram casos famosos, sim, menos que o de Joana D'Arc, mas muitos outros houve, só na Espanha se contabilizaram umas trinta mil execuções.

Ecos dessa visão de mundo em que o mosteiro medieval era uma unidade econômica e reproduzia fielmente a estrutura estamental que garantia coesão à sociedade feudal, podem-se ler ainda no *Décimo Quarto Sermão*, de 1633, de Padre Antônio Vieira (4), em que aparece cristalino o argumento, que é desafiado para os escravos, de que o sofrimento que se lhes infligia, se fazia necessário para a própria salvação deles. A pregação religiosa tinha impacto direto na aceitação da exploração econômica de uma classe ou estamento por outra que a subjugava: o *jugo*, ainda que não fosse pena usada no feudalismo, que era humilhação usada contra prisioneiros de guerra na Roma imperial, é metáfora implícita apropriada aqui.

Nessas sociedades imediatamente anteriores à hegemonia mundial do modo de produção capitalista, os valores mais caros delas e mais prezados nelas eram definidos em termos de parâmetros dados pela religião e neles pautados, e, possivelmente, cada um deles tivesse a sua própria forma de encantamento (ou *fetichê*).

Talvez: é preciso fazer essa ressalva, pois é rigo-

rosamente impossível reconstituir o que na realidade se fazia e como se pensava naqueles tempos, pois o que restou de fontes documentais não é muito mais que versões prevalecentes no seio da classe dominante; tendo sido por ela relatadas, podem não estar fiéis aos acontecimentos.

Decerto há mais certeza na afirmação de ter a nobreza (5) garantido para si aqui na terra mais do que um lugar ao sol. Criam estar garantindo para si um lugar no céu os reis e monarcas – que também acreditavam ter chegado a tal posição por escolha divina. Possivelmente também nisso acreditasse(m) a grande maioria de seus servos. E assim pôde funcionar com sucesso o feudalismo, modo de produção tributário que veio a se tornar hegemônico na Europa durante a segunda metade do primeiro milênio da era cristã e manteve essa hegemonia até o Século XVII. Em civilizações que à época do feudalismo europeu existiam nas terras que seriam batizadas (literalmente a ferro e fogo) de *Américas* – de que fazia parte a tribo do chefe indígena Seattle, citado em epígrafe – um sistema de crenças animistas garantia coesão da sociedade e possibilitava-lhe a reprodução da vida material.

Registre-se que no modo de produção escravista e no modo de produção feudal (servil) havia política, havia economia e havia vida em sociedade, mas a relação entre esses domínios (6) era específica para cada um deles; os próprios conceitos de sociedade, economia e política possivelmente eram entendidos

de forma bem diferente nessas diferentes épocas, sofrendo de lá para cá significativas mudanças, inclusive por processos que hoje se visam por em destaque com a teoria das representações sociais (7).

No escravismo e no feudalismo, a forma de agir ou participar da esfera produtiva estava legitimada e sancionada na vida social pela forma de pensar a relação dos seres humanos com Deus; isso, no quadro analítico da crítica da economia política, faz parte da *estrutura ideológica*, que era (e continua sendo) caudatária das relações sociais que se estabelecem na estrutura produtiva. Nas formações sociais capitalistas (8), que sucederam o feudalismo na Europa, essa moldura metafísico-religiosa foi convulsionada e superada na modernidade burguesa, afirmando-se independente em relação a autoridades religiosas.

O Iluminismo e a Revolução Francesa foram expressões dessa emancipação da *humanidade* em relação à religião e aos mitos fundadores da Europa *beneditina* e *merovíngio-carolíngia*. O materialismo histórico, concentrando-se no caso europeu, viu nela mais do que uma superstição estabelecida pela *Igreja* com a ajuda do poder do *Estado*; as causas da alienação religiosa e política na sociedade capitalista (ou burguesa) residiam na exploração econômica possibilitada pelas condições de produção e reprodução da vida material das pessoas, sendo ambas – exploração e alienação – frontalmente opostas à emancipação da classe trabalhadora. Mesmo assim, o modo de produção capitalista repre-

sentou um avanço em termos de relações sociais, ao lutar contra a tutela da religião sobre os seres humanos: mas, com ele, a morte de Deus foi posta na ordem do dia. Tornou-se ele próprio um deus, *Mamon* toma o lugar de Deus, e, mesmo sem exigir que se lhe prestem honrarias e reverências, às suas exigências é que a ordem vigente espera que os trabalhadores acatem genuflexos, de cabeça baixa e em silêncio.

2 A ECONOMIA POLÍTICA COMO RACIONALIZAÇÃO DA PARTIÇÃO DO RESULTADO DO TRABALHO HUMANO

A partir do século XVII, o capitalismo começou a mostrar sua hegemonia na Europa. Elevaram-se significativamente a produção e o nível de consumo, bem como o lucro e a acumulação. O *trabalho morto* (o capital) ganhou movimento e vida, enquanto o *trabalho vivo* (a força de trabalho) se enrijecia e petrificava.

Com a consolidação da burguesia como classe hegemônica e tornando a economia uma instância autônoma na vida social, houve o processo correlativo da constituição da Economia Política como ciência independente de outros domínios científicos já bem consolidados, desenvolvendo-se como racionalização científica do processo de dominação e a exploração burguesas sobre o proletariado; tendo como objeto a análise da partição do produto na sociedade (9), que se expressa na partição e distribuição de renda, ela descrevia com bastante propriedade e rigor o funcio-



namento do modo de produção capitalista, observando-se forte e estreita subordinação de todos os outros domínios da vida social a ele (10); então, disseminaram-se conteúdos da utopia iluminista, em fase de concretização e já expressos em crenças valores bem sistematizados, mas que já tinham tido sensível propagação, vindo a se constituir na ideologia burguesa.

Desde então se firmou, até se tornar hegemônico, o modelo teórico que enfatizava que a escolha dos agentes econômicos não se baseava em outras razões senão níveis de preços que garantiam às empresas bons lucros e que fossem, ao mesmo tempo, compatíveis com o poder aquisitivo (ou renda) dos consumidores. Moral religiosa e casta de origem deixaram de valer como critérios que legitimavam e justificavam o sistema social de exploração em que uma classe ou frações dela tinham de trabalhar e, impotentes, ver do produto de seu trabalho ver os excedentes transferidos para classe ou frações de classe ociosas, que dominavam e controlavam a classe diretamente responsável pela produção, sinteticamente dita classe produtiva.

Sem dúvida esse modelo teórico passou vigorar, em parte por sua simplicidade didática, embora não se aplicasse sequer às atividades econômicas das empresas comerciais da era mercantilista – irrealismo este que só se fez aumentar na contemporaneidade. Contudo, essa característica acabou cumprindo o papel de mascarar o real funcionamento da produção e reprodução da vida material, necessária para a sobrevivência dos seres

humanos, uma ocupação que lhes toma quase todo o tempo e lhes consome quase todas energias.

A crítica dos limites desse marco teórico não nega o fato real da hegemonia do capitalismo (ou *economia de mercado*) no mundo; apenas a isso deixa contrastado que o processo histórico em que se desenvolveu a economia de mercado, atualmente mantém em crescente ociosidade as forças produtivas que ela mesma engendrou, seja se trate de máquinas, equipamentos e instalações (denominados na crítica da economia política de *capital constante*), seja ela a força de trabalho (dito *capital variável*, nesse mesmo paradigma analítico).

Para fazer essa distinção, a crítica da *Economia Política* se baseou no fato de que máquinas e equipamentos não agregam valor (no sentido de sobretrabalho, trabalho excedente) novo, apenas transferem para as mercadorias com eles produzidas valor neles incorporado anteriormente; por isso foi denominado de capital constante. O capital variável é que gera mais-valia, é ele que agrega valor: só ele cria valor, só dele provém valor novo.

À Economia Política foi feita, então, rigorosa e extensa crítica pelo fato de que, partindo de princípios gerais para aplicá-los a casos particulares, ela se enveredara pela defesa do interesses da burguesia; se esta estava consciente ou não disso, se isso era um propósito tácito ou expresso, não era questão relevante. O fato a se por em relevo era que, dos princípios gerais a que se chegara pela indução empírica, a Eco-

nomia Política descartava traços essenciais da realidade, e essa lacuna impedia o correto entendimento da dinâmica da exploração econômica, favorecendo com isso a manutenção do *status quo* no qual se dava a exploração dos trabalhadores. A ciência levava água ao moinho da exploração, nesse sentido absolutamente não era neutra, pelo contrário, ela estava engajada, de forma decisiva, nos interesses da burguesia.

A natureza da abstração, como uma operação mental que separa os elementos comuns que identificam certos fenômenos como eles aparecem à apreensão sensorial, isolando alguns traços em relação a todos os outros, isso não estava sendo posto em causa.

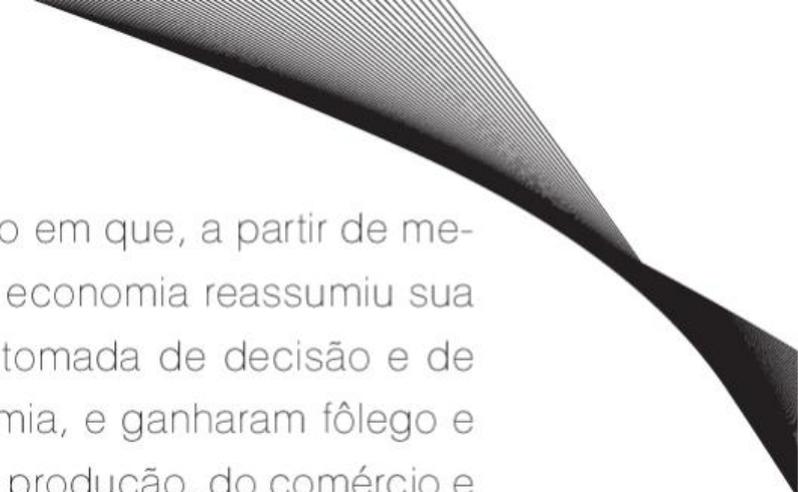
A questão problemática, que não passou despercebida à crítica, era que, nessa bastante adequada descrição do funcionamento da economia – boa ciência – foi incrustada a defesa da livre iniciativa (*laissez-faire*) e do livre comércio de mercadorias (*laissez-passer*), pleitos-chave da burguesia em ascensão. Os agentes econômicos puderam validar os métodos e escolhas do *que, como, quanto, quando, onde e para quem* produzir baseados exclusivamente em critérios privados de viabilidade econômica.

A hegemonia da formação social capitalista fez desaparecer – mantendo-as apenas em nível secundário e acessório – as formas anteriores de exploração que dependiam diretamente do poder político (escavidão e servidão), e, dessa forma, as relações sociais ficaram postas todas no nível da impessoali-

dade, com completo descolamento do que era preconizado na moral vigente no modo de produção feudal, que se remetia à teologia (11), na qual a ética se respaldava e se sustentava.

No arrazoado que hoje se costuma fazer sobre eficiência corporativa, por exemplo, afirma-se, de forma taxativa, que a maneira de gerir negócios, de certa forma, determina seus destinos, sobrevivendo as firmas administradas de forma mais eficiente, entendida eficiência num sentido quase darwiniano (de seleção natural); isso até parece plausível, mas, na prática, o parâmetro para prever a capacidade e tempo de sobrevivência de uma empresa não é exatamente a eficiência na sua gestão; esse critério pode até valer para pequenos negócios, mas não vale para os grandes oligopólios, quase-monopólios. Arenga semelhante se faz nas explicações das razões por que alguns negócios se viabilizam e outros não, por que umas empresas prosperam e outras morrem.

A moldura teórica que dá resposta a isso, talvez explique também o aparente paradoxo de que um sem número de pessoas se esfolam até morrer de tanto trabalhar e outra parte também significativa da população adoece até a morte por não conseguir emprego; ela explica também por que uma classe social vive a expensas dos trabalhadores, parte da qual hoje é acometida e golpeada pelo *karoshi*; esse tipo de colapso se manifestou, não por mera



coincidência, no momento em que, a partir de meados dos anos oitenta, a economia reassumiu sua plena independência de tomada de decisão e de ação, quase total autonomia, e ganharam fôlego e forma a mundialização da produção, do comércio e do investimento, e, principalmente, a especulação com o capital rentista, sua mais bem acabada e completa expressão, ditada pela necessidade de valorização do capital-dinheiro, posta desde o princípio como um fim em si mesmo que hierarquiza toda a vida social.

Na modernidade, mais do que em modos de produção anteriores, o trabalho para as pessoas se proverem do que necessitam para viver, dá-se coletivamente, isto é, com maior gradação na divisão social e técnica do trabalho humano, que se aprofundou e se alargou, precisando a produção contar com um verdadeiro exército de trabalhadores assalariados: trabalho parcelado, com as vantagens de que a produção em série taylorista-fordista rapidamente se deu conta e, por isso, pôs em prática.

A consciência moderna (*pós-moderna*, quer-se fazer crer que o seja), então, conseguiu disseminar e fazer prevalecer a idéia de que o modo de produção baseado na propriedade privada dos meios de produção e no trabalho assalariado, com crescente divisão social e técnica do trabalho, se constitui em *lei natural* de funcionamento da dinâmica social, e que, com o capitalismo, a humanidade teria alcançado o termo

para o qual a História tenderia, em suma, ter-se-ia chegado ao *fim* da História, a seu ponto culminante.

À medida que a humanidade vai conseguindo destampar essa realidade (desvelá-la, tirar-lhe o véu, que a cobre, des-cobrir), de modo a permitir que grande número de pessoas perceba(m) que, por causa das relações sociais de produção, elas são alienadas dos meios de produção e, por conseguinte, do resultado do seu trabalho (que é o que as possibilita viver), vai-se delineando o *mal-estar da civilização*, que a corrói por dentro.

A Economia Política, como racionalização científica da (re)partição do resultado do trabalho (ou a riqueza produzida), expressa na repartição da renda que nela é feita, já não tem tão ampla aceitação como aconteceu no auge da *modernidade*, momento de esplendor que não foi alcançado por um caminho rápido e bem pavimentado, que se desenvolveu entre avanços e retrocessos: ele começara no *longínquo* Século XIII, que teve figuras religiosas emblemáticas como São Domingos, São Francisco e Santo Tomás; em termos políticos, no início desse mencionado século, que marca o início desse percurso, ombreia-lhes em fama Eleanor da Aquitânia. Seu filho mais famoso, Ricardo *Coração Leão*, não entra nessa lista, pois morreu no finalzinho do século anterior. O critério cronológico usado aqui o deixa fora dessa lendária seleção. Foi sucedido no trono inglês por seu irmão, João *Sem Terra*.

3 A CRÍTICA DA NATURALIZAÇÃO DAS FORMAS DE EXPLORAÇÃO PELA MODERNIDADE

Também já na aurora desse longo, acidentado e sinuoso percurso da *modernidade* até sua culminância e pleno êxito, havia tido início a crítica da *naturalização* das formas de exploração da burguesia sobre a classe trabalhadora, e foi basicamente isso que a *crítica da economia política* trouxe à luz do dia, afirmando-o com sólidas pesquisas históricas e com método de análise próprio; assim se pôde afirmar que *o ser antecede a consciência* (12).

Essa proposição não pretende ter caráter ôntico ou ontológico; apenas enfatiza que os seres humanos, enquanto totalidade (ou coletividade), no seu fazer cotidiano (utilização da natureza para garantir sua sobrevivência material) modificam as circunstâncias de sua existência, e, ao modificá-las, influenciam decisivamente a forma de percepção e representação que eles têm da realidade social e da própria vida material. Fazer em grego se traduz por poiein, donde vem o vocábulo poesia; é curioso isso, que tem sua razão de ser na concepção daquela época acerca das atividades próprias do espírito.

Deixando curiosidades de lado e voltando ao materialismo histórico, esse método enfatiza que os seres humanos, ao produzirem e reproduzirem o de que precisam para a sua sobrevivência material, constroem simultaneamente a representação mental

(ou mesmo *social*) que fazem das relações de poder entre as pessoas e entre as classes sociais. Nesse sentido, há união indelével e inextrincável vínculo de pensamento com ação.

No Século XIX, na Alemanha principalmente, a filosofia resvalara no idealismo; contentavam-se seus filósofos em *interpretar* o mundo, isso talvez lhes atendessem anseios subjetivos ou até lhes preenchesse possíveis e legítimos vazios existenciais, mas parece que não os empurrava ou impelia à ação política concreta, que implicava em correr riscos. Nesse ambiente filosófico, o materialismo histórico colocou em foco o debate sobre a distorção ideológica então possibilitada pela economia política ou nela entranhada.

Ao materialismo histórico era absolutamente claro que a ação e o pensamento acerca dela se desenvolvem juntos na vida social, que inclui a dimensão política concreta e seus desdobramentos práticos. Ação e o pensamento são determinados por condições concretas construídas por relações entre classes sociais, que à época de sua formulação teórica já tendiam a se reduzir a duas: a burguesia (ou os proprietários dos meios de produção) e o proletariado; esta fração mais importante dos assalariados, diretamente ligada à produção da vida material, não consegue poupar nada, e, portanto, está condenada a vender sua força de trabalho nas condições estabelecidas pelos detentores dos meios de produção, isto é, em relações sociais de produção previamente constituídas. Não pareceu rele-

vante à crítica da economia política que o materialismo histórico então fazia, deter-se em elucubrações teorizantes; ao contrário disso, parecia-lhe premente enfatizar aquilo que se podia indiretamente observar a partir dos fenômenos históricos, a saber, que a influência do pensamento sobre a ação (no caso, sobre a vida cotidiana de quem realmente está com a mão na massa da produção de bens e serviços – classe produtiva) é menos decisiva do que o da vida cotidiana sobre o pensamento: o *manducare* tinha precedência sobre o *philosophare* (dois pólos da expressão *primum manducare, deinde philosophare*, a primeira necessidade é comer, só depois se pode dar ao luxo de filosofar).

A forma de pensar das pessoas e sua conduta na sociedade dependem fundamentalmente de sua inserção no sistema produtivo, na condição de indivíduo pertencente a uma dessas classes sociais fundamentais, esse é o traço fundamental da concepção materialista da História ou história. É isso que tem de ser examinado e que permite compreender o que à primeira vista parece constituir-se em dados (informações) imediatos hauridos da realidade social.

Apesar da função ideológica que nela estava entranhada, enredada ou emaranhada, a Economia Política havia expressado relativamente bem os aspectos econômicos dessa realidade, e foi contra o que ela tinha de ideológico que o materialismo histórico encetou a principal crítica, a despeito de lhe reconhecer poder heurístico, até certo ponto antes

inigualável. Melhor, lançou-se contra a lacuna imperdoável que deixara, a saber, a ausência da clivagem das classes sociais fundamentais, faltava-lhe um corte de *classe* indispensável.

E foi enfatizado exatamente que, a partir de um enfoque da luta do operariado contra sua exploração – para cuja consecução a classe dominante, com naturalidade quase cândida, recorre à opressão – percebe-se que o concreto é a síntese de muitas determinações, é unidade do diverso, o que se remete à questão do método, mais exatamente, à questão da reprodução do concreto no pensamento, ou seja, sua representação mental. Nele a dimensão analítica se faz presente, no sentido de que, pela análise o concreto (ou o ser real, o que é objeto de análise, ou seja, aquilo que *está sujeito à análise*) é decomposto, isto é, torna-se na mente representação mais simples, elaborada pela síntese (tomado num sentido mais trivial de operação mental), não no sentido de processo resultante do movimento histórico. Por sua(s) característica(s) marcante(s), aquele(s) objeto(s) na mente passa(m) a fazer parte de uma categoria ou classe de objetos.

O concreto é síntese de diversas determinações; e é assim, como resultado desse processo, que ele aparece no pensamento (ou na consciência), ainda que, como objeto, seja o ponto de partida da simples apreensão, que, em seguida, se torna sua representação na mente. Ressalve-se que esse processo só se dá de forma plena depois da infância. A infância

que dura até por volta dos onze anos de idade, é a fase durante a qual o ser humano constrói essa habilidade que o distingue no reino animal e o credencia para dominá-lo, ainda que nesse domínio não o exima de ser vítima de catástrofes da natureza que sua apropriação predatória engendra.

Ao materialismo histórico parecia ser inadiável a tarefa de enfatizar a urgência e necessidade de, através d(e processo d)a *análise*, organizar a riqueza e diversidade de determinações que categorias econômicas, como mercadoria, dinheiro, valor e capital, continham, e sem o que seriam apenas uma apreensão e representação caóticas do todo: a análise permite separar, isolar e chegar a conceitos cada vez mais simples de suas determinações e relações mais elementares, ou seja, as relações gerais abstratas que são determinantes no processo de exploração e que estão na base do sistema econômico, como trabalho, divisão do trabalho, dinheiro, valor de troca e valor, nelas se deve galgar do mais simples ao mais complexo, e se pode evidenciar que há determinações abstratas gerais que se encontram na maioria das sociedades bem como existem determinações menos genéricas que são específicas da articulação das classes da sociedade burguesa, sendo nesta, por exemplo, bem específicas as relações entre a sociedade civil e o Estado (13).

A Economia Política havia diluído o real em vagas indeterminações, ao contrário de elaborar conceitualmente as determinações que o produzem e as

relações que ele estabelece com o todo de que faz parte. As formulações, então correntes, sobre essas categorias se mostravam inadequadas para ajudar na compreensão da realidade, na medida em que tinham deixado de lado a perspectiva da contradição entre trabalho e capital. A questão das classes sociais, antagonizadas em burguesia (capital) e proletariado (trabalho) bem como a contradição entre os interesses de ambas precisam ser levadas em conta para entender de maneira adequada (através do método científico) o funcionamento da economia capitalista. Quando esvaziadas das contradições de classe que nelas estão presentes, desconsiderando na análise da vida social a clivagem capital *versus* trabalho, o trabalho (assalariado) pelo capital explorado, fica encoberto (velado) o que é essencial, fundamental, para o entendimento da vida em sociedade ou coletividade. Há que se atentar ao fato de se acharem as categorias econômicas ordenadas pela forma de relação que umas têm com as outras no interior da sociedade burguesa moderna, ainda que isso subverta a ordem em que aparecem na narrativa histórica usual, que à primeira vista parece ser a forma mais adequada de ordená-los.

O materialismo histórico não se pretendeu filosofia, era exatamente o contrário, era uma crítica prática da filosofia; não estava à cata do *noúmenos* que subjaz aos fenômenos e que se capta ou identifica através deles; à investigação científica cabia por em evidência os fenômenos cruciais na mudança social; nem mes-

mo das categorias gerais de capital e do trabalho há que se descobrir o que está no substrato delas. Esses universais pensados interessam à análise do processo na medida em que ajudam a esclarecer e entender o que acontece na vida real, em termos de classes antagônicas, no que diz respeito à possibilidade histórica de superar o controle da *vida econômica* exercido pelo capital (tese) estabelecendo esse controle pela classe trabalhadora ou trabalho (antítese) rumo a uma sociedade sem trabalho oprimido pelo capital (síntese). Isso clareia bem as tarefas a que o movimento operário deve dedicar-se na sua busca efetiva pela emancipação humana, superando a alienação e a reificação causadas pelo encantamento (ou *fetichê*) que o modo de produção capitalista produz na classe trabalhadora, turvando sua visão e obscurecendo sua percepção da realidade, e levando-a, se não a becos-sem-saída, a labirintos sinuosos na sua ação política. A burguesia, pelo contrário, tem seu *fio de Ariadne* como guia na sua ação política.

Há cento e sessenta anos, nos anos quarenta do século XIX, o materialismo histórico criticava principalmente o programa político que depositava suas esperanças de alcançar o progresso humano na totalidade do Estado, através do embate em que eram confrontadas as instituições menos perfeitas (*teses*) com suas *antíteses*, em direção a sínteses mais perfeitas, que, por seu turno seriam contestadas (*teses* postas em xeque por novas *antíteses*) e superadas em novas sín-

teses. Disso o idealismo ortodoxo extraía conclusões práticas de apoio à nobreza prussiana encarnada em seus monarcas, e se via crescentemente pressionada pela burguesia a lhe fazer concessões.

O materialismo histórico enfatizou que a mercadoria, a mais simples categoria econômica, sintetiza toda sociedade burguesa, no sentido de que emerge como resultado pleno de um processo histórico e nela ficam patentes todas as contradições desse processo. É a mais importante das categorias que se usam para selecionar os objetos de análise em busca das relações e determinantes mais importantes da sociedade burguesa, porém, não se pode esquecer de que todas elas são historicamente produzidas; o esquecimento disso, dando-lhes perenidade, é a cilada contra a qual se deve precaver, não sendo natural a forma de exploração capitalista nem a repartição do produto e da renda dela resultante.

Nunca é demais ter em mente que teorias aceitas hoje como verdadeiras não podem ser transpostas ou estendidas automaticamente para as sociedades anteriores e muito menos para a formação social que ora se gesta no interior do modo de produção capitalista, monopolizador, em crise. Sem a compreensão das características dessas formações sociais que antecederam à atual, remeter-se a elas com as categorias próprias da *modernidade* pode levar a incorrer em grosseiros anacronismos. A recíproca também é verdadeira.

4 CONSIDERAÇÕES BASILARES NA HERMENÊUTICA DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO: CENSO DO CONSENSO

A esfera é uma figura geométrica por definição diferente, por exemplo, do cubo, do paralelepípedo, do cone e da pirâmide. Fora de terrenos de pura dedução como esse da geometria, não se conhecem categorias abstratas válidas para todas as épocas – talvez nem a que está na base desse enunciado; todas elas estão imersas nas condições peculiares que limitam sua validade a um determinado contexto histórico.

O conhecimento humano, particularmente o conhecimento científico, se assenta e se constrói sobre dados apreendidos do mundo real ou, fenomenologicamente falando, por eles oferecidos à sensibilidade e cognição humanas. O real é o ponto de partida para o conhecimento humano, e este resulta de procedimentos ou de um processo mental em que, por meio da análise, se escolhe certo número de relações gerais de diferentes ou diversos graus ou níveis de abstração que lhe são constituintes ou lhe são determinantes, e que permitem ao ser humano (no caso, sujeito *cognoscente*) que tenta conhecê-lo, diferenciar ou aproximar uma coisa em relação às outras coisas (seres ou entes, no sentido da filosofia tradicional), reconhecendo-a como participando de uma categoria ou classe de objetos, pelo fato de que se assemelham em determinados aspectos e se diferenciam em outros:

uma barra de ferro se diferencia de um barrote de madeira por uma série de características ou qualidades que se definem pela análise de seus componentes; ou, com um exemplo tirado das ciências sociais: a classe operária se diferencia da burguesia por características que lhe são próprias, a saber, a alienação da propriedade dos meios de produção e do produto do trabalho. Em ambos exemplos – do mundo físico e do mundo social – o pensamento abstrato, corretamente entendido, deve partir dos mais simples elementos constituintes da realidade daí elevando-se para suas relações com o todo, deve caminhar do mais simples para o mais complexo.

Não há mistério ou novidade nisto que, em termos de teoria do conhecimento, pode ser abraçado tanto pelo nominalismo como pelo realismo, dois grandes ramos da filosofia *medieval*: a mente humana produz categorias a partir de impulsos que chegam de fora do sujeito, como que lhe marcando com uma impressão sensível (na mente se torna o que em latim da filosofia *medieval* se denominou *species impressa*), como uma marca de ferro em brasa no gado; assim, a totalidade concreta na mente é uma totalidade pensada, é elaboração de representação mental das percepções que chegam ao sujeito *cognoscente* pelos sentidos.

Nessa situação, a representação da realidade (ou natureza) construída na mente (*in mente*) se mostra mais fiel à natureza real (*in re*) e dela se aproxima mais, possibilitando que seja operada com mais eficácia; a

expressão conceitual (termo ou vocábulo) é uma boa aproximação da realidade; na precisa lógica formal escolástica seria o *ens in mente* (universal abstrato), não *ens in re* ou simplesmente o real, concreto e imediato. Expressando isso em termos mais atuais, pode-se dizer que no *ato comunicativo*, ela se torna um texto (a *species expressa* da filosofia *medieval*).

Independentemente de como essa sensação vai de órgãos de percepção dos seres humanos para sua mente, pode-se dizer, de forma simplificada, que elas são registradas na memória como *figuras*, com variados graus de nitidez, cada uma delas ficando impressa na mente dos seres humanos como um conjunto de características; tornam-se representações mentais e, depois, são exteriorizadas na forma de ação propriamente dita sobre o mundo externo ou de comunicação com ele (os símbolos lingüísticos, o “discurso”), são extrações e expressões de qualidades gerais (universais) de um conjunto de objetos.

A partir da percepção sensorial se firma uma idéia vaga e depois uma descrição mais precisa dos elementos principais que constituem a realidade, o que possibilita identificar objetos por seus elementos principais constituintes e as relações que existem entre eles. A representação mental se constitui numa assunção de objetos feita pelo ser humano utilizando-se da sua memória para a adequada compreensão de relações inter-objetivas nos seus aspectos gerais e específicos. Se essa categorização constrói tão somente

classificadores ou identificadores (selos, sinetes) ou não, isso é que diferencia e separa o nominalismo do realismo e seus respectivos desenvolvimentos posteriores. Porém, o foco da análise aqui visa salientar que cada ser humano constrói uma representação mental singular da realidade, e esse processo de representação mental tem como principal mecanismo a memória. E ela não somente está memorizada, ela é um existir-de-memória.

Tome-se, como exemplo, um chapéu, pode ser um *Prada*, um velho *ramenzoni* ou um chapéu de couro de campear gado em caatinga fechada; ou mesmo o chapéu de *Zorro* ou o chapéu de palha de festas juninas. Interessa pensar aqui em chapéu como abstração. Aprende-se identificar e nomear como chapéu uma série de coisas, mas a representação mental (*representatio in mente* ou *mentalis*) que cada pessoa tem de chapéu é particular. Generalizando: é plausível pensar que a representação mental de cada pessoa sobre as coisas que existem na realidade (*o mundo como ele é*) se constitui ou se constrói como uma representação particular, ainda que ela possa ter elementos comuns a representações mentais em outras pessoas.

Os conceitos, sentenças (juízos) e a inferência de sentenças a partir de outras sentenças (argumento) são representações reais, mas sua realidade é diferente da concretude das coisas do mundo físico e das relações que se estabelecem entre essas coisas (os eventos ou fatos da vida). Em geral, as representa-

ções com que cada ser humano tenta comunicar com seu(s) interlocutor(es), se constituem de declarações sobre objetos, sejam eles concretos particulares sejam eles relações entre objetos ou relações de relações entre si próprias. A aplicabilidade de um conceito a objetos concretos e eventos concretos é que lhe dá a característica de generalização e de abstração.

Quando o ser humano fixa seu olhar num *Prada* com interesse em comprá-lo ou subtraí-lo, também recorre à memória, que, de pronto ou de um golpe, faz uma varredura completa da situação e, então, a pessoa toma decisão de agir ou de ficar parada. Toda decisão, seja a de manter-se no estado em que se encontra, seja a de sair deste estado (contrariar a inércia, como tendência de continuar no estado em que se encontra), é lembrança de contextos em que havia tensão ou *tenção* para fazer alguma coisa; tal como a consciência, que se manifesta fenomenologicamente como consciência de alguma coisa, não existindo uma consciência vazia, em si, pura consciência, também pura memória, sem conteúdo lembrado, uma memória pura, isso não existe. E, afinal, mas não menos importante, a consciência na sua essência é memória de coisas e eventos, e de sentenças, juízos e argumentos sobre as características dessas coisas e desses eventos, e sobre a relação das coisas entre si mesmas ou de eventos entre si mesmos ou, ainda de relações entre coisas e eventos. Memória não exclui a carga emocional que aparece como elemento discriminatório,

que a uns eventos e fatos fixa e a outros olvida.

Conhecer na tradição platônica é lembrar, e nessa tradição lembrar estava ligado à teoria da metempsicose e no entendimento muito particular do corpo como um ambiente embrutecedor da alma; encerrada no corpo, a alma perdia a nitidez da percepção das essências que ela tinha contemplado diretamente no mundo hiperurânico; a filosofia era o mais adequado instrumento para ajudar a recuperar essa lembrança ancestral da realidade do mundo das idéias, ainda que tal percepção continuasse pouco nítida, como a de seres acorrentados, agrilhoamento este que os obrigava a ficar de costas para a luz que vinha do mundo real e mantinha-lhes os olhos voltados para o fundo de uma caverna escura. A filosofia era ela mesma uma posição de modéstia face ao saber: Sofia era a sabedoria; o filósofo era aquele que de ânimo aberto procurava alcançá-la. A *Politéia* (termo traduzido livremente pelos romanos por *Republica*) talvez tenha resultado do esforço intelectual de teorizar sobre a forma de aplicar-se a elite ateniense à administração do dia a dia de sua cidade, depois classificada como *cidade-Estado*.

Elementos dessa forma de conceber o conhecimento como lembrança que a alma traz de experiências pregressas que teve antes de seu emparedamento ou enjaulamento no corpo, evidenciam-se no racionalismo cartesiano, para quem o fundamento objetivo da existência era ter a idéia clara de ser *res cogitans*; do *cogito* se deduzia diretamente o *esse*; e

também no empirismo idealista berkleyano, para quem esse *est percipi* (existir é ser percebido); nessas duas versões da gnosiologia há essa reminiscência platônica, há ressonâncias do idealismo platônico; e o uso do verbo *esse*, em latim, aqui se justifica, porque esse tem um duplo significado, significa ser mas significa também existir, e nesse segundo significado, o de *existir como ser percebido*, implica a presença do outro.

Imputam-se a Descartes vieses que a modernidade, hegemonzada pela burguesia como classe, introduziu na questão do método de pesquisa, de forma mais inconsciente do que premeditada, é verdade, e por isso mesmo perfeitamente eficaz do ponto de vista dos resultados, beneficiando-se deles. E o transcurso do tempo em nada ajuda na elucidação dos fatos, pois no tempo de longa duração só sólidas instituições sobrevivem e, como elas são defensoras do *status quo*, assim ficam preservadas e são propaladas as narrativas favoráveis às classes dominantes. Nas versões que a classe dominante dá aos fatos que acontecem na vida social, escolhem-se as fotos que dão a visão dos *fatos* mais apropriada a seus próprios interesses, interesses de uma determinada classe social.

A dialética sartreana de ser cada pessoa o próprio olhar dela olhado pelo outro, traz de volta o idealismo de matiz berkeleyano. Possivelmente essa alienação do conhecer no outro e através dele pode ter sido um traslado para a epistemologia da visão ou paradigma que dá uma importância especial à empatia e,

portanto, à subjetividade.

Isso não descarta a clivagem psicanalítica, para a qual é legítimo e indispensável considerar que, no ato do conhecimento, os seres humanos trazem registradas, incrustadas e recalçadas no Inconsciente, tomado no sentido que a psicanálise lhe empresta, experiências e vivências de desejos frustrados e recalçados, que são indizíveis e se deixam evidenciar através de fagulhas, como sintomas. Emergem eles necessariamente como signos de linguagem, em significantes com significados peculiares com que os seres humanos tentam comunicar-se entre si e, de fato, assim o fazem. Se vêm à tona de forma clara ou de forma obscura, essa é outra questão. Retrato pode ter suas cores esmaecidas pela ação do tempo, na memória não necessariamente isso ocorre, mas pode ser que apareça na forma de *claro enigma*.

É igualmente legítimo interpretar esse fenômeno como sendo decorrente do fato de que tais experiências ou vivências, tendo acontecido na mais tenra infância, quando as crianças eram infantes principalmente na competência lingüística para nomeá-las e comunicar-se através desses códigos lingüísticos adquiridos no processo de socialização, então tais experiências ou vivências se tornaram absolutamente indizíveis, e se for feito o esforço de tentar recuperar seu significado, eles emergirão distorcidos por termos (ou conceitos) que derivaram da agregação de outras vivências e experiências que compõem a memória de

cada pessoa. Isso seria rigorosamente um esforço inútil, melhor *une passion inutile*, em francês, não para tirar partido da fama ainda significativa de Sartre, mas para realçar o sentido de tentativa ou empreendimento incrustado no termo paixão, usado por ele; e paixão inútil significaria *investimento sisífico* de energia psíquica.

Na vida adulta, quando deles as pessoas se recordam, essa lembrança é vaga ou confusa, como a imagem na alegoria da caverna; por mais forte que tenha sido a emoção que acompanhou sua gênese, são acontecimentos vividos há tempos, e, embora suficientemente vívidas, essas lembranças são mediatizadas pela história pessoal – socialmente construída, mas ainda assim particular, individual, singular – durante a qual houve outras vivências e se desenvolveu a competência lingüística individual. Razão teve Heráclito, de quem se diz que disse *panta rei, kai ouden menei* (tudo muda nada permanece da mesma forma): ninguém banha no rio com a mesma água; a água é outra e também outro é o rio.

O gênero humano é ser de memória, a memória perpassa tudo, está envolvida em toda ação humana, em tudo está entranhada, em cada ato seu o ser humano faz uma varredura completa de tudo que viveu até então, como se acionasse a atenção bem distribuída que se exige de um motorista no trânsito para dirigir bem.

A vontade, também ela, está sob as ordens da memória, é um registro do que resultou de ação ou inação de cada pessoa. A capitulação ao nada fazer é uma

recapitulação da história de estar sempre em afazeres e seus desprazeres, em ócios e negócios.

A memória é a faculdade capital do entendimento humano e possivelmente também assim o seja para os animais. E ela faz essa varredura de forma seletiva, escolhe para agir, nem que seja a negação do agir, que é não fazer nada. E mesmo o não fazer nada é uma aprendizagem, aprende-se sempre, mesmo dormindo ou em estado de coma.

Então, não se incorrendo no extremo de excluir da pesquisa o compromisso de fazer teoria e ater-se apenas à análise do que se apresenta no fato bruto, não parece ser preciso ir mais longe do que deixar-se orientar pela regra de ouro pragmatismo ou utilitarismo do século XIX como base filosófica do conhecimento. Poder-se-ia contrapor que essa é abordagem epistemológica já ultrapassada, que, não se permitindo enveredar e enredar em elucubrações abstratas, por considerá-las desvios metafísicos, no sentido pejorativo do termo, incorre em formidável reducionismo. De fato, o agir e sentir humanos são modelados no transcurso da existência de cada pessoa. A aprendizagem de um novo afazer ou desfazer, que pode ser a alteração ou abandono de um hábito, é entendido de diferentes maneiras dependendo da abordagem que se escolhe. Não é descabido, por exemplo, dizer que se aprende por experiência direta ou seguindo regras emanadas de outrem, que tem autoridade sobre quem esteja no processo de aprendizagem, seja

porque ocupa funções de mando e que pode aplicar sanções a quem a elas desobedecer, seja porque a pessoa que se propõe aceitar a regra que dele emana, tem confiança na experiência dele, por considerar boas(úteis) as regras enunciadas.

Certamente há quem goste ou tente saber e experimentar tudo por si mesmo, sem se basear na experiência dos outros, a despeito dos riscos e dores que isso pode causar. A essa tentação poder-se-ia chamar de síndrome da *Tabula Rasa*. Porém, em geral, na prática se aprende a partir de regras, que substituem o contato ou a experiência direta com as agruras da realidade. Genitores e professores julgam, com certa razão, saber a exata dosagem de fazer seguir regras ou permitir que seus *pupilos* sintam na pele ou sofram na própria carne as conseqüências dolorosas da aprendizagem. Contato demorado com o fogo torra a pele, sol quente esturrica o chão. Aprende-se vendo nos outros os efeitos que a exposição ao sol muito quente causa: queimaduras e insolação, por exemplo; imagina-se, então, a dor que o outro deve estar sentido, a partir das dores causadas por experiências próprias mal conduzidas. Exorta-se a não querer *reinventar* a roda e não se permite *brincar com fogo*. Há o dito de que quem ama o perigo nele perece, e todas essas sentenças fixam a norma das normas: é bom ter normas. , a obediência a regras é hábito adquirido.

A obediência a regras (ou, de forma mais geral, a um contrato coletivo, *contrato social*) é valorizado so-

cialmente e a afronta a elas em geral acarreta sanções a que as transgride. Aprender por regras parece mais fácil e menos penoso do que *aprender sentindo na própria pele*, este é um bom princípio, a *economia de energia*. Aquele que se dispõe seguir regras provavelmente tem gravado em sua memória que ser guiado por elas é uma forma *econômica de viver*, isto é, despendem-se menos esforço e energia, em suma, funciona bem, logo vale a pena servir-se desse critério ou seguir por esse caminho. Porém, em que pesem as *dores do parto*, regras são transgredidas.

Conhecer é memorizar as interações que cada pessoa tem com o meio e suas regras de associação; por exemplo, aproveitando a metáfora do caótico trânsito urbano, muito presente no cotidiano dos brasileiros neste início do século XXI, se alguém se desloca de A para B, tem gravado de ou pela memória alguns trajetos em que pode locomover-me por vários meios de transporte. Analisa a cada instante a situação – sendo que uma delas é não preocupar-me com a demora no trânsito e ter paciência – em termos de objetos, nesse caso principalmente ruas, veículos e sinais de trânsito, e os fluxos bem como os pontos de estrangulamentos. De repente, chega à conclusão de que será mais rápido, ao invés de pegar dois ônibus – deslocar-se caminhando por meio desses engarrafamentos e pegar um único ônibus no meio do caminho. Faz esta última escolha e acaba verificando que gastou menos tempo. Despendeu energia – o que também pode ser



uma vantagem adicional, que reforça nele a escolha de caminhar, mesmo que se gaste um pouco de sola ou borracha do calçado.

Da próxima vez estará na memória dessa pessoa, na sua tomada de decisão, mais uma possibilidade no elenco das alternativas a seu dispor, sem precisar desfazer do que aprendeu por testemunho do relato de pessoas merecedoras de sua confiança acerca do que se valeram em situações semelhantes.

A ciência é o entendimento dos constituintes das coisas (ou objetos) e das relações que um objeto tem com outros ou com a totalidade de objetos, principalmente com vistas a encontrar relações de causalidade, porque é a partir disso que se pode agir sobre eles (intervir na natureza ou na vida social); os seres humanos são objetos, são parte da natureza, e os eventos históricos se constituem de relações que se estabelecem entre este tipo particular de objetos ou coisas: os seres humanos. A memória é o principal *recurso* na construção e utilização do conhecimento humano.

Então, o método varia segundo a natureza do objeto: nas ciências naturais se tornou hegemônico o método de formulação e verificação de hipóteses pela experimentação direta, principalmente em laboratório, para que se garanta que não se embutia nenhuma nova variável no experimento. Porém, não são todos os domínios das ciências naturais que se prestam ao uso esse método. No caso de um dos ramos das ciências humanas, as ciências sociais, é

pouco comum usar experimentos controlados; mesmo quando se pode lançar mão deles, ainda assim seus resultados não são conclusivos.

A comunidade científica se põe de acordo a respeito do que se pode ou não se pode fazer em termos de métodos e de objetos, e nisso prevalece o peso político pessoal do cientista e da instituição a que pertence ou que representa; é nisso que se configura a pressão para que se enverede por um determinado caminho metodológico e para que se escolham certos objetos de pesquisa em lugar de outros; alguns cientistas, mais do que outros, conseguem fazer com que as instituições mobilizem recursos, humanos e materiais (financeiros); algumas hipóteses ou linhas/programas de pesquisa nem chegam a ser colocadas em discussão, são descartadas de forma a priori. Outras nem encontram espaço para serem cogitadas, nem emergem no debate como objeto próprio de pesquisa científica.

Além deste fato de seguirem as pesquisas científicas e seus experimentos rumos ditados por interesses de quem as contrata, tem razão também a crítica que diz que o labor científico não é neutro, pois os cientistas agem sobre os fatos da maneira que aprenderam como sendo metodologicamente rigorosa. Em que pese isto, a *episteme* atual, ainda que regida pela razão instrumental, representa significativo avanço em relação à construção mítico-religiosa e filosófico-teológica, e ela pode ser em grande parte creditada a pensadores como Aris-



tóteles e Descartes. De Descartes se costuma cobrar equivocadamente o passivo de ter favorecido que viesse prevalecer a linearidade causal nas ciências, quando o que buscou na discussão sobre o método foi o fundamento metafísico do conhecimento certo da existência individual, e julgou que a experiência de ser capaz de pensar dava este fundamento.

Este é um exemplo até trivial de como garantir a objetividade científica nas ciências históricas – e as ciências econômicas podem ser incluídas como uma delas – isso é extremamente difícil, quase impossível, pois a compreensão dos acontecimentos passados com base em documentos históricos normalmente fica irremediavelmente prejudicada pelo fato de que a objetividade da narrativa está comprometida pelo significado prévio dos códigos lingüísticos que nela são usados, não expressando sua representação mental (ou simbólica) o que realmente aconteceu: o passado, por mais próximo que esteja, jamais será relatado tal como aconteceu, pois toda narrativa é ficção, e as tentativas de uma hermenêutica científica em geral extrapolam o texto e o contexto em que ela cada evento aconteceu.

Assim, o fato real é indizível, indescritível ou inenarrável. A língua de que as pessoas se valem em seus atos comunicativos é ela mesma plena de significados que previamente trazem objetos acerca dos quais os métodos também previamente validados devem dizer da sua veracidade ou falsidade. A *Babel* se instalou na comunicação humana no momento mesmo em que o

logos ou *verbum* se instaurou ou se instituiu.

Também por causa disso – quem busca causa, faz ciência - os objetos de investigação científica não são escolhidos de maneira neutra, pois nessas escolhas pesam as influências do sistema e das instituições a que delas se beneficiam; no caso das Ciências Econômicas, por exemplo, a defesa do uso do método racional-empírico, privilegiando variáveis quantificáveis, e de objetos que podem ser mensurados e quantificados, traz esse vício de origem, que, contudo, isso não é um viés do método em si; sem dúvida, ao creditar a ele a possibilidade de ser o mais eficaz de todos, já se incorre em preconceito, e disso emerge um valor axiológico que antecede o método com o qual se escolhe o objeto e com que se postula que se busque conhecê-lo. Em princípio não se vislumbra uma forma de superar esse impasse, a não ser professando fé no valor heurístico da razão humana – crença que se revela saudável, do ponto de vista prático, pois permite aos seres humanos criarem artefatos que lhes possibilitam intervir na natureza em favor de garantir os meios materiais que garantam a sua sobrevivência imediata e sua reprodução em novas gerações – lembrando que sobreviver em descendentes é um valor cultural socialmente construído.

O viés não está no método empírico racional, mas nas escolhas técnicas em que vêm impregnadas os interesses hegemônicos da classe dominante, também naturalizados. Porém, esta instrumentalização da

razão em favor de uma classe social não é de per si insuperável, pelo contrário, com a emancipação da classe trabalhadora, ela também poderá ser superada. Por exemplo, é razoável levantar a hipótese de que, na modernidade capitalista, o trabalhador assalariado se sujeita a ser objeto de uma transação mercantil. Feito um levantamento qualitativo dessa sujeição, essa sentença pode passar para a condição de tese, que, por certo, ainda que não goze do mesmo estatuto epistemológico da teoria do ovo de indez, pode ser contestada e, de fato, ela o é pelos intelectuais orgânicos da classe dominante, mas, pelo menos, dessa afirmação se pode dizer que é razoável.

A propósito, quanto ao ovo de indez, a tecnologia até já se alterasse sua definição e, conseqüentemente, a teoria que essa definição sustentava: na exata medida em que se descobriu que essa função poderia ser desempenhada por um simulacro de ovo, um ovo de plástico, com isso se modificou o significado do termo ou da expressão ovo indez. Quem está interessado em financiar pesquisa sobre s, e seu uso vale para galinhas criadas em galinheiro ou se vale para cocás (galinha de angola), se atualmente frango é criado em larga escala em granjas? Analogamente, se pode perguntar sobre quem está interessado em pesquisar sobre o uso de casca de laranja para acender o fogo em fogão de lenha, se ele está desaparecendo até nas roças mais remotas! Quem estaria interessado em conhecimentos de sociedades primitivas e tradicionais?

Essa conversa marginal não é exatamente vã, pois ela dá ensejo a se perguntar finalmente, sobre quem está interessado em financiar pesquisa sobre trabalhador assalariado como produtor de mais-valia. Quem se interessa em investigar por que, ao deixar de ter essa serventia, ele pode ser e, de fato, é descartado, como bagaço de laranja chupada? Quem está interessado em financiar se esse *bucha de laranja* é jogado na lata de lixo ou no olho da rua?

Ao modelo de cognição baseado na memória poder-se-ia criticar como sendo mecanicista, mas essa crítica pode ser refutada com o argumento de que a memória é uma faculdade ativa, não é apenas uma caixa de depósito de imagens, não é apenas um conjunto de fichas no fichário ou de arquivos numa pasta, como num computador. Talvez se devesse recuperar um sentido interno da filosofia clássica grega, a saber, a fantasia como geradora de hipóteses de trabalho que a memória vai testando permanentemente, aprovando umas e rejeitando outras, e armazenando esse repertório de soluções que significam sucesso na ação do ser humano na natureza ou na vida social. Outro caminho seria metafísico, exatamente no sentido com que se faz, por exemplo, nas Ciências Econômicas, a crítica aos fundamentos psicológicos do comportamento do *homo oeconomicus* do paradigma neoclássico.

O mais significativo, entretanto, é colocar como um dos pontos básicos nessa discussão que a compreensão de um conceito ou idéia diz respeito ou

significa o conjunto de elementos descritivos ou predicados (predicativos, predicáveis ou predicamentos) em que uma idéia se decompõe ou de que o conceito se compõe. Por exemplo, a compreensão da idéia de árvore implica em associar-lhe os seguintes predicados: ser, vivente, vegetal (não se opera com o que não é sua característica, por exemplo, inanimado ou irracional). A extensão de um conceito é o conjunto de sujeitos (indivíduos de uma série) a que tal idéia pode ou deve ser aplicada.

É assim que na idéia ou conceito de vegetal cabe a inclusão de um jequitibá ou de uma *maria-fecha-a-porta*, uma malva ou um jacarandá, um cipreste, um carvalho, um baobá ou um bonsai. A compreensão de uma idéia está na razão inversa de sua extensão. A idéia de ser, que é a menos rica de todas, é também a mais universal; a idéia de árvore, implicando predicados e predicativos mais numerosos, não se aplica senão a uma parte dos seres; a idéia de bonsai, que acrescenta à idéia de árvore novos predicados, é ainda mais restrita; enfim, as idéias de *pé-de-groselha-do-quintal-lá-de-casa* ou do *pé-de-manga itamaracá* ou o *pé-de-mangustão-que-existiam-no-Morro-do-Santuário-de-Araçuaí* em meados da década de sessenta ou uma das *algarobas* que num *Dia de São José* no início da mesma década foi plantada na entrada lateral do *Palácio Episcopal*, são ainda mais restritivas, têm um arco levado a seu máximo em termos de sua *compreensão*, mas reduzem ao limite mínimo sua *extensão*,

aplicando-se a individualidades ou singularidades, são idéias ou conceitos *singulares*. Porém, são igualmente expressos em forma de signos.

Os signos (sejam gestos ou palavras, sinais ou símbolos) são criados e captados pela percepção sensorial humana representando dados objetivos (objetos: coisas ou sensações), e essa percepção produz reações ou suscita sentimentos que também estão no âmbito da objetividade, independentemente do matiz que cada um lhe vai dar. Uma sensação virtual (no sentido cibernético), na medida em que provoca sensações ou evoca sentimentos, ela também é objetiva, pois pode ser experimentada (ou *experienciada*). No ato de se comunicar, um signo lingüístico passa de um para outro(s) sujeito(s); nesse caso, pode-se dizer que a fala/conversa/texto/comunicação possui status de realidade objetiva para os sujeitos que dela participam, mesmo se esse(s) sujeito(s) está/estão em coma profundo. Findo o ato comunicativo, expresso através de signos, o(s) significado(s) de que foi portador ou através do qual um ou cada um deles foi veiculado, sobrevive(m) como realidade objetiva na memória consciente ou infraconsciente.

Assim, parece razoável dizer que todo signo carrega ou porta consigo um significado que pode ter nuances em termos do conceito ou noção a que corresponde ou a que passa a corresponder, quando se forma na *mente* de cada um dos que o usam, mas, ainda assim, a despeito dessas idiosincrasias, mati-

zes ou nuances, o conceito ou idéia funciona como um denominador comum para um determinado conjunto de pessoas (grupo social ou classe social), bem definido em determinado espaço e vigorando durante determinado período, ou seja, é um *constructo* social (coletivo), que tem diversas formas de ser transmitido e de *ganhar publicidade*, alguns dos quais acabam assumindo novos significados a partir de signos e significações preexistentes. É aqui, neste recorte epistemológico, que cabe legitimamente colocar e entender adequadamente a discussão e o alcance de representações sociais, hoje de amplo uso e de larga aplicação na Psicologia.

As representações sociais são representações mentais coletivas em cuja elaboração predomina o senso comum ou que se assimilam de maneira mais prosaica, sendo que nelas o filtro ideológico é mais sutil e eficaz. As representações sociais são formas particulares que a representação (ou representações) assume(m). É como se fosse perguntado num canteiro de obras sobre o *traço* da massa de um remendo a ser feito na calçada: o engenheiro químico diria simplesmente para o engenheiro civil que o traço seria de 4,5; o pedreiro que está fazendo o remendo, diria que é mais ou menos 4,5 por 1; e o ajudante que está trazendo a massa dentro do carrinho de mão, diria, baseado em sua prática imediata, que é de quatro carrinhos rasos de areia para um saco de cimento. O engenheiro teria feito uma representação mental científica, o aju-

dante de pedreiro teria feito uma representação social, usando seu entendimento acerca da representação social que o pedreiro elaborara respeito do traço da massa, também através do senso comum. Há um pouco mais de sofisticação intelectual na teoria das representações sociais, mas no fundo essa teoria pode ter sua representação social ilustrada com essa metáfora. Mais adiante se voltará mais detidamente à questão das representações sociais, antes do que parece oportuno tratar ainda da questão do entendimento humano acerca da realidade que o cerca e na qual ele está mergulhado.

Partindo da observação de como os seres humanos tomam conhecimento da realidade, isto é, de si e do mundo, do seu *estar-no-mundo* e de *ser/estar/existir-com-outros-no-mundo*, pode-se dizer que o conhecimento começa com a percepção de objetos do mundo exterior e da interação do ser humano com esses dados da realidade. As manifestações ou dados da realidade são captados ou recebidos pelo seres humanos; cada ser humano inclusive deixa entender que inicialmente percebe, com a mente, seu corpo como exterior a ele, vê suas pernas, sua própria barriga (concentrando-se às vezes de forma narcisista demais no próprio umbigo), suas próprias mãos, uma das quais em geral usa mais do que a outra, mas nem por isso ela é perceptivelmente mais musculosa do que a outra, percebe-se como unidade em interação com outros objetos à sua volta. Isso

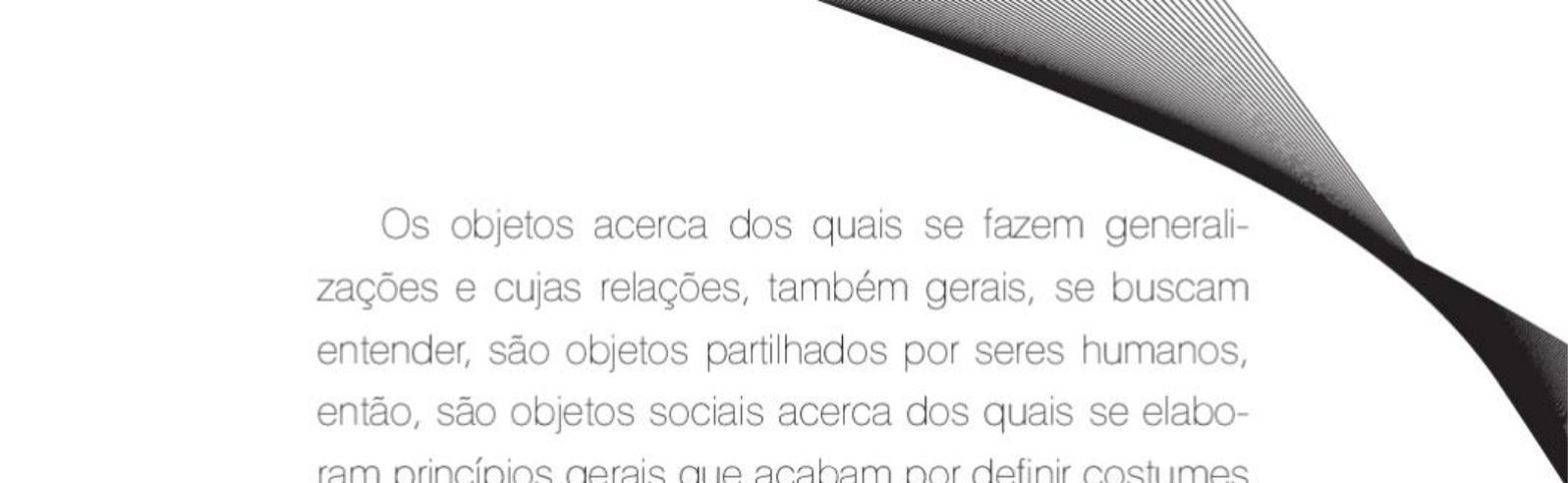
parece tão óbvio que nem precisaria ser lembrado para ninguém. Apenas assim parece, mas não é nada trivial, assim que se justifica gastar o *verbo* com ele, e também tinta e papel ou saliva.

Assim, é digno de registro e de menção que cada ser humano identifica semelhanças e diferenças entre objetos à sua volta, bem como vê semelhanças e diferenças desses objetos em relação a si próprio. De maneira análoga, mas com outros órgãos da sensibilidade, continua cada ser humano identificando, registrando e catalogando os objetos do mundo ao seu redor, exteriores a si próprio, e esses objetos deixam nele registradas suas *impressões*. A sensação de calor sensibiliza sua pele, sons sensibilizam células sensoriais dos seus ouvidos (entram pelos seus ouvidos), odores sensibilizam suas células olfativas (entram pelo seu nariz), sabores sensibilizam suas células gustativas, percebe-os na boca, e imagens fluem através de seus olhos. Diferencia coisas que acontecem mais perto dele e outras mais distantes, isto é, constrói a noção de espaço, bem como distingue que umas coisas acontecem depois das outras, isto é, adquire a noção de tempo, no sentido de serem síncronos ou de serem acontecimentos que aparecem numa sequência ou sucessão.

Vai-se do espacial-sonoro-táctil, ou de sensações semelhantes, para o simbólico mental, e isso o ser humano expressa mediante palavras ou gestos, ou pela ausência deles. Sensações fisiológicas geram cons-

truções mentais, a que se denomina de representações mentais; de certa forma, na representação mental objetos do mundo exterior a ela – inclusive o próprio corpo e a mente, corpo e espírito, corpo e alma – estão presentes na mente do ser humano. Sensações físicas, reais ou imaginadas, geram construções mentais. A representação mental é um ato do sujeito, é um recorte subjetivo da realidade exterior à mente e mesmo a respeito dela, que nela se imprime ou inscreve como objeto. A subjetividade individual é a fonte primária da representação, ainda que na sua formação interfiram fatores relacionados à interação social. Fica assim patente também que cada representação mental é uma construção histórica específica.

As representações mentais são construídas em processo de relação interpessoal, e, como essa interação em geral se dá com um número significativo de outros seres humanos, elas são corretamente entendidas e identificadas como representações coletivas; ademais, elas são construídas com características estabelecidas a partir do que o ser humano entende como percepção do que os outros, como agrupamento, pensam dele; ou seja, ele é socialmente elaborado e é essa unidade que se imprime na consciência individual, ainda que seus comportamentos apareçam também como atitudes (e performances) individuais. Ao serem propaladas no meio do povo, são decodificadas, melhor, ressignificadas, e se tornam representações sociais.



Os objetos acerca dos quais se fazem generalizações e cujas relações, também gerais, se buscam entender, são objetos partilhados por seres humanos, então, são objetos sociais acerca dos quais se elaboram princípios gerais que acabam por definir costumes e valores, enfim, têm um resultado performativo, mesmo se, ao cair no cotidiano, novos significados lhes sejam atribuídos pelo senso comum, com nova conotação, e dessa forma *conformem* práticas sociais. A teoria das representações sociais contribui para a desmistificação do saber douto, que considera válido só o conhecimento científico, na sua versão cientificista, a saber aquele que é passível de ter resultados medidos, que seja replicável em condições de controle de suas variáveis e que passe pelo teste de falseabilidade; nesta versão, o senso comum é desqualificado como fonte legítima e segura de conhecimento; com isso saberes populares relevantes estariam sendo descartados *a priori*.

Ora, a teoria das representações sociais tem o mérito de valorizar exatamente os matizes que se trocam entre sujeitos na simbolização que fazem das teorias científicas que lhes caem sob a vista ou lhes penetram os ouvidos, e essa troca dinâmica possibilita que a representação social que se firme como hegemônica, constitua-se em saber novo. Privilegia-se, então, mesmo que assim não denomine tal processo, a dialética, que também se manifesta no discurso comunicativo ou linguagem. Mesmo cientistas perspicazes e experimentados não conseguem escapar da influência

do saber construído a partir do senso comum na escolha do seu objeto de pesquisa, e mesmo na eleição do método e no discurso no interior do qual ou mediante o qual socializam os resultados a que eles porventura cheguem ou efetivamente chegam. Além do mais, na maioria das vezes, as representações sociais que os cientistas assimilam do senso comum, quase sempre obnubilam a quem interessam e se destinam os resultados e aplicações de suas pesquisas, tanto em termos de lucros auferidos, quanto em termos de boa qualidade de vida e de bem estar material e psíquico. Não é de hoje que se pode atestar que a pesquisa científica, de base ou aplicada, rigorosamente não é neutra (14),

Nesse aspecto, cabe lembrar que disso os cientistas têm uma representação social muito especial, pois ela padece de claro enviesamento ideológico, no sentido de encobrir as relações de poder presentes na vida social. E nesse sentido merece ser sublinhado o caráter performativo das representações sociais, enfatizando suas repercussões na vida das pessoas. Até se pode fazer jogo de palavras com *representação teatral* e *performance* (desempenho) dos atores que nela atuam, mas isso é apenas uma metáfora, com todos os riscos inerentes a seu uso.

Em razão de tal repercussão sobre o contrato social que emerge dessas interações intragrupo e intergrupos, as representações sociais têm *status* de realidade e de objetividade, e por isso podem arrogar-se o

direito de ser objeto de estudo das ciências sociais e de uma delas em particular, as ciências econômicas.

5 CONSIDERAÇÕES BASILARES NO EXERCÍCIO DE HERMENÊUTICA DA IDEOLOGIA: CENSO DO CONTRA-SENSE OU DA PERCEPÇÃO INVERTIDA DA REALIDADE

Dentre as várias descrições (ou narrativas) sobre a gênese e desenvolvimento do conceito de ideologia e de sua difusão (disseminação, propagação), restringir-se-á aqui apenas àquela desenvolvida pelo materialismo histórico clássico: a ideologia é o conjunto de formas de mascaramento da opressão e exploração que sustentam o processo de produção e reprodução da vida material.

A ideologia, nos governos (*Estados*) hegemônicos pela burguesia, tem-se revelado um mecanismo eficaz de manutenção dessa hegemonia em favor da classe dominante, detentora dos meios de produção, com o que consegue que grande parte do trabalho acabe constituindo-se em *mais-valia* (trabalho não-pago, trabalho excedente). O modo de produção capitalista é um modo de produção de mercadorias – bens e serviços cuja comercialização se destina a gerar lucros que, acumulando-se, venham a gerar mais lucro. A finalidade da mercadoria é garantir a acumulação de capital.

A ideologia burguesa se introduz e se consolida como mecanismo eficaz para legitimar a existência da

propriedade privada dos meios de produção (máquinas, equipamentos, instalações fabris e propriedades rurais, englobados sob o termo *capital*), que precisava e continua precisando ser caracterizada como um direito natural, o que justificava e continua justificando também a conseqüente apropriação pelos proprietários dos meios de produção da parte mais significativa do produto do trabalho humano: Tenho a máquina em que você trabalha e com que você produz, logo, tenho direito de ser mais bem remunerado do que você.

Não se explica, entretanto, com que tipo de relações sociais se conseguiu tornar-se proprietário desses meios de produção; parece ter razão o aforismo segundo o qual todo rico é ladrão ou descendente de ladrão; é uma historinha edificante dizer que o espírito ou prática de poupar (ao invés de consumir) e a determinação de trabalhar sem desânimo, herança da *ética protestante*, base do espírito capitalista, possibilitou que espíritos empreendedores se enriquecessem. Também a justificativa da participação na repartição como resultando do legítimo direito de propriedade é tão válida como a história de *Rapunzel* ou da *Bela Adormecida* no bosque ou de Branca de Neve.

A propriedade privada dos meios de produção é entendida como direito natural, e a partição extremamente desigual da produção é aceita também como sendo natural: excedentes econômicos são apropriados por uma classe que não dá sua contribuição no processo de produção, recebendo-os tão somente

porque é proprietária dos meios de produção. O fato de uma classe social viver à custa de outra é disseminada como direito natural: existe *ab initio* (desde os tempos de Adão e Eva) e *ad aeternum* (mesmo depois que o mundo acabar).

O objetivo da ideologia – consciente ou não, de forma expressa ou tácita (velada), com ou sem as adaptações ou acomodações feitas pelo senso comum nas representações sociais – é a legitimação da exploração de uma classe social por outra classe social, perenizando esse *status quo* de exploração, e ela é possibilitada pela alienação que a classe trabalhadora veio sofrendo (ou, se preferir, se permitiu sofrer, mas que objetivamente é a mesma coisa) em relação aos meios e instrumentos de trabalho, com o que perde, como classe, não só o controle da produção, mas também o domínio técnico da totalidade do processo produtivo.

As principais formas de inculcar, firmar e propagar a ideologia na contemporaneidade são os meios de comunicação de massa e a educação. Todo indivíduo nasce numa cultura, em grupos sociais que compartilham valores e normas de instituições e organizações que vieram constituindo-se num processo histórico mais ou menos longo, comparativamente à ao tempo de vida médio dos seres humanos. A educação é um processo de encaixe, adaptação, conformação, adequação, submissão às práticas sociais dessa cultura: é, em suma, socialização. Esta se dá de maneira informal, no seio da família e nas redes de relaciona-

mentos, ou de maneira formal na escola, seja ela laica ou confessional, sendo esta uma forma expandida da catequese religiosa, que é outro veículo da ideologia.

No ocidente, instituições religiosas que se constituíram no seio do modo de produção escravista antigo, conseguiram adaptar-se e tornar-se hegemônicas no feudalismo e fazer-se atuante mesmo na *modernidade*, que se gabava ser leiga. A naturalização das relações sociais de produção da *modernidade* que se vem aprendendo na família e na escola é reforçada na catequese religiosa, e essa naturalização é propalada, de forma maciça e diuturna, pelos meios de comunicação de massa, na sua quase totalidade controlados pela própria classe dominante ou grupos sociais oriundos da classe trabalhadora, cooptados por ela. A ideologia se incrusta de forma sutil e subliminar nas pessoas, de forma que, em geral, os explorados têm extrema dificuldade de dar-se conta dela, mas não muito menos inconsciente de sua existência é a própria classe dominante. Ela funciona tão bem que não se deixa perceber, camufla-se e se oculta tão bem que é de difícil decifração, enfrentamento e superação.

Os conceitos de que em geral se fazem uso, estão permeados de valores dos quais na maioria das vezes as pessoas nem se dão conta, os juízos (julgamentos) são proferidos sem que se tenha consciência da carga emocional derivada de valores incorporados no convívio social e a que tacitamente se dá assentimento. A comunicação entre os sujeitos sociais – indivíduos



ou grupos – se dá através de signos construídos e estruturados na mente como conceitos, e se expressam com símbolos e sinais. Isso não nega o peso que o contexto social tem na sua construção, isto é, o pensamento se faz a partir de representações mentais, que são socialmente construídas, ainda que nessas representações a ideologia tenha, em geral, peso significativo ao (de)formar o imaginário social. Já se atestou suficientemente bem que, nas sociedades divididas em classes sociais, as representações mentais são impregnadas por caracterizações de natureza ideológica e refletem as relações sociais em que se fundam a produção e reprodução da vida material.

A representação não é só cognição intelectual, a memória apreende objetos na forma de imagens, embora isso possa variar de pessoa para pessoa, em termos de percepção do objeto, de sua ideação e simbolização; e é assim que se põem em movimento como forças sociais de mobilização em favor do sistema de exploração ou contra ele (organizando-se como forças anti-sistêmicas ou de contra-poder). As pessoas comuns se envolvem, por exemplo, em projetos sociais e com eles assumem compromissos a partir de crenças e inferências, em sua maior parte estabelecidas pelo senso comum, conformadas em representações sociais, com graus diversos de coerência na estruturação de saberes e conhecimentos considerados certos e válidos no seu mundo (sua *cultura*).

A mentalidade geral em vigor numa época numa

determinada sociedade se constitui das representações mentais da vida real e também do imaginário social que se constrói com base em representações sociais. A representação social consiste na re-significação (*reterritorialização*) de teorias científicas levado a cabo por segmentos da sociedade que, na construção do seu conhecimento da realidade e seus saberes, se guiam pelo senso comum, com base no que derivam suas práticas sociais e fundam seus comportamentos, que, assim, ficam descoladas e se afastam do campo científico de que se originaram.

Se ao conjunto de representações mentais elaboradas pelo senso comum se denomina de representações sociais, à totalidade delas se pode com segurança considerar como uma boa aproximação de ideologia no seu sentido geral de representação falseada das relações sociais de dominação incrustadas no modo de produção capitalista, da qual a burguesia se faz valer para *impor* sua hegemonia. Tanto as representações sociais quanto o imaginário social estão crivados de ideologia e são por ela cli-vados. Valores construídos a partir dos interesses da classe dominante são inculcados nas pessoas, e na sua mente se impregnam como gordura entranha na carne de cupim de boi.

Tome-se, por exemplo, a percepção que se tem do dinheiro – categoria central no modo de produção capitalista e na sociedade burguesa: ele é representação mental, em torno dele se constrói um imaginá-

rio a partir de uma representação social que dele se faz, imaginário esse que carrega consigo ou dentro de si uma distorção ideológica; pode-se dizer que a distorção ideológica se estabelece em torno de um imaginário *social*.

A representação *social* tem clara dimensão cultural, nesse sentido ela faz parte da esfera ideológica. Entendida a ideologia como falsa representação, no sentido de representação distorcida das relações sociais em que se embasam as relações de produção (com vistas à apropriação da natureza), a representação *social* é diversa da representação mental, na qual também há poderosa carga ideológica, embora aquela (a representação *social*) possa dela ser portadora em intensidade ou graus variáveis. Porém, não se pode esquecer de que é também no processo social de produção da vida material que a classe trabalhadora pode tomar consciência de que até então está tendo uma compreensão falseada de sua exploração, da qual também só como classe pode libertar-se.

A própria identidade social das pessoas está impregnada de conteúdos ideológicos. A identidade social é a forma como a pessoa se vê inserida no mundo que a cerca mais de perto, nas suas inter-relações pessoais mais próximas e mais freqüentes. É um processo ambivalente e retro-alimentador, pois cada pessoa internaliza um modo de ser e de estar no seu contexto social, ao mesmo tempo em que exterioriza a imagem pela qual gostaria de ser identificada por aqueles que

a circundam e que deseja ver ratificada e chancelada pelos outros; é uma imagem reificada a que quer que se forme coletivamente de si mesmo. Transita da identidade pessoal para a identidade social e vice-versa, internaliza o lugar em que seu grupo social (ou grupos sociais) a coloca(m), e constrói uma imagem de si que deseja ver confirmada no seu grupo social. Ela difunde no cotidiano essa imagem do que a diferencia em relação aos outros a partir de construções de identidades que seu grupo social estabelece pelo senso comum.

Tome-se, por exemplo, a identidade social do trabalhador. Pelas acentuadas mudanças no mundo do trabalho, com agravamento do desemprego, do subemprego (emprego em tempo parcial) e da subcontratação (a conhecida terceirização) houve correlativa desconstrução de identidade do trabalhador, principalmente do operariado fabril. E essa fragmentação de que é *objeto* ou a que *está sujeito* torna mais fácil o controle e a dominação da burguesia sobre ele. A reconstrução dessa identidade na atualidade se tornou difícil e problemática; se acontecer, certamente o será numa nova forma, *quae será tamem!*

Assim como existe a identidade social do trabalhador, há também a identidade social da burguesia, e ela também é polimorfa. Há várias definições ou descrições de burguesia, se ela é feita pelos seus *intelectuais orgânicos* ou pelos poucos intelectuais da classe trabalhadora; são poucos, pois é difícil emergir um intelectual orgânico da classe trabalhadora; a qua-

se totalidade dos intelectuais se bandeia para o lado da classe dominante, tornam-se legítimos intelectuais orgânicos da classe dominante, a que rigorosamente dever-se-ia dizer burguesa, mas burguesia já tem uma representação social que acaba dificultando a comunicação, se usada sem determinados cuidados e ressalvas. E há a representação social de burguesia, tanto no seio da classe dominante quanto no seio da classe dominada e explorada por ela, ambas em nível do senso comum, estruturada em moldes das representações sociais.

E o objetivo da ideologia se alcança plenamente, quando as classes sociais antagônicas na vida social se consideram absolutamente iguais, enquanto natureza e enquanto potencialidade, isto é, como possibilidade de se efetivar, de tornar realidade. Ter uma identidade social é construir uma representação de si mesmo, a qual se aprecia tornar pública e da qual se rejubila, está ligada a uma alta auto-estima, um pertencimento a um grupo do qual se tem orgulho e com o qual a pessoa sente ter status social. Na construção da identidade há elementos do imaginário, incorporando nele aquilo que ele tem de conotação positiva. A identidade do ser humano, sua personalidade, é uma conformação simbólica intra-humana, com certa estabilidade estrutural e certa previsibilidade de comportamento, ainda que sua realidade que não seja acessível de forma direta e suas manifestações indiretas não sejam susceptíveis de generalização, e há

mais de dois mil anos se exige da teoria que ela seja referendada pela realidade.

A subjetividade é por definição individual, talvez mesmo singular. Não existe subjetividade social; do imaginário até se pode dizer que ele seja social, se com isso quiser dar a entender, significar e demarcar a maior freqüência do significado de determinado termo/vocábulo/conceito, em suma, a hegemonia ou predominância de um vocábulo, de uma expressão, de uma sentença e das conclusões que em geral se derivam desses significados, associada à carga emocional envolvida no seu uso, quer sejam elas logicamente legítimas ou não. Também não há muita relevância distinguir sentido, significado e significante: trata-se de rebuscamento acadêmico da linguagem. Todo sentido/significado de um discurso é subjetivo, sem que com isso se negue absolutamente a dimensão coletiva (social) de sua produção, é produto de interação social, mas sua elaboração é individual, pode-se tornar unânime, mas é nuançado por cada pessoa, de forma singular. A significação e a implicação emocional que acontece junto com ela é sempre individual.

CONCLUSÃO:

CONTRACENSO OU CENSO DO CONTRA-SENSO

Na exata medida em que o capitalismo representou avanço como forma de apropriação da natureza em relação ao feudalismo, a modernidade que ele inaugu-

rou e ainda sustenta significou nítido *progresso* sobre a ideologia feudal. A modernidade ganhou conotação positiva e ainda goza dessa boa imagem; desse prestígio desfruta também a racionalização científica da partição da renda neste novo modo de produção que dela fez a Economia política.

Porém, a *naturalização* das formas de exploração que teve curso na sociedade moderna não passou despercebida e o materialismo histórico dela fez a crítica, deixando à vista os conteúdos ideológicos aí travestidos em verdade. Como se tratando ou se tratassem de lados complementares de uma mesma realidade, na produção do conhecimento científico se buscou o consenso, em termos de paradigmas, e a ideologia foi estruturada como consenso em termos de consolo e legitimação de um padrão histórico de exploração econômica. Porém, a crítica da economia política fica com o ônus de provar isso que ainda não está assentado no senso comum; contrariar o *establishment* tem seu preço, não poucos viveram isso em sua própria carne.

Na Idade Contemporânea (o tempo presente da *modernidade*) se mantém ainda hegemônico, de certa forma, folgadoamente confortável, o modo de produção da modernidade burguesa, no qual, no seio da classe trabalhadora que está empregada e também entre os desempregados, que sobrevivem em situação de extrema precariedade, a ideologia legitima a exploração imposta pela classe dominante. A quase totalidade da

população passou a vê-la e considerá-la como natural e, portanto, eticamente aceitável; e contra isso o senso comum recomenda nada fazer, senão dar o melhor de si no seu trabalho para ter possibilidade de conseguir um lugar ao sol. A maioria das pessoas acabou acreditando nessas narrativas (ou representações sociais) que naturalizam as relações de exploração. A ideologia continua tendo o papel de pano de fundo que realça determinadas figuras e imagens sobre a vida social.

A inclusão social passou a ser, ela própria também, objeto de uma representação social, como tal construída com conhecimentos e saberes extraídos do senso comum, e que, como toda representação social, gera práticas sociais, com todos os seus vieses ideológicos, no caso, por exemplo, o consumismo exacerbado, com subordinação a padrões dados por outrem, e essa é mais uma alienação de que a classe trabalhadora é *vitima*, embora a ideologia consiga afastar esse sentimento ativando a culpa como seu complemento antitético, fazendo com que o trabalhador passe a se responsabilizar por seu próprio infortúnio.

Ao contrário do que povoa o imaginário social como estereótipo, fazer ciência não é uma competência essencialmente individual, ela é coletivamente construída num tempo relativamente longo, e isso vale também para as Ciências Econômicas. No capitalismo, essa ocupação é prerrogativa da classe dominante e seus intelectuais orgânicos, e só marginal ou penosamente é levada a cabo por quem contesta o



status quo da exploração e a ciência que a legitima. Por ensejar tal compreensão, que carrega consigo um potencial de crítica explosivo, o materialismo histórico é marginalizado e vituperado, negando-se a ele a cientificidade como processo e método de análise. Porém, a representação social do cientista e a linguagem que a traduz, carrega tal viés de classe.

A transformação objetiva do processo social, tanto na dimensão de mudanças nas formas de apropriação da natureza pelo ser humano como na direção de mudanças substanciais nas relações sociais (superando a separação dos seres humanos em classes sociais) é o que se busca alcançar com ajuda da teoria, que complementa e faz também a prática avançar. A dificuldade de alcançar ou manter a neutralidade científica se descobre ou evidencia (evidencia-se, porque *descobre*, *des-vela*) com mais facilidade ao pesquisar com rigor metodológico quem consegue descobrir (inventar) alguma coisa, onde e como a descobre. E essa distorcida percepção da realidade faz parte, inconsciente até, do aparato ideológico – que só pode ser da classe dominante. A classe dominada não tem ideologia própria, ela compartilha, em geral inconscientemente, dessa superestrutura. A classe dominada, de própria, só consegue ter utopia e o empenho unitário e classista para construir um mundo melhor, e o elemento diferenciador que o materialismo histórico colocou em relação aos vários projetos socialistas do Sec. XIX foi que a classe trabalhadora pode tornar realidade essa utopia a partir

do nível de desenvolvimento das forças produtivas que o modo de produção capitalista possibilita.

Nesse sentido não importa muito em que medida a economia política tenha podido servir ou sirva ainda para entender os modos de produção anteriores: relevante mesmo foi ter elaborado categorias que tornaram inteligíveis as relações de produção do modo de produção capitalista e sua articulação com relações de produção características de formações sociais desaparecidas que estão presentes, ainda que disfarçadas ou completamente atrofiadas, no modo de produção capitalista. Quando se tentam pensar as sociedades anteriores, isso se revela como uma meta inalcançável, pois as categorias abstratas (conceitos ou idéias) para isso construídas exprimem formas de existência de uma dada sociedade (ou *sujeito*) e têm suas determinações dadas por seu contexto específico.

Também no aceno à esperança por outro mundo, absolutamente possível, é oportuno colocar um pouco de ciência, que pode ajudar a aclarar prováveis cenários. Pouco se pode cogitar a respeito do tipo de sociedade que haverá no futuro; acerca dele não se pode ser categórico em afirmar que uma sociedade comunista, apesar de tudo, está sendo construída. Porém, não se constitui mera metáfora ou paradoxo aceitar que o *que é sólido desmancha no ar*. A classe dominante hoje parece absolutamente dona de si e de seu destino, uma classe *para-si*, mas nesse seu momento de máximo esplendor é também quando ela

se enrijece, e em sua síntese se torna um *em-si*; assim, este é o momento em que as contra-forças endógenas do sistema podem avançar em direção à sua emancipação e nesse projeto político pode conseguir levar junto o grosso da população, a partir do que o pleno aproveitamento das forças produtivas já desenvolvidas poderá ser subordinado a uma ordem social gerida e controlada pela maioria, momento em que *ethos* e *logos* estarão a se fundir numa única e superior unidade, capaz de suplantar o *pathos* da exploração de classe. Talvez aí se torne realidade a utopia da cooperação *autogestionada* e da democracia direta. Para tanto a emancipação humana não pode ser deixada a cargo de outrem, não pode a classe oprimida alienar-se dessa tarefa, delegando-o à classe dominante.

Nesse sentido, o papel relevante da filosofia é elaborar intelectualmente as categorias dessa unidade fundamental entre ação humana e pensamento, bem como discutir as regras de uma correta formulação de juízos e adequada argumentação que com elas se podem formular, de forma coletiva, a partir das representações mentais individuais. A filosofia se confunde, assim, em termos de seu objeto, com um dos ramos da psicologia contemporânea e nele poderá fundir-se. Fora disso, trata-se de conserto sem concerto ou de concerto sem conserto, um futuro incerto!

NOTAS DE FIM

i Este texto não é integralmente inédito, partes dele foram publicadas no site do SINDECON/MG em 2010, e está disponível em http://www.sindeconmg.org.br/artigos_detalhe.php?id=9, acessado em 26/06/2011. Veja também: http://www.sindeconmg.org.br/artigos_detalhe.php?id=10 acessado dia 26/06/2011 http://www.sindeconmg.org.br/artigos_detalhe.php?id=8 acessado dia 26/06/2011

ii Economista.

iii "A Carta do Cacique Seattle, em 1855", disponível em <http://www.culturabrasil.org/seattle1.htm>, acessado em 20/01/2011, às 10h20, que remete, com o respectivo link para outra versão em <http://www.culturabrasil.pro.br/cartaindio.htm>, acessado em 20/01/2011, às 10h23 e também em inglês, <http://www.culturabrasil.pro.br/seattle.htm>, acessado em 20/01/2011 às 10h26, o que permite conferir a qualidade desta tradução. Não se entrou no mérito de saber se uma é mais pertinente que a outra, mesmo porque outras questões as precedem: o Cacique Seattle disse isso mesmo? Em que língua o disse? Qual a competência lingüística do falante e do ouvinte no idioma em que se deu o diálogo? É um relato de fidedigno e que observou as técnicas de história oral?

1 Esta afirmação está posta hipoteticamente, pois pode ser uma versão caricatural do que disse e fez Calvino, como se pode ler no artigo de em Ideri Matos: Calvinismo e capitalismo: qual é mesmo sua relação?", disponibilizado em <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2004/04/277991.shtml>, acessado em 24/06/2011. Que Deus retribua com a prosperidade o trabalho persistente e a vida frugal, essa se constituiu na posição dos calvinistas em relação ao trabalho, mas, de certa forma, não era assim tão nova, pois apenas reedita a prática dos monges beneditinos expressa no ora et labora! Na França os calvinistas eram chamados huguenotes; na Inglaterra, puritanos.

2 Veja <http://www.bibliacatolica.com.br/01/56/6.php>, acessado no dia 24/06/2011. Há uma variação de traduções desses versículos da Bíblia, que podem ser entendidos como pregação de submissão dos servos a seus senhores, dos escravos a seus donos. Há que se levar em conta o contexto em que foram escritos (quando, onde, por quem, para quem e para que) e o propósito com que o texto foi usado como doutrina (por quem, para quem e para que) e doutrinação (por quem, para quem e para que).

3 Veja, acessado dia 24/06/2011 http://www.swissinfo.ch/por/Capa/Archive/Ultima_bruxa_da_Europa_e_reabilitada.html?cid=891276.

4 Veja este trecho do Décimo-quarto Sermão de Padre Antônio Vieira, em <http://>

ricafonte.com/historia/textos/Historia_Brasil/Colonia/Sofrimento%20dos%20escravos.pdf, acessado em 24/06/2011.

5 Entre membros da nobreza, em geral, o alto clero era arregimentado; ou talvez a partir do Século V a aristocracia romana e, depois, a nobreza feudal tenha conseguido impor à alta hierarquia da Igreja seus membros.

6 São consideradas instâncias, esferas ou dimensões, e disso se tratou com muita propriedade em O Fim da Política, de Robert Kurz, disponível em <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz105.htm> acessado dia 24/06/2011.

7 MOSCOVICI, 1982 e 1976, apud REY, F.G, Sujeito e Subjetividade (Sujeto y Subjetividad), 2003, respectivamente p. 124 e p. 125.

8 Parece mais adequado usar esse termo, aparentemente meio rebuscado, ao invés de denominá-las de burguesas, um termo que, se não sofreu uma degradação de significado, pelo menos já adquiriu outras conotações. Entenda-se por governo o que a crítica da economia política com mais propriedade e de maneira mais ampla denomina de Estado, em oposição ao termo sociedade civil.

9 Essa partição dita também repartição, mas não sem certo deslizamento do significado para distribuição de renda.

10 Pode ler em : <http://www.pco.org.br/biblioteca/socialista/autores/mehring/textos.htm> , acessado dia 24/06/2011.

11 Não há dúvida que a justiça na ordem social feudal se remetia à dimensão filosófica e teológica. Controvérsias há sobre como e quando o tomismo se tornou oficial na cristandade ocidental; a ordem dominicana desempenhou função inquisitorial que o Santo Ofício, na Espanha, sob direção de Torquemada, levou ao paroxismo. As bases da Inquisição se firmaram no Concílio de Verona, em 1183, Veja, de Adalberto Tripicchio, A Inquisição-Parte I, em <http://www.intra.redepsi.com.br/teste/portal/modules/smartsection/item.php?itemid=907>, acessado em 24/06/2011.

12 Retirada do contexto em que foi feita essa afirmação geral, dela se inferiram conclusões indevidas, talvez, com o objetivo, tácito ou manifesto, de desqualificar Marx como cientista social e colar-lhe o rótulo de panfletário e apologético, enfim, um ideólogo, na acepção de ideologia que circula na mídia, uma representação social de ideologia, que não é uma categoria de análise marxista, pelo contrário, mais do que ofuscamento, é degradação e distorção de seu significado, tomando-o opaco.

13 É o que exorta Marx no exórdio de Para a Crítica da Economia Política sobre o que é concreto e abstrato no método científico; este texto foi acessado em

<http://www.insrolux.org/textosmarxistas/metododaeconomiaopolitica.htm>, no dia 24/06/2011.

14 Desse traço humano, humano demais, não escapou nem Leonardo da Vinci. É interessante ler a carta em que ele oferece seus préstimos ao duque Ludovico Sforza para um amplo leque de atividades, que incluíam a engenharia militar, disponível em http://www.consultoriadomestica.com.br/cgi-bin/blog/DaVinci_carta_ludovico_sforza.pdf, acessado em 24/06/2011. Veja também http://www.bellica.it/mezzi_terrestri1.html, acessado também em 24/06/2011. Interessante também é a leitura de BLAUG, Mark. Metodologia da Economia ou como os economistas explicam (The Methodology of Economics or How Economists Explain). Editora EDUSP, São Paulo, 1999.

A CONSTRUÇÃO DE
PARCERIAS ATRAVÉS DO
DIÁLOGO SOCIAL: UMA
ANÁLISE DA RELAÇÃO VERACEL
CELULOSE E COMUNIDADES
AUTÓCTONES DO SUL DA BAHIA¹

ISAURA MOURÃO²
JAQUELINE MORELO³

Este trabalho objetiva compreender o relacionamento entre a Veracel Celulose e comunidades autóctones do Sul da Bahia, a partir da instalação da indústria na região, em 2005. Para isso, investiga como ocorre a comunicação entre os diferentes atores sociais, considerando-se a diversidade cultural e os diferentes interesses envolvidos. O estudo de caso utiliza a pesquisa bibliográfica, a observação participante e entrevistas semi-estruturadas com lideranças empresariais e comunitárias. Conclui que, somente a partir do diálogo efetivo, pode-se compreender e respeitar a diversidade e construir um modelo de relacionamento que contribua para o desenvolvimento social das comunidades.

INTRODUÇÃO

O contexto atual, marcado pela globalização da economia, pela evolução tecnológica e pela consolidação democrática no país, tem provocado mudanças na comunicação entre os diferentes atores sociais. O maior acesso à informação e ao conhecimento permite que uma parcela expressiva da população se conscientize sobre seus direitos e deveres. Ao mesmo tempo, percebe-se uma reapropriação do espaço público, com cidadãos mais atuantes e interlocutores na comunicação com as diferentes organizações, sejam públicas, privadas ou do terceiro setor. Como consequência, os diversos interesses e os conflitos existentes na sociedade tornam-se mais visíveis.

Kunsch (1997) considera que a partir da redemocratização do país as organizações adotam uma postura mais transparente e passam a se relacionar com as comunidades por vias democráticas. Além disso, os avanços no campo administrativo e a inserção de preocupações com o meio ambiente e a responsabilidade social, entre outros fatores, interpelem a comunicação organizacional vigente até então. “Começou-se a perceber que aquele estilo de comunicação vertical direta (informacional) estava com os dias contados. Os canais tinham que ser mudados e ampliados” (KUNSCH, 1997, p.31).

As comunidades, por sua vez, mais organizadas, passam a se movimentar a fim de alcançar seus ob-



jetivos e ter sua cultura respeitada. Ao mesmo tempo, buscam, junto às organizações, parcerias efetivas que possibilitem seu desenvolvimento social, cultural e econômico, sendo a comunicação condutora de todo o processo.

Nesse contexto, marcado pela explicitação dos conflitos, a dialogicidade da comunicação torna-se imperativa. Assim, identificar e compreender os atores sociais, suas culturas e atitudes, além de lidar com os conflitos de interesses, é condição necessária para a construção do diálogo, compreendido como troca efetiva de ideias entre pessoas, comunidades, governo, instituições sociais, organizações públicas e privadas.

A partir dessa realidade observa-se que uma nova forma de pensar e fazer a comunicação vem sendo adotada por muitas organizações. O atual momento, caracterizado como de transição entre dois modelos de comunicação, demanda, portanto, estudos que contribuam para o avanço desse campo de atuação.

Esta pesquisa busca compreender o relacionamento e a comunicação entre comunidades que se encontram em uma região com inúmeras carências sociais e alto índice de pobreza, e um empreendimento que ali se instala, a Veracel Celulose. Localizada no Extremo Sul da Bahia, desde o início de suas operações, em 2005, a organização tem experimentado um constante aprendizado na busca da construção do diálogo com as comunidades autóctones, dentre elas indígenas e Reservas Extrativistas (Resex)⁴.

A hipótese, formulada a partir de pesquisa exploratória, é que a construção da comunicação tem acontecido fundamentada nos erros e acertos no relacionamento entre públicos de interesses conflitantes das comunidades autóctones e a Veracel Celulose. Além disso, esses conflitos acontecem também entre as próprias comunidades que têm interesses distintos, amparados por demandas específicas. Assim, mesmo nascendo com a filosofia da sustentabilidade em sua base gestora, essa organização precisou rever sua postura, suas atitudes e a forma como promove a comunicação e o relacionamento com as comunidades vizinhas em função de mudanças, da cultura, do estilo de vida e dos interesses de cada uma dessas comunidades.

Pretende-se compreender como as comunidades e a Veracel, com culturas e interesses específicos e até conflitantes, se relacionam e tentam equacionar conflitos. O estudo também tem como objetivos caracterizar a empresa e as comunidades do seu entorno; identificar a atuação comunicacional dos diferentes atores sociais envolvidos; verificar a efetividade da comunicação dialógica através do registro desse diálogo e do acompanhamento da atuação parceira entre atores sociais com interesses específicos e/ou conflitantes, em benefício de ambos.

Como estratégias metodológicas optamos pelo Estudo de Caso, uma vez que este permite o estudo de indivíduos e grupos possibilitando o conhecimen-

to aprofundado de processos e relações sociais, fato central na análise da problemática apresentada, e pelo Método Histórico, a fim de acompanhar a evolução do relacionamento Veracel-comunidades a partir do início das operações da indústria, em 2005, até os dias atuais, identificando as mudanças da comunicação entre os diferentes atores sociais .

Para a coleta de dados, foram realizadas entrevistas em profundidade com atores sociais envolvidos (lideranças, autoridades e moradores das comunidades locais), além de observação participante. Utilizamos também pesquisa bibliográfica com consulta aos relatórios Responsabilidade Social 2006 Veracel – a construção de redes sustentáveis de relacionamento⁵, Análise de Sustentabilidade Veracel 2008⁶ e Relatório de Sustentabilidade Veracel 2009⁷, documentos publicados em 2007, 2009 e 2010, respectivamente.

A análise dos dados coletados baseia-se no novo posicionamento da atuação interativa das relações públicas comunitárias, na qual o profissional de comunicação atua como articulador e incentivador e não como um simples transmissor de informações e aplicador de técnicas comunicacionais (Kunsh, 2006), e na concepção praxiológica ou relacional da comunicação. Tal concepção supera a abordagem do processo de comunicação que vigora até a década de 1990, o técnico-instrumental, avançando para outro, processual e relacional (OLIVEIRA; PAULA, 2007). No caso estudado, fica claro esse avanço

que impacta, inclusive, as condições estruturantes de comunidades específicas.

A partir dessa perspectiva, as ações de comunicação que envolvem organizações e indivíduos são realizadas através de interações e intercâmbio de formas simbólicas (OLIVERIO, 2009). As antigas relações fundamentadas na transmissão de informações sem preocupações com contextos ou sentidos e, principalmente, com os públicos, estão cada vez mais em desuso, sendo substituídas por uma nova concepção de comunicação, proposta pelo sociólogo francês Louis Quéré (1991).

O modelo praxiológico ou relacional de comunicação sustenta-se na ideia de que a comunicação é o lugar da constituição social dos fenômenos que a análise social se propõe a descrever e explicar. Para o autor, a comunicação “é também o meio no qual emergem e se mantêm os objetos e os sujeitos, os indivíduos e as coletividades, o mundo comum e a sociedade” (QUÉRÉ, 1991, p. 3). Nesta perspectiva, os sujeitos são construídos na relação com o outro, reconhecendo-se e percebendo suas diferenças por meio da ação comunicativa, que é realizada em conjunto, no mundo onde as representações e a realidade não estão dadas, predefinidas.

[...] Não há mais neste modelo (praxiológico) o mundo predefinido, seja ele externo ou interno, que se trataria de representar adequadamente. É na ação comunicativa, enquanto um processo de “publicização”, que as coisas e seres adqui-

rem sua determinação – para todos os fins práticos – através da construção de relações com um “nós” (QUÉRÉ, 1991, p. 7).

Com o modelo praxiológico ou relacional, os atos de comunicação constroem a sociedade e estes, “mais do que informar, têm por tarefa criar uma interação própria entre projetos e seus públicos, através do compartilhamento de sentidos e de valores” (HENRIQUES, 2009, p.4). Assim, a comunicação, a partir de uma perspectiva praxiológica, considera:

[...] a) interlocutores sujeitos de intervenção, reciprocamente referenciados; b) uma realização discursiva que ganha uma existência própria e assume papel de determinação; c) a constituição de um espaço comum, terreno de construção da intersubjetividade; d) as marcas de sua inserção em um contexto sócio-histórico (FRANÇA, 2011, s.p.).

A partir desse modelo de comunicação, a análise que se segue considera: a relação entre os sujeitos interlocutores – Veracel e comunidades vizinhas, localizadas em nove municípios que influenciam e são influenciados pela empresa⁸ –; os dispositivos utilizados nas trocas simbólicas entre os sujeitos em interação; o contexto em que as relações ocorrem; os sentidos construídos pelos diferentes sujeitos.

DE INVESTIMENTO SOCIAL PARA O DIÁLOGO SOCIAL ATIVO

Para entender como tem se processado o relacionamento Veracel–comunidades autóctones faz-se necessário contextualizar a empresa e a região na qual ela se instalou. Em 2003, foi aprovado o projeto industrial e teve início a construção da fábrica da Veracel Celulose, organização que já estava presente na região desde 1991 com atividades de silvicultura⁹. Paralelamente, a organização elabora e aprova a sua Agenda de Sustentabilidade, documento interno que sinalizava sua linha de atuação fundamentada nos três pilares: econômico, social e ambiental. No entanto, naquele momento, o modelo previa a realização de ações de apoio às comunidades influenciadas pela organização¹⁰, com ênfase nos investimentos sociais que propiciariam o atendimento a algumas das necessidades das comunidades vizinhas, cujo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) oscilava, em 2000, entre 0,593 e 0,704 (na Bahia, o melhor IDH era o de Salvador, 0,805 e, no Brasil, o de São Caetano do Sul, em São Paulo, 0,919).

Na primeira etapa desse relacionamento, como dito anteriormente, a Veracel buscou desenvolver atividades de infraestrutura e atendimento a necessidades básicas da população dos municípios vizinhos. Naquele momento, quase um terço da população não era alfabetizada e mais de 1.400 professores não tinham

nível educacional adequado¹¹. Saúde e saneamento básico também eram – e ainda são – deficitários. Em Barrolândia, distrito de Belmonte, onde a fábrica foi instalada, das 1.328 residências, 749 eram de madeira e 535 não tinham banheiro. Dos nove municípios vizinhos, 6.777 casas não tinham o lixo recolhido¹².

Estes são apenas alguns indicadores que caracterizam a realidade local e podem justificar a alta expectativa das comunidades vizinhas em relação à instalação de um empreendimento do porte da Veracel Celulose na região, empresa que emprega, direta e indiretamente, mais de três mil profissionais, produz mais de um milhão de toneladas de celulose por ano e possui quase 210 mil hectares de terra para plantio de eucalipto e áreas de preservação ambiental.

A partir deste cenário e de estudos realizados por consultorias especializadas, a empresa pavimentou ruas, abriu estradas, construiu banheiros nas residências, áreas de lazer nas comunidades, reformou e equipou hospitais e postos de saúde, construiu estações de água e tratamento de esgoto, implementou programas de capacitação de educadores e de promoção da qualidade de ensino, somando investimentos superiores a R\$ 50 milhões, dentre recursos próprios e oriundos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), entre 2003 e 2005. A partir daí e até o ano de 2010, a Veracel Celulose investiu recursos próprios da ordem de R\$ 10 milhões.

Pode-se dizer que sua atuação, na primeira fase,

seguiu os princípios da pirâmide de Maslow, segundo a qual é necessário suprir as demandas fisiológicas, de segurança, sociais e de estima, atuando em infraestrutura básica – saúde, educação, saneamento e segurança. O desenvolvimento do trabalho de campo, realizado por uma das autoras deste artigo durante uma semana, em 2007, quando participou de reuniões com representantes das comunidades, entrevistou autoridades locais e moradores de alguns dos municípios citados, propiciou a percepção empírica da teoria das necessidades humanas de Maslow (1970). Partindo dessa experiência, pode-se afirmar que, para se promover a comunicação dialógica, é necessário dotar os interlocutores ou atores sociais de condições mínimas de infraestrutura e, até mesmo, habilitá-los ao diálogo fornecendo informações necessárias à interação.

No entanto, as ações iniciais não foram suficientes e não tiveram, naquele momento, total aceitação por parte de membros das comunidades. A depredação de algumas áreas de lazer e a má utilização dos banheiros nas residências, culminando em problemas na estação de tratamento de esgotos, foram alguns dos sinais indicativos de que a condução do relacionamento com as comunidades deveria ser revista. Nasce a partir daí, segundo Débora Jorge¹³, a necessidade do enfrentamento de grandes desafios: harmonizar diversos interesses, atuar buscando minimizar a baixa autoestima das comunidades, combater o vício do assistencialismo e a apatia para a mobilização social.

A empresa percebeu, a partir destes e de outros sinais, implícitos – por meio das atitudes das comunidades como as citadas anteriormente – ou explícitos – no diálogo com a comunidade¹⁴ – emitidos pelas comunidades vizinhas, que era necessário desenvolver um diálogo franco e aberto e não apenas implementar obras de infraestrutura e realizar investimentos sociais. As comunidades mostraram, a partir de suas atitudes e do diálogo aberto com a empresa, que era necessário entender e conhecer as características e prioridades de cada uma delas. Com isso, a partir de 2006, a Veracel Celulose começou a desenvolver o que denominou *Diálogo Social Ativo*, iniciado por palestras informacionais e educativas, visitas e reuniões com associações de moradores, representantes de comunidades indígenas e de Reservas Extrativistas.

O início deste trabalho marca uma nova forma adotada pelos diferentes atores sociais de lidar com interesses distintos e até mesmo conflitantes. Seditamente ainda a ideia de que essas comunidades e seus moradores são os agentes da transformação social, que começa a acontecer fundamentada na construção do diálogo entre esses atores:

[...] as sociedades humanas, por meio das interações de conflito, criam a estrutura social e ela é baseada nas relações de produção, consumo, experiência e poder, nas quais os significados são produzidos e reproduzidos. Ocorre ainda a

interação simbólica entre atores afetando a estrutura social preparada para agir para a mudança e reproduzir a mudança. É aqui que aparece um dos primeiros pontos relativos à importância e dinâmica da comunicação entre os indivíduos (MARCHIORI, 2006, p.40).

A partir de então, a construção do diálogo se dá conjuntamente (empresa-comunidades), sendo fortalecida pela formação de redes sociais no final de 2007. De acordo com Recuero (2006), as redes sociais são constituídas pelos atores e suas conexões (interações ou laços sociais). Os atores, primeiro elemento da rede social, são as pessoas envolvidas na rede que se analisa. Considerando a rede como um sistema, os atores seriam suas partes atuando de forma a moldar as estruturas sociais, através da interação e da constituição de laços sociais. As conexões, o outro elemento da rede social, são constituídas dos laços sociais que, por sua vez, são formados através da interação social entre os atores.

A interação, parte das percepções do universo dos atores, tem um caráter social perene e diretamente relacionado ao processo comunicativo. Assim, conforme Recuero (2006), estudar a interação social compreende estudar a comunicação entre os atores, as relações entre suas trocas de mensagens e o sentido das mesmas, o que tem sido implementado, na prática, pela Veracel Celulose na região onde o empreendimento está instalado.

Quando se pretende compreender como as conexões entre os diversos atores são estabelecidas, é preciso entender como eles se expressam presencialmente ou virtualmente. No entanto, sabe-se que os atores possuem diferentes atributos sociais, os quais afetam os seus relacionamentos. Porém, conforme Henriques (2009), considera-se que, através da comunicação dialógica, é possível compartilhar sentidos e valores. Na experiência relatada, pode-se dizer que o engajamento com os *stakeholders*, dentre eles as comunidades autóctones, está sendo construído via relacionamento sistemático, gerenciado pela área de comunicação em forte alinhamento com a área de sustentabilidade.

As redes sociais nas comunidades autóctones do Sul da Bahia, cuja formação inicial contou com o incentivo da Veracel, são constituídas por representantes e líderes dessas comunidades, sem interferência da empresa. Em dois momentos, no entanto, primeiro em 2006 e depois em 2008, a Veracel contratou consultores especializados que subsidiaram a formação das redes e capacitaram os envolvidos. “A Veracel investiu na formação das pessoas da comunidade para que elas criassem o projeto, diferentemente de chegar e impor sem conhecer o lugar. Nós conseguimos”, observa Agnevaldo Rodrigues, integrante da Rede Social de União Baiana, distrito de Itagimirim. Para ele, o programa Redes Sociais “foi uma oportunidade que tivemos, tanto empresa quanto comunidade, de estreitar

laços: conseguimos falar, ouvir e compreender as diferentes situações.”¹⁵

O principal objetivo dessas redes é o desenvolvimento social das comunidades que, a partir da autoanálise e identificação de seus próprios ativos, definem ações visando ao desenvolvimento comunitário incluyente. As próprias comunidades definem o funcionamento das suas respectivas redes sociais, a partir de uma pauta definida com base em suas necessidades e demandas, dentro de uma agenda preestabelecida e acordada entre as partes.

Hoje as sete redes sociais já desenvolveram e implementaram nove projetos de geração de renda e tornaram-se o principal canal formal de diálogo ativo e participativo entre as comunidades autóctones e a Veracel. Além disso, têm contribuído para fortalecer as lideranças locais, estimulando o protagonismo comunitário e empoderando os participantes, e para ampliar a parceria com outros atores sociais. Deve-se destacar ainda o envolvimento multidisciplinar da empresa, ao incluir, nos projetos, profissionais de áreas distintas e com o aval da Alta Direção, sem o qual atuações como essas são inviáveis.

Dessa maneira, o *Diálogo Social Ativo* praticado pela Veracel Celulose e comunidades autóctones, por meio das redes sociais e dos outros canais de diálogo mencionados anteriormente, tem propiciado o conhecimento da realidade, da vocação e das carências de cada uma das comunidades vizinhas ao empreendi-

mento e, conseqüentemente, a busca de soluções e alternativas customizadas, de acordo com a realidade e as demandas de cada comunidade, sem um foco predefinido pela empresa.

"[...] Estamos, de fato, começando a conhecer a região e as pessoas. Temos trabalhado muito a humildade de perceber que não sabemos tudo e não temos todas as respostas. Nesse contexto de se reconhecer e conhecer o ambiente, estamos buscando o compartilhamento de alternativas e soluções para a região com os diferentes públicos com os quais nos relacionamos." 16

Portanto, a abertura ao diálogo pode possibilitar a geração de impactos positivos para os diferentes atores sociais envolvidos, ainda que a situação original seja conflituosa. No entanto, pela experiência relatada, é preciso abertura e envolvimento efetivo da organização para compreender o posicionamento das comunidades frente a um empreendimento de grande porte que chega e se impõe numa determinada região e como esse posicionamento pode, inclusive, interferir no processo de gestão de uma grande organização.

Nesse sentido, podemos exemplificar a atuação organizada das comunidades investigadas, por meio das redes sociais, com o caso de Ponto Central, distrito de Santa Cruz Cabrália, ocorrido em 2008. Todo o apoio social para o distrito estava definido: seriam implementados programas de educação e saúde já desenvolvidos pela empresa na região. No entanto,

a comunidade não queria nenhum dos programas apresentados, mas sim, a estrutura para o fornecimento de água tratada. Essa demanda fez a empresa rever os investimentos e programas previstos além de envolver, em conjunto com a comunidade, outros atores sociais como o governo, tornando-se parceira na busca de sanar uma necessidade básica e, com isso, contribuir para a saúde e o desenvolvimento local. Conforme José Carlos da Purificação, integrante da Rede Despertar, de Ponto Central, “quando a comunidade é ouvida, ela torna-se corresponsável pelo projeto e pelo investimento.”¹⁷

Apesar das mudanças observadas, na avaliação da coordenadora de comunicação social da empresa, Débora Jorge, considerando-se a realidade regional, o ritmo das mudanças deveria ser acelerado. “Estamos num caminho em construção, mas lento demais tanto para a urgência das comunidades como da empresa”, avalia.¹⁸

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na sociedade contemporânea, os diferentes atores sociais, comunidades e organizações, estão reaprendendo a se relacionar. Hoje, já não basta mais o investimento social e a transmissão das informações para as comunidades existentes em locais onde são erguidos grandes empreendimentos. É preciso dialogar, saber escutar e atuar em parceria para buscar um



relacionamento capaz de lidar com os inúmeros conflitos existentes, contribuindo para a geração de resultados para todos os envolvidos.

Diferentemente do que ocorria algumas décadas atrás, quando um empreendimento significava o progresso para uma determinada região, sinônimo de investimento social e em infraestrutura, hoje as organizações precisam rever seu posicionamento e sua forma de se relacionar e se comunicar com as comunidades autóctones, prevendo o diálogo como parte do seu processo de gestão. Somente a partir do diálogo efetivo pode-se compreender e respeitar essa diversidade e construir um modelo de relacionamento que contribua para o desenvolvimento social, econômico e cultural das comunidades autóctones. Do contrário, corre-se o risco de investir e se relacionar de maneira inadequada, potencializando de forma negativa conflitos entre e com as comunidades vizinhas aos grandes empreendimentos.

Também nesse novo contexto, as comunidades, cada vez mais organizadas, têm se movimentado no sentido de buscar alcançar seus objetivos, conciliando-os com a preservação de sua cultura. Além disso, buscam, junto às organizações, parcerias efetivas que possibilitem o desenvolvimento social, cultural e econômico, tendo a comunicação como condutora de todo o processo.

Pode-se afirmar que o acesso facilitado à informação e à comunicação, proporcionado pelo avanço

da tecnologia e pelo exercício da cidadania, permite essa interação mais individualizada, potencializando conflitos e exigindo, também, uma comunicação mais customizada, que considera a realidade e a cultura de cada uma das comunidades de relacionamento, sua forma de ser e de se expressar.

Como se pode constatar por meio deste estudo de caso, a comunicação que promove o diálogo efetivo entre os diferentes atores sociais, ainda que apresente erros e acertos, traz ganhos para todos os envolvidos. No caso das comunidades vizinhas à Veracel Celulose, os resultados do *Diálogo Social Ativo* têm repercutido em projetos e ações que, aos poucos, vêm contribuindo para o desenvolvimento econômico e social e a conseqüente melhoria da qualidade de vida daquela região, propiciando uma transformação social lenta, mas significativa, principalmente em função do cenário descrito inicialmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALIPIO, Antônio Sergio. Entrevista publicada no Relatório de Sustentabilidade Veracel 2009, produzido em 2010. Disponível em: <<http://www.veracel.com.br/LinkClick.aspx?fileticket=k7vWk4zmK0g%3d&tabid=80&mid=452>>. Acesso em: 10 fev. 2011.

FRANÇA, Vera Veiga. Comunicação e política: edifica-se uma tradição? Disponível em: <<http://jorgealm.sites.uol.com.br/franca.html>>. Acesso em: 20 jan. 2011.

Henriques, Márcio Simeone. O Planejamento Sistêmico da Comunicação. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/~larp/simeone.rtf>>. Acesso em: 18 jan. 2011.

JORGE, Débora. A comunicação Veracel-comunidades. 2011. Entrevista concedida a Isaura Mourão.

KUNSCH, Margarida M. Krohling (Org.). *Obtendo resultados com relações públicas*. 2.ed. rev. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

MARCHIORI, Marlene (Org). *Faces da cultura e da comunicação organizacional*. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2006.

OLIVEIRA, Ivone de Lourdes; PAULA, Maria Aparecida de. *O que é comunicação estratégica nas organizações?* São Paulo: Paulus, 2007.

OLIVÉRIO, Márcio. Você precisa comunicar ou informar? Disponível em: <<http://www.institutojetro.com.br/lendoartigo.asp?t=1&a=1718>> . Acesso em: 18 jan. 2011.

PURIFICAÇÃO, José Carlos da. Entrevista publicada no Relatório de Sustentabilidade Veracel 2009, produzido em 2010. Disponível em: < <http://www.veracel.com.br/LinkClick.aspx?fileticket=k7vWk4zmK0g%3d&tabid=80&mid=452>> . Acesso em: 15 fev. 2011.

QUÉRÉ, Louis. D'un modèle épistemologique de la communication à un modèle praxéologique. In: *Réseaux*. Paris, nº 46/47, Mar-Abr, 1991. Trad. Vera Lúgia Westin e Lúcia Lamounier.

RECUERO, Raquel. *Redes Sociais na Internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009. (Coleção Cibercultura).

RODRIGUES, Agnevaldo. Entrevista publicada no Relatório de Sustentabilidade Veracel 2009, produzido em 2010. Disponível em: <<http://www.veracel.com.br/LinkClick.aspx?fileticket=k7vWk4zmK0g%3d&tabid=80&mid=452>> . Acesso em: 10 fev.2011.

NOTAS DE FIM

1 Trabalho apresentado no V Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e Relações Públicas. São Paulo, 05-07 maio 2011.

2 Jornalista, especialista em Comunicação e Gestão Empresarial e professora do Centro Universitário Newton Paiva e da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). E-mail: isaura@pontofinalci.com.br.

3 Jornalista, mestre em Ciência Política e professora do Centro Universitário Newton Paiva e do Unicentro Belo Horizonte (UNI-BH). E-mail: jaqmorelo@hotmail.com.

4 As Reservas Extrativistas (Resex) foram definidas pelo Decreto Nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990, Art. 1º. São espaços territoriais destinados à exploração autossustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por populações extrativistas. Elas garantem terra às famílias que, por muitas gerações, trabalham de forma extrativista permitindo, assim, que continuem em suas comunidades vivendo das atividades econômicas que tradicionalmente executam, conservando os recursos naturais mediante a sua exploração sustentável, para que esses recursos continuem disponíveis para as futuras gerações.

5 Documento produzido e publicado pela empresa em 2007.

6 Disponível em: <http://www.veracel.com.br/LinkClick.aspx?fileticket=C3qBIYsYY7Q%3d&tabid=80&mid=452>.

7 Disponível em: <http://www.veracel.com.br/LinkClick.aspx?fileticket=k7vWk4zmK0g%3d&tabid=80&mid=452>.

8 São eles: Belmonte, Canavieira, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália.

9 Silvicultura – ciência que tem por finalidade o estudo e a exploração de florestas, no caso, florestas plantadas de eucalipto, madeira utilizada para a produção de celulose.

10 Municípios de Belmonte, Canavieira, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália, que somavam uma população de aproximadamente 328 mil pessoas, segundo o censo do IBGE de 2000.

11 Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do Ministério da Educação (Inep), Censo dos Profissionais do Magistério da Educação Básica 2003.

12 Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Base de Informações Municipais e Pesquisa, UFBA, censo demográfico 2000.

13 Jornalista e coordenadora de Comunicação Social da Veracel desde 2008, em entrevista por telefone, realizada em 16 de fevereiro de 2011.

14 A Veracel desenvolveu, entre 2006 e 2010, o que denominou Diálogo Social Ativo, constituído por vários programas de diálogo e relacionamento, direcionados à comunidade, com agendas e formatações específicas: Redes Sociais, Programa de Visitas Veracel, Pesquisa de Percepção, Programa de Articulação e Mobilização Social, Inventário Social, Atendimento e Tratamento de Demandas Sociais, Programa Diálogo

com Vizinhos, Sistema Fale Conosco, Reuniões Públicas – recertificação Cerflor –, Comitê de Uso Múltiplo da Madeira e Rede de Percepção de Odor – RPO.

15 Agnevaldo Rodrigues, integrante da Rede Social de União Baiana, distrito de Itagimirim, em entrevista publicada no Relatório de Sustentabilidade Veracel 2009, produzido em 2010. Disponível em: <<http://www.veracel.com.br/LinkClick.aspx?fileticket=k7vWk4zmK0g%3d&tabid=80&mid=452>>.

16 Antônio Sergio Alipio, diretor-presidente da Veracel Celulose, em entrevista publicada no Relatório de Sustentabilidade Veracel 2009, produzido em 2010. Disponível em: <<http://www.veracel.com.br/LinkClick.aspx?fileticket=k7vWk4zmK0g%3d&tabid=80&mid=452>>.

17 José Carlos da Purificação, integrante da Rede Despertar, de Ponto Central, distrito de Santa Cruz Cabralia, em entrevista publicada no Relatório de Sustentabilidade Veracel 2009, produzido em 2010. Disponível em: < <http://www.veracel.com.br/LinkClick.aspx?fileticket=k7vWk4zmK0g%3d&tabid=80&mid=452>>.

18 Entrevista por telefone, realizada em 16 fev. 2011.



ANÁLISE DA LEI ROBIN HOOD EM MINAS GERAIS ATRAVÉS DA CONSTRUÇÃO DE UMA TIPOLOGIA DOS MUNICÍPIOS MINEIROS¹

JANE NORONHA CARVALHAIS²
ELISA MARIA PINTO DA ROCHA³

O modelo de federalismo fiscal estabelecido pela Constituição Federal de 1988 criou mecanismos de redistribuição visando suprir as esferas subnacionais dos recursos necessários à produção de políticas públicas. Apesar de fragilizar a capacidade de coordenação dos estados, ela os incentivou a assumir a articulação e a coordenação de políticas sociais junto aos municípios pois procurou aperfeiçoar a redistribuição da parcela municipal do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). Apesar de representar o único mecanismo de transferência de recursos dos governos estaduais para os governos municipais os trabalhos que tratam do tema ainda são relativamente escassos.

A legislação mineira, chamada Lei Robin Hood (LRH), tem como objetivo a melhoria da qualidade de vida da população através da promoção da descentralização da distribuição da cota-parte, da desconcentração da renda, da alocação de recursos locais em áreas sociais, do aumento da arrecadação e da eficiência do gasto público local e da criação de uma parceria entre estado e municípios.

Nesse contexto, emergiu uma questão central que orientou esse artigo: até que ponto a LRH estaria alcançando tais objetivos? Portanto, procurou-se verificar se a LRH estaria promovendo uma distribuição de recursos compatível com a realidade socioeconômica de cada localidade. Especificamente procurou-se descrever e analisar a legislação mineira segundo os critérios adotados, seus pesos relativos e as variáveis utilizadas no cálculo de seus índices e construir uma tipologia de municípios que permita verificar empiricamente se os montantes transferidos aos municípios guardam relação com suas características socioeconômicas.

A metodologia utilizada se baseou nas pesquisas bibliográfica e documental que auxiliaram na compreensão e nas análises dos aspectos teórico-conceituais e da legislação mineira que trata do tema. Para a análise dos dados referentes aos repasses da LRH e das características socioeconômicas dos municípios utilizou-se o Método de Análise por Quadrantes, que permitiu construir tipologias de municípios combinan-

do nível de pobreza e montante de recursos transferidos pela LRH. Os dados foram extraídos das bases de dados da Fundação João Pinheiro e do IBGE, respectivamente. Os resultados demonstram que foram atribuídos pesos relativamente elevados para critérios concentradores ou com baixa capacidade redistributiva. Observou-se também que municípios pobres, mercedores de transferências de recursos relativamente maiores receberam montantes relativamente pequenos e que aquelas localidades mais ricas do estado foram beneficiadas com expressivas transferências de recursos da LRH. Nesse sentido, pode-se constatar que os repasses da LRH estariam sendo incoerentes com as características socioeconômicas dos municípios. Portanto, conclui-se que, apesar de representar um avanço, a LRH demanda aprimoramentos, a despeito das dificuldades e da complexidade envolvidas na busca de soluções que minimizem a elevada heterogeneidade socioeconômica que caracteriza os municípios mineiros.

1 INTRODUÇÃO

Normalmente as federações apresentam diferentes capacidades de auto-financiamento entre os entes federados em razão de algum grau de disparidade regional ou local. Sendo assim, são estabelecidos mecanismos de distribuição de recursos entre as esferas de poder por meio de transferências intergovernamentais que promo-

vam o alcance de padrões desejáveis de equidade.

No caso do Brasil, embora existam diversas modalidades de transferências intergovernamentais, apenas uma trata da transferência de recursos dos governos estaduais para os governos locais: aquela que se refere ao repasse de parcela de ICMS arrecadado pelo estado e distribuído aos municípios. Por se tratar do único mecanismo de transferência de recursos entre esses entes federativos pode-se afirmar que sua análise permite verificar de que maneira se desenvolvem as relações federativas entre tais esferas de poder, como os estados procuram promover adaptações e aprimoramentos segundo suas respectivas realidades e dinâmicas, bem como, até que ponto eles tem sido capazes de articular e coordenar políticas públicas locais.

A experiência pioneira de Minas Gerais, denominada Lei Robin Hood (LRH), se orientou na busca da melhoria da qualidade de vida da população do estado. Ao longo da década de 90 passou por sucessivos aperfeiçoamentos que alteraram critérios de distribuição, seus pesos relativos e as variáveis utilizadas no cálculo de seus índices. Sendo assim, é importante verificar até que ponto a legislação mineira estaria promovendo uma redistribuição de recursos coerente com o perfil socioeconômico dos municípios do estado, ou seja, se ela estaria beneficiando os municípios mais pobres com parcelas de recursos relativamente superiores aquelas destinadas aos municípios mais ricos.

Esse artigo encontra-se estruturado em outras três

seções, além desta Introdução e das Conclusões. A primeira seção procura apresentar uma breve descrição de algumas contribuições teóricas acerca do Federalismo e do modelo de federalismo fiscal brasileiro recente, destacando a importância das transferências intergovernamentais entre estados e municípios e da cota-parte do ICMS. A seção seguinte descreve a Metodologia utilizada. Em seguida, a seção quatro é subdividida em duas partes: na primeira é descrita e analisada a experiência de Minas Gerais a partir dos critérios de repasse estabelecidos em sua legislação. Na segunda parte dessa seção é construída uma tipologia dos municípios através do Método de Análise de Quadrantes (MAQ), através da combinação entre suas características socioeconômicas e os montantes de recursos repassados pela LRH a cada um deles o que permite verificar até que ponto a distribuição de recursos por meio da LRH estaria sendo coerente com a realidade socioeconômica de cada localidade.

2 FEDERALISMO E FEDERALISMO FISCAL: BREVES CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E CARACTERIZAÇÃO DO QUADRO BRASILEIRO NO PERÍODO RECENTE

Estados federativos resultam do compromisso em favor da parceria e da cooperação que promova o compartilhamento da soberania nacional, garantindo autonomia e interdependência entre seus entes, garantida por um contrato federativo dotado de sólido

arcabouço institucional que permite lidar com os conflitos inerentes à natureza federativa. (ABRÚCIO, 2006; ELAZAR, 1987). Nesse sentido, respeitando-se os ordenamentos constitucionais, as relações federativas implicam na inexistência de relações hierárquicas ou de controle entre os entes federados.

A despeito das diferenças entre as experiências federativas, segundo Elazar (1987), todas têm em comum uma Constituição escrita, a não-centralização e a divisão territorial de poder. Portanto, o arranjo federativo envolve uma multiplicidade de centros de poder soberanos, convivendo em uma parceria baseada no princípio da soberania compartilhada entre o governo central e as unidades subnacionais. Seus princípios constitucionais vão além da divisão de poderes, envolvendo toda a estrutura governamental, a criação de mecanismos que estabeleçam freios e contrapesos entre os níveis de governo e de instrumentos que incentivem a cooperação e os processos de decisão intragovernamental conjunta.

Além disso, conforme Almeida (1995, p. 89) “A existência de competências comuns entre as instâncias de governo é a expressão mais clara da natureza não-centralizada do federalismo”. Sendo assim, estrutura e preceitos constitucionais estabelecem um poder difuso, baseado numa matriz de governos onde existem apenas maiores ou menores arenas de decisão política e jamais entes com poderes diferenciados. (ALMEIDA, 1995; ELAZAR, 1987).



Apesar de não contemplar os aspectos de natureza institucional, política e histórica que envolvem os pactos federativos, o Federalismo Fiscal possui papel relevante, pois influencia os arranjos federativos, uma vez que determina a forma como os recursos fiscais são arrecadados e distribuídos. Trata-se, segundo Souza (2006), da manifestação territorial do Federalismo, na medida em que se refere à divisão de competências e responsabilidades entre as instâncias, à distribuição de recursos fiscais e às garantias constitucionais dos entes constitutivos da Federação alcançando o sistema como um todo, pois constitucionaliza as relações intergovernamentais e o sistema fiscal. Já Garson (2007) argumenta que as formas como se dão as relações federativas são representadas por distintos sistemas de transferências intergovernamentais.

Não há como estabelecer um modelo ideal ou universal de Federalismo Fiscal ou mesmo reproduzir a experiência de um país em outro, uma vez que a maneira como se articulam os arranjos fiscais federativos é determinada pelas distintas experiências históricas, políticas, sociais e institucionais de cada sociedade. Ou seja, os arranjos federativos guardam especificidades e possuem dinâmicas distintas.

Entretanto, conforme Prado (2003), todo regime fiscal federativo depende de estruturas de competências tributárias e transferências intergovernamentais eficientes, bem como do equilíbrio da atribuição dos encargos entre os entes federativos. Por sua vez,

Conti (2001) destaca que cabe ao Federalismo Fiscal estabelecer uma maneira pela qual se processará a repartição de receita e do produto da arrecadação que promova a redução das disparidades no acesso às receitas tributárias, garantindo aos entes federados maior autonomia na busca de soluções para suas demandas.

Por outro lado, Prado (2007) argumenta que os sistemas federativos modernos se caracterizam pela maior concentração de recursos tributários sob controle dos governos centrais e de atribuições aos entes subnacionais. Tal característica ocasiona o que a literatura denomina de “Brecha Vertical”: diferença entre as despesas ocasionadas pelo conjunto de encargos assumidos pelos governos subnacionais e sua capacidade de gerar receitas tributárias próprias, implicando na necessidade de se promover transferências dos governos superiores para os inferiores, o que, em última instância determina a capacidade de gasto de cada ente.

Além disso, as federações são caracterizadas, normalmente, por algum grau de heterogeneidade regional e local que implicará em distintas capacidades de auto-financiamento. Portanto, “a capacidade autônoma de cada um destes governos para suprir os serviços demandados pelos cidadãos, ou exigidos pelas normas legais do país, também difere de forma bastante proporcional à disparidade em nível de desenvolvimento e capacidade econômica”. (PRADO, 2007,

p.32). Tal quadro gera um problema de equidade: para que seus cidadãos tenham acesso a padrões mínimos de serviços, as regiões mais pobres necessitariam impor uma carga tributária maior aos seus residentes, o que implica em maior sacrifício tributário destes cidadãos em relação aos demais.

Em vista disso o autor argumenta que as alternativas para se atingir a equidade se baseiam em dispositivos redistributivos, denominados fluxos redistributivos e sistemas de equalização. A efetividade de tais mecanismos dependerá da receptividade com a qual os entes inferiores assimilam o papel de ordenador desempenhado pelo ente superior e da existência de transferências verticais dotadas de atributos redistributivos cujos critérios promovessem a diminuição das diferenças horizontais de capacidade de gasto dos governos subnacionais, dando-lhes condições financeiras de atender suas demandas. Em ambos os dispositivos redistributivos é imprescindível a definição de critérios e mecanismos de rateio dos recursos. Além disso, sua eficiência seria determinada pelas características e pela forma como o federalismo fiscal se encontra articulado no contexto político e social, bem como, pela estrutura econômica do país.

No caso brasileiro, a Constituição Federal de 1988 (CF88) procurou restaurar o pacto federativo, pois buscou promover maior equilíbrio de poder entre as três esferas de governo e redistribuiu as competências entre cada uma delas. Vale lembrar que CF88 alçou os

municípios à condição de entes federados, tornando o federalismo brasileiro tripartido. (SOUZA, 2006).

A partir de então, para fazer face às alterações do quadro de competências proposto pelo novo modelo de federalismo fiscal, que modificou as atribuições dos estados e dos municípios, foram implementados e aperfeiçoados mecanismos de geração e distribuição de recursos entre os entes federativos compatíveis com tais atribuições, dentre os quais as transferências da parcela dos recursos arrecadados pelos estados através do ICMS e repassada aos seus municípios, denominada cota-parte municipal do ICMS.

2.1 O papel da cota-parte do ICMS

O primeiro mecanismo de transferências intergovernamentais foi instituído no Brasil com a Constituição Federal de 1946 e se baseava na transferência equitativa de recursos do governo central para os municípios, portanto, desprovida de qualquer mecanismo de equalização fiscal (SOUZA, 2005). A Reforma Tributária de 1967 aperfeiçoou esse mecanismo de transferência instituindo o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Ela também determinou aos estados a competência em relação ao então criado Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), limitando-o ao controle do governo federal e do Senado. Tal legislação tornou o novo imposto eminentemente arrecadatório, evitando que ele fosse utilizado como instrumento de política eco-

nômica regional e estabeleceu que 20% dos recursos arrecadados do ICM se constituíam em receitas dos municípios, que deveriam ser devolvidas a eles conforme ordenamento da legislação federal (PRADO, 2003).

Em 1972, foi regulamentado o dispositivo constitucional referente à cota-parte, determinando que o rateio dos recursos obedeceria a proporção do valor adicionado decorrente das operações de circulação de mercadorias realizadas no território de cada município, calculado a partir da diferença entre os valores das mercadorias saídas e das mercadorias que ingressavam no município. Em 1980, a Emenda Constitucional nº. 17/80 transformou a cota-parte em uma modalidade de transferência híbrida, pois manteve o caráter devolutivo da parcela de 75% dos recursos e determinou que até 25% deles poderiam ser partilhados conforme legislação estadual. Dessa forma, as legislações estaduais passaram a regular os critérios de distribuição do ICM e, posteriormente, do ICMS, abrindo espaço para a adoção de critérios que minimizassem o caráter concentrador inerente ao valor adicionado (BARATTO; COSTAMILAN, 2007).

Por sua vez, conforme as mesmas autoras, a CF88, reproduzindo a Emenda Constitucional nº 17/80, determinou que 75% do total da arrecadação do ICMS, principal tributo de competência estadual, pertencem aos estados e que a parcela referente aos municípios corresponde aos 25% restantes, devendo ser distribuídos na razão de $\frac{3}{4}$ de acordo com o Valor Adicionado

Fiscal (VAF) de cada município e ¼ com base em legislação estadual própria⁴.

Portanto, percebe-se que a legislação federal procurou estimular as legislações estaduais a criarem mecanismos de transferências intergovernamentais entre os estados e seus municípios que vinculassem a distribuição da parcela de ICMS à aplicação de recursos segundo critérios definidos pela respectiva lei estadual, procurando avançar para além daqueles adotados no rateio do FPE e do FPM (territoriais e demográficos) e do ICMS (movimentação econômica) e visando promover o equilíbrio social e econômico entre estados e municípios.

Pode-se notar que esse dispositivo constitucional, além de não interferir na definição dos critérios a serem adotados pela legislação estadual para a alocação dos recursos, permitiu a cada estado instituir uma legislação própria, que atendesse às suas especificidades, e deu a eles alguma margem de manobra para interferir na destinação dos recursos, até então livre. Essa observação é importante, pois se trata de uma situação específica na federação brasileira tendo em vista que os estados não dispõem de autoridade quanto à gestão administrativa e financeira dos municípios uma vez que a CF88 alçou-os à condição de entes federativos.

Algumas legislações estaduais utilizaram como critério de repasse desses recursos apenas os índices do VAF apurados para cada município, abrindo mão da criação de um mecanismo específico que tratasse



da distribuição desses 25% dos recursos destinados aos municípios. Por sua vez, outros estados procuraram inovar, adotando critérios específicos capazes de proporcionar uma redistribuição de recursos que contribuísse para minimizar as desigualdades, induzir a implementação de políticas públicas locais e promover uma melhoria na qualidade de vida da população.

Apesar desses aprimoramentos, esse mecanismo ainda apresenta algumas dificuldades. É importante apontar que, além da existência de alguns problemas de ordem conceitual e operacional na determinação do VAF causados pelas dificuldades de interpretação e harmonização da legislação que o regulamenta, Baratto e Costamilan (2007) argumentam que esse critério compromete o alcance da melhoria da capacidade de gasto dos municípios. Segundo elas, os municípios economicamente mais desenvolvidos detêm participação superior na arrecadação do ICMS, o que implica em aumento desproporcional da cota-parte *per capita*, em detrimento daqueles municípios que possuem população mais elevada e, portanto, com maiores demandas de serviços públicos. Além disso, as oscilações do montante de recursos a serem transferidos se tornam mais acentuadas quando da adoção dessa modalidade de critério. É que, além da arrecadação do ICMS ser extremamente sensível ao nível de atividade econômica mais geral, o índice do município pode ser alterado em razão de aspectos de natureza climática que repercutem sobremaneira

na atividade agrícola, principal atividade econômica de expressiva parcela dos municípios brasileiros (BARRATO; COSTAMILAN, 2007).

Analisando as experiências dos estados brasileiros as autoras também concluem que, do ponto de vista da cota-parte municipal, os 25% transferidos segundo a legislação estadual não são suficientes para reduzir a concentração espacial causada pelo critério valor adicionado, apesar de, em média, 1/3 desse recurso ser distribuído buscando compensá-la. Nesse sentido dentre as alternativas colocadas para minimizar tal concentração encontrar-se-ia, em primeiro lugar, a alteração dos critérios de distribuição dos 75%. Em segundo lugar, o aumento da parcela regulamentada pela legislação estadual, cujo significado implícito é a discussão acerca dos dilemas da autonomia, nesse caso, dos governos estaduais.

Por sua vez, Prado (2003) argumenta que, apesar da suposição de que governos locais seriam mais eficientes na oferta de bens públicos, não se pode perder de vista que os sistemas decisórios locais são, normalmente, frágeis e despreparados. Além disso, as experiências brasileiras nas áreas de educação e saúde, que reduziram a autonomia de estados e municípios, têm sido bem sucedidas.

Além disso, qualquer tentativa de alteração dos critérios de rateio da parcela de 75% da arrecadação de ICMS destinada aos municípios demandaria alterações na Constituição Federal, não afetando em nada a au-

tonomia estadual. Por outro lado, a possibilidade de definição dos critérios de distribuição desses recursos pelas legislações estaduais poderia implicar na perda da parcela já prevista no texto constitucional que garante o repasse automático a cada município de, no mínimo, $\frac{3}{4}$ de seu VAF.

Por fim, não há garantias de que a classe política estadual tenha interesse em ver ampliado o volume de recursos cuja definição da destinação cabe a ela, na medida em que o exercício dessa tarefa ocorre em uma arena cujos conflitos de interesses são inevitáveis, podendo representar esforço político desnecessário. (BARATTO; COSTAMILAN, 2007).

3 METODOLOGIA

Além da pesquisa bibliográfica que contribuiu para o entendimento dos aspectos teórico-conceituais acerca do Federalismo, do Federalismo Fiscal, das características do modelo de federalismo fiscal brasileiro e, mais especificamente, das transferências intergovernamentais entre estados e municípios, a pesquisa documental auxiliou na análise da legislação mineira que trata do repasse da cota-parte do ICMS.

Por sua vez, para se proceder à análise empírica foi utilizado o Método de Análise de Quadrantes (MAQ), que permitiu construir tipologias de municípios, agrupando-os a partir da combinação de suas características socioeconômicas e dos montantes de recursos

distribuídos pela LRH a cada deles. Dessa forma pode-se verificar até que ponto os repasses promovidos pela LRH são coerentes com os perfis socioeconômicos de cada localidade.

Segundo Ramalho Jr. (2006), o MAQ toma, simultaneamente, duas séries de dados, criadas a partir da elaboração de indicadores padronizados que, ao serem combinadas formam agrupamentos conforme características internas semelhantes e características externas diferentes, permitindo construir tipologias que são expressas em um sistema de coordenadas.

Para o autor, esse método pode ser entendido como um processo de construção de indicadores que mostram, na verdade, a distância de cada observação em relação à média entre todas as observações. “Em outros termos, pode ser interpretado como um indicador que revela a intensidade com que se manifesta determinado fenômeno em relação ao nível médio com que tal fenômeno se apresenta no conjunto de unidades observacionais”. (RAMALHO JR., 2006, p. 11).

Ainda de acordo com o mesmo autor, tomando como exemplo os casos de municípios ou regiões, a aplicação da análise de quadrantes possibilita estabelecer tipologias com vistas à implantação de políticas públicas, pois sua aplicabilidade permite analisar determinado fenômeno sob duas dimensões. Nesse caso, são construídos dois indicadores, cujo cálculo se baseia na padronização dos valores das séries em relação às suas respectivas médias, sendo que cada

um deles irá expressar uma dimensão específica. A primeira aponta para a intensidade ou a importância do fenômeno no contexto interno da unidade analisada, no caso, cada município. A segunda dimensão demonstra a representatividade de cada caso (município) na manifestação do fenômeno no conjunto das unidades estudadas (estado). Esse método permite que novas séries de dados possam ser incorporadas sucessivamente, de tal maneira que cada incorporação se assemelhe a um processo de filtragem, formando novos tipos de grupos também identificados por novas características semelhantes.

No entanto, como se verifica em inúmeras situações, as bases de dados disponíveis comprometem as análises, pois podem ocorrer casos em que, por exemplo, os dados originais são disponibilizados em unidades de medida distintas e/ou apresentam dimensões com elevados padrões de disparidade. Nesse sentido, para que se possa proceder a uma análise simultânea desses dados é necessária a sua transformação em uma medida-padrão, cujo parâmetro de referência é a média observada para a série. Em seguida, os dados observados em cada caso são divididos por essa média, padronizando os valores originais a partir dela.

No caso da presente pesquisa, o método de agrupamento se baseia na transformação das variáveis referentes aos municípios, tomando como referência os respectivos valores médios para o estado como um

todo. Portanto, conforme Ramalho Jr. (2006), cada variável transformada apresenta média igual à unidade correspondendo à média da variável original, ou seja, valores acima de 1, indicam municípios cujos dados tem valor superior à média estadual e vice-versa.

Nesse sentido, num primeiro momento, procurou-se selecionar uma dimensão que fosse capaz de sintetizar o perfil socioeconômico de cada localidade. Para tanto se tomou como referência a dimensão Pobreza e definiu-se como variável explicativa a “população com renda familiar inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo *per capita*”. A escolha dessa variável se justifica na medida em que, além de guardar estreita relação com tal dimensão, ela é comumente empregada e consagrada no desenvolvimento de pesquisas socioeconômicas em função de sua confiabilidade, validade e relevância, é capaz de incorporar e retratar aspectos relevantes do fenômeno da pobreza, contribuindo para melhor compreensão da sua complexidade e reflete de maneira mais ampla a realidade do conjunto dos municípios mineiros.

Em seguida, foram identificadas duas dimensões que refletiram de que maneira pobreza se manifesta dentro do próprio município (interna) e em relação ao estado como um todo (externa). No momento seguinte, através do MAQ, foram construídas tipologias que permitiram agrupar todos os municípios mineiros, segundo a forma como a pobreza se manifesta interna e externamente em cada localidade combinada com o volume de recursos transferidos pela LRF a cada município.

Portanto, foi desenvolvida tipologia própria que no primeiro momento agrupou os municípios segundo a dimensão Pobreza para em seguida agrupá-los novamente, como num processo de filtragem, de acordo com o montante repassado pela LRH para que se pudesse verificar se haveria coerência na distribuição de recursos estabelecida pela legislação, ou seja, se aquelas localidades menos favorecidas estariam de fato obtendo benefícios relativamente maiores que os municípios mais ricos.

No caso da dimensão Pobreza, os dados utilizados para o conjunto dos 853 municípios mineiros foram extraídos das bases de dados eletrônicas da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Já os dados referentes às transferências da LRH se originam das bases de dados da Fundação João Pinheiro. Todos dados expressos em valores monetários foram corrigidos pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna publicado pela Fundação Getúlio Vargas para o ano de 2009, ou seja, valores constantes a preços de 2009.

4 DA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA MINEIRA DE DISTRIBUIÇÃO DA COTA-PARTE DO ICMS À CONSTRUÇÃO DA TIPOLOGIA DOS MUNICÍPIOS SEGUNDO AS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA LEI ROBIN HOOD

Após discussão mais abrangente acerca da cota-parte do ICMS, elaborada nas seções anteriores, esse

capítulo pretende analisar especificamente o caso de Minas Gerais. Para tanto, optou-se por subdividi-lo em duas seções. Na primeira, procurou-se analisar a legislação em vigor até 2010, denominada Lei Robin Hood, identificando os critérios adotados, os pesos atribuídos a cada um deles e as variáveis envolvidas no cálculo dos seus índices. Na segunda, elaborou-se análise empírica dos dados referentes às características socioeconômicas dos municípios e os montantes repassados a cada um deles, através da construção de tipologia própria capaz de apontar até que ponto haveria uma relação entre esses dois aspectos.

Em Minas Gerais, a primeira legislação que tratou da redistribuição dos recursos da parcela do ICMS destinada aos municípios (Decreto-Lei nº. 32.771 de julho de 1991) estabelecia que o repasse deveria obedecer aos seguintes critérios: VAF, Municípios Mineradores e Compensação Financeira por Desmembramento de Distrito. A adoção desses critérios impunha uma maior concentração de recursos em municípios mais desenvolvidos e cuja atividade econômica era mais dinâmica, e que, portanto, já possuíam VAF mais elevado.

Ao longo dos anos, essa legislação passou por sucessivas modificações que procuraram aperfeiçoá-la no sentido de promover a redução das desigualdades socioeconômicas, o incentivo a alocação de recursos em áreas sociais, a utilização eficiente das receitas próprias, bem como, a descentralização da distribui-

ção do ICMS, através de melhor redistribuição dos recursos visando a promoção da melhoria da qualidade de vida da população mineira, daí a denominação Lei Robin Hood.

Até 31 de dezembro de 2010 prevalecem doze critérios determinados pela Lei nº. 13.803 de dezembro de 2000. Para cada um deles foram estabelecidas participações percentuais em relação ao volume total de recursos a ser distribuído, conforme mostrado no Figura 1.

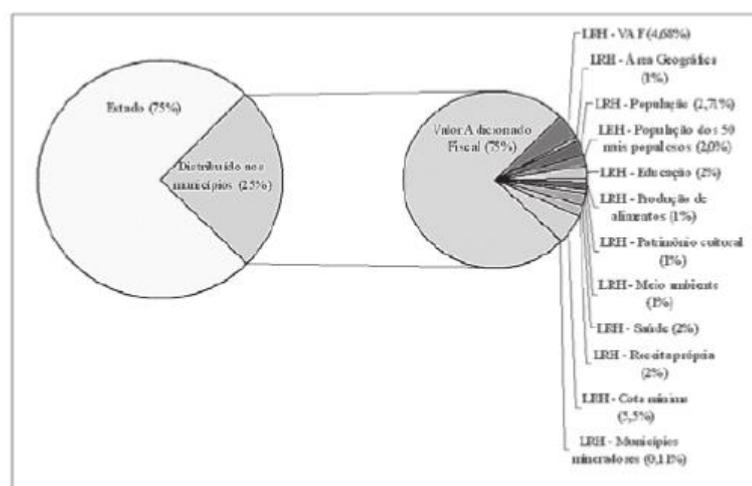


Figura 1: Minas Gerais - Critérios de Rateio do ICMS (participação relativa)

Fonte: Carvalhais (2010)

Pode-se notar que, a despeito das profundas disparidades socioeconômicas observadas entre os municípios mineiros, a legislação incluiu o critério VAF entre os critérios de distribuição da LRH. Além disso, ao atribuir a ele um peso relativo de 4,68% (segundo maior entre os critérios selecionados), lembrando que esse critério já é responsável pela distribuição de $\frac{3}{4}$ do total de ICMS arrecadado pelo estado destinado aos municípios, a legislação mineira privilegiou um critério que aprofunda a concentração de recursos.

O critério Área Geográfica tem participação percentual de 1,0% e é definido através da participação percentual entre a área geográfica do município e a área total do estado. De maneira distinta a outros critérios e embora tenha sido atribuído percentual relativamente reduzido em relação aos demais critérios, ele procura proporcionar alguma compensação àqueles municípios cujos custos para a oferta de serviços públicos são mais elevados em razão da maior extensão territorial.

O critério Cota Mínima tem maior peso (5,5%) entre todos os critérios previstos pela legislação mineira e o cálculo do seu índice envolve a sua distribuição igualitária para todos os municípios mineiros. A exceção fica por conta de municípios que concederam isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) residencial, comercial e industrial e de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), dispositivo não aplicável àqueles municípios cuja isenção tenha se dado como forma de incentivo fiscal para implantação de atividades industriais e comerciais, conforme a Lei nº. 12.428 de 27/12/1996.

É importante notar que ao dividir o montante dos recursos segundo o número de municípios, o critério da Cota Mínima não dispõe de atributos que possam contribuir para a redução dos desequilíbrios entre as capacidades de gastos dos municípios ou mesmo de captar suas distintas necessidades de recursos. Nesse sentido, é importante reiterar a argumentação

de Baratto e Costamilan (2007), descrita anteriormente, quando as autoras afirmam que a justificativa de se promover uma divisão “*per capita* município” através desse critério não encontra qualquer respaldo de natureza técnica.

Por sua vez, para os critérios População e População dos 50 Municípios Mais Populosos são destinados 2,71% e 2,0% dos recursos e seu cálculo envolve, respectivamente, a relação percentual entre a população residente no município e a população total e relação percentual entre a população residente em cada um dos cinquenta municípios mais populosos do Estado e a população total destes. É importante enfatizar que, no caso de Minas Gerais, embora seja adotado o critério População, seguindo o exemplo do FPM, observaram-se alguns aspectos que procuraram aprimorar esse critério. Em primeiro lugar, ao contrário do estabelecimento de faixas populacionais como acontece com o FPM, o cálculo do seu índice toma a população de cada município em relação à população do estado, evitando-se alterações expressivas no montante a ser recebido pelo município quando este se desloca de uma faixa para outra. Em segundo lugar, enquanto no caso do FPM os municípios com população superior a 156.216 habitantes apresentam o mesmo coeficiente, no repasse estabelecido segundo a população de cada município permite maior progressividade. Além disso, essa progressividade é incrementada com a adoção do critério População dos 50 Municípios Mais

Populosos, cujo peso relativo é de 2,0%. Trata-se de um mecanismo semelhante aos dispositivos FPM-capitais e Reserva do FPM, uma vez que procura canalizar maior volume de recursos para os municípios em que as demandas e os custos dos serviços públicos são relativamente mais elevados.

Por fim é importante notar que, talvez em uma tentativa de minimizar a tendência concentradora inerente aos critérios baseados na capacidade econômica, atribuiu-se aos critérios População e População dos 50 Municípios Mais Populosos uma participação relativa total de 4,71%, percentual pouco superior aquele atribuído ao VAF (4,68%). No entanto, apesar disso, não se pode deixar de reconhecer que a combinação de critérios baseados no nível da atividade econômica e na população acaba proporcionando maiores benefícios para aqueles municípios que, embora apresentem maiores demandas por serviços públicos, são também aqueles que apresentam maiores níveis de atividade econômica, portanto, os mais ricos.

O critério Municípios Mineradores envolve 0,11% dos recursos e procura valorizar a participação real de cada município minerador do Estado na arrecadação do Imposto Único sobre Minerais (IUM). Seu cálculo se baseia na relação percentual entre a receita do IUM recebida pelos municípios mineradores em 1988 e o somatório da receita desse imposto no Estado. Nota-se que, tomado dessa forma, esse critério leva em consideração a realidade observada em 1988, desprezando

a entrada de novos municípios nessa modalidade de atividade econômica, a alteração do nível de produção dos municípios ou mesmo a extinção dessa atividade que por ventura pode ter ocorrido em algum município.

O critério Saúde, cujo peso relativo é de 2,0%, tem como objetivos aumentar o gasto *per capita* municipal em saúde e incentivar programas de atendimento à saúde das famílias. É subdividido em dois sub-critérios: Índice Programa de Saúde da Família e Índice Saúde *per capita*. Os recursos são distribuídos da seguinte forma: 50% como incentivo àqueles municípios que estejam envolvidos em programas específicos voltados para o atendimento à saúde das famílias e o restante a partir da relação entre os gastos de saúde *per capita* do município e o somatório dos gastos de saúde *per capita* de todos os municípios do Estado. Tanto no primeiro caso, como no segundo, não é necessária nenhuma iniciativa do município no intuito de pleitear os recursos relativos ao critério Saúde, ficando sob responsabilidade dos órgãos estaduais o cálculo dos índices e a transferência dos recursos.

Ao critério Educação foi atribuído peso de 2,0% e seu objetivo é promover a utilização de todo o potencial das escolas municipais, através da melhoria de seu atendimento. O índice do critério Educação é calculado segundo a capacidade mínima de atendimento medida pela razão entre 25% das receitas de impostos e de transferências correntes e de capital do município e o custo por aluno estimado pela Secretaria

de Estado da Educação, que por sua vez é calculado dividindo-se o somatório dos 25% da receita de todos os municípios mineiros pelo total de matrículas na rede de ensino municipal e estadual. Têm direito a esses recursos os municípios cujo número de alunos atendidos pela rede municipal corresponda a, pelo menos, 90% de sua capacidade mínima de atendimento.

Conforme Soares (1996), ao associar o número de matrículas à capacidade de atendimento, esse critério não leva em consideração algumas situações. Em primeiro lugar, o fato de que determinados municípios possam ter um patamar de receitas mais elevado, que gere uma demanda por matrículas na rede municipal inferior a 90% da capacidade mínima e que, portanto, não lhe dará direito a esses recursos. Em segundo lugar, o caso dos municípios que tenham um número de alunos matriculados superior a 90% de sua capacidade mínima de atendimento, mas mesmo assim esse número é inferior à demanda por atendimento. Nesse caso, o município terá direito aos recursos, mas não há garantia de que eles serão necessários para satisfazer o seu *déficit* de atendimento. Além disso, o autor aponta para a ausência de indicadores de qualidade do ensino na rede municipal, tais como taxas de repetência e evasão e resultados de avaliações escolares periódicas.

Por sua vez, o critério Receita Própria, cujo peso relativo corresponde a 2,0%, procura incentivar o município a aumentar a importância da arrecadação de

tributos de sua competência em relação ao total de seus recursos orçamentários. O cálculo do índice toma como referência a relação percentual entre o índice básico do município, calculado a partir da razão entre a Receita Própria do município (receita tributária composta por impostos, taxas e contribuições de melhoria e a receita da dívida ativa tributária) e o total das transferências (correntes e de capital) recebidas pelo município e o somatório dos índices básicos de todos os municípios. Dessa forma, quanto maior for o índice básico do município, ou seja, maiores forem suas receitas próprias em relação às transferências, maior será sua participação no volume de recursos a serem transferidos segundo esse critério. (MINAS GERAIS, 2000).

De certa maneira, o critério Receita Própria beneficia aqueles municípios que já lançam mão da arrecadação de tributos de sua competência – mais especificamente, IPTU e ISS – os quais, normalmente, são mais populosos e com maior capacidade econômica. Por sua vez, este critério traz a tona o dilema a ser avaliado pelo poder local entre ônus político de sua cobrança em municípios de pequeno porte e o aumento da receita advinda dessa iniciativa.

O critério Patrimônio Cultural possui peso de 1,0% e tem como objetivo promover a defesa da memória do município através de iniciativas que impliquem na preservação das obras, paisagens e conjuntos arquitetônicos e envolvam a existência de políticas culturais

locais voltadas para a conservação do patrimônio histórico, arquitetônico e cultural locais. Os recursos são distribuídos segundo o Índice de Patrimônio Cultural (PPC) que corresponde à razão entre a pontuação de cada município e o somatório da pontuação de todos os municípios mineiros, calculados de acordo com o estabelecido no anexo III da Lei nº. 13.803/2000.

Quanto ao critério Meio Ambiente, o estado adota a divisão dos recursos a partir de parâmetros de conservação ambiental e de saneamento básico. A divisão dos recursos (1,0%) se dá de maneira equitativa entre dois sub-critérios, segundo parâmetros previstos no Anexo IV da Lei nº. 13.803/2000. Conforme Baratto e Costamilan (2007, p. 28), a destinação de recursos da cota-parte definida pelas legislações estaduais para a área de meio ambiente ainda é relativamente baixa, tendo em vista sua diversidade, complexidade e os elevados custos operacionais que envolvem seu cálculo, “em que pese a fama e a exploração política dos meritórios critérios vinculados à preservação do meio ambiente”.

O critério Produção de Alimentos, cujo peso relativo é de 1,0%, busca fomentar a produção de alimentos no município, tomando como referência quatro itens que compõem o índice final: a área cultivada, o número de pequenos produtores rurais, a existência de programas ou estrutura de apoio à produção e a comercialização de produtos agrícolas (MINAS GERAIS, 2000). Por outro lado, apesar do peso relativo de 1,0%

atribuído a esse critério e a maior participação relativa do subcritério Área Cultivada, observou-se uma preocupação em privilegiar a pequena produção e as ações locais voltadas para a produção e a comercialização agrícolas. Segundo Baratto e Costamilan (2007), tal parâmetro procura compensar a baixa participação relativa no valor adicionado dos municípios cuja atividade econômica é basicamente agrícola, supondo-se que, produtos agrícolas têm menor grau de elaboração comparativamente aos produtos industrializados.

4.1 Análise da coerência dos repasses da LRH a partir da construção da tipologia dos municípios mineiros

Nessa seção, os dados referentes às características socioeconômicas dos municípios e aos volumes repassados a cada um dos municípios foram submetidos ao Método de Análise por Quadrantes, construindo-se a tipologia própria capaz de verificar a coerência entre a distribuição dos recursos pela LRH e os perfis de cada localidade.

Na etapa inicial, os municípios foram agrupados segundo dois aspectos ou dimensões aos quais a Pobreza pode ser analisada. A primeira dimensão, denominada relevância interna, buscou verificar a importância da variável no contexto interno do município, ou seja, o Grupamento por Relevância Interna (GRI). Através da construção de seu índice, se pode observar a intensidade ou proporção daquela variável no contexto do próprio município em relação aos demais municí-

pios do estado. Tomando-se a dimensão Pobreza, os municípios foram agrupados segundo a proporção da população pobre em relação à população total. Se o percentual da população pobre de determinado município em relação à sua população total resultar em GRI maior que 1, significa que a presença da população pobre no município é relativamente elevada em termos de outros municípios do estado. Enfim, representa a intensidade com que se manifesta a pobreza em cada município (Figura 2).

Por sua vez, a segunda dimensão, denominada relevância externa, permitiu verificar a relevância da variável no contexto do estado, ou seja, o Grupamento por Relevância Estadual (GRE) mostrou, através do seu índice, o peso daquela variável no município em relação ao seu resultado para o estado, ou seja, a expressão da pobreza do município em relação ao estado. Enquanto o GRI é processado de acordo com a relevância relativa em relação ao próprio município, o GRE irá traduzir o peso da variável considerada na totalidade de sua manifestação no Estado. Por exemplo, tomando-se novamente a variável Pobreza, sendo o GRE maior que 1 para determinado município, significa que o número absoluto de pobres residentes neste município é representativo no contexto do estado (Figura 2).

Sendo assim, o grupamento dos municípios foi feito combinando os resultados obtidos para as classificações de GRI e GRE, ou seja, a intensidade do fenômeno dentro do município em relação à média do

estado, bem como, o posicionamento do município dentro do contexto do estado e resultou na constituição de quatro quadrantes que definiram quatro grupos de municípios compostos por unidades de características similares internamente e diferenciadas em relação aos demais grupos.

O quadrante I se caracteriza pela baixa intensidade da variável internamente ao município e pela baixa extensão da variável no contexto estadual. O quadrante II, pela baixa intensidade da variável internamente ao município e pela alta extensão da variável no contexto estadual. O quadrante III, pela alta intensidade da variável internamente ao município e pela baixa extensão da variável no contexto estadual. Por fim, o quadrante IV, pela alta intensidade da variável internamente ao município e pela alta extensão da variável no contexto estadual (Figura 2).

Na segunda etapa foi inserida uma terceira dimensão denominada Transferências da LRH, definida a partir do valor *per capita* do montante total das transferências de recursos fiscais através da LRH, no período 2003/2009 (valores constantes a preços de 2009). Esse procedimento de filtragem permitiu subdividir cada grupo existente em cada quadrante em dois novos grupos decompostos considerando como fator de padronização a média dos repasses *per capita* aos municípios do estado (Figura 2).

Análogo ao critério utilizado em relação ao GRI e GRE, o Grupamento por Transferências da LRH (GRH)

maior que 1, indica que o repasse de recursos *per capita* via LRH para o respectivo município, foi superior à média de transferências *per capita* para o conjunto de municípios do estado e GRH menor que 1 indica volume inferior. Sendo assim, foram encontrados 8 tipos de municípios, uma vez que, para cada quadrante, os municípios também foram agrupados segundo o GRH.

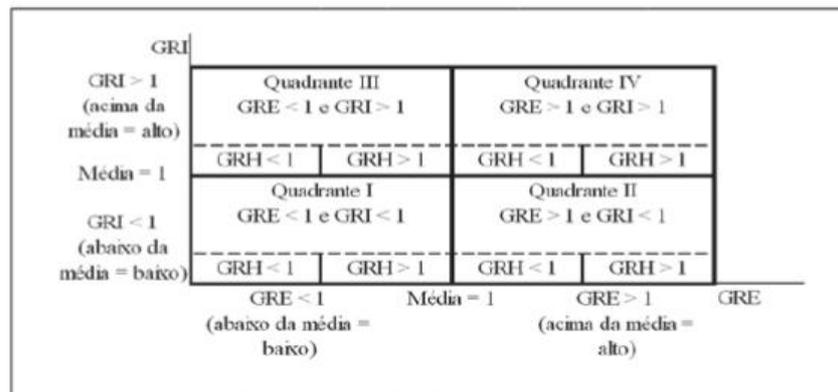


Figura 2: Tipologia dos municípios segundo GRI, GRE e GRH

Fonte: Ramalho Jr. (2006). Elaboração: Carvalhais (2010)

A partir disso, calculou-se, para cada município o GRI, ou seja, a proporção entre a relação percentual dada pelo número de pobres residentes no município e a sua população total e a relação percentual dada pelo número de pobres residentes no estado e a sua população total que irá expressar a relevância do número de pobres em cada município. Também foi calculado o GRE, ou seja, a proporção entre o número de pobres residentes no município e o número médio de pobres residentes no estado que expressa a importância da população pobre do município no contexto estadual. Posteriormente se procedeu ao processo de filtragem adicionando-se a variável referente ao volume total de recursos *per capita* transferidos pela LRH. A

escolha dessa variável se deu na medida em que se procurou verificar se haveria uma identificação entre o montante global de recursos repassados pela LRH aos municípios e os seus respectivos níveis de pobreza. Sendo assim, calculados o GRI, o GRE e o GRH, foi possível agrupar os 853 municípios mineiros nas 8 tipologias criadas através do MAQ.

No quadrante I se encontraram aquelas localidades cuja intensidade da pobreza no contexto do município é baixa ($GRI < 1$), bem como, sua representatividade em relação ao estado ($GRE < 1$). O resultado aponta para um outro aspecto relevante: são municípios cujo contingente populacional é inferior a 38.000 habitantes, ou seja, municípios de pequeno porte que, naturalmente, apresentariam uma baixa representatividade no contexto estadual, mas que, também, se caracterizaram pela baixa relevância interna da população pobre. Portanto, seria de se esperar que os 207 municípios agrupados nesse quadrante, demandariam, relativamente, menores transferências de recursos através da LRH.

No entanto, ao inserir essas transferências, reagrupando-os a partir do GRH, observou-se que apenas para 16 deles essa tendência se confirmou, ou seja, apresentaram GRH menor que 1, tendo sido reunidos na tipologia I-1. Os demais (191) receberam recursos acima da média observada para o conjunto dos municípios do estado ($GRH > 1$), tendo sido reunidos na tipologia I-2. Entretanto, se de um lado, os resultados

encontrados para esse conjunto de municípios apontaram para índices de GRI e GRE mínimos significativamente baixos (0,341 e 0,035, respectivamente), por outro observou-se os índices de GRH mais elevados dentre todos os municípios mineiros que chegaram a alcançar 12,522, como foi o caso da localidade de Serra da Saudade cujo volume *per capita* de recursos transferidos pela LRH foi 12,5 vezes superior à média do estado, em razão do seu baixo contingente populacional (Tabela 1).

No quadrante II foram agrupados os municípios com baixa intensidade de pobreza interna ($GRI < 1$), mas que apresentaram elevada representatividade no contexto do estado ($GRE > 1$). Dos 70 municípios reunidos nesse quadrante, 48 deles possuíam contingente populacional acima de 50.000 habitantes, o que representa 80% dos municípios mineiros localizados nessa faixa de população e que, apesar dos resultados terem apontado GRI menor que 1, o fato de se constituírem em centros urbanos mais populosos, implica na presença de um maior número absoluto de indivíduos pobres, que os torna relevante no contexto do estado.

Por outro lado, ao se reagrupar esses municípios segundo os repasses da LRH (GRH), observou-se que para 50 deles, as transferências foram abaixo da média do estado, tendo sido reunidos na tipologia II-1. Dentre os casos analisados nesse grupo, é importante destacar os resultados observados para Belo Horizonte cujo

GRE alcançou 50,427, ou seja, sua população pobre foi 50 vezes superior à média da população pobre dos municípios do estado. Por sua vez, dentre os 20 agrupados na tipologia II-2, ou seja, aqueles que receberam recursos acima da média do estado, é importante destacar os resultados observados para Betim e Ipatinga, em razão da elevada participação relativa desses municípios no rateio do VAF (Tabela 1).

No quadrante III foram agrupados os 437 municípios cuja intensidade interna da pobreza é elevada ($GRI > 1$), mas que sua relevância no contexto do estado é relativamente baixa ($GRE < 1$). Observou-se também que são municípios caracterizados por uma população não superior a, aproximadamente, 20.000 habitantes e que, portanto, apresentam baixa representatividade no contexto da atividade econômica do estado.

Ao se proceder a seu reagrupamento segundo as transferências da LRH (GRH), apenas dois desses municípios, Tocantins e Matipó, apresentaram GRH menor que 1, mesmo assim, bem próximos da média (0,964 e 0,990, respectivamente). Por sua vez, os demais municípios foram agrupados na tipologia III-2, recebendo um volume *per capita* de recursos da LRH acima da média ($GRH > 1$), não em razão de terem recebido expressivos volumes de recursos em termos absolutos, mas sim, em razão de seu baixo contingente populacional (Tabela 1).

Por fim, foram agrupados no quadrante IV 140 municípios que, embora tenham apresentado um con-

tingente populacional heterogêneo, se caracterizaram por uma elevada intensidade de pobreza internamente e por uma alta relevância da pobreza no contexto estadual ($GRI > 1$ e $GRE > 1$). Desse total, 12 deles (Montes Claros, Ribeirão das Neves, Ibirité, Teófilo Otoni, Caratinga, Vespasiano, Paracatu, Curvelo, Januária, Janaúba, São Francisco e Pirapora) se encontram entre os 50 mais populosos do estado, corroborando, assim, o elevado GRE. Vale destacar que, em sua maioria, são municípios localizados no norte do estado e na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Além disso, no caso de Montes Claros, esse índice alcançou 16,850, ou seja, o número de pobres residentes no município foi dezesseis vezes superior à média do número de pobres residentes por município do estado.

Apesar dos elevados índices de GRI e GRE obtidos para esses municípios, que deveria implicar num volume de transferências através da LRH relativamente maior, 46 deles foram agrupados na tipologia IV-1 por terem apresentado GRH menor que a média do estado ($GRH < 1$). Nesses grupos destacam-se os resultados observados para Ribeirão das Neves, Teófilo Otoni e Montes Claros que obtiveram os menores índices de GRH (0,508, 0,566 e 0,586, respectivamente), indicando que os recursos *per capita* recebidos por essas localidades corresponderam a valores próximos à metade da média desses recebimentos destinados aos demais municípios mineiros. Por sua vez, dentro da tipologia IV-2 foram reunidos 43 municípios que apre-

sentaram elevada intensidade interna de pobreza (GRI > 1), alta relevância da pobreza no contexto estadual (GRE > 1) e volume de transferências per capita de recursos da LRH acima da média (GRH > 1). Pode-se observar que, apesar de receberem recursos acima da média, em termos relativos, seus índices de GRH não alcançaram resultados expressivos, tendo alcançado o valor máximo de 2,643. Vale lembrar que, dentre todas as tipologias caracterizadas por apresentarem GRH > 1, excetuando-se a tipologia II-2, esse resultado foi significativamente inferior aqueles encontrados para os tipologias I-2 e III-2, respectivamente, 12,522 e 8,800 (Tabela 1).

Tabela 1

Agrupamento dos municípios mineiros segundo a dimensão Pobreza

Tipologia	Nº. de municípios	População		GRI		GRE		GRH	
		Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
I-1	16	16.293	37.447	0,351	0,892	0,444	0,986	0,739	0,996
I-2	191	873	32.687	0,341	0,999	0,035	0,984	1,005	12,522
II-1	50	29.460	2.238.526	0,299	0,972	1,041	50,427	0,552	0,965
II-2	20	23.568	306.675	0,488	0,999	1,019	14,29	1,018	1,964
III-1	2	15.005	16.291	1,101	1,272	0,788	0,988	0,964	0,99
III-2	435	1.289	20.025	1,003	2,835	0,074	0,986	1,107	8,8
IV-1	46	14.488	306.947	1,005	2,441	1,116	16,85	0,508	0,994
IV-2	93	7.863	75.216	1,014	2,764	1,004	4,152	1,004	2,643

Fonte: Carvalhais (2010)

Em síntese, a análise dos resultados obtidos para a dimensão Pobreza demonstrou que a maioria dos municípios mineiros se caracteriza pela elevada presença de população com renda familiar inferior a ½ salário mínimo *per capita* no contexto do município (GRI > 1) e pela baixa importância dessa população do município em relação ao total dessa população no conjunto do estado (GRE < 1), uma vez que o método de gru-

pamento reuniu a expressiva maioria de localidades no quadrante III. Além disso, ao se proceder ao processo de filtragem, inserindo-se as Transferências da LRH, esse quadrante foi subdividido em dois novos grupos, que resultou em nova concentração, uma vez que a grande maioria dos municípios foi reunida na tipologia III-2 (Tabela 1).

Aparentemente esse resultado indicaria que as transferências da LRH estariam promovendo uma melhor distribuição de recursos tendo em vista que são municípios que, apesar da baixa importância da variável no contexto do estado, apresentavam indicadores internos relativamente mais elevados no que se refere aos níveis de pobreza, justificando, portanto, a necessidade de um volume de repasses acima da média dos demais municípios do estado. No entanto, em termos absolutos essa inferência não se confirma uma vez que os resultados apontaram para um montante de recursos transferido para esses municípios relativamente baixo (28,6% do montante total) para um total de 435 municípios reunidos na tipologia III-2 pelo método de grupamento (Tabela 1).

Além disso, a forma como o MAQ reuniu nos quadrantes I e IV os municípios segundo a dimensão Pobreza também apontou para dificuldades da LRH em alcançar seus objetivos. Os resultados demonstraram que os montantes de recursos transferidos pela LRH não guardam coerência ou não levaram em conta as características socioeconômicas dos municípios. Veri-

ficou-se que o número de municípios com baixas demandas e que receberam recursos abaixo da média, somado ao número de municípios mais pobres, que deveriam receber recursos acima da média é significativamente inferior ao número de localidades cujas demandas são baixas e receberam acima da média somado ao número daqueles cujas demandas são elevadas e que receberam abaixo da média.

Conforme descrito anteriormente, o Quadrante I indicou a presença de municípios com baixos GRI e GRE em relação à dimensão Pobreza, apontando para uma menor necessidade de recursos a serem transferidos aos municípios pela LRH uma vez que, respectivamente, a população com renda familiar inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo *per capita*, apresentou-se abaixo da média do ponto de vista da relevância interna e da importância externa. No entanto foram encontrados 191 municípios que receberam recursos acima da média, resultado incoerente com os objetivos da LRH. Já no Quadrante IV foram encontrados municípios cujos GRI e GRE eram elevados, portanto acima da média, justificando a necessidade de repasses de recursos mais elevados. No entanto, foram encontrados 46 municípios que apesar dessas características receberam recursos abaixo da média. Somados eles compreenderam um total de 237 localidades das 346 agrupadas nos quadrantes I e IV, demonstrando que a distribuição dos recursos da LRH em 68,5% dos municípios reunidos nesses quadrantes foi incoerente com seus objetivos (Tabela 1).

Nesse sentido, para que a distribuição dos recursos aos municípios mineiros através da LRH fosse coerente com suas características socioeconômicas, ela necessitaria satisfazer os princípios acima mencionados, ou seja, baixos GRI e GRE implicariam em baixo GRH e elevados GRI e GRE em elevado GRH.

5 CONCLUSÕES

O sistema federativo fiscal brasileiro, ao estabelecer um conjunto de instrumentos voltados para a redistribuição dos recursos entre governo central e os governos estaduais e municipais, procurou minimizar as disparidades socioeconômicas observadas entre regiões, estados e municípios, através do estímulo a implementação de políticas públicas por parte dos entes subnacionais financiadas por mecanismos de distribuição de recursos oriundos de transferências intergovernamentais. Se de um lado não se pode afirmar que tal iniciativa foi capaz de promover a adoção de políticas públicas por parte do poder local, por outro, não se deve desqualificá-la de maneira categórica.

Não há dúvida que a CF88 criou uma alternativa para que os estados pudessem influenciar na destinação de recursos, retomando, mesmo que em pequena escala, um papel de coordenação e articulação de políticas públicas junto aos seus municípios. A CF88 permitiu que essa modalidade de transferência intergovernamental fosse dotada de alguma capacidade

redistributiva na medida em que os estados poderiam distribuir os recursos segundo parâmetros que minimizassem a concentração inerente ao critério do VAF.

No entanto, as pesquisas desenvolvidas por Baratto e Costamilan (2007) e por Barros (2001), que procuraram investigar as experiências adotadas no Brasil apontaram para dificuldades de implementação e operacionalização desse mecanismo relacionadas à utilização de elevado número de critérios, muito fragmentados, que acabam por ocasionar a dispersão dos recursos e o aumento nos custos que envolvem as atividades operacionais e de controle por parte do estado. Essas pesquisas demonstraram, também, que aspectos relacionados à seleção dos critérios, à atribuição de seus respectivos pesos e às variáveis utilizadas nos cálculos de seus índices, em muitas ocasiões, comprometem os resultados esperados do ponto de vista do grau de equalização desejado.

Também não resta dúvida de que a legislação mineira promoveu alguma redistribuição dos recursos uma vez que os critérios selecionados proporcionaram resultados bem mais favoráveis do que aqueles baseados exclusivamente na atividade econômica. No entanto, a maneira como se encontra estruturada a legislação mineira faz com que o repasse dos recursos a cada localidade não guarde estreita relação com suas características socioeconômicas, mostrando-se, em diversos casos, incompatível com a realidade socioeconômica do município. Entretanto, tornar a LRH ca-

paz de refletir e atender as demandas dos municípios mineiros mostra-se tarefa bastante difícil: o excessivo número de municípios e a ocorrência de elevados padrões de heterogeneidade socioeconômica entre eles geram amplo leque de demandas e, em decorrência, imprimem maiores dificuldades de articulação e coordenação de políticas sociais.

Resumidamente pode-se concluir que, embora signifique um expressivo avanço em relação à distribuição do ICMS exclusivamente através do valor adicionado, a LRH carece de aprimoramentos no que se refere ao aperfeiçoamento dos critérios, das variáveis e dos índices utilizados, na incorporação de novos critérios e na exclusão, ou pelo menos, na diminuição do peso relativo daqueles critérios que comprometem uma distribuição mais equânime dos recursos. Ainda assim, adotados tais aprimoramentos, não se pode deixar de mencionar que a presença de grande número de municípios e as elevadas disparidades socioeconômicas observadas entre eles também dificultam o alcance de seus objetivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRÚCIO, Fernando. Para além da descentralização: os desafios da coordenação federativa no Brasil. In: FLEURY, Sônia (Org.) *Democracia, descentralização e desenvolvimento: Brasil e Espanha*. Rio de Janeiro: Ed.da FGV, 2006, p. 77-125.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Federalismo e políticas sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 28, v.10, p. 88-108, 1995.

BARATTO, Gedalva; COSTAMILAN, Paula Maria Bandeira. *Cota-Parte dos Municípios no ICMS: Critérios de Partilha*. In: PRADO, Sérgio (Org.). *Transferências Intergovernamentais a Federação Brasileira: avaliação e alternativas de reforma*. Rio de Janeiro: Fórum Fiscal dos Estados Brasileiros, 2007, Caderno n. 6, v. 2, 85 p. Disponível em: <http://forumfiscal.fgv.br/default.aspx>. Acesso em: 27/10/2009.

BARROS, Francisco Mendes de. *Inovação no Federalismo para o Desenvolvimento e a Cidadania: Perspectivas de Modelagem das Transferências Intergovernamentais de Recursos*. 2001. 245 fl. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.

CARVALHAIS, Jane Noronha. *Relações intergovernamentais e mecanismos redistributivos: avanços e limitações do sistema de partilha da cota-parte municipal do ICMS em Minas Gerais*. 2010. 154 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

CONTI, José Maurício. *Federalismo fiscal e fundos de participação*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2001.

ELAZAR, Daniel J. *Exploring Federalism*. Tuscaloosa: The University of Alabama. 1987.

GARSON, Sol. *Regiões metropolitanas: obstáculos à cooperação em políticas urbanas*. 2007. 391 fl. Tese (Doutorado em Planejamento Regional e Urbano) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MINAS GERAIS. Fundação João Pinheiro. *Histórico da Lei Robin Hood*. 2000. Disponível em <http://www.fjp.mg.gov.br/robin-hood/index.php/leirobinhood/historico>. Acesso em: 30/11/2008.

PRADO, Sérgio. *A Questão Fiscal na Federação Brasileira: diagnóstico e alternativas*. CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, LC/BRS/R.179, mar. 2007, 145p. Disponível em: <HTTP://WWW.ECLAC.ORG/BRASIL/PUBLICACIONES/XML/9/28329/LCBRSR179SERGIOPRADO.PDF>. PRADO, Sérgio. Distribuição intergovernamental de recursos na Federação brasileira. In: REZENDE, F.; OLIVEIRA, F. A. (Org.). *Descentralização e federalismo fiscal no Brasil: desafios da reforma tributária*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer, 2003, p. 41-125.

RAMALHO JR, Álvaro. *Métodos Quantitativos e Análise Multivariada de Dados Socioeconômicos: Pesquisa Aplicada e rotinas Computacionais*. 2006. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - material didático - apostila mestrado).

SOARES, Marcelo C.. Impacto redistributivo da Lei Robin Hood. *Revista do*

Legislativo. Belo Horizonte, n. 16, p. 54-62, out./dez.1996.

SOUZA, Celina. Desenho constitucional, instituições federativas e relações intergovernamentais no Brasil pós 88. In: FLEURY, Sônia (Org.) *Democracia, descentralização e desenvolvimento*: Brasil e Espanha. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006, p. 187-211.

SOUZA, Celina. Federalismo, Desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988. *Revista Sociologia e Política*, Curitiba, n. 24, p.105-121, jun.2005.

NOTAS DE FIM

1 Artigo originalmente apresentado no XXXV Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração, realizado de 04 a 07 de setembro de 2011 no Rio de Janeiro/RJ e no Boletim de Conjuntura Econômica de Minas Gerais (2º Trimestre de 2011).

2 Economista, doutora em Ciências Sociais pela PUC-MG, professora do Centro Universitário Newton Paiva.

3 Economista, doutora em Ciências da Informação pela UFMG, pesquisadora da Fundação João Pinheiro

4 Além dos recursos originários do ICMS, também estão sujeitos aos mesmos critérios de partilha estabelecidos pela legislação estadual e constituem o montante de recursos a ser repassado aos municípios segundo o valor de suas respectivas exportações, estando sujeito aos mesmos critérios de partilha, 10% dos recursos provenientes do IPI que é transferido aos Estados e ao Distrito Federal, de acordo com os parâmetros determinados pelo FPEX, pelo Seguro Receita e pelo Fundo Orçamentário de Auxílio aos Estados Exportadores. Nesses casos, a transferência dos recursos desses fundos não tem caráter devolutivo, pois os recursos não foram arrecadados. Na verdade, seu caráter é compensatório uma vez que as transferências ocorrem motivadas por uma receita deixou de ser gerada em função da desoneração das exportações. (PRADO, 2003). No entanto, como entre 1998 e 2006, além de outras fontes, 15% da arrecadação do ICMS eram retidos para compor os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e, a partir desse período até 2009, essas retenções foram sendo progressivamente ampliadas até alcançar 20% para compor os recursos destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), dos 25% dos recursos a serem distribuídos conforme a legislação estadual, foram deduzidas essas retenções, de tal maneira que, ao final, apenas 80% desses 25% passaram a ser transferidos (20%).

NOTAS SOBRE O RÁDIO NA ERA DIGITAL

SÔNIA CALDAS PESSOA¹

As tecnologias digitais apresentam grandes desafios ao rádio, provavelmente um dos meios de comunicação mais impactados em sua história. As emisoras hertzianas se vêem diante de diversos recursos que complementam a transmissão sonora. O radiojornalismo, por seu turno, também precisa se adaptar ao novo cenário. E os cursos de jornalismo? Quais são as mudanças necessárias para atender às novas necessidades do meio e preparar profissionais que nele vão atuar? O comunicador de um futuro próximo deve estar preparado para atuar em diversas frentes e esse contexto não vai ser diferente para o radiojornalista. Ele deve estar apto a utilizar equipamentos modernos, que garantam transmissões ao vivo, e incluam áudio para a emissora de rádio e vídeo para o *site*, além de texto e outros recursos de multimídia. Deve ser um profissional com diversas competências desenvolvidas para atender às demandas da tecnologia digital.

INTRODUÇÃO

As tecnologias digitais trazem um novo momento para o rádio, estabelecendo características e ritmos próprios para esse meio. As emissoras, que no passado recente se relacionavam – e na realidade ainda se relacionam – com o ouvinte por meio de interações pautadas em sua maioria pela oralidade, se vêem hoje diante de inúmeros desafios. Atualmente, os programas radiofônicos extrapolam o espaço de interação pública unidirecional, no qual o locutor se comunica com o ouvinte sem que haja, na maioria das vezes, um retorno direto de quem está ligado no programa pelas ondas do rádio. A programação está na internet e vem acompanhada de outros recursos além do áudio, como imagens e dados adicionais que complementam as falas.

A transmissão analógica, que já teve o fim decretado por alguns autores, convive ou está sendo substituída, ainda que de forma tímida, pelo formato digital em diversos países: “a vida do sistema, do rádio propagado por ondas eletromagnéticas, está com os dias contados. É um fato inevitável. O rádio vai navegar no *bit* digital binário” (Barbeiro, 2001, p. 35).

O rádio digital, no entanto, não determina a extinção do rádio convencional, mas a sua reconfiguração, com a adaptação das emissoras a esse perfil multimídia. Na proposta de Lopez (2009, p.21), seria o rádio hipermidiático:

Sua construção narrativa apresenta-se como multimídia, mas sempre fundamentada em uma base sonora, por isso se configura como rádio. Esta comunicação sonora pretende garantir a eficácia comunicacional e é complementada pelo conteúdo multimídia de transmissão multiplataforma. O rádio hipermidiático insere-se no contexto da tecnologização das informações, sofrendo influências principalmente do rádio digital e da entrada deste meio na internet.

A sociedade, por seu turno, convive com ferramentas tecnológicas que a representam e a compreendem (Castells, 1999, p.25). Parcelas do público e do mercado exigem novos formatos de programação, com interações mais próximas do universo do ouvinte, e diversidade de prestação de serviços, que ultrapassem os limites do rádio baseado apenas no áudio. Esse poderia ser um convite à digitalização do rádio sonoro, nas palavras de Abdalla Júnior e Ramos (2005), com um rádio impactante que fidelizaria ouvintes e absorveria novos nichos de mercado.

A digitalização apontaria, então, para a reinvenção do rádio e provocaria conseqüências no índice de audiência (Del Bianco, 2004) e nos padrões interativos. A oferta de serviços de áudio auxiliares, como canais múltiplos de programação, e de serviços por demanda individual e por dispositivos interativos podem vir a minimizar o poder da audiência massiva e da fidelização do ouvinte em uma única emissora (Martinez Costa *apud* Del Bianco, 2001). Nesse cenário, ganha espaço

o rádio multimídia e um público interessado em personalização; é o rádio altamente segmentado.

Os elementos multimídia constituem, certamente, uma ferramenta importante tanto na produção jornalística, quanto no plano de negócios das emissoras de rádio, com vistas a cativar ouvintes e anunciantes (Moureira, 2001). Ainda que cercado de grande expectativa, o tema vem sendo tratado com cautela, devido às incertezas que marcam as experiências iniciais.

O casamento do rádio e da internet tem como uma das características centrais a possibilidade de agregar públicos pequenos em partes distantes do mundo (Kuhn, 1997, p.97). Procedimento semelhante é encontrado em transmissões radiofônicas em ondas curtas², muito utilizadas a partir da década de 20 do século XX por emissoras internacionais, como a BBC, de Londres, a Rádio França Internacional, a Deutsche Welle, da Alemanha, e a Rádio China Internacional, além da RTP, de Portugal. Essas emissoras mantêm ou mantiveram programação em língua portuguesa em ondas curtas, sendo possível acessá-las em rádios analógicos. A maioria já utiliza a internet como canal de transmissão e de interação com o público que está disperso em diversas partes do mundo.

A condição da internet de propiciar transmissões com qualidade de áudio e baixo custo, além de outros recursos multimídia, fez com que essas emissoras migrassem parte da sua programação para a internet, o que permitiu a ampliação dos serviços prestados

anteriormente via ondas curtas ou transmitidos parcialmente por emissoras comerciais. Com a mudança da oferta de serviços para o ambiente virtual, mudam, conseqüentemente, os padrões interativos entre o público e as redes de rádio.

Assim como nas interações face a face, que pressupõem um acordo tácito entre os interlocutores, que estariam de acordo com as regras da organização social da fala, a interação na internet está sujeita à disposição dos interlocutores para que seja bem sucedida. Um encontro social depende de um ritual, que demanda o conhecimento do momento que cada um deve falar, a colaboração para o funcionamento dos turnos de fala e o conseqüente desenvolvimento de uma conversa (Goffman, 2002).

As interações tornam-se mais complexas ao ganhar visibilidade midiática. Quando são transmitidas pelo rádio na internet um elemento importante impõe a permanência dessas interações em outros ambientes. A midiatização é um dos aspectos que interferem na interação. Na internet, ocorrem outros fenômenos: o áudio que foi ao ar pode ser ouvido novamente na rede, a conversa no *chat* fica gravada e, simultaneamente, permite também que o áudio dos produtores do discurso sejam acessados novamente pelo ouvinte. O texto, o áudio, o vídeo e os outros recursos multimídia passam a fazer parte do universo da informação radiofônica e da interação entre ouvinte / internauta e produtor / internauta.

Ao público é dada a opção de montar a sua própria programação, ao selecionar os áudios e a seqüência que deseja ouvir. Pode-se ouvir o rádio simultaneamente com outra atividade no computador, como ler os textos da própria página da emissora, assistir ao vídeo, postar comentários, participar de sorteios e acessar curiosidades, entre outros temas. A conexão com a emissora pode ser mantida em outros momentos quando não se está ouvindo a programação. Serviços adicionais gratuitos são ofertados, tais como *newsletter*, atualização de notícias via celular, e RSS, formato padronizado mundialmente, que funciona com linguagem XML (Extensible Markup Language), e é usado para compartilhar conteúdo *web*. Ele permite, por exemplo, que o administrador de um *site* de notícias crie um arquivo XML com as últimas manchetes publicadas, a fim de compartilhá-las mais rapidamente com seus leitores. Este arquivo poderá ser lido através de qualquer ferramenta que seja capaz de entender o formato XML do RSS.

Há ainda opções de interação com comunidades de relacionamento fora do espaço institucional da emissora, como nos *sites* de relacionamento como Orkut³, Facebook⁴ e Twitter⁵. A necessidade de estar próximo, de se comunicar e de fazer parte de uma comunidade, ainda que virtual, leva muitos internautas a buscar a extensão das relações sociais em ambientes digitais.

O Orkut, já bastante conhecido e divulgado, re-

úne pessoas com interesses comuns, que tenham *hobbies* semelhantes e estejam procurando um relacionamento afetivo ou contatos profissionais. O Facebook se apresenta como a coqueluche das redes sociais, reunindo, como o Orkut, internautas em busca de relacionamentos diversos, compartilhando fotografias, imagens e outros temas de interesse comum. O Twitter se define como uma rede social para encontros pessoais ou profissionais; reúne *microblogs*, nos quais os interlocutores podem trocar mensagens via SMS (celular), mensageiro instantâneo, como o MSN, e e-mails.

No campo midiático, é possível que o rádio seja o meio de comunicação que retrata com mais proximidade a linguagem cotidiana tanto na fala dos comunicadores quanto na fala dos entrevistados e convidados (Pessoa, 2005). Em situações diversas, permite a participação da sociedade de maneira descontraída, promovendo o debate público e abrindo espaço para que cidadãos comuns, não pertencentes a grupos ou movimentos sociais organizados, manifestem suas opiniões sobre temas de interesse social, e façam sugestões sobre o que desejam da emissora.

Na internet ocorre uma desconstrução dos programas radiofônicos *hertzianos*⁶, rompendo com a noção de horário, de fronteira e de determinação do conteúdo. Agora o ouvinte pode participar não apenas via telefone, como é comum nas emissoras *hertzianas*, mas por uma série de canais de interatividade

disponíveis. E pode se ver no *site* da emissora, enviando fotos do seu cotidiano.

Ou seja, as interações são reconfiguradas; o momento da interação deixa de ser único; pode se repetir de acordo com a demanda dos interlocutores, com a programação definida por ambos e pode ter a participação efetiva do público, seja por meio de texto escrito, falado ou de imagens. Pode extrapolar um único canal de comunicação e passar a fazer parte da rotina do público, pode ser sonoro, pode estar no ambiente digital, pode chegar à tela do celular. Pode estar muito próximo do internauta, ainda que o computador não esteja ligado.

Apoiamo-nos ainda na reflexão de Castells (2003) sobre a destituição de fronteiras na internet, entendemos que essas rádios produzem informação em ambiente global para consumo de comunidades locais. Castells estabelece analogia da internet com o conceito cunhado por McLuhan (1977) – Galáxia de Gutenberg –, que reconhece a importância da máquina impressora para a comunicação social, ao refletir sobre a influência do meio de comunicação no qual se torna possível a comunicação de muitos com muitos, em momento escolhido, em escala global, sem espaços geográficos definidos.

A internet é o tecido de nossas vidas. Se a tecnologia da informação é hoje o que a eletricidade foi na Era Industrial, em nossa época, a Internet poderia ser equiparada tanto a uma rede elétrica

quanto ao motor elétrico, em razão de sua capacidade de distribuir a força da informação por todo o domínio da atividade humana. Ademais, à medida que novas tecnologias de geração e distribuição de energia tornaram possível a fábrica e a grande corporação como os fundamentos organizacionais da sociedade industrial, a Internet passou a ser a base tecnológica para a forma organizacional da Era da Informação: a rede (Castells, 2003, p.07).

A internet funciona como um sustentáculo para a reunião de diversos meios de comunicação até então analógicos: "A internet é uma estrada por onde transita a TV, transita o arquivo, transita o texto e agora transita o rádio" (Barbeiro apud Quadros et alli, 2004, p. 01). Posição parecida defende Marcuschi (2003), para quem, a internet é percebida como um suporte que hospeda e conduz gêneros diversificados.

A diversidade da internet - informações atualizadas, banco de dados, jornal on-line com uma linguagem mais objetiva e links que complementam as notícias dadas; rádio; televisão; revistas; *sites* e *blogs* – faz com que Cabral (2007) a considere como um local que eventualmente funciona como ambiente das mídias e, em outros momentos, como uma "nova mídia", onde o internauta pode ser produtor e receptor

O *discurso eletrônico* é constituído por práticas discursivas que incluem mensagens típicas da comunicação mediada por computador. Essa comunicação, por seu turno, ultrapassa os limites e as carac-

terísticas da comunicação escrita na medida em que apresenta muitas semelhanças com a linguagem oral (Souza, 2001).

As interações no discurso eletrônico, a exemplo do que ocorre em interações escritas e orais, podem ser definidas a partir da sua simultaneidade. Na forma assíncrona, ocorre certo planejamento na medida em que a constituição do texto, o envio e a recepção se dão em momentos distintos, como em um *e-mail*. Já na interação sincrônica, a semelhança com a interação face a face se faz ainda mais presente. O tempo da troca de turno é reduzido e o fluxo de comunicação apresenta continuidade, como no *chat*. Na primeira categoria as interações costumam ser mais formais, ao passo que na segunda o comportamento dos interagentes se aproxima da informalidade (Jonsson, 2008).

Paiva (2001), que estudou o aprendizado de inglês no ciberespaço, acredita que o ambiente virtual propicia um novo estado da comunicação, que deixaria de ser resultado de simulações, passando a prover contextos de interações sociais reais. É nesse ambiente virtual que surgem gêneros semelhantes aos gêneros escritos e que podem modificar significativamente a interação social. A internet parece ter a função de aproximar pessoas, permitindo a comunicação e a exposição à distância, e simultaneamente, viabilizando um prolongamento das relações humanas.

Marcuschi (2004) categorizou pelo menos 12 gê-

neros emergentes em mídias digitais que viabilizam a interação: 1) *e-mail*; 2) *chat* em aberto (bate-papo virtual em aberto – *room-chats*); 3) *chat* reservado (bate-papo virtual reservado); 4) *chat* agendado (bate-papo agendado – ICQ); 5) *chat* privado (bate-papo virtual em salas privadas); 6) entrevista com convidado; 7) *e-mail* educacional (aula virtual); 8) aula *chat* (*chat* educacional); 9) videoconferência interativa; 10) lista de discussão (*mailing list*); 11) endereço eletrônico; e 12) *weblog* (*blogs*, diários virtuais).

Já os gêneros relacionados a conteúdos sonoros na internet foram estudados por Medeiros (2007), a saber: 1) *webradio* (rádio criada exclusivamente para a internet); 2) *netstation* (o artefato de recepção é o computador); 3) *tvstation* (o artefato de recepção é a TV, em canais fechados); 4) *cellstation* (a recepção é feita pelo celular); 5) rádio digital (transmissão via satélite); 6) *cellradio* (rádio no celular); 7) *podcasting* (programa de rádio personalizado e descentralizado); 8) *jukebox on net* (*playlist* com programação musical feita pelo próprio usuário disponível no computador); 9) *jukebox on tv* (*playlist* com programação musical feita pelo próprio usuário disponível na televisão); e 10) *jukebox on cell* (*playlist* com programação musical feita pelo próprio usuário disponível no celular).

Prata (2009, p.80) se inspirou em Fidler (1997) para apresentar, aos discutir os novos gêneros e formas de interação no rádio, o conceito de radiomorfose:

Podemos afirmar que o rádio na web repete as fórmulas e os conceitos hertzianos, velhos conhecidos do ouvinte, pois é pela repetição que o público se reconhece. Mas, ao mesmo tempo, insere novos formatos, enquanto reconfigura elementos antigos, numa mistura que transforma o veículo numa grande constelação de signos sonoros, textuais e imagéticos.

A radiomorfose se dá por vários caminhos, mas este trabalho se limita ao estudo de dois desses pilares, os gêneros e a interação. Nesse processo de metamorfose, os gêneros do rádio tradicional se resignificam, ganhando novas características, enquanto as formas de interação passam a ser configuradas a partir das especificidades do novo suporte.

A ubiqüidade do rádio como meio de expressão (Arnheim, 1980) parece se tornar ainda mais evidente com a presença da internet, que reforçaria o caráter social desse meio. Já na década de 30 do século passado Brecht (1981, p. 45) alertava para o papel social do rádio ao afirmar que o meio constituía “um aparato de comunicação da vida pública”. A idéia do dramaturgo era que o rádio não fosse capaz apenas de escutar o ouvinte, mas de se pôr em comunicação com ele. Em outras palavras, Brecht antecipava uma discussão, que permanece atual, sobre uma proposta para o uso democrático do rádio.

Zuculoto (2005, p.54), por seu turno, alerta que para alcançar tal objetivo seria necessário não apenas permitir ao ouvinte “o uso do microfone” em participa-

ções esporádicas ou sobre temas específicos. A autora chama a atenção para o fato de que abrir espaço para a fala do ouvinte não significa que o rádio esteja funcionando como lócus dotado de função social, como defende Brecht. Para a autora, uma rádio controlada pelo público seria a alternativa para a transmissão efetiva dos anseios da sociedade.

Na internet as características primordiais do rádio, entre as quais se destacam a linguagem oral, a mobilidade, o imediatismo e a instantaneidade (Ortrivano, 1985), são mescladas ao desenvolvimento tecnológico, o que gerou expansão do rádio nesse ambiente midiático. A possibilidade de alcançar e captar novos públicos, anteriormente excluídos do universo de ouvintes pelos limites geográficos, é um dos fatores de sucesso da união entre o rádio e a internet.

RADIOJORNALISMO E TECNOLOGIAS DIGITAIS

O rádio seria um dos meios que mais foram impactados por mudanças ao longo de sua história levando a reflexões constantes sobre a sua conceituação e a necessidade de se manter a sua essência. Lopez (2009) e Prata (2009), conforme apresentado nesse artigo, discutiram as influências recentes sofridas pelo rádio. Alguns autores consagrados se preocupam com a análise do meio rádio. Meditsch (2001, p.229) chegou a defender, como ele próprio afirma, de maneira radical, a associação do rádio exclusiva-

mente ao som e não a características secundárias à sua especificidade. A partir da definição do autor temos uma definição do meio rádio, excluindo dessa categoria midiática outras modalidades de áudio na internet, como o *podcasting*⁷ ou a *webradio*⁸.

Se não for feito de som, não é rádio, se tiver imagem junto, não é mais rádio, se não emitir em tempo real (o tempo da vida real do ouvinte e da sociedade em que está inserido) é fonografia, também não é rádio.

O uso de sons e códigos sonoros, que incluem até mesmo o silêncio, exerce influência sobre a audiência, como ressalta Bakhtin, ao escrever “que percebemos o visto como algo externo ao corpo, enquanto o que ouvimos ressoa dentro de nós” (*apud* Eco, 2001). É de McLuhan a análise de que o rádio seria um “sistema nervoso de informação”, com influência peculiar sobre os cidadãos. “O rádio afeta as pessoas, digamos, como que pessoalmente, oferecendo um mundo de comunicação não expressa entre o escritor e o ouvinte. Este é o aspecto mais imediato do rádio” (McLuhan, 1969, p.336).

Mas a internet se faz presente nas atividades rotineiras dos meios de comunicação, especialmente do rádio. Traz uma percepção diferenciada da comunicação ao romper a hierarquia clássica entre produtores e receptores, estabelecendo uma comunicação que atinge simultaneamente milhares de pessoas.

A internet é um meio de comunicação que permite, pela primeira vez, a comunicação de muitos com muitos, num momento escolhido, em escala global. Assim como a difusão da máquina impressora no Ocidente criou o que MacLuhan chamou de a "Galáxia de Gutenberg", ingressamos agora num novo mundo de comunicação: a Galáxia da internet (Castells, 2003, p.8).

Medeiros (2007) se ocupou da categorização do áudio na internet, identificando elementos que ele considera essenciais para a composição do rádio: a linguagem radiofônica, o discurso radiofônico, o locutor, a grade de programação, vinhetas ou assinaturas musicais, chamadas, blocos comerciais e blocos jornalísticos. A internet, neste sentido, seria o suporte para a transmissão de emissoras analógicas que mantêm a programação disponível também *on-line* e o meio, onde gêneros diversos de áudio são encontrados.

É importante mencionar aqui as mudanças pelas quais o Jornalismo e o Radiojornalismo passaram nos últimos anos. Souza (2005) relaciona quatro grandes transformações marcantes no Jornalismo, que teriam interferido diretamente na formação dos profissionais da área: (1) o aproveitamento da internet como meio de difusão desde o início dos anos 90; (2) a formação de grandes conglomerados midiáticos; (3) os conteúdos adaptados às necessidades

de mercado; e (4) o aproveitamento das tecnologias para produção e difusão de conteúdos digitais.

A mutação das técnicas de produção ocasionou uma *remodelagem* do Radiojornalismo brasileiro, nas palavras de Del Bianco (2004). Um vôo panorâmico pela história do Radiojornalismo nacional revela mudanças que podem ser agrupadas por décadas. Nos anos 20 tivemos o jornal impresso lido em voz alta. Os anos 40 foram marcados pelo estilo das agências de notícias e o Repórter Esso. Na década de 50 foi preciso rever a programação e usar gravações, porque a concorrência da TV dificultava a manutenção de um grande elenco. As emissoras especializadas em notícia se consolidaram nas duas décadas seguintes. A revitalização do rádio ocorreu nos anos 80 com o uso de recursos técnicos e firmou-se a reportagem em tempo real, sempre em busca da expansão da audiência. A partir dos anos 90 configurou-se o cenário atual, com a informatização das redações, a substituição de processos analógicos por digitais, o reforço do ao vivo e a incorporação de valores típicos da internet à produção radiojornalística:

Entre eles, a cooperação entre usuários, comunicação horizontal, sem hierarquias, entre os integrantes da rede local; interatividade e informalidade nas relações entre membros da rede (chefes, editores, redatores e repórteres); livre fluxo de informação produzida dentro da redação; participação

e intervenção dos integrantes da rede no conteúdo; acessibilidade a conteúdo próprio e de outros em tempo real; personalização do acesso ao conteúdo; e interatividade entre membros da redação como também entre eles e a audiência seja via email ou site da emissora. (Del Bianco, 2004, p.9)

A relação paradoxal entre o rádio e internet estimula a concorrência entre ambos na medida em que o rádio busca cada vez mais o noticiário factual, na tentativa de manter duas de suas características, apontadas por Ortriwano (1985) como primordiais, o imediatismo e a instantaneidade. Por outro lado, o rádio depende da internet, como fonte de informação e de checagem e complementação da notícia, ainda que haja um repórter na cobertura *in loco*, para sustentar parte significativa de sua programação jornalística (Del Bianco, 2004).

A partir do ano 2000 as emissoras analógicas intensificaram a criação de *websites* na internet para hospedar programação, curiosidades e promoções, entre outros temas. A maioria disponibiliza o áudio ao vivo da programação analógica que está no dial e programas especiais já veiculados, comentários, narração de gols, *podcasting* dos principais repórteres, comentaristas e âncoras. Nos últimos dois anos algumas emissoras decidiram usar ferramentas para incrementar a relação da emissora com a internet. A instalação de uma câmera nos estúdios físicos para transmissão via internet é a mais comum dessas ferramentas. A rádio CBN, por exemplo, optou há alguns

meses pela câmera em tempo real, para veicular as imagens da programação nacional. Mas o recurso ainda suscita certa surpresa para os amantes do rádio baseado essencialmente no áudio, apesar de servir ao propósito de satisfazer a curiosidade de ouvintes em conhecer os bastidores de uma emissora ou pelo menos o funcionamento de um estúdio radiofônico. Outras emissoras apostam em perfis nas redes sociais como tentativa de aproximação entre o veículo de comunicação e o público.

O ENSINO DE RADIOJORNALISMO

O ensino de Radiojornalismo é uma das inquietações constantes de alguns professores de Jornalismo diante de mudanças socioeconômicas e de impactos provocados por novas tecnologias. Nesse cenário de incertezas, no qual têm lugar transformações também no Jornalismo, um dos atores de destaque são os meios de comunicação e a sua relação com a internet. E as mutações desses meios apresentam, por seu turno, necessidade de revisões sucessivas do currículo dos cursos de graduação em Jornalismo, dos planos de ensino e da metodologia em sala de aula.

Para Cunha (2005), não se pode descartar tantas modificações e, principalmente, não se pode pensar o rádio como antes. Partindo, então, da conceituação do rádio e da internet surgem questionamentos sobre a prática do Radiojornalismo e, por conseguinte, sobre



o ensino de Radiojornalismo. Como manter a essência do rádio, levando aos alunos conceitos e informações, mantendo-os interessados no *rádio convencional* diante de tamanhas inovações tecnológicas experimentadas por eles fora da sala de aula? De que forma as instituições de ensino superior podem se adequar para permitir aos alunos vivenciar o rádio dentro da própria instituição? E os professores estão preparados e aceitam modificações na metodologia e no cotidiano da sala de aula?

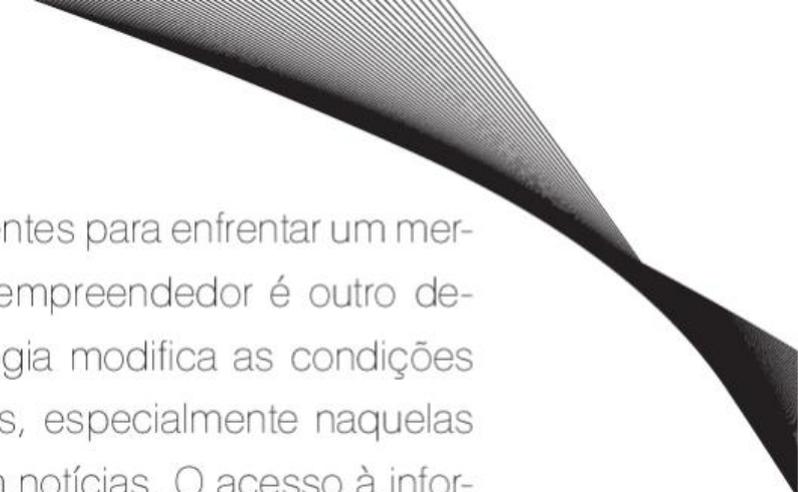
As instituições privadas de ensino superior, com raras exceções, mantêm na grade curricular do curso de Jornalismo apenas duas disciplinas relacionadas ao Radiojornalismo, dando ênfase ao impresso e, mais recentemente, nos novos currículos aprovados, às disciplinas focadas em tecnologia. No espaço de apenas dois semestres letivos, os professores de rádio enfrentam o desafio de apresentar o meio rádio aos alunos, abordar a história do mesmo, introduzir os aspectos principais da linguagem radiofônica, tratar as técnicas específicas de apuração, pauta, redação, reportagem, edição, produção e ancoragem e ainda encontrar espaço para atender a uma demanda crescente do mercado: as relações entre o rádio e a internet.

Com efeito, a criação de *webrádios* é um passo significativo para aprimorar o estudo do rádio e a prática extra-classe. Mas ainda é insuficiente, pois atinge parcela pequena dos estudantes de instituições particulares.

Um desafio das instituições e dos docentes está diretamente relacionado à preparação dos estudantes para o desenvolvimento do Radiojornalismo aliado a novas tecnologias presentes no cotidiano do jornalista. O comunicador de um futuro próximo deve estar preparado para atuar em diversas frentes e esse contexto não vai ser diferente para o radiojornalista. Ele deve estar apto a utilizar equipamentos modernos, que garantam transmissões ao vivo, e incluam áudio para a emissora de rádio e vídeo para o *site*, além de texto e outros recursos de multimídia. Deve ser um profissional com diversas competências desenvolvidas para atender às demandas da tecnologia digital.

O Brasil integra a *Red Iberoamericana de Comunicación Digital* (Red ICOD), que promove o intercâmbio entre empresas e universidades. O perfil do profissional de comunicação foi traçado pela rede a partir de um levantamento com profissionais de mercado. Vamos continuar, sim, formando radiojornalistas, mas é premente a inserção de forma efetiva da tecnologia digital nas instituições de ensino superior.

As chamadas "Competências Digitais" são entendidas pelo grupo como os saberes e habilidades que decorrem da introdução da informática nos ambientes de trabalho comunicacional. Segundo o grupo, a identificação destas competências não anula nem substitui os conteúdos tradicionais dos estudos de comunicação. Trata-se de uma ampliação, com a incorporação de novos saberes e habilidades. (Red ICOD, 2005 apud Tárzia, 2008)



A preparação dos discentes para enfrentar um mercado onde é preciso ser empreendedor é outro desafio importante. A tecnologia modifica as condições de produção das redações, especialmente naquelas que são especializadas em notícias. O acesso à informação na internet elimina a necessidade de se enviar repórteres para a cobertura *in loco* – pelo menos esse é o pensamento gerencial que domina o mercado brasileiro. Essa facilidade incentiva a redução do quadro de pessoal, configurando a tendência do investimento das emissoras em ferramentas que garantam acesso à informação por custo menor (Del Bianco, 2004)

O estudante de jornalismo hoje deve estar preparado não só para trabalhar em grandes corporações, com carteira assinada, como funcionário efetivo, mas também deve ter conhecimento e capacidade de se lançar no mercado, investir em iniciativas empreendedoras que tenham a internet como suporte e que demandem poucos recursos financeiros, mas que possam abrir portas e até viabilizar futuros negócios.

A criação e a gestão de negócios próprios, com pequenas agências de notícias especializadas em áudio, *webrádios* segmentadas e trabalhos *freelance* para emissoras comerciais estão entre as possibilidades que surgem para os egressos do curso de Jornalismo. Muitos deles, inclusive em razão da concorrência no mercado de trabalho, têm interesse em trabalhar autonomamente com produção radiofônica. As disci-

plinas de rádio por si só não dão conta dessa demanda de formação de empreendedores que lidam com tecnologia digital. Um caminho talvez seja um trabalho conjunto com as disciplinas de gestão, que já existem em muitos cursos de Jornalismo, e em trabalhos de conclusão de curso.

Atualizar e capacitar professores é um dos desafios propostos neste artigo. Muitos professores buscam metodologia diferenciada para aliar a teoria à prática utilizando novas tecnologias no ensino de Radiojornalismo. Almeida e Klöckner (2005) e Tonus (2006) descrevem experiências de notável sucesso nesse campo.

Algumas iniciativas, no entanto, parecem ser muito mais um trabalho solitário, vinculado diretamente às inclinações do professor, do que algo que reúna as diversas instâncias pedagógicas envolvidas na formação do aluno. Tonus (2006, p.01) comentou sobre o assunto: "A discussão teórica sobre Radiojornalismo e internet tem indicado essa necessidade de mudança, mas parece estar nas mãos dos docentes ações que alterem a realidade do ensino de Radiojornalismo".

O professor horista, que não tem dedicação exclusiva à instituição, a maioria atuante nas faculdades particulares, convive pouco com os colegas e com os representantes de outras instâncias da empresa. O desenvolvimento de projetos e a sua participação em reuniões, cursos e seminários promovidos pelas próprias escolas nem sempre é possível, assim

como a participação dos professores em eventos científicos nos quais as discussões contemporâneas têm lugar e em grupos de pesquisa dentro das próprias escolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O rádio se adapta à proposta multimídia e tenta se reinventar, apresentando ao público possibilidades de interação que extrapolam o ambiente sonoro. Assim se adequaria às exigências da sociedade que experimenta uma nova relação com o meio, aliando a cultura do ouvir às mídias digitais e estabelecendo conexões além das ondas sonoras. A presença das emissoras hertzianas na internet ainda ocorre de maneira tímida, com poucos recursos multimídia, mas já representa um passo importante para se firmarem na tendência que parece irreversível.

O radiojornalismo, por seu turno, enfrenta mudanças significativas e precisa fazer uma reflexão sobre as rotinas produtivas e o seu papel na sociedade da informação. Nos últimos dez anos houve a configuração de um cenário cujo personagem principal continua sendo o rádio, mas com um coadjuvante que desperta a atenção do público e simultaneamente o atrai: a internet. A informatização das redações, a substituição de processos analógicos por digitais, o reforço do *ao vivo* e a incorporação de valores típicos da internet à produção radiojornalística, além da colaboração do ouvinte

são reflexos percebidos nesse contexto.

Se o radiojornalismo provoca reflexões, o ensino de radiojornalismo se torna um grande desafio tanto para os professores quanto para as instituições de ensino superior. Além de lidar com as novidades recém-chegadas com as tecnologias, é preciso estar atento o conteúdo e a uma boa dose de empreendedorismo necessária aos que pretendem seguir no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALLA JÚNIOR, Humberto & RAMOS, Murilo César. Edgar Roquette Pinto: o que ele tem a ver com o rádio digital. In: BARBOSA FILHO, André; CASTRO, C. & TOME, T. (Orgs). *Mídias digitais*. Convergência tecnológica e inclusão social. São Paulo: Paulinas, 2005. p. 119-142.

ARNHEIM, Rudolf. *Estética Radiofônica*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1980.

BARBEIRO, H. e LIMA, P. R. de. *Manual de Radiojornalismo*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

BRECHT, Bertold. Teoria de la Radio. In: BASSETS, Luís. *De las ondas rojas a las rádios libres. Textos para la historia de la radio*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1981.

CABRAL, E. D. T. A mídia brasileira diante das novas tecnologias. In: XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2007, Santos. XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom. Santos, 2007. v. 1.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 3. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

_____. *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

CUNHA, Magda. Rodrigues. Não é mais possível pensar o rádio como antes. *Razon y palabra*, México, v. 48, 2005.

DEL BIANCO, N. R. Cautela, riscos e incertezas na implantação do rádio digital no Brasil. In: Moreira, Sonia Virgínia e Del Bianco, Nélia R (orgs.). *Desafios do rádio no século XXI*. São Paulo: Intercom; Rio de Janeiro: Uerj, 2001. p. 25-44.

_____. Remediação de radiojornalismo na era da informação. In: II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2004, Salvador - BA. II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2004. v. 01. p. 40-40.

_____. E tudo vai mudar quando o digital chegar. In: André Barvosa Filho, Angelo Piovesan, Rosana Beneton. (Org.). *Rádio, sintonia do futuro*. 1 ed. São Paulo: Paulinas, 2004, v. 01, p. 307-324.

ECO, Umberto. *Apocalípticos e Integrados*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

GOFFMAN, Erving. A situação negligenciada (1964). In: RIBEIRO, B.T., GARCEZ, P.M. (Orgs.) *Sociolinguística Interacional*. São Paulo: Edições Loyola, 2002. p. 13-20.

JONSSON, Ewa. "Electronic Discourse: On Speech and Writing on the Internet". Disponível em www.ludd.luth.se/users/jonsson/D-essay/ElectronicDiscourse.html. acesso em 06/2008.

KLÖCKNER, Luciano; ALMEIDA, João Brito de. Radiofam: a experiência digital dos alunos da FAMECOS - PUCRS na internet. In: VIII Seminário Internacional de Comunicação, 2005, Porto Alegre, 2005.

KUHN, Fernando. Rumo à quarta mídia: o rádio nas ondas da internet. *Cadernos de Pós-graduação do Instituto de Artes / Unicamp*, Campinas, 1(2): 95-102, 1997.

LOPEZ, Debora Cristina. *Radiojornalismo hipermidiático*. Salvador: Labcom, 2009.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *A questão do suporte dos gêneros textuais*. Projeto Integrado: "Fala e Escrita: Características e Usos", em andamento no NELFE (*Núcleo de Estudos Linguísticos da Fala e Escrita*), Departamento de Letras da UFPE, 2003.

_____. *Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital*. In: MARCUSCHI, Luiz Antônio e XAVIER, Antônio Carlos (org.). *Hipertexto e gêneros digitais – novas formas de construção de sentido*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix, 1969.

_____. *A Galáxia de Gutenberg*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

MEDEIROS, Macello. *Transmissão Sonora Digital: Modelos Radiofônicos e Não*

Radiofônicos na Comunicação Contemporânea. In: XX Congresso Brasileiro da Comunicação: Santos/SP, 2007.

MEDITSCH, Eduardo. O ensino do radiojornalismo em tempos de internet. In: XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação: Campo Grande, 2001.

MOREIRA, Sônia Virgínia. Tecnologia e legislação para o rádio no século XXI. In: Moreira, Sonia Virgínia e Del Bianco, Nélia R (orgs.). *Desafios do rádio no século XXI*. São Paulo: Intercom; Rio de Janeiro: Uerj, 2001. p. 13-24.

ORTRIWANO, Gisella.S. *A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos*. São Paulo: Summus Editorial, 1985.

PAIVA, Vera Lucia Menezes de Oliveira. Aprendendo inglês no ciberespaço. In: PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira(Org.). *Interação e aprendizagem em ambiente virtual*. 1 ed. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, 2001, v. , p. 15-36.

PESSOA, Sônia Caldas. *Itatiaia Patrulha: as histórias da vida – a co-construção de identidades em programa policial radiofônico*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

PRATA, Nair Moreira Martins. *Webradio: novos gêneros, novas formas de interação*. Florianópolis: Editora Insular, 2009.

QUADROS, Cláudia. I. ; GODOY, Elisangela Ribas ; ROLIM, M. . rádio web: uma experiência na UTP. In: XVII Congresso de Ciências da Comunicação: Porto Alegre, 2004.

SOUZA, Jorge Pedro. A prática antes da teoria e o foco no objeto: Uma proposta para o ensino universitário do jornalismo. In: XXVIII Congresso de Ciências da Comunicação, Rio de Janeiro, 2005.

TÁRCIA, Lorena P. T. A formação do jornalista em tempos de convergência das mídias digitais: uma proposta de ensino. In: XI Encontro Nacional de Professores de Jornalismo: São Paulo, 2008.

TONUS, Mirna. Edição de áudio na formação em radiojornalismo. In: IX Encontro Nacional de Professores de Jornalismo: Rio de Janeiro, 2006.

ZUCULOTO, V. R. M. Debatendo com Brecht e sua Teoria do Rádio. In: Eduardo Meditsch. (Org.). *Teorias do Rádio - textos e contextos*. Florianópolis: Insular, Intercom, Posjor UFSC, 2005, v. I, p. 47-60.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

ANATEL. Disponível em <http://www.anatel.gov.br/RadioDifusao/radio_digital/Relatorios> Acesso em 10 mar. 2006

NATIONAL RADIO SYSTEMS COMMITTEE. Disponível em <<http://www.nrsstandards.org>> Acesso em 08 nov.2005.

PROJETO INTER-MEIOS. Disponível em <<http://www.projetointermeios.com.br/controller.asp?acao=relatorioInvestimento#>> Acesso em 19 maio 2006

Rádio BBC <http://www.bbc.co.uk/portuguese/institutional/history.shtml> Data de acesso: 20/07/2008.

Rádio China Internacional <http://portuguese.cri.cn/index.htm> Data de acesso: 20/07/2008.

Rádio França Internacional <http://www.rfi.fr/actubr/pages/001/accueil.asp> Data de acesso: 22/07/2008.

RTP, Rádio e Televisão de Portugal <http://www1.rtp.pt/homepage> Data de acesso: 22/07/2008.

Deutsche Welle <http://www.dw-world.de/dw/0,,607,00.html> Data de acesso: 02/08/2008.

Rádio Suíça Internacional <http://www.swissinfo.ch> Data de acesso: 05/08/2008.

Voz da América <http://www.voanews.com/portuguese> Data de acesso: 05/08/2008.

Voz da Rússia <http://www.ruvr.ru> Data de acesso: 05/08/2008.

Rádio Canadá Internacional <http://www.rciviva.ca/rci/po> Data de acesso: 02/09/2008.

Nederland (<http://www.parceria.nl>) Data de acesso: 02/09/2008.

Rádio Habana Cuba <http://www.radiohc.cu/portugues> Data de acesso: 02/09/2008.

NOTAS DE FIM

1 Professora Jornalista (UnibH), mestre em Linguística (UFMG) e professora temporária da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Membro do Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora da Intercom. Tem larga experiência profissional em emissoras de rádio e TV e assessoria de comunicação. É pesquisadora de temas ligados ao rádio e às novas tecnologias. E-mail: soniacaldaspessoa@gmail.com.

2 Onda eletromagnética cuja frequência se encontra compreendida numa região entre 30 megahertz e 300 quilohertz e cujo comprimento de onda está na região entre 10 e 100 metros.

3 www.orkut.com.

4 www.facebook.com

5 www.twitter.com.

6 Relativo à frequência de ondas de rádio. Hertz é a unidade de frequência no sistema internacional de unidades, equivalente à frequência de um fenômeno periódico cujo período tem a duração de um segundo. Considera-se emissora hertziana aquela que opera no dial.

7 Medeiros (2007) observa que o podcasting é áudio na internet sem apresentar elementos radiofônicos, que serão explicados neste artigo.

8 Trigo- de-Souza (2002) define webradio como emissora que transmite programação via internet e que não existe no dial.

CIBERESPAÇO E GUERRILHA INFORMACIONAL: MOVIMENTO INDÍGENA DE CHIAPAS

ADRIANE VIDAL COSTA¹
ANA PAULA APARECIDA ARAÚJO,
DAIENE SOLANGE DALAMORA E
ELAINE SOARES DE FARIA²

Este trabalho tem como objetivo analisar a estratégia de luta engendrada pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), que o transformou em um movimento bastante original dentro do contexto das lutas populares na América Latina. Os zapatistas foram pioneiros no uso da Internet como instrumento para a ação política. Na década de 1990, das montanhas do Estado de Chiapas, eles criaram uma rede de comunicação que chamou atenção do mundo para a questão indígena no sul do México. Foi o primeiro grupo organizado a empreender, através da web, uma oposição sistemática contra os efeitos da globalização neoliberal. Identifica-se como e porque os zapatistas utilizam os recursos tecnológicos de meios eletrônicos como estratégia de ação política, convergindo a cosmovisão das comunidades indígenas com seu histórico de resistência.

O século XX foi palco de uma grande eclosão de movimentos sociais — que continuaram atuantes no século XXI — estimulados principalmente pela resistência ao processo de globalização econômica. Dentre esses movimentos, destaca-se as insurreições indígenas com sua longa tradição de luta na América Latina. Países como a Guatemala, Equador, Peru e México, possuem um forte contingente indígena que questionam as práticas governamentais de suas nações e a imposição de um modelo único de sociedade com parâmetros, principalmente culturais e econômicos, que excluem as comunidades indígenas. É contra esse tipo de exclusão que lutam os indígenas do Estado mexicano de Chiapas, oficialmente conhecidos como Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN).

O movimento funda-se no ideal de Emiliano Zapata, líder do movimento revolucionário de 1910 (Revolução Mexicana), que resistiu às práticas governamentais que excluía as comunidades indígenas. O movimento surgiu em fins da década de 1970, mas foi somente em 1994 que fez sua primeira irrupção armada. Na madrugada de 01 de janeiro, os zapatistas desceram a floresta Lacandona, “sede oficial” do movimento, para tomar as cidades mexicanas de San Cristóban de Las Casas, Las Margaritas, Ocosingo e Las Cañadas, após o México assinar o NAFTA (North American Free Trade Agreement) ou TLC (Tratado de Livre Comércio), um acordo comercial entre Estados Unidos, Canadá e México. Para o governo mexicano a assinatura do NAFTA significava



a porta de entrada do país no primeiro mundo, para as populações indígenas a assinatura do acordo comercial significava mais exclusão. Para que o México assinasse o acordo, os Estados Unidos exigiram que fosse abolido o Artigo 27 da Constituição mexicana, que dava direito a reforma agrária, além de cortar todos os subsídios que as populações indígenas recebiam do governo para cultivar, por exemplo, o milho.

A resposta do EZLN foi a irrupção armada em primeiro de janeiro, ou seja, no dia em que passava vigorar oficialmente o NAFTA. A idéia era pressionar o governo para que as reivindicações do movimento – terra, trabalho, teto, liberdade, cidadania, dignidade e justiça – fossem atendidas, ou pelo menos consideradas. O armistício veio uma semana depois, quando o governo aceitou negociar com os rebeldes e reconheceu o bispo D. Samuel Ruiz García como mediador. Poucas reivindicações foram atendidas e o diálogo entre os indígenas e o governo caminham a passos lentos. Depois de 1994, os zapatistas abandonaram a luta armada e passaram a resistir e lutar por meios pacíficos, mudando o repertório da ação coletiva.

Em janeiro de 1994, o Comitê Clandestino Revolucionário Indígena (CCRI), instância máxima do EZLN, tornou público o primeiro comunicado do movimento: a Declaração da Selva Lacandona. Foi o primeiro documento que ganhou o mundo através de endereços de conferências eletrônicas sobre o México, disponibilizados na rede de computadores. Estabeleceu-se,

a partir de então, uma eficiente rede de comunicação e solidariedade tecida em todo o mundo por ativistas de direitos humanos, simpatizantes da causa zapatista e movimentos sociais alternativos. O subcomandante Marcos, porta-voz do movimento, passou a alimentar várias listas de discussão com textos que traziam informações sobre o EZLN, textos cheios de referências culturais, citações literárias, mitologia indígena e com fortes doses de humor. A repercussão do movimento na rede foi tão grande que os insurgentes decidiram criar um *site* oficial, www.ezln.org, em 1994. Essa página, alimentada até 2005, disponibilizava todas as informações sobre o EZLN. Contudo, nesse mesmo ano, o movimento criou um novo *site* para substituir o primeiro, o www.enlacezapatista.org.mx, um *site* bem mais informativo e interativo do que o anterior.

O uso calculado da Internet possibilita que a realidade das populações indígenas circule em escala global, chamando a atenção não só da sociedade mexicana, mas de grande parte da população mundial para as demandas seculares daqueles povos até então esquecidos. Foi assim que os zapatistas iniciaram uma série de atividades políticas concretas que quebrou os limites geográficos de sua ação política. As reivindicações perseguidas pelo EZLN ganharam repercussão global, muito além das fronteiras nacionais. O contato com o movimento está apenas a um toque do *mouse*. Neste caso, os zapatistas mudaram realmente o modelo clássico de atuação dos movi-



mentos sociais latino-americanos pelo uso de novas tecnologias. O uso da Internet como estratégia de ação política apontou caminho para formas inovadoras de mobilização social. Isso é o que diferencia o EZLN das formas tradicionais de luta engendradas por outros movimentos sociais latino-americanos que atuam, quase que exclusivamente, no campo da luta armada. Utilizando a Internet, os zapatistas travam uma verdadeira guerra eletrônica, cuja principal arma é a palavra, que, colocada na rede, chega em tempo real a qualquer lugar do mundo. Ao utilizarem novos meios para a ação política acreditamos que os zapatistas criaram um novo repertório da ação coletiva.³ É assim que o movimento indígena de Chiapas se insere no contexto dos novos movimentos sociais que lutam contra a nova ordem global.

A escolha da Internet como estratégia de luta pelos zapatistas é baseada no fato de que a mensagem parte de um emissor para muitos receptores, ou melhor, eles sabem que os indivíduos que conectam o *site* do movimento, na maioria das vezes, não são meros receptores, são indivíduos que estabelecem uma relação de interatividade com o movimento. Como aponta Cebrián (1998, p. 51-52), “o impacto social da comunicação on-line não seria tão intenso se o sistema não tivesse baseado na interatividade”. A Internet criou um ambiente tendencialmente interativo, cooperativo e descentralizado. Na segunda metade dos anos 90, os zapatistas descobriram no *ciberespaço* possibilidades

de difundir suas reivindicações, sobrepujando os filtros ideológicos e as políticas editoriais da chamada grande mídia. Os zapatistas buscaram, e ainda buscam, a promoção e a disseminação de idéias e o máximo de intercâmbios para interagirem com quem apóia, critica ou contesta o movimento. Atualmente, as *homepages* www.ezln.org e www.enlacezapatista.org.mx estão consolidadas como porta-vozes do EZLN e eixo de convergência da solidariedade internacional à causa zapatista. Reúne notícias, pronunciamentos, artigos denúncias, comunicados e documentos sobre a realidade sociopolítica e econômica do México, além de realçar a luta antineoliberal. O movimento indígena de Chiapas disponibiliza acesso ao *website* de seu braço político (FZLN) e aos de organização de defesa dos direitos humanos em todo mundo. Também por seu intermédio, pode-se consultar dezenas de páginas pró-EZLN construídas por entidades de diferentes países, continentes e idiomas. Esses *sites* auto-referenciam por *links* e mantêm intercâmbios, fóruns e listas de discussão. Constituem, na verdade, uma comunidade zapatista desterritorializada, em condições de disseminar as razões do movimento de Chiapas.

Como o tempo hábil para a realização da pesquisa foi apenas de um ano, não analisamos os *websites* relacionados na *homepage*, o que demandaria um tempo muito maior. A pesquisa concentrou-se na análise dos documentos disponíveis no *site* que foram produzidos pelos zapatistas e na interatividade

do movimento com os internautas por meio de correspondências *on-line*. Dessa forma, analisamos a Internet como espaço privilegiado para a disseminação das opiniões e reivindicações do movimento. Para redigirmos o presente artigo, consultamos as fontes primárias produzidas pelos zapatistas, que são divulgadas através de seus sites www.ezln.org e www.enlacezapatista.org.mx.

Por meio das declarações e de outros materiais divulgados nos *sites*, como artigos, pronunciamentos, declarações e cartas-resposta, analisamos como os zapatistas expõem suas táticas e definem estratégias a serem alcançadas com sua *guerrilha informacional*. Os documentos divulgados e arquivados nos *sites* foram produzidos em diferentes épocas pelos zapatistas. Mas, certamente, não analisamos toda a documentação disponível nos *sites*, pois neles encontramos um grande volume de armazenamento de dados que transportam grandes quantidades de informações em diferentes formatos. Fizemos um levantamento cuidadoso e minucioso e selecionamos alguns *links* pertinentes à pesquisa, organizados pelos zapatistas no período de 1994 a 2008.

Através das redes de comunicação, os zapatistas conseguem atingir vários receptores e levar até eles a sua versão acerca dos acontecimentos em Chiapas e no México. Assim, podemos dizer que a Internet promove a universalização do movimento, pois "o mundo virtual é um mundo sem dimensões, porque não se

compõe de átomos. Não existe tempo, mas também não existe espaço. É sempre aqui e agora, em todo momento e lugar” (CEBRIAN, 1998, p. 51). Portanto, a mensagem chega a vários lugares sem distinção, levando a informação com velocidade e proporcionando, àqueles que tem acesso à rede, a possibilidade de conhecer e se interagir com a causa zapatista.

Para Cebrian (1998), o uso das redes não nos remete a algo estático ou planejado. Para demonstrar a capacidade de armazenamento e interatividade do sistema, Cebrian utiliza o termo *infovias*, ou de maneira mais completa e pretenciosa, utiliza o termo *ciberespaço*. Este sistema faz parte de uma tecnologia de integração fruto da convergência de várias tecnologias que proporcionam uma profunda mudança no conjunto das demais. De acordo com Ilse Scherer-Warren (2005, p. 80), o *ciberespaço* se relaciona com o que ela chama de *espacialidade*. Para ela, a espacialidade proporciona “a criação de territorialidades de um novo tipo (do local ao global), presenciais e virtuais e a conexão entre ambas”. A autora ainda salienta que as redes resultantes deste *ciberespaço* transcendem as fronteiras espaciais criando territórios virtuais cujas configurações se definem por afinidades políticas, culturais ou ideológicas. Nesse sentido, Abdel-Monein enfatiza que o *ciberespaço* neozapatista é capaz de nos deslocar da nossa territorialidade quando nos convida a atravessar fronteiras geográficas, étnicas e de classe, e a participar, em qualidade de leitores, escritores, es-



pectadores e atores de uma guerrilha com esforços de resistência virtual contra projetos globais neoliberais. Dessa forma, o *ciberespaço* zapatista é eficiente em sua habilidade de transgredir diferenças e entrever novas uniões radicais na busca de solidariedade com outros indivíduos e grupos (*Apud* SCHERER-WARREN, 2005, p. 83-84).

Apesar de salientar o caráter democrático que as redes proporcionam, Cebrian (1998, p.154) alerta sobre as necessidades de arbitrar políticas que evitem o paradoxo, ou seja, que um instrumento de democratização se converta em um sistema de opressão ou alienação. Ele salienta isto porque nem todos têm acesso ao sistema, ou são capazes de manuseá-lo, principalmente aquelas pessoas provenientes de classes com renda mínima. Cebrian (1998, p.155) deixa claro que a Internet pode ser um instrumento de igualitarismo e democracia, desde que haja a formação de cidadãos em relação às atualizações tecnológicas, bem como o conhecimento acerca das conseqüências da ampliação e implantação do sistema. Sendo assim, os *cibernautas* poderão ver os resultados de suas ânsias por liberdade e suas ações contestatórias da realidade vigente, desde que o acesso às redes de informação não se restrinja aos setores dominantes da sociedade. Entretanto, a existência de redes abertas tem facilitado o seu uso por diversos tipos de cidadãos e instituições. Isto proporciona a veiculação de idéias que são provenientes dos setores dominantes da população,

bem como idéias de setores marginalizados da sociedade. Chiapas tornou-se um exemplo quando, em 1994, o subcomandante Marcos disponibilizou na rede a primeira Declaração da Selva Lacandona.

O EZLN divulga seus comunicados na rede desde 1994, onde estão disponíveis cerca de 400 documentos divididos por ano. O último comunicado divulgado no *site* www.ezln.org foi em 13 de julho de 2005. Todos os comunicados são divulgados em diversas línguas como o inglês, espanhol, francês, alemão, italiano e português, caracterizando a linguagem universal do movimento, que visa atingir todas as partes do mundo através da rede. No espaço destinado aos comunicados temos também as seis declarações que expressam as necessidades de luta do movimento, bem como os objetivos dele. Em geral, esses comunicados dirigem-se aos povos e governos de todo o mundo, mais especificamente aos legisladores do Congresso da União, aos grupos indígenas, aos músicos de todo o mundo, aos mexicanos que vivem no estrangeiro, à imprensa, a COCOPA⁴, aos comitês de solidariedade, aos coordenadores estatais, senadores e a sociedade civil nacional e internacional etc.

Um dos objetivos da divulgação dos comunicados na rede, segundo os zapatistas, é procurar desmentir tudo aquilo que é divulgado contra o movimento na mídia impressa e televisiva. Muitas coisas são ocultadas pela mídia mexicana, sendo assim, através da rede, os comunicados conseguem divulgar a informação por

outro viés. É de suma importância que o movimento possa revelar aquilo que é ocultado pelo Estado, bem como poder contar a sua versão dos acontecimentos. Por meio dos comunicados os zapatistas denunciam e criticam o governo mexicano, que segundo eles não faz nenhuma questão de resolver o conflito pela via pacífica e pelo diálogo. Além disso, divulgam alguns crimes cometidos pelo governo contra o movimento, como as matanças realizadas em *Acteal* e *El Bosque*. Dessa forma, o subcomandante Marcos não mede as palavras e denuncia no *site* tudo aquilo que é feito contra o movimento: “Por outro lado, não podemos doar nossa palavra e buscar o momento oportuno para dizê-la [...]”. (Apud DI FELICE, MUÑOZ, 1998, p.35)

Nos comunicados estão presentes também as convocatórias, nas quais os zapatistas convocam a todos para participarem de assembléias e encontros, o que eles chamam de “grande consulta nacional”. Através de cinco perguntas o movimento procura conhecer o que as pessoas pensam sobre o EZLN, focalizando o caráter democrático e interativo do movimento. Os zapatistas querem a opinião dos povos acerca dos passos que o EZLN deve tomar. Através das cartas que o EZLN divulga nos comunicados, o movimento agradece as pessoas que os ajudam, bem como denunciam aqueles que são contra os princípios do movimento. As cartas são dirigidas para várias pessoas, e nelas o subcomandante Marcos não mede as palavras ao esclarecer o que certos governantes tem

feito contra os povos indígenas do México.

Outro tipo de documento disponibilizado no *site* www.ezln.org são os discursos, que têm como objetivo principal comunicar e informar a todos os interessados pelo movimento zapatista, sobre a luta do movimento, sua história e seus interesses políticos. A maior parte dos discursos é produzida pelos subcomandantes Marcos e Zebedeo. Eles utilizam uma linguagem poética e comovente, com intuito de sensibilizar os internautas sobre a luta do movimento. Alguns discursos apresentam inicialmente uma poesia indígena, na antiga língua asteca, o *náhuatl*.

Uma característica muito importante dos discursos é o fato deles se iniciarem através de uma convocação. O autor do discurso, que se expressa em nome dos indígenas do movimento, convoca as minorias étnicas, os trabalhadores, os gêneros sexuais e os internautas de maneira geral para participarem da luta dos excluídos pelo neoliberalismo. Assim, a utilização da internet para divulgação desses discursos passa a ter caráter inclusivo, já que eles não são destinados apenas as comunidades indígenas. Com esses discursos o movimento zapatista busca incluir na sua luta todos aqueles que são marginalizados pela globalização neoliberal ou sofrem preconceitos de etnia e de gênero. Os discursos também tem como finalidade informar aos visitantes do *site*, www.ezln.org, sobre as discussões que ocorrem nas assembléias e nos eventos promovidos pelo Comitê Clandestino Revolucioná-

rio Indígena – CCRI.

Analisando as Leis e Decretos que foram criados pelos indígenas, disponíveis *on-line*, percebemos que dentro da Selva Lacandona, no Estado de Chiapas, as decisões políticas são tomadas em assembleias comunitárias, o que caracteriza uma gestão coletiva de caráter democrático. A partir daí criou-se um modelo político alternativo ao institucional, no qual as leis e decretos do Estado mexicano perdem a validade e significado para os indígenas e habitantes da região. Neste modelo democrático, cada comunidade passa a representar um município autônomo e estes municípios elegem uma liderança para participar da “Junta do Bom Governo”, que é uma espécie de “elo” entre as regiões. Essas mesmas lideranças são responsáveis pelo diálogo com o governo. Segundo Buenostro Y Arellano (2002, p.285), os povos indígenas já romperam de fato com as reservas que a Constituição e o Estado lhes impunham, para serem parte ativa e fundante do processo de transição à democracia no país.⁵ As Leis e decretos, sejam eles propostas ou concretizações, estão lançados na *web* e detém impressionante alcance político. As “reformas constitucionais” ganharam repercussão global, muito além das mesas de debates nacionais. Se o governo mexicano não se propõe ao diálogo, os zapatistas foram buscar o diálogo com o mundo através do universo virtual.

Um dos espaços que proporciona maior interatividade no **site** é o campo de “Perguntas e Respostas”.

Os internautas podem, através de *e-mails*, enviar para o *site* do movimento suas perguntas. As perguntas mais freqüentes possuem um espaço específico, que a qualquer momento os visitantes podem ter acesso. As perguntas mais recorrentes e visitadas são “O que é o EZLN?” e “Quem é o subcomandante Marcos?”. As respostas são sempre objetivas, com intuito de esclarecer sobre o assunto sem maiores discussões.⁶ A criação do espaço de perguntas e respostas permite aos zapatistas tomarem para si a responsabilidade da interação com os visitantes. Essa interatividade torna-se visível, reconhecida e eficaz através da Internet. Dessa forma, o internauta passa a ser um participante ativo da guerrilha informacional, conciliando a proposta do movimento com sua bagagem teórica e experimental. Essa interatividade faz emergir também uma nova forma de ação política pautada na noção de que é possível mudar o mundo construindo permanentemente valores, lógicas sociais e poderes, por meio da *web*, contra modelos hegemônicos que se dizem solidificados. A interatividade pode reproduzir reflexões e análises, porque possibilita que o internauta, através da leitura e informação absorvida no *site*, se liberte de uma visão institucional e passe a enxergar um espaço para o diálogo e para formas alternativas de compartilhar experiências.

A *Revista Chiapas*, disponível apenas em formato virtual, no *site* www.ezln.org, foi criada com a finalidade de contribuir para desenterrar as raízes mais profundas

do conflito chiapaneco. Ela propõe revelar fatos que faz do EZLN uma ação particular e pioneira, além de provocar uma reflexão universal através de artigos escritos por integrantes do movimento, e, sobretudo, por jornalistas e estudiosos renomados de todo o mundo. A revista aborda temas variados como o cotidiano, a cultura, a sociedade, o racismo, as crenças indígenas e o universo da política. A revista, assim como todos os comunicados e declarações do EZLN, caracteriza-se pelo uso de uma linguagem poética, literária e fortemente indígena, e pelo uso de metáforas para firmar a palavra como instrumento de luta.

Assim como no primeiro *site* www.ezln.org, o *site* atual www.enlacezapatista.ezln.org.mx divulga seus comunicados na rede. Entretanto, a organização e complexidade do segundo *site* em relação ao primeiro são maiores. A quantidade de documentos basicamente duplicou, dos 400 documentos divulgados no primeiro *site*, agora temos cerca de 1041 comunicados. Isto significa que em cada ano houve um acréscimo significativo de número de documentos, principalmente nos primeiros anos. Entretanto, proporcionalmente, percebe-se que à medida que se passam os anos, a quantidade de comunicados diminui, em 1994 eram cerca de 222 comunicados divulgados, em 1996 eram 94, em 2000 eram 37 e em 2004 cerca de 18. Isto nos faz perceber a mudança de atitude do EZLN em relação à divulgação de sua palavra, em 20 de agosto de 2005, o movimento divulgou um comunicado explican-

do o sentido da Sexta Declaração da Selva Lacandona e da denominada *La Otra Campaña*, segundo eles, o movimento não quer apenas divulgar a sua palavra a milhões de pessoas, mas escutar aqueles que não tem voz, aqueles que são oprimidos pelo sistema. Isto deixa claro porque nos últimos anos o EZLN divulgou menos comunicados, agora o movimento quer também escutar, que ir ao encontro dos povos que não tem acesso à rede e promover a participação de todos.

Contudo, a organização e as possibilidades de consulta no novo *site* aumentaram. Além do acesso por data temos a opção de verificar os comunicados através de palavras-chave, como também a consulta através da subdivisão de temas. Os temas disponíveis para consulta são: Declarações, Histórias, Ensaios e Outros Temas, que estão subdivididos em *acteal*, autonomia, consultas, declarações, encontros, ensaios, entrevistas, historias, levantamento de 1º de janeiro, luta pela paz, marchas, mulheres, rupturas do cerco e traição de 9 de fevereiro. No *link* Outros Temas, o movimento disponibiliza espaço para assuntos mais específicos, como, por exemplo, os encontros, entrevistas, luta pela paz, consultas, mulheres, marchas. A novidade do *site* atual são 12 documentos inéditos de 1993, que expressam o caráter inicial do movimento que se baseava ainda na luta armada, neste ano de 1993 foram divulgadas algumas leis criadas pelo EZLN, para organizar a luta e atingir seus objetivos. Além disso, esses documentos mostram como o mo-

vimento mobilizou as pessoas para lutarem por mais justiça e dignidade.

Assim como no outro *site*, os comunicados têm o objetivo de agradecer, convocar, denunciar, burlar a mídia, dar respostas e criticar o neoliberalismo. Mas percebe-se também que através deles, o movimento quer relatar a sua história de luta, bem como a sua mudança de perspectiva de como atuar. Nos comunicados temos um *link* muito interessante chamado Histórias, nele é relatado toda a cosmogonia indígena. Com isso, percebe-se a recuperação da tradição dos antepassados que também lutaram por seus direitos. Ilse Scherer-Warren (2005, p. 80) chama isto de busca de uma relação dialógica entre o tradicional e o moderno, segundo ela é “nesta relação dialética entre tradição e as raízes culturais revisadas criticamente por um lado, e as ações políticas e as utopias por outro, que as redes de movimentos podem construir seus projetos de transformação”.

Após a divulgação da Sexta Declaração, o movimento não deseja apenas que sua palavra seja conhecida, mas quer escutar também as minorias. Para isso promoveu a integração direta dos excluídos com a luta zapatista. A maior parte dos comunicados, além de informar, visa conquistar e identificar os internautas com a luta do movimento. Uma característica muito importante dos comunicados é o caráter de inclusão, ou seja, o movimento busca incluir em sua luta todos aqueles que são marginalizados pelo neoliberalismo

ou que sofrem preconceito de etnia e gênero. Essa característica representa uma das mudanças sofridas pelo movimento, que no início era bastante fechado, mas que com a utilização da internet abriu espaço para um grande número de pessoas. Outro fator que expressa o caráter inclusivo do movimento são os temas dedicados exclusivamente às mulheres. Segundo os zapatistas, o EZLN incorpora as mulheres na luta revolucionária sem importar com sua raça, cor ou crença. Estes comunicados reforçam os direitos das mulheres, assim como suas necessidades. As principais comandantas do movimento como a Ramona, deixam neste espaço as suas cartas e mensagens a toda comunidade.

Uma outra novidade do segundo *site* é a possibilidade de navegação por categorias. O objetivo destas categorias é apresentar ao público como está o andamento das atividades da *La Otra Campaña*⁷, e como tem acontecido a aplicação da Sexta Declaração no mundo. Em 28 de junho de 2005, o EZLN tornou pública a Sexta Declaração da Selva Lacandona, que tem como objetivo fazer um levantamento histórico do movimento, apontar suas diretrizes, chamar os trabalhadores do campo e da cidade, os estudantes, os professores, as crianças, os jovens, os idosos e todos os mexicanos, para lutarem contra as injustiças e as exclusões. Na Sexta Declaração, há uma forte crítica ao sistema capitalista e suas conseqüências sociais.

Dentre essas categorias, temos a denominada

EZLN, nela existem diversas fotos e anúncios de eventos, caravanas e conferências que ocorreram em 2006 e 2007, na qual também encontramos informações mais recentes de como o movimento tem se dirigido ao encontro daqueles povos esquecidos e que não têm voz. Em um dos *links* dessa categoria, os internautas podem deixar suas contribuições, como comentários sobre os neozapatistas, a Sexta Declaração, os eventos e as caravanas. Em outro *link* chamado Avisos, como diz o próprio nome, são divulgados os eventos, as assembléias, os congressos, os foros, as caravanas, enfim, tudo aquilo que está relacionado com a *La Otra Campaña* do período de 2007 a 2008. Nessa categoria, além de alguns comunicados, aparecem também as convocatórias que chamam todos os povos indígenas para a defesa da vida, da cultura e da natureza.

Outra novidade presente no segundo *site* www.enlacezapatista.org.mx é o *link* Galeria. No acesso do dia 08 de maio de 2008 a Galeria contava com 6.046 imagens distribuídas em 426 álbuns que, por sua vez, estavam divididos em seis categorias. Cada categoria agrupava as imagens de acordo com um tema. A primeira categoria, denominada Denúncias, apresentava diversas imagens que denunciavam aqueles que prejudicavam o movimento e as pessoas excluídas da sociedade. Assim, foram divulgadas fotografias de falsos líderes que usavam o nome do movimento para pedirem dinheiro. Esses contraventores agiam em escolas

e universidades. Uma segunda categoria de imagens foi denominada a Segunda Etapa, na qual estão disponibilizadas imagens de viagens e encontros das comandantas e comandantes da Comissão VI para a segunda etapa da denominada *La Otra Campaña*. Esta campanha é uma fase na qual o EZLN decide que a prioridade não é mais falar e sim escutar todas as pessoas excluídas que não tem voz, ou seja, os trabalhadores do campo e da cidade que lutam e que são perseguidos e desprezados por sua diferença e que resistem e se rebelam. Assim, encontramos nesta categoria, fotos de diversos encontros, de manifestações, de reuniões de trabalhadores, de mulheres, de estudantes, de diversas etnias indígenas. As fotos mostram os lugares onde o EZLN realiza estes encontros, geralmente são lugares simples de pessoas humildes e com uma grande participação de mulheres.

Zapatismo é o nome de outra categoria, nela encontramos imagens que fazem referência a Emiliano Zapata e aos encontros e festas indígenas. Muitas fotografias mostram o sub-comandante Marcos ao lado de imagens de Zapata, isto demonstra como os neozapatistas resgatam sua tradição indígena, e como o movimento reafirma sua historicidade, embora lute através de um novo repertório de ação coletiva: “Um exemplo emblemático é o movimento neozapatista de Chiapas que conseguiu resgatar valores culturais milenares associando-os a novos ideários pós-modernos e difundido-os em tempo real” (SCHERER-WARREN,

2005, p. 82). Outra categoria recebe o nome de *Internacional*, na qual os zapatistas divulgam ações rebeldes em todo o mundo. São diversas imagens que mostram a resistência dos excluídos em diversas partes do globo. Assim, podemos verificar que a luta dos zapatistas não se restringe somente a Chiapas, a luta é de todos aqueles que são excluídos da sociedade. Percebe-se, portanto, mais uma vez o caráter inclusivo e solidário do movimento.

Além de selecionar as imagens por categorias, quem navega no *site* do movimento consegue ter um panorama das imagens mais visualizadas e das últimas imagens divulgadas pelo movimento. Na galeria, existe ainda um *link* em que as pessoas podem fazer seus comentários a respeito das imagens. Isso demonstra a interatividade do movimento que opera sob forma de intercâmbio colocando o usuário na condição de construtor do *site*, logo, aquele que poderia participar da luta zapatista.

A Zezta Internacional é o espaço na *Web* que representa a Comissão Intergaláctica Zapatista, expressão criada pelos insurgentes. O nome Zezta Internacional refere-se à Sexta Declaração, ou também conhecida como a "La Outra Campanha", que abrange de forma intensa a participação e o universo feminino dentro do Exército Zapatista. Neste espaço, encontramos todas as atualidades sobre os encontros internacionais, discursos e artigos da mídia internacional, manifestações de apoio pelo mundo e, sobretudo, reivindicações e

conquistas das mulheres e crianças indígenas. É também um espaço virtual com enorme apelo visual, com muitas fotos, cores e áudios. Encontramos manifestações sobre a cultura indígena, artesanato, saúde e educação. Quase todos os documentos são disponibilizados pelas mulheres do EZLN, que fazem questão de propagar a importância de sua participação no movimento. Além do Sub-comandante Marcos, podemos conhecer a Comandanta Ramona, uma porta-voz feminina do movimento. Ramona participa ativamente das reuniões do CCRI, das caravanas e campanhas.

Outro espaço que pode ser visitado no novo *site* é a Rádio Insurgente,⁸ uma estação produzida pelo EZLN, sem vínculo com o governo mexicano. O primeiro programa foi produzido em fevereiro de 2002. A equipe técnica é composta pelos companheiros insurgentes do exército zapatista. O principal objetivo é difundir as idéias e os conteúdos do movimento, através de ondas de rádio. A propagação vai muito além das montanhas, alcançando atualmente inúmeros países, o que possibilita avanços no processo de construção de uma autonomia do movimento, por meio da difusão da palavra, cultura e da música das comunidades indígenas de Chiapas. As emissoras que hoje se integram a Rádio Insurgente, são rádios comunitárias que também perderam o vínculo com o Governo. Todas mantêm suas equipes próprias de produção e compartilham do mesmo objetivo zapatista, buscando adequar programas conforme necessidades particulares,

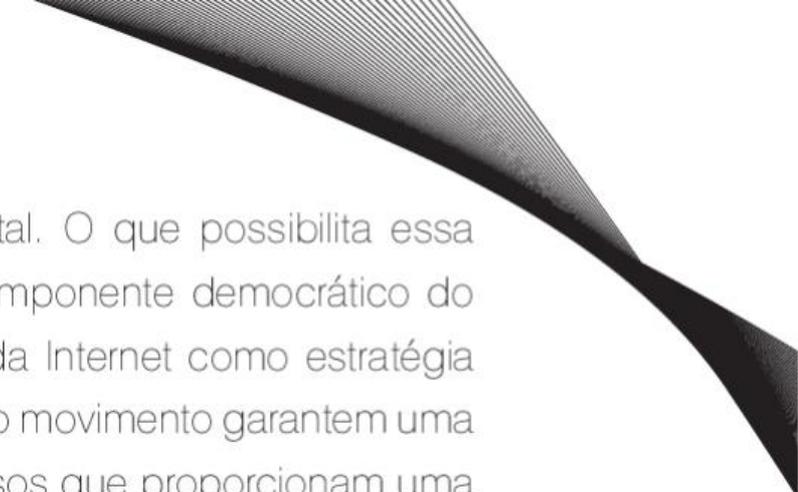
línguas e costumes de cada região.

O programa principal, com periodicidade semanal, ocorre aos sábados. É transmitido em ondas curtas e está destinado especialmente aos povos do México e das Américas e também à sociedade civil da Europa, África, Ásia e Oceania. As informações pertinentes são sobre os acontecimentos em Chiapas, os avanços e conquistas junto ao Governo mexicano, que se realizam através da Junta de Bom Governo. Informa também sobre a história do EZLN, os direitos das mulheres e temas atuais. Pode-se ouvir músicas variadas e contos literários sobre Chiapas e México. Através do *site*, o usuário também pode descarregar os programas semanais e os programas especiais, além de inúmeras entrevistas e áudios gravados nas caravanas do movimento. Também encontramos na página principal da Rádio Insurgente um convite para todas as rádios do mundo que queiram transmitir os programas da rádio zapatista. Esta transmissão é livre e gratuita, mas as outras rádios não podem alterar o conteúdo do programa e nem o áudio.

Além da Rádio Insurgente, o EZLN disponibiliza via *web* a *Revista Rebeldia* que veio substituir a *Revista Chiapas*. Sua primeira edição foi publicada em novembro de 2002 e desde então obedece a uma periodicidade mensal. É uma revista eletrônica, não existe edição impressa, apenas em formato PDF. O *site* próprio da revista está sendo reformulado, mas suas edições podem ser acessadas através do *site* [Comunicação, História & Economia • 199](http://www.enlaceza-</p></div><div data-bbox=)

patista.ezln.org.mx, por meio de um *link* que está no final da página principal. A produção fica a cargo dos integrantes do movimento e de profissionais voluntários que abraçaram a luta zapatista. A equipe é formada pelo Diretor Geral, Sub-diretor, Conselho Editorial e demais colaboradores, inclusive internacionais. Todos os textos divulgados são aprovados previamente pelo CCRI, e o Editorial é de responsabilidade do porta-voz do movimento, o Subcomandante Marcos. Existe um canal direto para contato entre leitor e redação que é disponibilizado através de endereço eletrônico: redaccion@revistarebeldia.org, ativo atualmente. A revista também recebe artigos e fotos de diversas partes do mundo, a maioria deles de jornalistas e pesquisadores que se simpatizam pela causa zapatista. É quase uma regra encontrarmos artigos sobre a história do México e seus principais personagens, com atenção especial à Emiliano Zapata. Os textos são carregados de metáforas e críticas ao sistema político neoliberal, mas nunca de forma agressiva. São na verdade comunicados e informativos para todos os que pretendem conhecer e apoiar a luta indígena.

Já a caminho de tecer nossas considerações finais podemos afirmar que a rede eletrônica permitiu aos zapatistas a criação de uma teia de comunicação e cooperação democrática de alcance veloz e sem fronteiras. Ao contrário dos movimentos e organizações tradicionais que se estruturam sobre uma hierarquia rígida e de cima para baixo, a estruturação do movi-



mento zapatista é horizontal. O que possibilita essa estrutura horizontal é o componente democrático do movimento e a utilização da Internet como estratégia de ação política. Os *sites* do movimento garantem uma infinidade de laços e acessos que proporcionam uma navegação eficaz, na qual as informações são disponibilizadas a todos que têm acesso à rede.

É através da *web* que o EZLN reúne ativistas e simpatizantes pelo mundo. Os encontros internacionais são divulgados pela rede e os insurgentes convocam a todos a comungar de sua luta e reivindicações. Eles aproveitam, contraditoriamente, de uma ferramenta do mundo capitalista globalizado, a Internet, para integrar através das redes eletrônicas um amplo espectro de grupos políticos em todo o planeta. Esse novo modelo de ação, consagrada pela revolução da informação, questiona a forma de organização de muitas instituições, rompendo hierarquias e redistribuindo o poder em benefício de grupos geralmente mais fracos e menores, também conhecidos como “minorias sociais”. Surge uma nova ideologia de guerra e luta, “a guerra virtual”, capaz de atravessar fronteiras e mobilizar com maior eficácia a sociedade civil em prol de objetivos comuns, buscando uma unidade globalizada. As ferramentas e recursos que a rede oferece para esta luta são bem explorados pelos insurgentes: contatos interpessoais, conferências, listas, revistas, blogs, rádio, galerias de imagens, fóruns, entre outras, que são construídas e disponibilizadas por colaboradores es-

palhados em qualquer parte do planeta. O que também garante o constante aperfeiçoamento do *site* e dos recursos eletrônicos.

O movimento que se desencadeou em janeiro de 1994 ainda hoje surpreende o mundo de forma crescente e sólida. A pretensão dos zapatistas ao utilizarem os recursos da *web* é avançar rumo a formação de uma rede Intergaláctica Internacional da Esperança. A representatividade do movimento divide-se em duas figuras mitológicas, de um lado Zapata que simboliza a tradição, a força, a cultura e a perseverança, de outro, o Sub-comandante Marcos que justifica a luta democrática, a estratégia inovadora e a liderança solidária do movimento. Marcos utiliza a patente de “sub” para indicar que o comando está nas mãos dos chefes das comunidades indígenas, nas mãos do povo mexicano e do mundo, que apóiam o EZLN pressionando o governo a negociar e a dialogar. Por este motivo, fica claro que se trata de uma luta com grande força moral e política do que armada. Os zapatistas estão empenhados em construir um novo modelo de organização baseado na interatividade e na democracia, com o intuito de criar uma mobilização global e consciente dos efeitos perversos do neoliberalismo, também chamado pelo movimento de “Internacional do terror”.

Outra mudança real está relacionada com a forma de ver à própria comunidade: manter os olhos no espaço virtual e no mundo, sem esquecer dos pilares do EZLN, seu próprio povo. Atualmente, os zapatistas

estão preocupados em manter contato com as comunidades indígenas mexicanas por meio de um contato mais direto fora da rede. Isto tem sido feito através das caravanas e dos encontros que percorrem todo o México. A importância desta ação justifica-se pelo pequeno número de usuários da *web* em território nacional. No entanto, isso não significa de modo algum o abandono da Internet, mas é uma forma de integrar e solidificar ainda mais o movimento junto à comunidade mexicana, na medida em que os resultados das caravanas e dos encontros são disponibilizados *on-line*. As perspectivas quanto ao futuro do movimento são incertas, mas é preciso reconhecer que até hoje nenhum adversário do neoliberalismo tem uma fórmula certa ou um caminho claro de luta para ser seguido. O que podemos considerar é que o EZLN é um dos movimentos mais expressivos que se coloca numa oposição à globalização neoliberal e à ordem capitalista, e que em nenhum momento recuou ou deixou de mostrar sua rebeldia diante deste sistema. Rebeldia que pode ser acessada ao toque do *mouse*, no=.

NOTAS DE FIM

1 Profa. do Departamento de História FAFICH/UFMG. Coordenadora do Curso de Especialização em Culturas Políticas, História e Historiografia.

2 Ex-alunas do curso de História do Centro Universitário Newton Paiva, orientadas pela Prof. Adriane Vidal Costa. Pesquisa realizada no VIII Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.

3 Segundo o sociólogo Charles Tilly, podemos encontrar o significado do repertório da ação coletiva quando um determinado grupo agrega novas estratégias de ação em seu repertório. O conceito de repertório da ação coletiva de Tilly é sintetizado por Mark Traugott da seguinte forma: é um " 'conjunto de meios' que um grupo tem à sua disposição para usar quando faz demandas e para qual seus membros se dirigem, 'mesmo quando, em princípio, alguma forma não familiar de ação seria muito mais adequada à defesa dos interesses". TRAU GOTT, Mark. *Barricades as repertoire: continuities and discontinuities in the History of French contention*. In: TRAU GOTT, Mark (org.). *Repertoires & cycles of collective action*. Durham: Duke University Press, 1995, p. 34. Tradução, adaptação e notas por Carla Anastasia.

4 'A Cocopa (*Comisión de Concordia y pacificación*) é uma instancia criada a través da lei para o Diálogo, a conciliação e a paz digna em Chiapas." Disponível em: <http://www.ezln.org/faqs/cocopa.htm>. Acesso em: 12 de maio de 2008.

5 Em 1996, o governo Federal e o EZLN, firmam *Los Acuerdos de San Andrés*, que trata dos direitos e cultura indígena e são resultados de meses de debates e negociações, envolvendo também intelectuais, organizações sociais e representantes da maioria das 56 etnias do México. O governo comprometeu-se em reconhecer os direitos do povo à autonomia, como também a reconhecer as comunidades indígenas, ou municípios, como entidades de direito público.

6 Os internautas também perguntam o que é a Cocopa e onde estão disponibilizadas as fotos dos zapatistas e o hino zapatista. Existe ainda, um espaço de busca para que os *internautas* procurem pelos temas e assuntos mais perguntados. Também são divulgadas no *site* as principais perguntas sobre a conjuntura política do movimento. Não é possível traçar um perfil dos internautas que participam deste fórum, mas sabemos que jornalistas, historiadores, sociólogos, grupos simpatizantes, curiosos, entre outros, que são atraídos pelo conteúdo divulgado no *site* e, na maioria das vezes, transformam-se nos melhores propagandistas do movimento.

7 A Outra Campanha se propõe a organizar a resistência e a rebeldia, tornando-as coletivas e convertendo-as num movimento de transformação profunda e radical, com os de baixo, a partir de baixo para os de baixo.

8 No *site* vários *links* dão acessos diretos as transmissões que podem ser capturadas ou mesmo via rádio transmissor caseiro. Uma página especial de ajuda técnica auxilia na captura do sinal. Os arquivos de áudio estão em formato mp3 (mono), com uma compreensão de 64 e 32kbps o que possibilita atender a todos os visitantes, independentemente da versão do programa usado em cada computador.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS

FONTES DOCUMENTAIS:

www.ezln.org

www.enlacezapatista.org.mx.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS:

ALTMANN, Werner. "A rebelião indígena de Chiapas: o anti-neoliberalismo orgânico da América Latina". In: BARSOTTI, Paulo & PERICÁS, Luiz Bernardo (orgs.). *América Latina: história, idéias e revolução*. São Paulo: Xamã, 1998.

BUENOSTRO Y AURELIANO, Alejandro, OLIVEIRA, Ariovaldo U. (orgs.). *Chiapas: construindo a esperança*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CEBRIÁN, Juan Luis. *A rede: como nossas vidas serão transformadas pelos novos meios de comunicação*. São Paulo: Summus, 1998.

DI FELICE, Massimo, Muões, Cristobal. *A revolução Invencível – Subcomandante Marcos e EZLN*. São Paulo: Summus, 1998.

ORTIZ, Pedro. *Zapatistas - a velocidade do sonho*. Brasília: Entrelivros: Thesaurus, 2006.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes sociales y de movimientos en la sociedad de la información*. Nueva Sociedad, Venezuela, n. 196, mar-abr. 2005.

TRUGOTT, Mark. *Barricades as repertoire: continuities and discontinuities in the History of French contention*. In: TRUGOTT, Mark (org.). *Repertoires & cycles of collective action*. Durham: Duke University Press, 1995, p. 34. Tradução, adaptação e notas por Carla Anastasia.



CULTURA POLÍTICA
AMBIENTALISTA:
NARRATIVAS CANÔNICAS
SOBRE NATUREZA E O
REPERTÓRIO DA
AÇÃO COLETIVA EM MINAS
GERAIS (1967-2002)

JUNIELE RABÉLO DE ALMEIDA¹

Aspectos de uma possível *cultura política ambientalista*² emergem a partir do estudo de ações reivindicativas das primeiras frentes de mobilização, nas mesorregiões³ mineiras, apresentadas à esfera pública regional entre os anos de 1967 a 2002. O recorte temporal justifica-se por ser o ano de 1967 a data de fundação do primeiro movimento mineiro (movimento do Centro Brasileiro para Conservação da Natureza e Desenvolvimento Sustentável) e o ano de 2002 a data referente à instituição da “Agenda 21 Brasileira”⁴ – organizada pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento do Ministério do Meio Ambiente – geradora de novos parâmetros para os movimentos ambientalistas regio-

nais (mobilização para elaborar “Agendas 21 Locais”).

É possível encontrar entre os anos de 1967 e 2002 uma inovação substantiva no *repertório de ações coletivas*⁵ a partir das *narrativas canônicas*⁶ sobre natureza. Emergiu um diálogo entre os valores e normas das associações ambientalistas e as novas propostas encampadas durante a Rio-92⁷ e, posteriormente, pela “Agenda 21 Brasileira”. O *repertório da ação coletiva* ambientalista apontou para a modernidade, no âmbito das novas discussões sobre *natureza*. A presente pesquisa buscou, assim, resgatar por meio da história oral as *narrativas canônicas* sobre natureza dos dez movimentos ambientalistas selecionados.

Dentre os 138 movimentos ambientalistas cadastrados⁸ pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD/MG, foram selecionados, por meio dos critérios “origem/data de fundação” e “relevância das ações”, apenas um movimento de cada mesorregião mineira. Assim, tem-se: 1) *Zona da Mata* (movimento do Centro Brasileiro para Conservação da Natureza e Desenvolvimento Sustentável – CBCN, 1967); 2) *Rio das Velhas* (movimento da Associação Mineira de Defesa do Ambiente – AMDA, 1978); 3) *Leste Mineiro* (movimento da Associação de Defesa da Ibituruna e do Meio Ambiente – ADIMA, 1983); 4) *Sul de Minas* (movimento da Sociedade de Defesa do Meio Ambiente – SODEMA, 1983); 5) *No-oroeste de Minas* (movimento Funatura, 1986); 6) *Norte de Minas* (movimento do Centro de Agricultura Alterna-

tiva do Norte de Minas – CAA-NM, 1989); 7) *Alto São Francisco* (movimento da Associação Ambientalista do Alto São Francisco – ASF, 1992); 8) *Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba* (movimento do Centro de Estudos Sócio Ambiental do Cerrado – CESAC, 1997); 9) *Rio Paraopeba* (movimento da Associação para o Desenvolvimento do Turismo Ecológico Sustentável Encostas da Serra – ASTURIES, 1999); 10) *Jequitinhonha* (movimento Caminhos da Serra da Associação Pró Meio Ambiente, Turismo e Cultura, 1999).

Os movimentos ambientalistas são marcados pela diversidade das propostas, práticas, atores e *narrativas*. Assim, os movimentos: realizam trabalho de base, voltam-se para a militância, ganham caráter partidário e/ou implementam projetos demonstrativos a partir dos parâmetros de sustentabilidade. Segundo Crespo (1997), os movimentos ambientalistas encontram sua credibilidade na eficiência de intervenção em grupos e comunidades, permitindo-lhes propor estratégias por meio da aplicação de recursos e agilidade na implementação de projetos (políticas públicas).

O relativo sucesso do movimento ambientalista resultou em uma paradoxal perda da aura "utópico-revolucionária" da questão ambiental, principal fator de mobilização de seus militantes nas décadas de 60 e 70. Isto se deu, justamente, em razão da inserção da temática ambiental no âmbito das políticas públicas governamentais. (ALONSO; COSTA, 2002, p.116)

Tais movimentos ingressaram nos anos 1990 como atores relevantes. Observa-se a representatividade dos grupos nos diversos tipos de Conselhos e Comissões institucionalizadas. Na atualidade, os movimentos ambientalistas cadastrados pela “Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais - SEMAD” contam com a tarefa institucional de ter participação na formulação e implementação das “Agendas 21 Locais” por meio de redes, consórcios e parcerias estratégicas – no processo de governabilidade dos problemas socioambientais.

1. A MOBILIZAÇÃO AMBIENTAL

Os movimentos ambientalistas, por meio de *narrativas canônicas*, buscaram reivindicar o respeito aos sistemas vivos e resistência à destruição da vida como fundamento para a construção e legitimação de um sistema de valores sócio-político⁹. De acordo com Viola (1987) é possível diferenciar três períodos na história dos movimentos ambientalistas no Brasil:

Uma primeira: de 1974 até 1981, caracterizada pela existência de dois movimentos paralelos auto-identificados como apolíticos: os movimentos de denúncia da degradação ambiental nas cidades e nas comunidades alternativas rurais. Uma segunda fase que chamamos de transição, desde 1982 até 1985, caracterizada pela confluência parcial e politização explícita progressiva dos dois movimentos assinalados, além de uma

grande expansão quantitativa e qualitativa de ambos. Uma terceira fase, que chamamos de opção ecopolítica, começa em 1986, quando a grande maioria do movimento ecológico se auto-identifica como político e decide participar ativamente na arena parlamentar. (VIOLA, 1987, p. 8)

Em meados da década de 1970, o ambientalismo ganhou maior importância na sociedade brasileira¹⁰: a partir de processos externos (Conferência de Estocolmo, em 1972) e internos (superação do mito desenvolvimentista; aumento da devastação amazônica; novos debates sobre a qualidade de vida). Ainda na década de 1970, a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza – FBCN iniciou um programa de financiamento de agências ambientais com o apoio da União Mundial para a Conservação – IUCN e do Fundo Mundial para Natureza – WWF. Em 1973 foi criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA, ligada ao Ministério do Interior, no intuito de empreender estratégias para conservação do meio ambiente e o uso consciente dos recursos naturais. Na mesma época foram fundadas agências ambientais para controle da poluição: Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental – CETESB/SP e a Fundação de Engenharia do Meio Ambiente – FEEMA/RJ.

O Movimento Arte e Pensamento Ecológico criou, em 1978, a revista *Pensamento Ecológico*. Tal publicação, trimestral, se transformou no primeiro órgão de debate sistemático dos ambientalistas brasileiros. No

início da década de 1980, a crise do modelo de desenvolvimento acelerou as discussões sobre devastação ambiental: “o fato de o Brasil ser um país continental com vastas áreas populacionalmente vazias criou um sentido de impunidade desenvolvimentista” (VIOLA, 1987, p. 10). A escolha de parcela dos ambientalistas pelo campo político institucional e a busca das ONGs ambientalistas em se aproximar das ONGs sociais – geraram transformações importantes para os movimentos ambientalistas.

Entre o final da década de 1980 e início da década de 1990, verifica-se o aumento significativo de novas entidades ambientalistas. Segundo Crespo (1997), o primeiro Cadastro Nacional de Entidades Ambientais no Brasil produzido entre 1991 e 1993 relacionou 1.533 entidades e o mesmo cadastro nacional produzido em 1996 por três instituições (Mater Natura/ISER/WWF) revelou a existência de 985 entidades que se reconheciam ambientalistas ou fazendo um trabalho sistemático nesse campo, das quais 725 são ONGs.

A maior parte das ONGs ambientalistas atua localmente, são amadoras, não tem sede, nem staff remunerado, e opera orçamentos inferiores a 50.000,00 dólares. Deste total 78% realizam projetos destinados a comunidades locais e 80% privilegiam o público escolar e a educação ambiental na comunidade. A maioria delas se situa na região sudeste (Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo) com aproximadamente 48% do total. (CRESPO, 1997, p. 293)

O ano de 1986 foi marcado por uma opção ecopolítica frente às ações ambientalistas na perspectiva de intervenção no processo da Assembleia Nacional Constituinte então reunida. Destaca-se o papel da capital mineira:

Em maio de 1986, em Belo Horizonte, realizou-se o 1º Encontro Nacional de Entidades Ecologistas Autônomas, com a participação de mais de uma centena de associações, a grande maioria delas dos Estados do Sul-Sudeste, mas incluindo pela primeira vez no debate nacional de ecologistas urbanos algumas associações do Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Os debates duraram quatro dias, organizados em várias áreas temáticas: ecodesenvolvimento, educação ambiental, reforma agrária ecológica, comunicações alternativas e relações internacionais e meio ambiente. Reafirmou-se uma vez mais o consenso em relação à importância de uma participação incisiva na Constituinte, mas os debates tornaram-se extremadamente difíceis e ásperos quando se discutiu a problemática do Partido Verde. (VIOLA, 1987, p. 17)

Agripa Faria Alexandre (2004) afirma que os estudos de Viola (1987, 1992, 1994, 1996) sobre o “ambientalismo multissetorial”¹¹ destacam, acertadamente, o jogo político ambientalista que indica a força de ação das posições verdes. Entretanto, salienta:

Tal como a tese do ambientalismo multissetorial é descrita, no entanto, parece haver uma incorporação singular e monolítica dos diversos valores verdes no Brasil. Dizer simplesmente que

existe uma crescente incorporação de valores ambientalistas no Brasil é muito pouco. (ALEXANDRE, 2004, p. 8)

Os movimentos ambientalistas brasileiros se fortaleceram com a Rio-92. As mobilizações passaram a ser norteadas por discussões sobre desenvolvimento sustentável: relação entre o desenvolvimento econômico e a proteção ambiental. A comunidade científica colaborou com a construção e consolidação dos principais movimentos ambientalistas do país. Durante a Rio-92, 170 países comprometeram-se a implantar da "Agenda 21 Global" para o desenvolvimento sustentável mundial. Os temas fundamentais da "Agenda 21 Global" estão tratados em 40 capítulos organizados em um preâmbulo e quatro seções¹².

Após a Rio-92, foi realizado, em março de 1997, o Rio+5: um fórum de discussão das Nações Unidas com o objetivo de revisar a implementação da "Agenda 21 Global", aprovada cinco anos antes. Em setembro de 2002, ocorreu um novo fórum de discussão das Nações Unidas (Rio+10) realizado em Johannesburgo, África do Sul, que teve como objetivo principal discutir soluções já propostas na Agenda 21, para que pudessem ser aplicadas de forma coerente não só pelo governo, e sim pelos cidadãos realizando "Agendas 21 Locais" (implementação do que foi discutido em 1992).

Em 2002 foi concluído, a partir das diretrizes da "Agenda 21 Global", o documento intitulado "Agenda

21 Brasileira” que apresentou um processo e instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável¹³. A “Agenda 21 Brasileira” tem como eixo central a sustentabilidade, buscando compatibilizar a conservação ambiental, a justiça social e o crescimento econômico.

O documento foi elaborado entre os anos de 1996 a 2002, sob a coordenação da Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável. A “Agenda 21 Brasileira” parte de seis eixos temáticos: 1) Gestão dos Recursos Naturais; 2) Agricultura Sustentável; 3) Cidades Sustentáveis; 4) Infraestrutura e Integração Regional; 5) Redução das Desigualdades Sociais; 6) Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável. Assim, a “Agenda 21 Brasileira” aqueceu as propostas e práticas dos movimentos ambientalistas brasileiros.

Portanto, a partir deste breve histórico, identifica-se desde o final da década de 1960 alterações substanciais na constituição e objetivos dos movimentos ambientalistas. Questões locais tornam-se cada vez mais ligadas ao agendamento global de desenvolvimento sustentável, consolidando uma *cultura política ambientalista*.

2. CULTURA POLÍTICA AMBIENTALISTA

Historiadores franceses (em especial: Serge Bernstein¹⁴ e Jean-François Sirinelli¹⁵) se empenharam, no início dos anos 1990, na apropriação do conceito de *culturas políticas*¹⁶. Tal abordagem culturalista dos fe-

nômenos relacionados às disputas pelo poder só foi possível no momento em que a história política pode recuperar uma posição de destaque na historiografia¹⁷. De acordo com Motta (2009, p.21) uma definição para *cultura política* poderia ser: “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro”. Nesse trabalho, procurou-se observar uma possível *cultura política ambientalista*:

Enfatiza-se a dimensão cultural do ambientalismo - disseminação de valores e formas de pensar -, o que é, sem dúvida, uma dimensão importante da realidade social. É patente a generalização do “discurso verde”, expresso em uma linguagem pública compartilhada por todos os agentes. Entretanto, a adesão a valores ambientalistas não se exprime automaticamente em práticas. A própria difusão do discurso sustentável se deve menos ao proselitismo de atores ambientalizados que à existência de constrangimentos políticos e morais que impedem o reconhecimento de posições ambientalmente incorretas e sua validação. (COSTA; ALONSO; TOMIOKA, 2000, 157).

As representações e práticas políticas ambientalistas são definidas por crenças e mitos projetados na longa duração. Aspectos de uma possível *cultura política ambientalista* são externados em *narrativas*: de

proteção ambiental e conservação de recursos; de redistribuição de recursos e mudança das regras de acessos a eles; de redefinição e transferência dos espaços produtivos; contra a imposição da depredação e/ou a divisão de cotas de depredação; contra a diminuição das iniciativas de preservação. Cabe ressaltar que o atual discurso de “justiça ambiental”¹⁸ considera que as questões ambientalistas ligam-se às sociais.

Em contato com as demais culturas políticas, a *cultura política ambientalista* disputa espaço na esfera pública. Não obstante, ela sofre influência direta do processo de construção de uma *cultura política democrática* que aponta para uma validação das características identitárias do ambientalismo¹⁹.

A relação entre democracia e meio ambiente é formulada como incorporação de temas ambientais pelo debate público e estratégias de grupos organizados, sobretudo movimentos sociais. A qualidade das instituições políticas democráticas variaria conforme o nível de disseminação da “consciência ecológica” entre os atores sociais e políticos. (...) Creemos que, em vez de associar substantivamente difusão de valores ambientalistas à democratização, devemos refletir sobre os desafios que a questão ambiental impõe à democracia (...) A pauta ambientalista no Brasil se organiza a partir do próprio processo político de redemocratização. Esse processo gerou importantes mudanças no cenário político brasileiro que criaram um espaço público permeável a demandas ambientalistas (ALONSO; COSTA, 2002, p. 120)

Ao reconhecer que os seres humanos são parte de um planeta finito, o ambientalismo ganha relevo em discussões universalistas que se apresentam: ora por *narrativas* de “gestão global”, ora de “desenvolvimento redistributivo”.

“Gestão global”, que vê as questões ambientais em termos tecnocráticos e cujas respostas podem ser dadas através da política nacional ou extranacional ou através de organizações não-governamentais (ONGs), que agem como grupos de informação e pressão neste processo; e um paradigma de “desenvolvimento redistributivo”, que coloca uma ênfase na iniquidade entre as nações mais ricas e as mais pobres como problema central. Os ativistas ambientais das nações desenvolvidas tendem a abraçar a primeira enquanto aqueles dos países mais pobres tendem a ver as questões através das lentes da última. As questões ambientais são vistas e transmitidas de maneira diferente em diferentes partes do globo. Adicione-se a isso o fato empírico que os processos sociais que conduzem à degradação ambiental variam muito, tanto quantitativamente quanto qualitativamente, em diferentes camadas do sistema mundial. Tanto a realidade material como a simbólica diferem muito de um lugar para outro. (BURNS; LEMOYNE, 2007, p. 71)

A abordagem cultural da história política indica que os sujeitos atuam movidos por variadas influências - para além do interesse racional. Entretanto, sabe-se dos perigos do reducionismo culturalista; expresso por meio

do relativismo radical que não se preocupa em distinguir representações mais próximas da realidade. A *cultura política ambientalista* adaptou-se às mudanças experimentadas no decorrer do processo histórico: algumas questões ficaram ultrapassadas e novos debates emergiram²⁰. Assim, a percepção do *repertório da ação coletiva* dos ambientalistas reitera, por meio da repetição ritual em eventos de mobilização, o sentido identitário. O repertório ambientalista brasileiro se compõe de categorias e preocupações relacionadas à natureza²¹ (ideologias, memórias, imaginários e iconografias), desde há muito presentes no pensamento político: preservação, sustentabilidade e qualidade de vida.

3. NARRATIVAS CANÔNICAS SOBRE NATUREZA E O AMBIENTALISMO EM MINAS GERAIS

Os movimentos ambientalistas mineiros, sob o signo do novo, consolidaram *narrativas* que remetem a uma *cultura política ambientalista*. Em diversos campos de estudo, compartilha-se a noção de que as narrativas configuram o princípio organizador da ação humana (Ricoeur, 1997). A narrativa expressa a heterogeneidade dos mundos sociais e da experiência temporal. Observa-se, assim, o processo de construção e significação de *narrativas canônicas*²², ou seja, narrativas-padrão ligadas a conceitos-chaves da nossa vida social e intelectual: “constituem pontos de referência inconscientes, sendo, portanto, decisivas em seus efeitos subliminares

de identificação coletiva” (SALIBA, 2007, p. 88).

A pesquisa apontou representações sociais: signos e saberes reconhecidos e compartilhados no corpo social, referentes às múltiplas concepções sobre natureza – capazes de estimular e estruturar o *repertório da ação coletiva* dos ambientalistas em Minas Gerais. Tornou-se possível dimensionar a relação mútua entre as *narrativas canônicas* sobre natureza e os movimentos ambientalistas das mesorregiões mineiras: *Alto São Francisco, Jequitinhonha, Leste Mineiro, Norte de Minas, Sul de Minas, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Zona da Mata, Noroeste de Minas, Rio Paraopeba, Rio das Velhas.*

As *narrativas canônicas*, segundo Bruner (1997), revelam significados e conceitos partilhados no domínio público. São negociadas na esfera pública para que se possa interpretá-las dentro de bases culturais reconhecíveis, pré-construídas:

Entre uma narrativa e um curso de acontecimentos, não há uma relação de reprodução, de duplicação, de equivalência, mas sim uma relação metafórica: o leitor é dirigido para a espécie de figura que assimila (liken) os acontecimentos relacionados a uma forma narrativa que nossa cultura tornou familiar para nós. (RICOEUR, 1997, p. 258)

A sociedade contemporânea não foi a primeira geradora de alterações ambientais: no decorrer do processo histórico o homem transformou o seu espaço

interagindo com a natureza. Dessa forma, os impactos não se iniciaram, no caso brasileiro, apenas com a chegada dos europeus. Acreditar que os povos indígenas não modificaram a natureza é ignorar sua existência cultural²³. Não obstante, observam-se *narrativas canônicas* que indicam mitos²⁴ referentes à “mata virgem e natureza intocada”, à “paisagem paradisíaca e exótica” e ao “índio ecológico”.

Para Zilberman (1994), o Brasil, como parte do Novo Mundo, revelou o universo simbólico do paraíso terrestre a partir de concepções bíblicas e idealizações medievais pagãs. Entretanto, a filosofia da Ilustração – segundo Roberto Ventura (1991) – inverteu a visão paradisíaca da América, ao formar um novo discurso sobre o homem e a natureza americanos, marcado pela negatividade.

No Brasil, de acordo com Regina Horta Duarte (2005, p. 59): “A observação do meio natural e a sistematização dos conhecimentos adquiridos partiram especialmente da iniciativa de religiosos, em sua grande maioria jesuítas e franciscanos (...)”. Defendia-se a natureza para o reerguimento do Império português, o que indica o anacronismo de pensar alguns cuidados com a natureza como origem do ambientalismo atual. A construção das *narrativas canônicas* sobre natureza é definida cultural e historicamente²⁵. Múltiplas representações da natureza circulam em diferentes comunidades²⁶ em um mesmo momento histórico:

(...) em diferentes tempos e espaços são configuradas inúmeras formas de vermos e lermos a natureza, e de estabelecermos relações com ela. Muitas vezes, não percebemos que os nossos atos, as maneiras de narrar acontecimentos, os modos de vermos a nós mesmos e aos outros e, ainda, nossas escolhas cotidianas, tudo isso, são negociações que vamos estabelecendo diariamente com os significados que nos interpelam através da cultura. Os códigos culturais são compartilhados pelos sujeitos, algo que é visto como uma solução para alguns pode também ser compreendido como um problema para outros" (GUIMARÃES, 2008. p. 87).

Novas *narrativas* sobre natureza emergiram a partir de inspirações ideológicas das mobilizações ambientalistas vinculadas aos movimentos de contracultura dos anos 1960²⁷. Tais movimentos surgiram na esteira de um conjunto amplo de outros movimentos contestatórios e inauguraram novas *narrativas* sobre a natureza: em especial, uma crítica global à sociedade industrial e aos estilos de vida dela derivados. Não obstante, os movimentos ecológicos aglutinaram um conjunto amplo de sujeitos com variados interesses e propósitos²⁸.

A observação do *repertório da ação coletiva* dos ambientalistas mineiros foi realizada a partir da análise das *narrativas canônicas* sobre natureza apresentadas à esfera pública regional entre os anos de 1967 a 2002. Buscou-se analisar a *cultura política ambientalista* por meio da documentação produzida pelos próprios movimentos: as reivindicações, os relatórios administrati-

vos, as atas de fundação, as correspondências oficiais entre os ambientalistas e as autoridades administrativas; os mapas e imagens elaborados.

Fundamentalmente, foram analisados o conjunto de fontes disponibilizadas no acervo da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (*Processo Cadastral*, Semad/MG, 2009) – material de registro dos movimentos ambientalistas que se preparam para implementação da Agenda 21 local.

Destacou-se como um importante procedimento metodológico a História Oral: realizada com lideranças dos movimentos ambientalistas selecionados. A literatura consagrada de história oral engloba textos gerais, trabalhos temáticos e trabalhos pioneiros, como os de Thompson (1992), Meihy (1996), Ferreira (1994), Alberti (1989), Simson (1997) e Bosi (1987). A história oral destaca as visões dos atores sociais, permitindo desenvolver e fundamentar análises históricas a partir da constituição de fontes e arquivos orais que desempenham papel fundamental na relação entre memória e história. Dessa forma buscou-se, por meio da análise das entrevistas (em história oral) com os ambientalistas mineiros, identificar *narrativas canônicas* sobre natureza reveladas no *repertório da ação coletiva* entre os anos de 1967 a 2002. Destaca-se, aqui, um trecho da entrevista com a ambientalista Maria Dalce Ricas:

Não acredito em sustentabilidade no sistema capitalista, mas em `responsabilidade socioam-

biental'. Sustentar é você se manter no tempo. Mas o que move a roda da economia é a lei de mercado. E o marketing, todo dia, nos diz que ninguém pode ser feliz se não comprar supérfluo, ou seja, o estímulo ao desperdício. Mas, nós dependemos dos recursos naturais, por mais sofisticada que seja a tecnologia. Os recursos são finitos a terra é uma só. Um exemplo de responsabilidade socioambiental: dentro da ArcelorMittal tudo é reciclado, eles só colocam 1% de água nova, até a água dos banheiros é tratada – e, ainda exista uma preocupação com a comunidade. Uma mineração, hoje, só agirá de forma incorreta caso os seus donos sejam irresponsáveis, ou caso o Governo não fiscalize. Mas não há sustentabilidade nesse sistema do consumismo... Não sei se o socialismo é a solução... Mas o capitalismo não é.” (MARIA DALCE RICAS. Superintendente do Mov.da Ass. Mineira de Defesa do Ambiente – AMDA, Rio das Velhas-BH. Entrevista realizada em 04/08/2011)

A memória, segundo Pollack (1989), é marcada pelo tempo presente em sua dinâmica social, revelando múltiplas dimensões. O trabalho de história oral buscou, assim, registrar a memória reivindicativa dos movimentos aludidos:

Realizamos a apresentação pública dos nossos projetos para o desenvolvimento regional. Reivindicamos a combinação do progresso, da tecnologia, do conforto, do equilíbrio do meio ambiente e das técnicas de desenvolvimento sustentável. (JOAQUIM LEONEL DA SILVA. Mov. da Ass. Regional do Meio Ambiente - ARMA, Tri-

ângulo Mineiro e Alto Paranaíba – Frutal Entrevista realizada em 10/09/2011).

Queremos colaborar para o fortalecimento das organizações de agricultores e implementação de iniciativas locais de desenvolvimento rural sustentável. (BRAULINO SANTOS. Mov. Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, CAA-NM, Norte de Minas - Montes Claros. Entrevista realizada em 16/09/2011)

Nossas mobilizações promovem a cultura e o desenvolvimento sustentável, a educação ambiental. Buscamos a boa interação das pessoas com o meio ambiente. ANTÔNIO MOREIRA. Mov. da Ass. para o Desenvolvimento do Turismo Ecológico Sustentável Encostas da Serra - ASTURIES, Rio Paraopeba – Brumadinho. Entrevista realizada em 28/09/2011)

A entrevista em história oral, como afirmam Ferreira & Amado (1996), representa o diálogo entre entrevistado e entrevistador, que acaba por registrar as preocupações de no mínimo dois sujeitos diferentes. Em decorrência, a história oral mostra-se fruto do diálogo de diferentes identidades em um espaço de intersubjetividade. Em conformidade com os pressupostos de um “projeto de história oral”, este estudo contou com a organização e coleta de depoimentos com *ambientalistas mineiros* [colônia²⁹] que *lideram ou lideraram os movimentos selecionados* [comunidade de destino³⁰]. O trabalho revelou maior vivacidade ao sugerir características dos narradores (formação profissional; circuns-

tâncias que o levaram a participar dos movimentos) por meio de narrativas pessoais sobre as diferentes mesorregiões mineiras: *Alto São Francisco, Jequitinhonha, Leste Mineiro, Norte de Minas, Sul de Minas, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Zona da Mata, Noroeste de Minas, Rio Paraopeba, Rio das Velhas*.

A pesquisa percorreu operações práticas de história oral: (1) agendamento, elaboração e realização das entrevistas a partir da rede estabelecida; (2) transcrição e produção dos textos documentais; (3) autorização dos narradores: entrega dos textos trabalhados para a possível assinatura, pelo colaborador, da Carta de Cessão.

Buscou-se, também, a catalogação e disponibilização das fitas e transcrições no Núcleo de História Oral (Fafich/UFMG). As narrativas perpassaram correntes socioambientalistas, conservacionistas e contraculturais. Os socioambientalistas reagiram à degradação ambiental do estilo de vida urbano, objetivando a humanização e despoluição das cidades com, por exemplo, o saneamento básico e o reaproveitamento do lixo. Já os conservacionistas buscaram a prevenção de desperdícios dos recursos naturais e a utilização destes recursos de forma controlada e equilibrada; se restringindo à preservação da fauna nacional e à defesa dos ecossistemas brasileiros (temas palatáveis para não-ambientalistas). Os contraculturais defenderam o pacifismo com o fim da indústria armamentista e a democratização das relações sociais: eliminação de

todas as formas de discriminação racial, sexual, religiosa ou ideológica. Dessa forma, no mundo canônico da cultura as narrativas reiteram valores e princípios. As *narrativas canônicas* fazem parte da cotidianidade, dessa forma, observa-se que a *oralidade* é investida de uma canonicidade que põe em relevo a experiência humana.

DOCUMENTOS IMPRESSOS (PROCESSOS CADASTRAIS – SEMAD/MG)

Processo cadastral do Centro Brasileiro para Conservação da Natureza e Desenvolvimento Sustentável – CBCN, Zona da Mata. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) – Minas Gerais, 2009.

Processo cadastral da Associação Mineira de Defesa do Ambiente – AMDA, Rio das Velhas. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) – Minas Gerais, 2009.

Processo cadastral da Associação de Defesa da Ibituruna e do Meio Ambiente – ADIMA, Leste de Minas. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) – Minas Gerais, 2009.

Processo cadastral da Associação de Defesa da Ibituruna e do Meio Ambiente – ADIMA, Leste de Minas. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) – Minas Gerais, 2009.

Processo cadastral da Sociedade de Defesa do Meio Ambiente – SODEMA, Sul de Minas. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) – Minas Gerais, 2009.

Processo cadastral da Funatura, Noroeste de Minas. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) – Minas Gerais, 2009.

Processo cadastral do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA-NM, Norte de Minas. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento

Sustentável (Semad) – Minas Gerais, 2009.

Processo cadastral da Associação Ambientalista do Alto São Francisco – ASF, Alto São Francisco. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) – Minas Gerais, 2009.

Processo cadastral do Centro de Estudos Sócio Ambiental do Cerrado – CESAC, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) – Minas Gerais, 2009.

Processo cadastral da Associação para o Desenvolvimento do Turismo Ecológico Sustentável Encostas da Serra – ASTURIES, Rio Paraopeba. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) – Minas Gerais, 2009.

Processo cadastral da 'Caminhos da Serra' – Associação Pró Meio Ambiente, Turismo e Cultura, Jequitinhonha. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) – Minas Gerais, 2009.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENDA 21 Brasileira. *Resultado da Consulta Nacional / por Maria do Carmo de Lima Bezerra; Márcia Maria Facchina; Otto Ribas. Brasília DF: MMA / PNUD, 2002.*

AGENDA 21 GLOBAL. *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: CNUMAD, 1992.*

ACOT, Pascal. *História da Ecologia. Rio de Janeiro: Campus, 1990.*

ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 1989.*

ALEXANDRE, Agripa Faria. *A perda da radicalidade do movimento ambientalista brasileiro: uma contribuição à crítica do movimento. Florianópolis: Editora da UFSC, Editora da FURB, 2000.*

ALEXANDRE, Agripa Faria. *Novos elementos teóricos para pensar as práticas ecológicas no Brasil. Revista Xaman, Universidade de Heksinki, 2004.*

ALONSO, Ângela; COSTA, Valeriano. *Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil. In: ALIMONDA, Héctor (Org.). Ecología Política. Naturaleza, Sociedad y Utopia. Buenos Aires: CLACSO, 2002.*

BALANÇO ANUAL. Superintendências Regionais de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Suprams) – Minas Gerais/2009.

BANCO MUNDIAL. *A Agenda Ambiental Marrom* - Vol. I - Relatório de Política. Diretoria Sub-Regional - Brasil - Diretoria Setorial – Desenvolvimento Ambiental e Social Sustentáveis, Região da América Latina e Caribe. Banco Mundial. Brasília DF, 1998.

BAKHTIN, Mikhail (V. N. Volochinov). *Marxismo e problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 10ª ed. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002.

BARBOSA, Márcio Ferreira. *Experiência e narrativa*. Salvador: EDUFBA, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

BOSCHI, Renato; VALLADARES, Lícia. Problemas teóricos da análise dos movimentos sociais, comunidade, ação coletiva e o papel do Estado. *Espaço e Debates*. São Paulo, n. 8, jan.-abr. 1983.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987.

BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê, 2003.

BRAUDEL, Fernand. *O espaço e a história no Mediterrâneo*, São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BRUNER, Jerome. *Atos de significação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992.

BURNS, Thomas; LEMOYNE, Terri. Como os movimentos ambientalistas podem ser mais eficazes: priorizando temas ambientais no discurso político. *Revista Ambiente & Sociedade*, vol.10, n.2, pp. 61-82, 2007.

BURSZTYN, Marcel. *Para pensar o Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

CALDERONI, Eric. A política do ambientalismo. *Anais do III Congresso Latinoamericano de Ciência Política*. Campinas: Unicamp, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.13, n.38, 1998.

CASTORIADIS, Cornelius; COHN-BENDIT, Daniel. *Da ecologia à autonomia*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe (Org.). *Questões para história do presente*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999.

CORDANI, Umberto; MARCOVITCH, Jacques; SALATI, Eneas (Orgs.) *Rio 92 – Cinco anos depois*. IEA/ CNPq./ Academia Brasileira de Ciências/Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo, 1997.

CORRÊA, Dora Shellard. Historiadores e cronistas e a paisagem da colônia Brasil. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, p. 63-87, 2006.

CORRÊA, Dora Shellard. Índios e a paisagem em Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior. *Revista UNIFIEO*. São Paulo, v. 1, p. 211-222, 1999.

COSTA, Sérgio; ALONSO, Ângela; TOMIOKA, Sérgio. *Negociando riscos: expansão viária e conflitos ambientais no Brasil*. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 55, p. 157-175, 2000.

CRESPO, Samyra; LEITÃO, Pedro. *O que o brasileiro pensa da ecologia*. Rio de Janeiro: MAST/CNPQ/CETEM/AGÊNCIA O ESTADO/ISER, 1992.

CRESPO, Samyra. *O que o brasileiro pensa sobre meio ambiente, desenvolvimento e sustentabilidade*. Rio de Janeiro: MMA/MAST/ISER, 1997.

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

DAGNINO, Evelina (Org.). *Anos 90. Política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DARLING, Frank. *A ecologia das selvas. A floresta e a sobrevivência*. São Paulo: Artenova, 1975.

DEAN, Warren. *O Brasil e a luta pela borracha*. São Paulo: Nobel, 1989.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DELÉAGE, Jean-Paul. *História da ecologia: uma ciência do homem e da natureza*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1993.

DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1996.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

DORST, Jean. *Antes que a natureza morra*. São Paulo: Edgar Blücher, 1973.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, pp. 177-197, 1991.

DRUMMOND, José Augusto. A Legislação Ambiental Brasileira de 1934 a 1988: comentários de um cientista ambiental simpático ao conservacionismo. *Ambiente e Sociedade* (Campinas), Campinas - SP, v. II, n. 3 e 4, p. 127-149, 1999.

DRUMMOND, José Augusto. *Devastação e Preservação Ambiental no Rio de Janeiro*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1997.

DUARTE, Regina Horta. *História & natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

DUARTE, Regina Horta (Org.). *Varia História*, n. 39, Dossiê História Ambiental e Cultura da Natureza. Belo Horizonte: Segrac/PósGraduação em História UFMG, 2008.

DUMONT, René. *Ecologia socialista*. The MIT Press, 1984.

DUPUY, Jean. *Introdução à crítica da ecologia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

DUTRA, Eliana R. de Freitas. História e culturas políticas: definições, usos, genealogias. *Vária História*, nº 28, dezembro, 2002.

ENTIDADES CADASTRADAS. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) – Minas Gerais, 2009.

ESTADO DO MUNDO. *Relatório do Worldwatch Institute – o avanço em direção a uma sociedade sustentável* / Lester R. Brown.. Salvador. BA, 2001.

FERREIRA, Leila e FERREIRA, Lucia. 1992. *Limites ecossistêmicos: novos dilemas e desafios para o estado e a sociedade*. In: HOGAN, Daniel; VIEIRA, Paulo (Orgs.). *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. Campinas: Editora da UNICAMP.

- FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *História oral e multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.
- FERREIRA, Marieta Moraes, AMADO, Janaina (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- GEORGE, Pierre. *O meio ambiente*. Lisboa: Edições 70, 1974.
- GOLDBLATT, David. *Teoria Social e Ambiente*. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 2004.
- GUIMARÃES, Leandro Belinaso. A importância da história e da cultura nas leituras da natureza. *Revista Inter-ação*, v. 33, p. 89-112, 2008.
- GOMES, Angela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In SOIHET, R.; BICALHO, M.F.; GOUVÊA, M.F. (org.) *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.
- HOGAN, Daniel; VIEIRA, Paulo. (Orgs.). *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). *História geral da civilização brasileira*. I Época colonial. 2. Administração, economia, sociedade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- JACOBI, Pedro. Movimento ambientalista no Brasil. Representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas. In: RIBEIRO, W. (Org.) *Patrimônio Ambiental*. São Paulo: EDUSP, 2003.
- JACOBI, Pedro; FERREIRA, Lúcia da Costa (Orgs.). *Diálogos em ambiente e sociedade no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2006.
- KRISCHKE, Paulo. Cultura política e escolha racional na América Latina: interfaces nos estudos da democratização. *BIB*, Rio de Janeiro, n.43, pp.103-126, 1997.
- KUSCHNIR, Karina & CARNEIRO, Leando Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.13, n.24, pp.227-250, 1999.

LEIS, Héctor; D'AMATO, José Luis. O ambientalismo como movimento vital: análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.) *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Editora Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995.

LEIS, Héctor. *O labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização*. Blumenau: Editora Gaia/FURB, 1996.

LEITE, José Roberto Teixeira. *Viajantes do imaginário: a América vista da Europa, séc. XV-XVII*. Revista USP, São Paulo: (30): 32-45, jun./ago., 1996.

LUTZENBERGER, José. *Fim do futuro? Manifesto ecológico brasileiro*. Porto Alegre: Movimento, UFRGS, 1977.

MARTINEZ, Paulo Henrique. *História Ambiental no Brasil: pesquisa e ensino*. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

MATOS, Olgária. *Narrativa: metáfora e liberdade*. História Oral, Rio de Janeiro, n. 4, p. 9-24, jun. 2001.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom (Org.). *(Re)introduzindo história oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 1996.

MINC, Carlos. *Como fazer movimento ecológico e defender a natureza e as liberdades*. Petrópolis: Vozes, 1985.

MOISÉS, José Álvaro. *Cidadania e participação*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1990.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *História e Culturas Políticas*. Belo Horizonte: Editora Argumentum, 2009.

NEVES, Lucília de Almeida. *Memória e história: substratos da identidade*. XX Simpósio Nacional de História – Florianópolis. São Paulo: ANPUH/Humanitas, 1999.

NOVAES, Washington (Coord.); RIBAS, Otto; NOVAES, Pedro da Costa. *Agenda 21 Brasileira – Bases para discussão*. Brasília: MMA/PNUD, 2002.

OLIVER, George. *A ecologia humana*. Lisboa: Interciência, 1979.

PÁDUA, José A. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

- PESAVENTO, Sandra. *Paraísos cruzados: diálogos do encantamento e desencantamento do mundo a partir do cruzamento de leituras de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.
- POLLACK, Michael. *Memória e identidade social*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- POLLACK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. Colônia, São Paulo: Brasiliense, 1976.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*, v. 1, Campinas: Papirus, 1994.
- ROSZACK, Theodore. *Contracultura*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- SALIBA, Elias Thomé. *As imagens canônicas e a história*. In: MORETTIN, E. SALIBA, E. T. (et.al). (Orgs.). *História e cinema: dimensões históricas do audiovisual*. São Paulo: Alameda, 2007.
- SCHINKE, Gert. *Uma contribuição ao debate sobre o movimento ecológico e a questão do Partido Verde*. Porto Alegre: AGAPAN, dez. 1985.
- SIMSON, Olga de Moraes (Org.). *Os desafios contemporâneos da história oral*. Campinas: CMU/UNICAMP, 1997.
- SORRENTINO, Marcos (Org.). *Ambientalismo e Participação na Contemporaneidade*. São Paulo: EDUC, 2001.
- SORJ, Bernardo & ALMEIDA Maria Hermínia Tavares (Orgs.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SVIRSKY, Enrique; CAPOBIANCO, João Paulo (Orgs.). *O ambientalismo no Brasil – passado, presente e futuro*. São Paulo: Instituto Socioambiental/ Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 1997.
- TARROW, Sidney. *Cycles of collective action: between moments of madness and the repertoire of contention*. In: TRAUGOTT, Mark (Org.) *Repertoires and cycles of collective action*. Durham: Duke University Press, 1995.
- TAVARES, Carlos. *O que são comunidades alternativas*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

- TELLES, Vera da Silva. Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70. In: SCHERER-WARREN, Ilse, KRISCHKE, Paulo J. (Orgs.). *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- TILLY, Charles. Contentious repertoires in great Britain. In: TRAUOGOTT, Mark (Org.). *Repertoires and cycles of collective action*. Durham: Duke University Press, 1995.
- TILLY, Charles. Getting it together in Burgundy. In: *Theory and society*, Cambridge: Harvard University Press, 1977.
- TILLY, Charles. *Regimes and Repertoires*. Chicago: University of Chicago Press, 2006.
- TOYNBEE, Arnold. *O desafio de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- TOYNBEE, Arnold. *A humanidade e a mãe Terra*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- TRAUGOTT, Mark. Barricades as repertoire: Continuities and discontinuities in the history of french contention. In: TRAUOGOTT, Mark (Org.). *Repertoires and cycles of collective action*. Durham: Duke University Press, 1995.
- TURNER, Frederick Jackson. *O espírito ocidental contra a natureza – mitos, história e as terras selvagens*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- VIOLA, Eduardo et al. *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as ciências sociais*. São Paulo: Cortez/Florianópolis: UFSC, 1995.
- VIOLA, Eduardo. O movimento ecológico no Brasil: do ambientalismo à ecopolítica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.1, n.3, p.5, 26. 1987.
- VIOLA, Eduardo; LEIS, Hector. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multisetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: HOGAN, Daniel; VIEIRA, Paulo. (Orgs.). *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- VIOLA, Eduardo; NICKEL, James. *Integrando a defesa dos direitos humanos e do meio ambiente. Novos Estudos Cebrap nº40*. São Paulo: Cebrap, 1994.
- VIOLA, Eduardo; VIEIRA, Paulo. Da preservação à natureza e de controle da poluição ao desenvolvimento sustentável: um desafio ideológico e organizacional ao

movimento ambientalista no Brasil. *Revista de Administração Pública*, 26, out/dez. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1992.

VIOLA, Eduardo. A multidimensionalidade da globalização, as novas forças sociais transnacionais e seu impacto na política ambiental. In: FERREIRA, Leila; VIOLA, Eduardo (Orgs.). *Incertezas da sustentabilidade na globalização*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

WILSON, Edward. *Da natureza humana*. São Paulo: EDUSP, 1981.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, pp. 198-215, 1991.

WORTMANN, M. L. C. *Da inexistência de um discurso unitário para falar da natureza*. In: SCHMIDT, S. *A educação em tempos de globalização*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ZILBERMAN, Regina. *A terra em que nasceste: imagens do Brasil na literatura*. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Orgs.). *A Insustentável Leveza da Política Ambiental - desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.

NOTAS DE FIM

1 Pós-Doutora em História e Culturas Políticas (UFMG); Doutora em História (USP); Mestre em História (UFMG). Professora Adjunta da Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora do Centro Universitário Newton Paiva. Email: junielerabelo@gmail.com

2 Sobre *culturas políticas*, Cf.: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *História e Culturas Políticas*. Belo Horizonte: Editora Argumentum, 2009. DUTRA, Eliana de Freitas. História e culturas políticas: definições, usos, genealogias. *Vária História*, nº 28, dezembro, 2002; GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, R.; BICALHO, M.F.; GOUVÊA, M.F. (org.) *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005; KUSCHNIR, Karina & CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.13, n.24, pp.227-250, 1999.

3 Divisão em mesorregiões realizada a partir do relatório "BALANÇO ANUAL. Superintendências Regionais de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

(Suprams) – Minas Gerais/2009”: *Alto São Francisco, Jequitinhonha, Leste Mineiro, Norte de Minas, Sul de Minas, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Zona da Mata, Noroeste de Minas, Rio Paraopeba, Rio das Velhas.*

4 Cf. AGENDA 21 Brasileira. *Resultado da Consulta Nacional* / por Maria do Carmo de Lima Bezerra; Márcia Maria Facchina; Otto Ribas. Brasília DF: MMA / PNUD, 2002.

5 O *repertório de ações coletivas* refere-se ao conjunto limitado de estratégias já conhecidas, circunscritas por estratégias anteriores e recursos à disposição, para atingir certos fins. Cf. TILLY, Charles. *Regimes and Repertoires*. Chicago: University of Chicago Press, 2006; TILLY, Charles. Contentious Repertoires in great Britain. In: TRAUGOTT, Mark (Org.) *Repertoires and cycles of collective action*. Durham: Duke University Press, 1995.

6 As *narrativas canônicas* apontam significados partilhados e negociados na esfera pública, expressando bases culturais reconhecíveis, pré-construídas. Cf. RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papyrus, 1994; BRUNER, Jerome. *Atos de significação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. (Ver “Aporte teórico”)

7 Cf. CORDANI, Umberto; MARCOVITCH, Jacques; SALATI, Eneas (Orgs.) *Rio 92 – Cinco anos depois*. IEA/ CNPq./ Academia Brasileira de Ciências/Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo, 1997.

8 Cf. ENTIDADES CADASTRADAS. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) – Minas Gerais, 2009”.

9 Cf. DELÉAGE, Jean-Paul. *História da ecologia: uma ciência do homem e da natureza*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1993.

10 Vale salientar que em período anterior, no ano de 1967, foi fundado em Minas Gerais o movimento do Centro Brasileiro para Conservação da Natureza e Desenvolvimento Sustentável – CBCN, na Zona da Mata.

11 O movimento ambientalista compreendido como um *movimento histórico e multissetorial* - disseminação gradual do ambientalismo por setores da sociedade e do Estado: “(...) parte da conceituação de que a civilização contemporânea é insustentável a médio e longo prazo devido a quatro fatores: 1) crescimento populacional exponencial; 2) depleção da base de recursos naturais; 3) sistemas produtivos que utilizam tecnologias poluentes e de baixa eficiência energética; e 4) sistema de valores que propicia a expansão ilimitada do consumo material” (VIOLA, 1992, p. 51).

12 *Preâmbulo - Seção I*. Dimensões sociais e econômicas; Cooperação internacional para acelerar o desenvolvimento sustentável dos países em desenvolvimento de

das políticas internas conexas; Luta contra a pobreza; Evolução das modalidades de consumo; Dinâmica demográfica e sustentabilidade; Proteção e fomento da saúde humana; Fomento do desenvolvimento sustentável dos recursos humanos; Integração do meio ambiente e o desenvolvimento na tomada de decisões; *Seção II.* Conservação e gestão dos recursos para o desenvolvimento; Proteção da atmosfera; Enfoque integrado do planejamento e da ordenação dos recursos das terras; Luta contra o desmatamento; Ordenação dos ecossistemas frágeis; luta contra a desertificação e a seca; Ordenação dos ecossistemas frágeis; desenvolvimento sustentável das zonas montanhosas; Fomento da agricultura e do desenvolvimento rural sustentável; Conservação da diversidade biológica; Gestão ecologicamente racional da biotecnologia; Proteção dos oceanos e dos mares de todo tipo, incluídos os mares fechados e semi-fechados e as zonas costeiras, e o uso racional e o desenvolvimento de seus recursos vivos; Proteção da qualidade dos recursos de água doce: aplicação de critérios integrados para o aproveitamento, ordenação e uso dos recursos de água doce; Gestão ecologicamente racional dos produtos químicos tóxicos, incluída a prevenção do tráfico internacional ilícito de produtos tóxicos e perigosos; Gestão ecologicamente racional dos rejeitos perigosos, incluída a prevenção do tráfico internacional ilícito de rejeitos perigosos; Gestão ecologicamente racional dos rejeitos sólidos e questões relacionadas com as matérias fecais; Gestão inócua e ecologicamente racional dos rejeitos radioativos. *Seção III.* Fortalecimento do papel dos grupos principais; Preâmbulo; Medidas mundiais em favor da mulher para atingir um desenvolvimento sustentável e equitativo; A infância e a juventude no desenvolvimento sustentável; Reconhecimento e fortalecimento do papel das populações indígenas e suas comunidades; Fortalecimento do papel das organizações não-governamentais associadas na busca de um desenvolvimento sustentável; Iniciativas das autoridades locais em apoio ao Programa 21; Fortalecimento do papel dos trabalhadores e seus sindicatos; Fortalecimento do papel do comércio e da indústria; A comunidade científica e tecnológica; Fortalecimento do papel dos agricultores. *Seção IV.* Meios de execução. Recursos e mecanismos de financiamento; Transferência de tecnologia ecologicamente racional, cooperação e aumento da capacidade; A ciência para o desenvolvimento sustentável; Fomento da educação, a capacitação e a conscientização; Mecanismos nacionais e cooperação internacional para aumentar a capacidade nacional nos países em desenvolvimento; Acordos institucionais internacionais; Instrumentos e mecanismos jurídicos internacionais; Informação para a adoção de decisões. (AGENDA 21 GLOBAL, 1992)

13 Cf. HOGAN, Daniel; VIEIRA, Paulo. (Orgs.). *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992; ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Orgs.). *A Insustentável Leveza da Política Ambiental - desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.

14 Cf. BERSTEIN, Serge. A cultura política. In SIRINELLI & RIOUX (org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

15 Cf. SIRINELLI, Jean-François; RIOUX Jean-Pierre (Orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

16 "O conceito cultura política ganhou estatuto acadêmico e as primeiras reflexões sistemáticas nos anos de 1950 e 1960, em meio ao debate das ciências sociais norte-americanas. A motivação dos autores a discutir o tema era compreender melhor a origem dos sistemas políticos democráticos, partindo da percepção da insuficiência dos paradigmas iluministas que viam o homem como ator político racional. Questionando a fragilidade das explicações tradicionais, alguns cientistas sociais começaram a formular a hipótese de que democracias estáveis demandavam cidadãos com valores e atitudes políticas internalizadas, ou seja, a presença de uma cultura política" (MOTTA, 2009, p. 16). Cf. ALMOND, Gabriel & VERBA, Sidney. *The Civic Culture. Political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, 1963.

17 Cf. RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. (Publicada originalmente em 1988).

18 Cf. MATINEZ-ALIER, Joan. Justiça ambiental (local e global). In: Clóvis Cavalcanti (org) *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*. São Paulo: Cortez, 1999.

19 Sobre uma possível cultura política ambientalista, Cf.: LEIS, Héctor; D'AMATO, José Luis. O ambientalismo como movimento vital: análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.) *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Editora Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995; SORRENTINO, Marcos (Org.) *Ambientalismo e Participação na Contemporaneidade*. São Paulo: EDUC, 2001; VIOLA, Eduardo et al. *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as ciências sociais*. São Paulo: Cortez/ Florianópolis: UFSC, 1995.

20 "Após o ambientalismo preservacionista surge o ambientalismo que visa o desenvolvimento sustentável. (...) A psicologia ambiental tem se juntado ao urbanismo na construção de ambientes urbanos mais saudáveis, que produzam melhores qualidade-de-vida. Outra vertente é o ambientalismo enquanto o desejo de um estilo-de-vida mais próximo da Natureza. Isso assume vertentes igualitárias nas vertentes que derivam dos Novos Movimentos Sociais das décadas de 1960 e 1970, onde se prega a simplicidade e a igualdade. (...) Há também a Ecologia Política, vertente herdeira de vertentes mais democráticas do socialismo ou da democracia social, influenciada sobretudo pelos ideais universalistas dos "Novos Movimentos Sociais". É uma vertente originalmente laica que une o ambientalismo à crítica das relações de dominação, a nível local, nacional e internacional, propondo

a distribuição da riqueza e a participação política dos excluídos. Assume também cunho nacionalista ou de defesa de blocos de países periféricos, como a África e América Latina". (CALDERONI, 2006, p. 9)

21 Hegel, em terrível avaliação, achava que a América, sobretudo a do Sul, estava condenada a ser prisioneira da natureza, a nunca se elevar à condição de história. A sobrevivência de nosso edenismo como substituto da participação se não dá razão ao filósofo, não deixa de ser um dado inquietante. É como inquietação que entendo o desabafo de Nelson Rodrigues ao dizer que o Brasil é uma paisagem. (CARVALHO, 1998, p.20)

22 Cf. RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papyrus, 1994.

23 Cf. DRUMMOND, José Augusto. *Devastação e Preservação Ambiental no Rio de Janeiro*. Niterói: Eduff, 1997; DUARTE, Regina Horta. *História & Natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

24 Cf. DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1996.

25 Cf. CORRÊA, Dora Shellard. Historiadores e cronistas e a paisagem da colônia Brasil. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, p. 63-87, 2006; CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992; HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1996; LEITE, José Roberto Teixeira. *Viajantes do imaginário: a América vista da Europa, séc. XV-XVII*. Revista USP, São Paulo: (30): 32-45, jun./ago., 1996; PESAVENTO, Sandra. *Paraísos cruzados: diálogos do encantamento e desencantamento do mundo a partir do cruzamento de leituras de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000; PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. Colônia, São Paulo: Brasiliense, 1976; TURNER, Frederick Jackson. *O espírito ocidental contra a natureza – mitos, história e as terras selvagens*. Rio de Janeiro: Campus, 1990; VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

26 Cf. BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

27 Cf. ROSZACK, Theodore. *Contracultura*. Petrópolis: Vozes, 1976; TAVARES, Carlos. *O que são comunidades alternativas*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

28 Cf. CASTORIADIS, Cornelius; COHN-BENDIT, Daniel. *Da ecologia à autonomia*. São Paulo: Brasiliense, 1981; DUMONT, René. *Ecologia socialista*. The MIT Press, 1984; DUPUY, Jean. *Introdução à crítica da ecologia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980; LEIS, Héctor. *O labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização*. Blumenau: Editora Gaia/FURB, 1996; MINC, Carlos. *Como fazer movimento ecológico*

e defender a natureza e as liberdades. Petrópolis: Vozes, 1985; SVIRSKY, Enrique e CAPOBIANCO, João Paulo (Orgs.). *O ambientalismo no Brasil – passado, presente e futuro.* São Paulo: Instituto Socioambiental/ Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 1997; ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Orgs.). *A Insustentável Leveza da Política Ambiental - desenvolvimento e conflitos socioambientais.* Belo Horizonte, Autêntica, 2005.

29 A *colônia* refere-se a uma coletividade ampla que tem uma *comunidade de destino* marcada (MEIHY, 1996).

30 A *comunidade de destino* revela o motivo central que identifica a reunião de pessoas com algumas características afins (MEIHY, 1996).



EVOLUCIONISMO E SISTEMA TRIBUTÁRIO

ADRIANO MIGLIO PORTO¹

“Quanto mais adentrei a relação entre a política fiscal e a concorrência internacional, mais eu percebi que as políticas tributárias de uma nação estão tão profundamente entrelaçadas com a estrutura da economia política nacional e do Estado de Bem-Estar que eu não poderia responder a minha questão original apenas investigando os tributos separadamente. Em outras palavras, para realmente compreender como e por que os sistemas tributários estavam mudando, eu precisava examinar como eles se relacionavam com os outros sistemas de políticas públicas.” (STEINMO, 2009, p. 1)².

O surgimento do Estado foi uma enorme aquisição evolutiva coletiva da humanidade. Através desta construção institucional, sob adequada organização e normatização, puderam ser viabilizadas substanciais inovações na organização e modo de produzir para galgar novos patamares no desenvolvimento e bem estar humanos. O desafio histórico tem enorme relevância na observação do processo evolutivo da

tributação. A falta de uma dinâmica positiva e persistente (continuidade das mudanças adaptativas) no sistema tributário é um problema sério que já contribuiu para o fenecimento de nações ou civilizações. Para avançar no caminho do desenvolvimento faz-se necessário adaptar a cada momento um Estado que seja forte para enfrentar os desafios do momento, e que disponha de tributação adequada para promover e incentivar os avanços sociais necessários.

Os tributos, nas sociedades não apenas aportam recursos para o funcionamento adequado desta formidável estrutura administrativa. Contribuem, principalmente nas sociedades de mercado mais desenvolvidas, para dar incentivos e induzir, pela alteração dos resultados monetários finais dos seus agentes, a comportamentos socialmente mais indicados. A política tributária e a administração fiscal é uma poderosa ferramenta para os governantes buscarem novos fins sociais. As pessoas obedecem a incentivos. O sistema de preços no mercado, muitas vezes não consegue captar os impactos futuros do nosso modo de vida e nos induz a desperdiçar preciosos recursos e oportunidades. A ameaça da exploração predatória ameaça globalmente e clama por adequada regulação.

O processo da mudança tributaria, dentro do modelo evolucionista de Steinmo e Lewis (2007) pode ser considerado como sendo simultaneamente endógeno e exógeno. Em vez de ser focado

como a busca de uma estabilidade fundamental (ou equilíbrio, segundo o padrão estabelecido pela ciência física ou química) é considerado como parte das alterações de um “sistema adaptativo complexo” (conforme o padrão da biologia e ecologia). A maioria dos modelos da ciência política não são dinâmicos e trabalham com análise de estática comparada sobre mudanças que vem em resposta a choques exógenos³. O modelo evolucionista proposto avança para a proposição da interdependência das variáveis baseado no conceito de interação dinâmica como entre os organismos e seu ambiente⁴. Neste modelo complexo, mais realista, inspirado na vida integrada na natureza, tanto o tempo como o contexto importam para avançar e para compreensão interdisciplinar das mudanças⁵. Em analogia com a biologia evolucionista as instituições são vistas como os correlatos dos genes e as idéias das mutações. Sobreviverão mais os mais adaptados ao contexto ou ao ambiente. Textualmente,

“Se as instituições são os genes (regras) num sistema político, então, talvez, as “idéias” possam talvez serem vistas como mutações. A maioria dos atores, na maioria das vezes, seguem as regras. Mas, ocasionalmente (em geral porque houve algum tipo de mudança ambiental) os indivíduos podem decidir não seguir o padrão ou a regra normal. [...] Quando o ambiente é propício para mudança - uma idéia (ou uma mutação) pode oferecer a instituição

alguma vantagem. Outros podem até vir a aceitar e talvez até mesmo adotar essa idéia. [...] se as inovações/mutações institucionais oferecem vantagens a instituição na sua competição por recursos (orçamentos, pessoal, domínio político?) a instituição tenderá a crescer (se reproduzir ?) dentro do corpo político. (Por exemplo, as inovações estão constantemente sendo avaliadas pelo que realizam num determinado ambiente. Em essência aquelas políticas que não dão resultados serão desconsideradas pelas novas idéias/políticas que asseguram a possibilidade de um melhor desempenho).” (STEINMO & LEWIS, 2008, p. 36-37)⁶.

Em obra posterior, Steinmo (2009) já considera o sistema tributário integrando o sistema maior do país. Cada país é analisado como um sistema evolucionário distinto. Contudo os países interagem no ambiente internacional e cada qual tem, por sua vez, operando evolutivamente dentro deles subsistemas.

Steinmo (2009) expõe nos casos diversos dos EUA⁷, Suécia e Japão o papel do subsistema Tributário junto aos subsistemas Político, Econômico e de Bem Estar, interagindo coerentemente com os desafios e vantagens de cada modelo – tabela 1. Embora cada sistema nacional destacado seja diferente, cada qual tem alto grau de coerência adaptativa pela sua interação íntima⁸. Cada um destes sistemas-países evoluiu de acordo com sua lógica⁹ própria, embora sujeitos a um macro contexto internacional de características comuns.



Nesta diversidade apontada não existiu apenas um caminho. As características históricas, demográficas, políticas e culturais de cada tipo indicam a adequabilidade de suas escolhas, mesmo em padrões divergentes¹⁰. Vive-se uma transição mundial intensa. Mudanças se sucedem e demandam novos modelos tributários, mais adequados à construção social na linha da economia política¹¹ de um projeto de nação.

Como balizamento maior um projeto de reforma tributária deveria estar conjugado a complexa questão do projeto de nação, da concepção do papel do Estado e dos desafios macroeconômicos que enfrentará. No sistema país Brasil, com base em nossa história, fica mais fácil demonstrar que os avanços fiscais e tributários que alcançamos nos permitiram a reconquista da estabilidade da moeda e colaborou significativamente para recuperar as noções de valor das coisas, dos empreendimentos, dos esforços e do investimento no futuro. O Brasil é um dos poucos países do mundo capaz de desenvolver, com um mínimo de autonomia, um projeto próprio de desenvolvimento¹².

Tabela 1 - Economias Políticas da Suécia, Japão e Estados Unidos

	Sweden	Japan	USA
Political System	<p>Social-Corporatist Parliamentary/coalition governments Unitary government Centralized d-making Strong political parties Expert/bureaucrat dominated Ideological conflict is muted Cooperative</p>	<p>Personalist Faction based parliamentary system Weak political parties Politicians have local power base Centralized d-making Politician/Bureaucrat dominated No ideology Clientelistic</p>	<p>Pluralist Single member electoral districts, Federal bi-cameral Decentralized decision making Politician dominated Ideological/Conflictual</p>
Economic System	<p>Concentrated Dominated by large internationally integrated firms Coordinated through employer groups and unions Highly organized and politically powerful unions and employers Flexible Egalitarian outcomes</p>	<p>Dual Economy Dominated by small inefficient firms on one hand and by successful large export-oriented firms on the other. Government has (historically) acted as agent for economic coordination Highly cooperative employer based unions Egalitarian outcomes</p>	<p>Competitive Market Dominated by large firms many of which are quite young Uncoordinated Dynamic, Flexible working arrangements Entrepreneur oriented Weak unions Unequal outcomes</p>
Welfare System	<p>Universalist Citizenship based Broadly distributed Very high levels of support Highly egalitarian Highly comprehensive State provided social services Very expensive</p>	<p>Employer/Family High benefits for core workers and families through firms Very low levels of public aid/support Families/wives provide most social services Strongly advantages employees in big firms and the aged. Expensive for firms but not taxpayer</p>	<p>Individualist Targeted Means tested direct benefits High benefit levels for middle class delivered through tax system Mixed private and public social services Costs hidden through tax system.</p>
Tax System	<p>Universalist Individual taxation Broad base Simple High revenues Heavy on consumers Light on producers</p>	<p>Traditional Family Narrow base Progressive (historically, at least) Inefficient Low revenues High corporate taxes Low consumption taxes</p>	<p>Targeted Narrow base Extremely complex Highly interventionist Low revenues Low consumption taxes</p>
Current challenges	<p>Maintaining equality in the context of growing diversity, heavy reliance on small number of successful firms, heavy tax burden / tax wedge.</p>	<p>Persistence of highly inefficient firms, high levels of distrust of political system and politicians, aging society, Fiscal crisis.</p>	<p>Inequality, declining confidence in government, divided society, fiscal crisis.</p>
Adaptive Advantages	<p>Highly educated workforce, small coherent elite, high levels of public trust in government, high levels of social and economic equality.</p>	<p>Very strong companies at core of the economy, strong traditions of cooperation between firms.</p>	<p>Highly dynamic economy and society, system rewards creative entrepreneurs and firms, incentives for success are very high.</p>

Fonte: Steinmo (2009, p.24). A tabela sumariza algumas das características chave de cada país, destacando os sistemas tributário e de bem estar nesta análise.

O componente político-histórico tem enorme relevância na observação do processo evolutivo da tributação¹³. Valorizar a história e sua série de desafios estratégicos ajuda a selecionar as principais transformações com foco na atuação do Estado e nas finanças públicas reforça a opção de formar um quadro de referência / análise das mudanças no pacto fiscal nacional. O contexto das crises fiscais frente às escolhas das prioridades macroeconômicas foi importante para entender as mudanças tributárias segundo o contexto político-histórico-social do país. Embora as “linhas de menor resistência” que pautam a evolução tributária do Brasil possam levar a “escolhas subótimas”, estas muitas vezes se apresentaram como as melhores escolhas possíveis dentro do quadro político complexo, no qual o poder de veto das forças políticas sob um conflito tributário intenso, embora muitas vezes disfarçado, bloqueia uma reforma mais profunda. Enquanto uma coalizão de forças favorável não sinalizar força suficiente para superar os entraves consocialistas e do poder de veto das estruturas partidário-ideológicas, as reformas pontuais e incrementais ainda prosperarão segundo as crises / conjuntura do momento e as prioridades do governante de plantão¹⁴.

No caso do Brasil, estamos ainda em uma transição para um novo modelo, para uma nova construção social. Temos recursos naturais abundantes, alimento, energia e população e a evolução do sis-

tema tributário estará correlacionada com os desafios enfrentados durante a evolução do Estado Brasileiro. Por exemplo, as transformações da atuação do Estado impactam nas finanças públicas e formam o quadro de referência adequado para analisar as evoluções do pacto fiscal nacional. Para entender o resultado ou bloqueio das reformas é necessário valorizar o papel do contexto histórico. As distintas conjunturas permitem observar como as mudanças relevantes para o sistema tributário estão conjugadas as mudanças concomitantes nas políticas eleitorais, macroeconômicas, federativas, redistributivas e de bem estar. Os desafios e possibilidades do contexto macroeconômico (muitas vezes vivido na forma de crises internas e fragilidade externa) é que moldaram as possibilidades de avanços das diversas alterações legais e aperfeiçoamentos e condicionaram o rumo e ritmo do processo reformador. As diversas propostas bloqueadas (total ou parcialmente) de mudanças constitucionais (PECs) e os avanços aprovados por legislação ordinária acentuam os avanços sucessivos neste processo da reforma tributária, os pequenos avanços propiciaram uma maior adaptabilidade a um país que muda e enfrenta dificuldade de superar entraves institucionais. Ente contexto pode ser correlacionado a uma crise de crescimento. As crises são notadas pela necessidade de superar as fragilidades nacionais conjugadas a alterações da ideologia econômica e na situação internacional¹⁵.

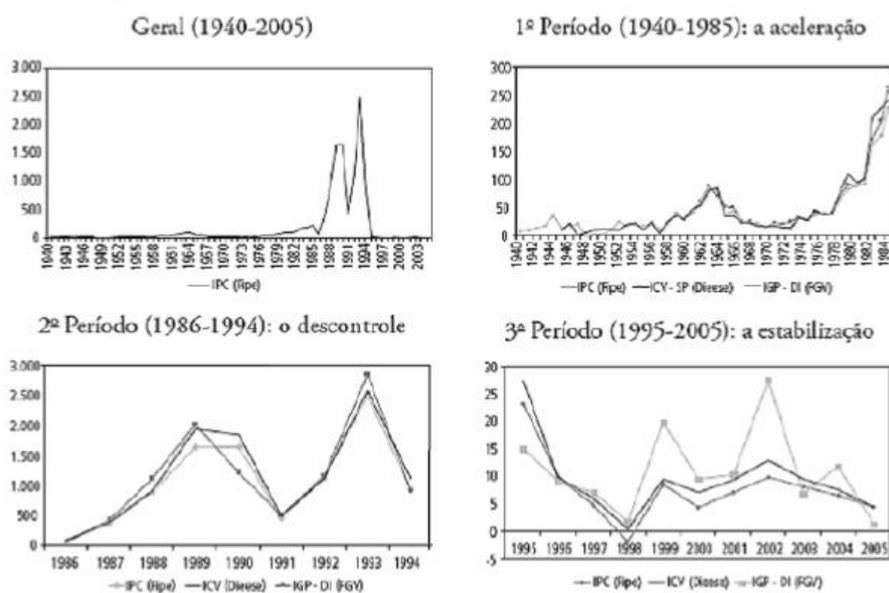
A crise fiscal e a redemocratização desde a década de 1980 desafiaram o governo a reconstruir um novo pacto ou contrato fiscal-tributário. A CF 88 foi um momento importante deste processo, mas a proposta de reestruturação da parte tributária ficou incompleta durante o processo constituinte. Um dos aspectos deste desequilíbrio fiscal foi que quase chegamos à hiperinflação em 1989.

A reconquista da estabilidade da moeda após 1994 e colaborou para recuperar as noções de valor das coisas, dos empreendimentos, dos esforços, do investimento no futuro. Esta noção relevou a importância do ajuste fiscal e tributário e do desafio inconcluso neste tema.

A existência de desafios inconclusos sobre os conflitos tributários releva o papel dos entraves na arena política¹⁶. As forças da democracia e do capital financeiro ainda se confrontam para moldar as possibilidades de avanços no processo brasileiro de reforma tributária. Deste modo, ainda se procura avançar no processo de conjugar direitos sociais e desenvolvimento econômico, através da consolidação de um novo pacto tributário-fiscal-social.

Os caminhos trilhados no Brasil definem uma trajetória na qual as alternativas de grandes reformas estruturais na tributação foram sendo sistematicamente restringidas. As características dos atores com poder de veto, principalmente segundo a predominância ideológico-partidária do Congresso, conjugadas às

Inflação medida por diferentes indicadores – Brasil (Variação anual em %)



Fonte: Ipeadata.

Fonte: Amorim (2009, p. 19)

características consocialistas da institucionalidade brasileira ajudam a compreender como operaram estas restrições. Algumas linhas para coalizões de idéias e interesses puderam ser percebidas. Há os que apóiam uma maior participação do estado nas políticas redistributivas governamentais para favorecer uma maior equidade. Se destacaram os empresários, muitas vezes apoiados pelos trabalhadores e pelo governo na construção de uma coalizão por “eficiência e competitividade”. Percebe-se ainda uma coalizão “federativa” que bloqueia propostas de centralização do ICMS, mesmo quando necessárias para um melhor ordenamento na linha da competitividade e progressividade do sistema tributário nacional.

A necessidade de atingir amplas maiorias pelas coalizões levou a que os avanços na tributação pudes-



sem ser construídos apenas pela forma “mais suave” do incrementalismo. Sucessivas mudanças na margem levaram a um processo até amplo de adaptação e renovação tributária no tempo. Na forma incremental e adaptativa sempre se pode buscar consolidar algum avanço pontual pela aprovação de alguma mudança “mais consensual” e depois continuar a debater e a amadurecer os pontos mais problemáticos ao longo do tempo.

Contudo, há ainda significativas incongruências entre a operação do Sistema Tributário e as prioridades governamentais. A forte ênfase nos tributos indiretos tornou o sistema mais injusto e retira proporcionalmente mais recursos daqueles que serão o alvo das políticas redistributivas governamentais. A legitimidade da tributação no Brasil contudo tende a se elevar quanto maior retorno social ela permitir. Conforme os resultados que o Estado brasileiro apresentar, principalmente avançando no desenvolvimento econômico conjugado a construção de um eficiente Bem-Estar social, pode elevar a conformidade com o modelo tributário pela observância que o governo “está fazendo a parte dele” no contrato fiscal-social.

Assegurada a estabilidade, quanto mais os gastos governamentais diminuírem proporcionalmente suas transferências com as despesas financeiras e aumentarem a participação dos gastos para atender as necessidades sociais da população e a promoção do desenvolvimento, mais tenderá a crescer a conformidade no Brasil.

Na construção de balizamentos para avançar se necessitará de encaminhar adequadamente uma série de escolhas relevantes. Destacam-se as sobre o papel do Estado e o volume de sua carga tributária global (englobando a discussão da seguridade¹⁷); sobre qual pacto federativo vai ser estabelecido através de uma conseqüente distribuição de encargos, autonomia e receitas conjugada as competências de cada esfera federada¹⁸ e sobre a questão delicada da repartição social da carga dos tributos¹⁹ (a questão redistributiva de quais agentes serão tributados e quanto a cada qual) e da eficiência do poder coercitivo da agência do fisco sobre as elites²⁰. Como uma expectativa final, principalmente com relação aos pleitos dos empresários pela redução no volume da carga tributária bruta, a experiência demonstra que gastos sociais, principalmente em um ambiente cada vez mais democrático, são muito difíceis de serem reduzidos²¹.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amorim, R. L. C. A CF/88: Economia e sociedade no Brasil. In: Cardoso Jr., J. C. (orgs). *A Constituição Brasileira de 1988 revisitada: recuperação histórica e desafios atuais das políticas públicas nas áreas econômica e social*. Brasília: IPEA, 2009. pp.9-34.

Di John, J. *The Political Economy of Taxation and Tax Reform in Developing Countries*. United Nations University - World Institute for Development Economics Research. UNU-WIDER Research Paper 2006/74, July, 2006.

dos Santos, C. H. & Gentil, D. L. A CF/88 e as Finanças Públicas Brasileiras. In:

Cardoso Jr, J. C. (org). *A Constituição Brasileira de 1988 revisitada: recuperação histórica e desafios atuais das políticas públicas nas áreas econômica e social*. Brasília: IPEA, 2009. Cap. 3, pp.123-160.

Porto, A. M. *Caminhos da Reforma Tributária no Brasil: 1980-2009*. Tese de doutorado em Ciências Políticas - UFMG, 2009.

REIS, B. P. W. *Modernização, Mercado e Democracia: Política e Economia em Sociedades Complexas*. Tese de Doutorado em Ciência Política e Sociologia – IUPERJ, 1997.

Steinmo, S. *Globalization and Taxation: Challenges to the Swedish Welfare State*. *Comparative Political Studies*; vol 35, n 7; set 2002. pp 839-862. Disponível em: < <http://cps.sagepub.com/cgi/content/abstract/35/7/839> > . Acesso em 3 julho de 2008.

_____. *The Evolution of Modern States: Sweden, Japan, and the United States as Evolutionary Systems*. (Under review) 2009. intro. Disponível em < <http://spot.colorado.edu/~steinmo/EvolutionarySystems.pdf> > . Acesso em 3 de outubro de 2009.

Steinmo S. & Lewis O. *Taking Evolution Seriously*. Oslo: Arena Working Paper No. 19, December 2007. Disponível em < http://www.arena.uio.no/publications/working-papers2007/papers/wp07_19.pdf > . Acesso em 3 de outubro de 2009.

NOTAS DE FIM

1 Mestre em economia e Doutor em Ciências Políticas. Professor do curso de Economia do Centro Universitário Newton Paiva.

2 A obra de Sven Steinmo "The Evolution of Modern States: Sweden, Japan, and the United States as Evolutionary Systems", encontrava-se em revisão no momento da redação deste artigo. Contudo, parte dela, 29 páginas contendo o escopo da obra e sua introdução, foi disponibilizada na internet. É desta referência, que retiramos a citação desta epígrafe e a tabela 1. No original "The deeper I looked into the relationship between tax policy and international competition, however, the more I realized that a nation's tax policies are so deeply intertwined with the structure of the national political economy and welfare state that I could not answer my original puzzle by looking at taxes alone. In other words, to really understand how and why tax systems were changing, I needed to examine how they related to other policy systems." (STEINMO, 2009, p. 1).

3 Ver Steinmo e Lewis (2007, p. 29 e 30). Contudo, na análise do processo de mudanças destacam algumas abordagens com mais avanços como os "Historical Institutionalists have had the most success in exploring the mechanisms of political change. Today the importance of time and concepts such as 'path dependence,' 'increasing returns' and 'institutional layering,' are widely accepted as central to a better understanding of political change." (STEINMO & LEWIS, 2008, p. 31)

4 Vai além da mera relação unicausal de variáveis dependentes e independentes. "Evolutionary theory's emphasis on the dynamic and interactive relationships between the genes, organisms and populations and environments (or institutions, individuals, and populations) presents ontological problems for political scientists if they hold onto traditional (and largely outdated) notions of what science is. [...] In sum, we suggest that evolutionary theory offers a framework for understanding sources of endogenous and exogenous changes. Moreover, it also provides an explicit theoretical framework for understanding how these sources of change interact in an incremental process." (STEINMO & LEWIS, 2008, p. 33-34)

5 "Evolution assumes change, not equilibrium. Secondly, evolution's focus on dual causality offers the chance to account for both micro and macro-level dynamics and therefore even holds out the possibility of reconciling some of the longstanding debates within the field, because it can explain why humans can behave egoistically in some settings and altruistically in others. Thus, following several others, we contend that evolutionary frameworks hold out the possibility of uniting different subfields as well as different social sciences under a natural science framework". (STEINMO & LEWIS, 2008, p. 39)

6 If institutions are the genes (rules) in a political system, then perhaps "ideas" can perhaps be seen as mutations. Most actors, most of the time, follow the rules. But occasionally (generally because there has been some kind of environmental change) individuals can decide to not follow the normal pattern or rules. [...] when the environment is conducive to change - an idea (or a mutation) can offer the institution some advantage. Others may even come to accept and perhaps even adopt this idea. [...] if institutional innovations/mutations offer the institution advantages in its competition for resources (budgets, personnel, policy domain ?) the institution is likely to grow (be reproduced?) within the body politic. (For example, innovations are constantly being measured by whether they perform in a given environment. In essence those policies do not perform will be disregarded for new policy ideas that hold out the possibility of better performance).

7 "Many perceptions of the United States and its public policies are wrong. For example it is not true that this is a 'free market' system, even if it is clearly the case that government intervention is less coordinated and more haphazard than that of most other countries. I also show that it is incorrect to believe that America has a small and limited social welfare system. Instead the US has a massive, remarkably inefficient,

but largely "hidden" welfare state. [...] America's enormous resource wealth on the one hand, and the fragmented political institutions on the other, helped this country evolve into a nation that valued both egalitarian ideals and anti-state sentiments. As the American state began to take on new functions and goals in the last half of the 20th century, however, the fragmentation of political authority led to the construction of an extensive but incoherent welfare state." (STEINMO, 2009, p. 22).

8 "Changes in taxation had hugely different political and economic implications in each of these countries because their tax systems were only parts of their social welfare systems and their political economies. In other words, if I really wanted to explain something as specific and narrow as corporation tax, I needed to pay attention to a whole complex of other factors." (STEINMO, 2009, p. 2).

9 "Clearly the state is central to the Swedish system, whereas the family and the corporation are more central to the Japanese. Finally, the individual is more on her own in the American case. Each of these systems evolved according to its own logic" (STEINMO, 2009, p. 25).

10 Destes três casos comparados estudados por Steinmo, ele destaca: "We see, as Soskice, Hall, Esping-Andersen, and many others have suggested, that each of these systems is in some sense internally coherent...and that each is systematically different from the others. Sweden's universalist, egalitarian, social-corporatist and progressive democracy is systematically different from Japan's neo-feudalist, patronage oriented system. Each of these in turn is remarkably different from the individualist, fragmented and unequal systems found in America." (STEINMO, 2009, p. 23).

11 "The political economy approach offers an important complement to the economic and administrative frameworks to understanding taxation. In particular, such an approach, in providing historical and comparative analyses, can contribute to an understanding of why tax capacity differs across countries and changes over time. As importantly, this approach not only integrates economic and political processes, but specifically examines the interaction of taxation and state formation." Di John (2006: 9).

12 "No país campeão mundial das desigualdades sociais, uma reforma fiscal estrutural, verdadeira, além de preservar as conquistas já alcançadas no equilíbrio federativo através da Constituição de 1988, tem necessariamente que ser um instrumento de recuperação da capacidade estratégica do Estado para viabilizar o resgate da enorme e inaceitável dívida social existente, simultaneamente à reinserção da economia num novo ciclo de expansão sustentada". Maria da Conceição Tavares apud Dos Santos e Gentil (2009, p. 141).

13 Enfocado por autores e metodólogos como C. Tilly, D. North e M. Levi. Segundo Di John (2006, p. 7), "The diversity of patterns of taxation and resource mobilisation among states is clearly a product of history. A brief look at the history of today's

developed countries demonstrates why an assessment of taxation, good governance and institutional formation needs to incorporate an understanding of processes of conflict and bargaining. The institutional capacity of states to mobilise resources had to be created. War played a particular role in that process, not least because it created a context in which the wealthy in society felt threatened enough to allow the creation of capability and the centralisation of authority at the level of the state.”

14 Como destaca Douglass North em seus trabalhos sobre desenvolvimento e instituições, o incrementalismo (ou marginalismo) é o ritmo das mudança institucional, mas na sua seqüência pode levar a equilíbrios inferiores (subótimos) e até a “congelamentos” que levam a perda de expressão das trajetórias. Para Bruno P. W. Reis (1997, p.60-61), “Invariavelmente temos, portanto, nas instituições o bastião por excelência da coordenação de expectativas. A mudança das instituições é, caracteristicamente, uma mudança “na margem”, relativamente previsível. Como observa Douglass North, por mais acelerado que seja nos dias que correm o processo de transformação das instituições, é fato que mudanças institucionais são geralmente mudanças incrementais. Para ele, mesmo as mudanças comparativamente mais descontínuas, como as revoluções e as conquistas, nunca são totalmente descontínuas, dado que as instituições resultam não somente de dispositivos legais, mas também de regras informais de comportamento (costumes, tradições e códigos de conduta) que impõem “limitações culturais” a processos deliberados de mudança institucional.”

15 A crise mundial atual pode amenizar as pressões da especulação financeira (o capital móvel) sobre os gastos não financeiros do Estado e sobre o setor produtivo. A regulação governamental dura ou hard agora pode vir sobre o capital especulativo. Os governos, com seus enormes aportes de capital aos bancos, acabaram por estatizar parcela relevante do setor financeiro mundial. Uma maior regulação pública sobre o mercado de crédito pode ajudar a prover de recursos e a redirecionar a economia real. O Brasil pode se beneficiar desta conjuntura, principalmente pelo seu enorme potencial de expansão na economia real.

16 “Political parties are particularly important as they operate in the milieu that links state and civil society and they can provide political support necessary to legitimate state tax policies as well as organise demands on the state for social expenditure and tax breaks. That tax struggles are among the oldest types of class struggles (Goldscheid [...]) suggests that the power of classes and other interest groups are a key determinant of taxation (Campbell, 1993: 168). The historical evidence in the now advanced countries suggests that governments run by leftist parties mobilize and support higher tax levels (...) and more progressive tax systems (...) than those run by conservative parties. The well developed welfare states in Scandinavian countries in the second half of the twentieth century were controlled by social democratic coalitions. In less developed countries, countries with relatively historically high tax collection as a percentage of GDP, such as South Africa, Brazil, and Malaysia, are characterised by strong (though not always leftist or competitive) political party systems” (DI JOHN, 2006, p. 8).

17 A questão do financiamento da previdência e da extinção do orçamento da seguridade ainda é uma questão que demanda maiores esclarecimentos. O projeto atual da reforma acaba com o chamado "colchão social" das contribuições via a extinção do artigo que garante verba para a seguridade em fontes exclusivas e de vários tributos federais. Os tributos e contribuições extintos seriam compensados por uma porcentagem de repasses do volume das novas receitas aumentadas (incluindo o novo IVA-F). Processos de Reforma Tributária e da seguridade em ambiente democrático dizem respeito ao projeto de nação. Normalmente demandam bastante tempo para que se possa amadurecer a discussão deste tema ou até que conjunturas críticas surjam para formar um piso de consenso mínimo que permita avanços.

18 Avanços tecnológicos e de gestão podem ajudar a acomodar este processo via a maior integração da administração tributária entre as esferas. Será um grande avanço a Nota Fiscal eletrônica que poderá se tornar um instrumento para operar as câmaras de compensação inter e intra esferas federativas. Contudo, para os estados que apresentarem perdas de receitas, a segurança quanto ao volume do fundo fiscal e as formas de compensação e de equalização dos recursos per capita será matéria extremamente relevante.

19 O sistema brasileiro por arrecadar muito (e sem uma coordenação efetiva) na fonte da tributação indireta do imposto sobre consumo ficou mais regressivo. Esta questão fiscal poderia ser equacionada por uma desoneração dos produtos mais consumidos pelos pobres conjugada a maior tributação compensatória da renda, do patrimônio e das grandes fortunas. Um dos principais objetivos da atual reforma que é a desoneração da folha de salários já seria um bom avanço, pois geraria mais empregos formais e investimentos produtivos.

20 Os avanços futuros poderão envolver questões cidadãs como a do princípio da transparência X artifícios que ocultem a carga tributária, a da previsibilidade dos impactos da carga tributária sobre os orçamentos das pessoas jurídicas e a possibilidade de repasse e da limitação constitucional da carga tributária. E também questões mais técnicas como a da bi-tributação do ISS - novo ICMS / IVA, a da inclusão do IPI no IVA-F, a do princípio da não-cumulatividade e da extensão do princípio da anterioridade.

21 "FOLHA - Apesar do ativismo estatal, o Estado de bem-estar social diminuiu?
Linda WEISS - Quando olhamos os números da OCDE [Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, que reúne cerca de 30 países industrializados], vemos que o Estado previdenciário na verdade cresceu. O gasto total aumentou em média de 26% para 40% do PIB entre 1965 e 2006. E o componente social desse gasto aumentou de 15% para 22% em 30 anos. Houve reestruturações no destino do dinheiro, mas não declínio." Jornal "Folha de São Paulo". São Paulo, edição de 14 de setembro de 2009. Seção entrevista da segunda.



EDUCAÇÃO
CONTEMPORÂNEA:
A QUALIDADE DA GESTÃO
DE OPERAÇÕES EM SERVIÇOS
DE UMA INSTITUIÇÃO DE
ENSINO SUPERIOR - UM
OLHAR DOS DISCENTES

BETÂNIA GUIMARÃES CORDEIRO¹
SÔNIA APARECIDA MARTINS LAZZARINI²

Se a oferta de programas de pós graduação ficar vinculada somente a atender uma demanda financeira da instituição de ensino pode comprometer a sua marca na medida em que torna-se uma repetição da graduação, e assim não gerar produção científica. Este artigo apresenta parte dos resultados de uma pesquisa descritiva quantitativa aplicada junto a professores e a alunos graduandos de uma instituição de ensino superior de Belo Horizonte. A proposta foi destacar os achados mais significativos na relação da graduação e pós-graduação do ponto de vista do discente. Os resultados demonstraram que os docentes não se sentem estimu-

lados a sugerir os cursos de pós aos seus alunos e por outro lado, esses ao avaliarem o serviço, são fortemente influenciados pelos professores. Portanto, existe um *gap* a ser trabalhado e explorado pela IES.

INTRODUÇÃO

A literatura de marketing aponta as formas pelas quais os consumidores de uma marca estão envolvidos com o produto ou serviço e como em determinada situação podem fazer a sua escolha. Entretanto, uma das principais dificuldades encontradas quando se trata de serviço, é a aplicabilidade dos conceitos. Independente das variadas definições de diferentes autores, uma característica essencial encontrada comumente entre eles, é a percepção pessoal do cliente, ou seja, a participação ativa durante o processo de oferta de serviços.

Neste contexto, a qualidade de serviços deve ser a base para se construir relacionamentos lucrativos com os clientes. À medida que os serviços se comportam cada vez mais como commodities, muitas empresas passam para um novo nível de criação de valor para os seus clientes (KOTLER e ARMSTRONG, 2007). Essa criação de valor pode ser através de desenvolvimento e monitoramento de experiências para o consumidor.

Em razão disso, resolveu-se apresentar um ensaio sobre a percepção de qualidade de serviços de uma IES na visão do discente. Este trabalho é resultado de

uma pesquisa descritiva de caráter quantitativa realizada com docentes que ministram disciplinas nos dois últimos períodos dos cursos de bacharelado, graduação tecnológica e alunos graduandos desses cursos. Foram levados em consideração os aspectos relativos à qualidade de serviços oferecidos na graduação, bem como entender a relação do corpo docente da graduação e pós, a fim de possibilitar uma melhor oferta de programa *latu sensu e strict sensu*.

1 DEFININDO A GESTÃO DE OPERAÇÕES EM SERVIÇOS

1.1 O Serviço

O setor de serviços tem sido o segmento da economia mundial que mais cresceu nos últimos anos, e o que mais absorve mão-de-obra. Diversos fatores contribuíram para essa ampliação da importância do setor de serviços. Lovelock (1988) observa que uma das forças agentes dessas mudanças está as inovações tecnológicas. Suas implicações incluem a criação de novos e melhores serviços, a capacidade de manter padrões de consistência, a substituição de homens por máquinas nas tarefas repetitivas e a participação crescente do cliente na própria execução dos serviços em auto-atendimento. Outras forças agentes também contribuíram para o crescimento deste setor. A crescente complexidade de diversos produtos que exigem mais cuidados de manutenção; a influência da sociedade

traz maior renda disponível para serviços que proporcionem um melhor nível de qualidade de vida- e podem ser criados serviços dos mais variados tipos para oferecer soluções às mais diversos tipos de necessidades. Além disso, nas famílias onde a mulher e o marido trabalham fora, surgem novas necessidades em termos de serviços para facilitar a vida familiar, bem a educação e o cuidado dos filhos. A maior complexibilidade da realidade empresarial enseja diversas novas oportunidades em termos de consultoria e treinamento.

Encontrar uma definição para a palavra serviço é um grande desafio, pois são muitos os conceitos para tentar retratar o significado do termo. Segundo (Hill, 1985, *apud*, Corrêa e Corrêa, 2004), os serviços podem ser definidos como alterações na condição de uma pessoa ou coisa em posse do cliente. Já Edarsson *et al* (1977) consideram um serviço como parte do conceito mais amplo do produto. Um cliente é mais frequentemente envolvido como co-produtor no processo de produção, enquanto um serviço é criado durante o processo. Para Lovelock (2006) um serviço é como um processo ou desempenho e não uma coisa. Portanto, o serviço implica na relação do que a empresa oferece e a percepção do consumidor que compra.

Apesar das dificuldades na definição, o serviço tem um conceito tradicionalmente centrado na natureza das atividades, dos processos e das interações de um grupo específico de produtos disponíveis no mercado rotulados "serviços".

1.2 Características do serviço

Várias características distinguem serviços de bens. Essas diferenças são úteis em algumas situações especiais no que diz respeito à intangibilidade, a perecibilidade, a inseparabilidade, a relação com os clientes e a uniformidade. Percebe-se que essas características são consideradas em comum entre os autores, com várias considerações por parte de alguns.

Quanto a sua intangibilidade, segundo Churchill e Peter (2000) apresentam alguns desafios especiais. Um deles é o fato do comprador potencial não poder examinar um serviço antes de comprá-lo. Assim, é necessário oferecer indicações sobre a qualidade de serviço. Isso significa que ele deve saber o que o mercado considera importante, aspectos como credencias do prestador do serviço, aparência do ambiente em que o serviço é oferecido e aparência da pessoa, são extremamente importantes.

A natureza perecível dos serviços muitas vezes causa problemas de capacidade e apresentam incertezas devido às características e interdependências entre tarefas. Churchill e Peter (2000) apontam que se um serviço não for usado quanto oferecido, não pode mais ser usado. Como a maioria dos serviços é perecível, é especialmente importante fazer um planejamento para as flutuações na demanda.

Em alguns casos, um serviço não pode ser separado da pessoa do vendedor introduzindo uma incer-

teza e representando um desafio em termos de garantia e controle da qualidade. A inseparabilidade, muitas vezes, não podem ser fornecida com antecedência e verificada antes da entrega.

Em muitos casos, o profissional de marketing de serviços tem uma relação pessoal contínua com seus clientes. Esses relacionamentos são especialmente prováveis quando o provedor do serviço é um profissional liberal. Como resultado, o sucesso de uma organização de serviços muitas vezes depende de sua capacidade de desenvolver relações com os clientes e de prestar serviços de qualidade.

No que diz respeito a uniformidade, Churchill e Peter (2000) afirmam que a qualidade dos serviços pode variar mais do que a qualidade de bens. Como os produtores de bens contam com procedimentos para prevenir, identificar e corrigir falhas, os produtos defeituosos não chegam aos pontos de venda. Já no caso dos serviços, que muitas vezes são adaptados às necessidades de cada cliente são mais difíceis fazer uso desses controles. Desta forma, a necessidade de qualidade nos serviços torna imperativo que os prestadores sejam bem capacitados e altamente motivados para satisfazer seus clientes.

Para implementar um pacote de serviços, é necessário especificar o nível de comprometimento com o serviço básico que se pretende dar ao clientes. Em outras palavras, é necessário definir o serviço básico fornecido em termos disponibilidade e confiabilidade para todos os clientes.

2 ENTENDENDO A AVALIAÇÃO DA QUALIDADE PERCEBIDA DO SERVIÇO

2.1 O que é qualidade do serviço

É difícil desenvolver padrões para medir a qualidade dos serviços, pois geralmente os serviços são intangíveis e individualizados. Um dos poucos pontos que envolvem o serviço que os pesquisadores do assunto estão de acordo é que o conceito de qualidade é difícil de mensurar, além de ser extremamente abstrato, conforme afirmam Hoffaman e Bateson (2003).

Segundo esses autores a melhor maneira de abordar o assunto é distinguir entre medição da qualidade do serviço e medição da satisfação do cliente. Entretanto, esses conceitos estão interligados. A satisfação do cliente leva à percepção da qualidade do serviço e em contrapartida a qualidade do serviço resulta na satisfação do cliente. Hoffaman e Bateson (2003) explicam esta lógica da seguinte forma:

- *O cliente percebe a qualidade do serviço de uma empresa, com a qual ele não tem experiência anterior, com base nas próprias expectativas.*
- *Nos encontros subsequentes com a empresa, através do processo de quebra de expectativas, o cliente atualiza as percepções da qualidade do serviço.*
- *Cada encontro adicional reforça essas percepções que, atualizadas, modificam as futuras intenções de compra do cliente (HOFFAMAN E BATESON, 2003, p. 358)*

Portanto, um bom começo é a organização concentrar-se na qualidade de forma geral. A proporcionar serviços de qualidade, a organização precisa adequá-los às necessidades e desejos de clientes específicos e criar valor. Paradoxalmente raramente os serviços podem ser altamente padronizados. A natureza individual de cada transação exige que o fornecedor de serviços considere se aquela prestação é adequada ou não para a empresa. É importante observar também que, às vezes, os serviços da organização não são a melhor maneira de criar valor para os clientes. Explicar esse fato ao cliente pode ser parte de um bom marketing de relacionamento.

Adequar um serviço para criar valor para os clientes é ainda mais complexo quando o mercado é multicultural. Para saber se estão criando valor para os clientes por satisfazer padrões de qualidade, os profissionais de marketing precisam perguntar a eles como a organização está se saindo. Infelizmente, raramente isso é feito, já que pressupõem saber o que seus clientes querem. Mesmo quando pedem a opinião dos clientes, conduzem um único levantamento, em vez de consultá-los continuamente.

Churchill e Peter,(2000), apresentam alguns pontos que devem ser levados em consideração quando se fala em avaliação da qualidade percebida:

- Melhoria contínua: a empresa deve inovar e melhorar continuamente. A inovação pode ser a

chave para o sucesso de uma empresa em detrimento de outra [...]

- Precificando os serviços: uma característica notável dos preços de serviços são os muitos nomes que eles percebem, como por exemplo, taxas, aluguéis, pedágios, comissões, custos, honorários, fretes, encargos ou bonificações. Qualquer que seja a denominação, o preço definido para serviços é destinado a cobrir custos e gerar lucros. [...]

- Distribuindo serviços: a estratégia de distribuição para serviços precisa ser eficiente. Dependendo da natureza do serviço e do que os clientes valorizam, estes poderão ir até a organização para receber o serviço, a organização pode ir até os clientes ou eles podem completar as transações a distância. Desta forma a estratégia de distribuição também pode ajudar um serviço a se posicionar no mercado. [...]

- Promovendo serviços: é este um grande desafio da comunicação. A promoção é necessária para explicar como é necessário para explicar o que é serviço e como ele irá beneficiar o comprador. As vendas pessoais também podem ser usadas para comercializar serviços, os benefícios e custos do serviço funcionam como uma representação mais tangível de características do serviço como profissionalismo e atenção aos clientes. [...]
(CHURCHILL E PETER, 2000, p. 301)

Entretanto, Johnston e Clark (2002) observam que a expressão qualidade do serviço é frequentemente usada com significados diferentes. Seja para identificar como o cliente é tratado ou também significar o resultado e a experiência do serviço recebido.

Da perspectiva das operações de serviço, pode-se dizer qualidade de serviço que se entregue deve atender consistentemente à especificação para esse serviço. Na visão de Johnston e Clark (2002) isso pode ser diferente de como um cliente vê o serviço ou seja, como percebe sua qualidade. A esse desencontro os autores chamam de hiatos. Também chamados de gaps, pode ser resultado da discrepância entre expectativa e entrega e/ou entre entrega e percepção.

Com este modelo entende-se que o serviço pode ter sido inadequadamente desenhado ou mesmo com poucos recursos para atender às expectativas. Em contraponto, é provável que as expectativas do cliente sejam inadequadas ou inapropriadas. Os autores alertam para que as organizações fiquem atentas, pois a “realidade” [aspas dos autores] é o que o cliente percebe, e cada serviço será percebido de modo pessoal, emocional e, às vezes, irracional. Nessa perspectiva a percepção de qualidade do serviço pelos clientes pode não ser a mesma qualidade percebida pela organização.

Na argumentação de Johnston e Clark (2002) acontece uma vez que os seres humanos tendem a filtrar o que vem e experimentam, através de várias formas.

- Filtragem seletiva – apenas percebendo o que é relevante para as necessidades atuais;

- Distorção seletiva – modificando e buscando informações que apóiam as crenças e os precon-

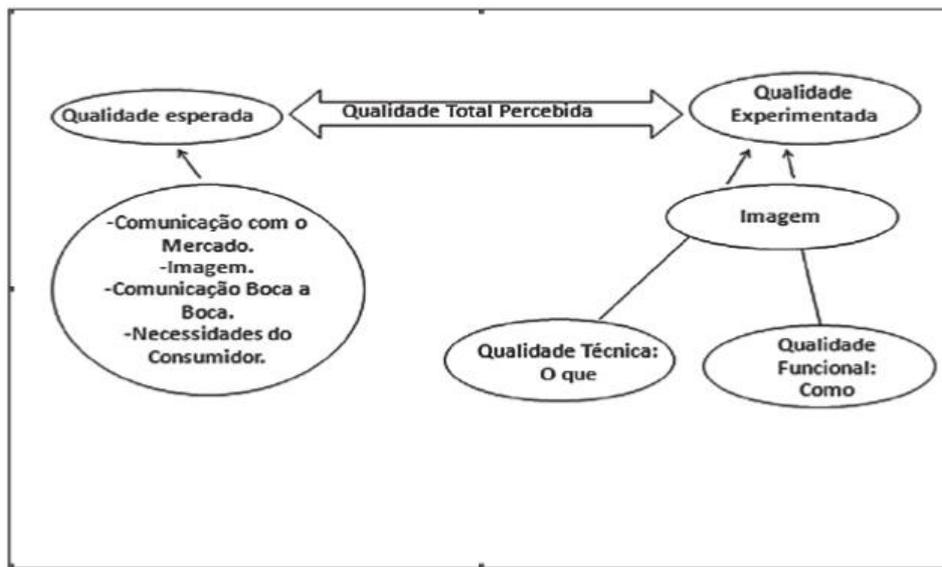
ceitos pessoais;

- Retenção seletiva – lembrando apenas o que é relevante para as necessidades e as crenças. (JOHNSTON E CLARK, 2002, P. 127)

No modelo de qualidade de serviços de Grönroos (1993) a qualidade percebida resulta da comparação da qualidade esperada e a qualidade experimentada pelo cliente. A Figura 1 mostra que a qualidade esperada, na visão de Grönroos (1993) é resultante de vários fatores, como a comunicação com o mercado e a comunicação boca a boca, a imagem institucional e as necessidades dos clientes. Ao analisar esses fatores, entende-se que a comunicação com o mercado é uma variável controlada pela empresa, entretanto, o impacto da comunicação boca a boca e a imagem são apenas indiretamente controlados pela organização, conforme afirma Grönroos (1993).

Neste modelo o autor coloca a qualidade sob duas dimensões. A dimensão técnica, que está relacionada com o resultado do processo que produz um determinado serviço, implica o que o cliente recebe. Enquanto a dimensão funcional está relacionada ao “como” o cliente recebe e vivencia o serviço.

FIGURA 1: MODELO DE QUALIDADE DE SERVIÇOS DE GRÖNROOS



Fonte: Grönroos (1993, p. 54)

O modelo de Grönroos (1993) reforça que a empresa de serviço deve redobrar o seu cuidado com a imagem corporativa, pois exerce um papel importante na percepção do cliente sobre a qualidade do serviço. Portanto, para avaliar a qualidade de serviços deve ser sempre na perspectiva do cliente e na perspectiva da entidade prestadora de serviço.

3 O PACOTE DOS SERVIÇOS

Toda empresa de serviço enfrenta desafios gerenciais, tendo em vista as muitas características particulares, como a participação do cliente e a perecibilidade. Além da natureza intangível, a presença do cliente no processo torna-se um fator crítico para a experiência de utilização do serviço. Portanto,

oferecer um pacote de serviços consistente pode tornar base para a percepção de qualidade para o cliente. Para tal, a organização deve entender e saber o que é qualidade do ponto de vista do cliente.

Fitzsimmons e Fitzsimmons (2000) definem pacote de serviços como um conjunto de mercadorias e serviços que são fornecidos em um ambiente e consiste com as características.

- Instalações de apoio: representam os recursos físicos que devem estar disponíveis antes de se oferecer um serviço.

- Bens facilitadores: refere-se ao material adquirido ou consumido pelo comprador, ou os itens fornecidos pelo cliente.

- Serviços explícitos: são os benefícios sentidos pelo cliente, ou características essenciais ou intrínsecas dos serviços.

- sSrvços implícitos: são os benefícios psicológicos que o cliente pode sentir apenas vagamente, ou características extrínsecas dos serviços. (FITZSIMMONS E FITZSIMMONS, 2000, p. 45).

Segundo esses autores as instalações de apoio podem ser as instalações físicas, infra-estrutura e equipamentos. Os bens facilitadores podem ser os elementos físicos, que tentam tangibilizar o serviço. No caso dos serviços explícitos, devem ser claramente percebidos pelo cliente; já os serviços implícitos estão relacionados com a experiência vivenciada pelo consumidor. Estas características devem ser levadas em consideração pela empresa.

Prometer o que será cumprido é oferecer um pacote condizente com o serviço esperado. Para tanto, os gestores de organizações de serviços devem ter a clareza do seu negócio e missão, bem com ter o entendimento das características próprias do ambiente de serviços, para ofertar um pacote de serviços adequados aos desejos e expectativas do cliente.

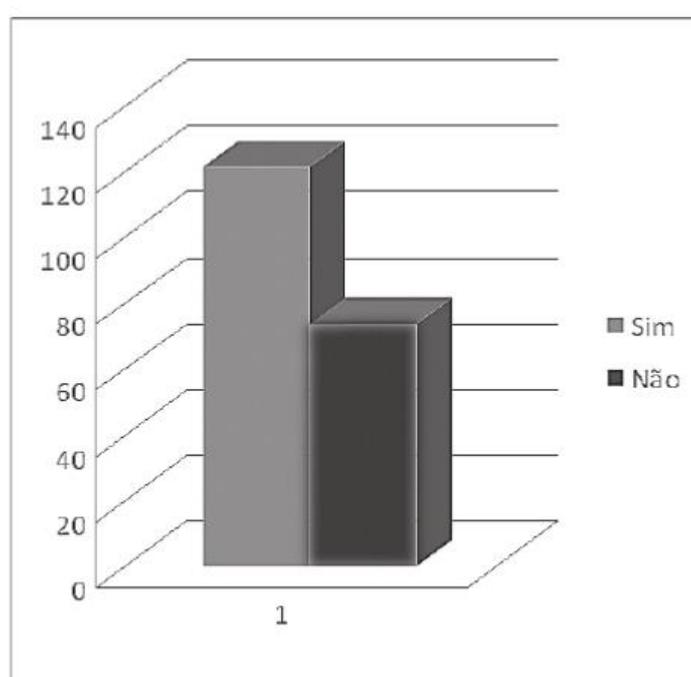
Apesar da dificuldade da identificação deste pacote de serviços, em função das características de intangibilidade, as empresas podem-se valer de uma boa análise para obter a alta influência na percepção de qualidade pelo cliente.

5 RESULTADOS OBSERVADOS

Este estudo apresenta parte dos resultados de uma pesquisa feita com uma instituição de ensino superior na capital mineira, cuja intenção foi conhecer a percepção do discente e do docente no que diz respeito ao pacote de serviços oferecidos pela IES. O universo foi os alunos que estavam cursando os dois últimos períodos de graduação e o docente que ministra aulas também nesses períodos. O instrumento da coleta de dados foi um questionário estruturado, aplicado diretamente ao pesquisado em sala de aula, no segundo semestre de 2010. Confrontando o número de matriculados fornecido pela IES, pode-se afirmar que a amostra é representativa e mostra-se adequada aos objetivos propostos. A seguir alguns dados relevantes.

No GRAF. 1, percebe-se que grande parte dos respondentes, 62% deles, trabalham em atividades relacionadas ou correlacionadas com o curso ao qual estão matriculados. São alunos dos cursos de ciências humanas, comunicação, direito, engenharia, gestão, saúde e tecnologia.

GRÁFICO 1 – TRABALHO NA MESMA ÁREA DO CURSO

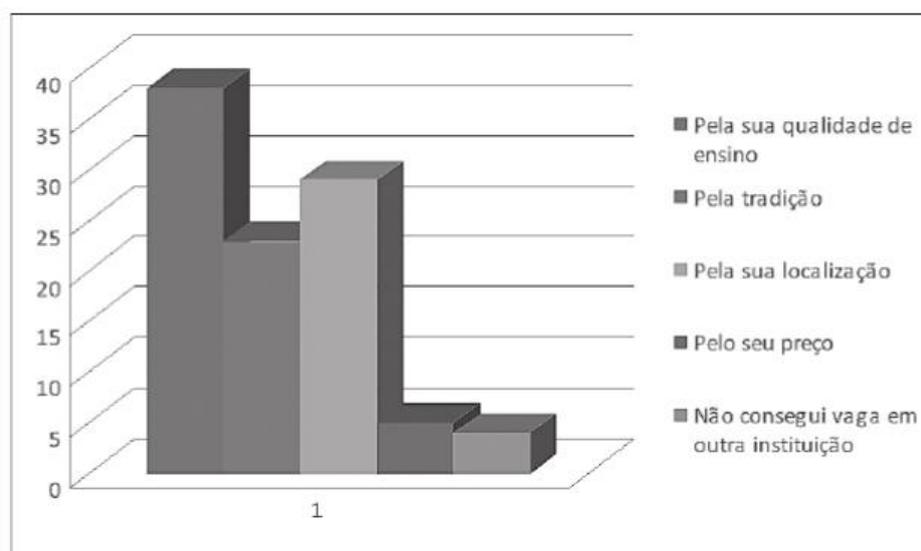


Fonte: Fonte primária, 2010.

Dos entrevistados, 38% disseram escolher a IES em função da sua qualidade de ensino, o que na percepção por parte do aluno a entidade passa credibilidade neste quesito. O segundo motivo foi a localização (23%), seguido da sua tradição no mercado educacional. A tradição pode ser entendida como o tempo de mercado, visto que a marca está há mais de 60 anos no segmento de educação. Observa-se também, que somente 5% dos entrevistados escolhe-

ram a IES por causa do valor de suas mensalidades e 4% por não conseguirem vaga em outra instituição de ensino superior.

GRÁFICO 2 – MOTIVO DA ESCOLHA DA IES



Fonte: Fonte primária, 2010.

Quanto questionados sobre o grau de satisfação geral em relação à instituição, 58% admitiram estar parcialmente satisfeitos com os serviços. 10% disseram estar satisfeitos. 24% disseram estar parcialmente insatisfeitos e 5% disseram estar totalmente insatisfeitos. Em posição de indiferença encontram-se 4% dos respondentes.

TABELA 1 – Grau de satisfação pelos serviços prestados pela Instituição

Respostas	Número de entrevistados	fr
Totalmente satisfeito (a)	19	10%
Parcialmente satisfeito (a)	113	58%
Indiferente	8	4%
Parcialmente insatisfeito (a)	47	24%
Totalmente insatisfeito (a)	9	5%

Fonte: Fonte primária, 2010.

Ao analisar separadamente o constructo instalações físicas os respondentes consideram boa a muito boa (58%). Entretanto, o índice que avaliam de regular a muito ruim é de 42%.

☐ **TABELA 2 – Instalações físicas (ambiente físico do campus)**

Respostas	Número de entrevistados	fr
Muito ruim	19	10%
Ruim	16	8%
Regular	47	24%
Boa	84	43%
Muito boa	30	15%

Fonte: Fonte primária, 2010.

Os resultados mostram que 73% dos entrevistados consideram a qualidade dos docentes boa (48%) ou muito boa (23%), enquanto 7% consideram de ruim a muito ruim. Entretanto 21% evidenciam a baixa percepção de qualidade do corpo docente.

☐ **TABELA 3 – Qualidade dos docentes**

Respostas	Número de entrevistados	fr
Muito ruim	6	3%
Ruim	7	4%
Regular	42	21%
Boa	95	48%
Muito boa	46	23%

Fonte: Fonte primária, 2010.

Nota-se que a qualidade percebida ao item biblioteca é preocupante, 47% considerou boa a muito boa, contra 53% que considerou de ruim a regular.

☐ **TABELA 5 – Acervo da Biblioteca**

Respostas	Número de entrevistados	fr
Muito ruim	23	12%
Ruim	32	16%
Regular	49	25%
Boa	69	35%
Muito boa	23	12%

Fonte: Fonte primária, 2010.

Questionados sobre com são atendidos pela instituição 34% indicaram como regular. Aqueles que consideraram boa (28%) ou muito boa (9%) somaram 37%, enquanto 30% indicaram o atendimento como ruim (17%) ou muito ruim (13%).

TABELA 6 – Atendimento ao Aluno

Respostas	Número de entrevistados	fr
Muito ruim	25	13%
Ruim	33	17%
Regular	66	34%
Boa	55	28%
Muito boa	17	9%

Fonte: Fonte primária, 2010.

De cada quatro entrevistados, um considera o material didático da IES boa e 13% considera muito boa. Aqueles que consideram ruim somaram 15% e 19% são os que consideram muito ruim. Os que consideram o material didático regular são 28% dos respondentes.

²⁵

TABELA 7 – Material Didático (reprojeter, datashow, vídeo, laboratórios, etc)

Respostas	Número de entrevistados	fr
Muito ruim	38	19%
Ruim	30	15%
Regular	54	28%
Boa	49	25%
Muito boa	25	13%

Fonte: Fonte primária, 2010.

6 CONCLUSÃO

Uma instituição de ensino superior é uma empresa prestadora de serviço e, por oferecer um serviço intangível, a qualidade percebida pelos acadêmicos torna-se uma variável de extremo valor para os gestores.

Com este estudo pôde-se confirmar a participação ativa do cliente no processo da organização de serviço e conseqüentemente a sua influência na qualidade deste serviço. Esta instituição de ensino pode oferecer o que o alunado deseja, mas provavelmente em algumas situações não os trate de maneira que lhe agrada. O pacote de serviços oferecidos por esta instituição não satisfaz as necessidades do cliente de forma similar, por este tipo de serviço ser complexo e sua produção igualmente complexa.

Percebe-se que pacote de serviços oferecidos pela instituição de ensino, como estrutura física dos ambientes, os bens facilitadores, através do cursos de extensão, do acervo da biblioteca, os serviços explícitos, os serviços implícitos, aí entendidos como o atendimento ao aluno; de um modo geral tem sido bem percebido pelo acadêmico. Neste contexto a qualidade percebida resulta da comparação da qualidade esperada e experimentada pelos alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHURCHILL, G. A. ; PETER, J. P.; *Marketing - Criando valor para os clientes*. Tradução Cecília C. Bartalotti e Cid Knipel Moreira; revisão Técnica Rubens da Costa Santos. São Paulo: Saraiva, 2000. 626 p.

CORRÊA, Carlos.; CORRÊA, Henrique. *Uma análise crítica da dicotomia produto-serviço na gestão de operações*, SIMPOI, p. 1-14, 2004.

EDVARDSSON, Bo; GUSTAFSSON, Ander; ROOS, Inger. *Service portraits in service research: a critical review*. International Journal of Service Industry Management, Vol.

16, Nº 1, p. 107-121, 2005.

FITZSIMMONS, James A.; FITZSIMMONS, Mona J. *Administração de Serviços. Operações, Estratégia e Tecnologia de Informação*. Tradução Francisco J. S. Horbe, Sandra R. Santos e outros. Revisão Técnica Gustavo Severo de Borba e Giovana Savitri Pasa. Porto Alegre: Bookman, 2000. 537 p.

GRONROOS, Christian. *Marketing. Gerenciamento e Serviços. A Competição por Serviços na Hora da Verdade*. Tradução Cristina Bazán. Rio de Janeiro: Campus, 1993. 377p.

HOFFAMAN, K. Douglas; BATESON, John E. G. *Princípios de Marketing de Serviços. Conceitos, Estratégias e Casos*. São Paulo: Cengage Learning, 2003. 628 p.

JOHNSTON, Robert; CLARK, Graham. *Administração de Operações de Serviço*. Tradução Ailton Bomfim Brandão. Revisão técnica Henrique Luiz Corrêa. São Paulo: Atlas, 2002. 562 p.

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. *Princípios de Marketing*. Tradução Cristina Yamagani; revisão técnica Dilson Gabriel dos Santos. 12 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 600p.

LOVELOCK, Christopher; WRTZ, Jochen. *Marketing de Serviços. Pessoas, Tecnologia e Resultados*. Tradução Arlete Simille Marqueea. Revisão Técnica Edson Crescitelli. 5 Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. 412 p.

NOTAS DE FIM

1 Aluna de disciplina isolada da especialização strict sensu, mestrado, disciplina Gestão de Operações em Serviços – Face – Cepead – UFMG.

2 Mestre em Administração com ênfase em Marketing, publicitária e professora adjunta dos cursos de Publicidade e Propaganda, Ciências Contábeis e Gestão Comercial – Contact Center do Centro Universitário Newton Paiva

O PROCESSO DE
FORMULAÇÃO E
IMPLEMENTAÇÃO DA
POLÍTICA EXTERNA
INDEPENDENTE: O ISEB E A
IDEOLOGIA DO NACIONAL-
DESENVOLVIMENTISMO NA
QUEBRA DO INSULAMENTO
BUROCRÁTICO DO ITAMARATY

ANDRÉ LUIS SANTOS VIEIRA¹

Este trabalho tem como objetivo discutir parte do processo de instrumentalização estatal desenvolvido após o fim da ditadura do Estado Novo, analisando as ações do Ministério das Relações Exteriores (MRE), e sua agência especializada, o Itamaraty, e de grupos organizados da sociedade, no caso o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), durante o processo de formulação e implementação da Política Externa Independente (PEI), levada a cabo entre os anos de 1961 e 1964 sob a égide dos governos Jânio Quadros e João Goulart.

1 O BRASIL ENTRE 1930 E 1961:

Com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, através do aparato da Revolução de 1930, deu-se início a um processo de construção de uma nova ordem estatal no Brasil. As instituições liberais, que foram se constituindo no país, desde o fim do Império e a República Velha, tiveram que ser repensadas, para garantir maior dinamismo e solidez a máquina estatal brasileira.

As mudanças empreendidas se deram em todas as esferas da sociedade brasileira. Com a Constituição de 1934, o sufrágio foi estendido às mulheres, o voto se tornou secreto e novas formas de diálogo entre os corpos sociais começaram a ser instituídas. Para dinamizar as massas e tornar a classe trabalhadora um mero braço do setor produtivo e base de sustentação de uma estratégia política, em contraposição do crescente papel de influente ator político que começavam a possuir, emergiram as Leis Trabalhistas, regulamentando as relações de trabalho entre os segmentos produtivos e colocando os sindicatos e entidades classistas sob a proteção e controle da máquina estatal.

O novo Brasil construído após os anos 30 tem os moldes que o novo Estado, de caráter empreendedor formulou. Com a chegada de Vargas ao Cadete, a descentralização política do período liberal dá lugar à centralização de poder que levará todo o aparato jurídico e administrativo estatal a novos rumos, caminhos e paradigmas que as novas dinâmicas de uma socie-

dade cada vez mais urbana, ágil e organizada exigia. Ao deter o controle dos destinos da nação, o Estado varguista não somente incrementou as engrenagens estatais com a aparição de novos braços administrativos, mas principalmente, atuou como o principal, se não o único motor propulsor das fortes mudanças que ocorreram no período.

Novos instrumentos foram criados, novas forças produtivas e reivindicatórias emergiram na cena política, e somente puderam se contrapor e ao mesmo tempo se solidificar por estarem amparadas pelo Estado. Ao centralizar as ações e tornar novamente o Poder Executivo federal no principal ator político do país, Vargas fez com que as relações diálogo entre Estado e sociedade no período se modificassem, trazendo à tona novas gramáticas², que seriam responsáveis pela orientação do projeto de modernização do país.

O domínio da arena decisória de poder pelas elites agrárias ligadas ao café no pré-30 e a predominância do clientelismo, largamente praticada pelos coronéis em toda a República Velha, como principal gramática de balizamento das ações políticas, passa a ser utilizada começa a ser contemplada e dirigida pelo Estado. Os coronéis deixam de ser os atores únicos de ação política e passam a dividir com o Estado as ações de determinação dos rumos a serem tomados nas arenas decisão de poder.

Ao trazer para a cena política a classe trabalhadora, através da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT),

Vargas deu a oportunidade que uma nova gramática, o corporativismo, emergisse na esfera decisória. No entanto, esta gramática abaria por tornar-se quase numa primazia do poder Executivo, que ao submeter os sindicatos e outras instituições de classe ao seu comando e observação, acabou por garantir a exclusividade dos rumos e da elaboração do diálogo a serem apresentados e discutidos no espaço decisório.

Antes mero espectador e mediador das ações políticas, o Estado brasileiro passa a ser motor propulsor das decisões políticas. Deixa de ser mero regulador de leis e aparatos jurídico-administrativos para ser empreendedor. Ao contrário dos outros grupos da sociedade, o Estado é um grupo coeso e organizado, formado por braços institucionalizados e, capaz de não somente propor agendas e novas discussões; como também tornar as demandas pensadas e propostas em ações governamentais.

Para fazer presente em todos os pontos e esferas, o Estado inicia um processo de modernização estrutural de seu aparato administrativo. Criam-se agências especializadas, quer têm como função elaborar agendas políticas a serem implementadas pelos braços estatais. Além disso, tenta-se garantir um grau de isolamento dessas agências, para garantir um purismo de prática e ação, e uma não “contaminação” dos seus quadros por outros grupos concorrentes ao Estado³.

Após a queda de Vargas, e com a emergência de um modelo democrático e mais aberto ao diálogo e

a discussão política, começa a se observar uma forte inclinação à que a arena decisória de poder no país se tornasse mais equilibrada. Ao iniciarem um processo de crescente discussão com o Estado, e ao participarem das arenas decisórias com um grau crescente de unidade e coesão, os estratos sociais possuidores dos aparatos necessários à participação da arena decisória começam a equilibrar o plano político, fazendo com que o Estado abrisse e criasse novos caminhos, formas e aparatos institucionais, iniciando desta maneira um processo crescente de instrumentalização da máquina estatal, principalmente através das agências especializadas, garantindo assim que o quadro administrativo estatal reverta-se, aos poucos, de motor propulsor do projeto nacional-desenvolvimentista, a um mero principal garantidor das possibilidades de realização de cada uma das demandas propostas e defendidas no campo político.

2 O CONTEXTO POLÍTICO INTERNO BRASILEIRO ENTRE 1961-1964:

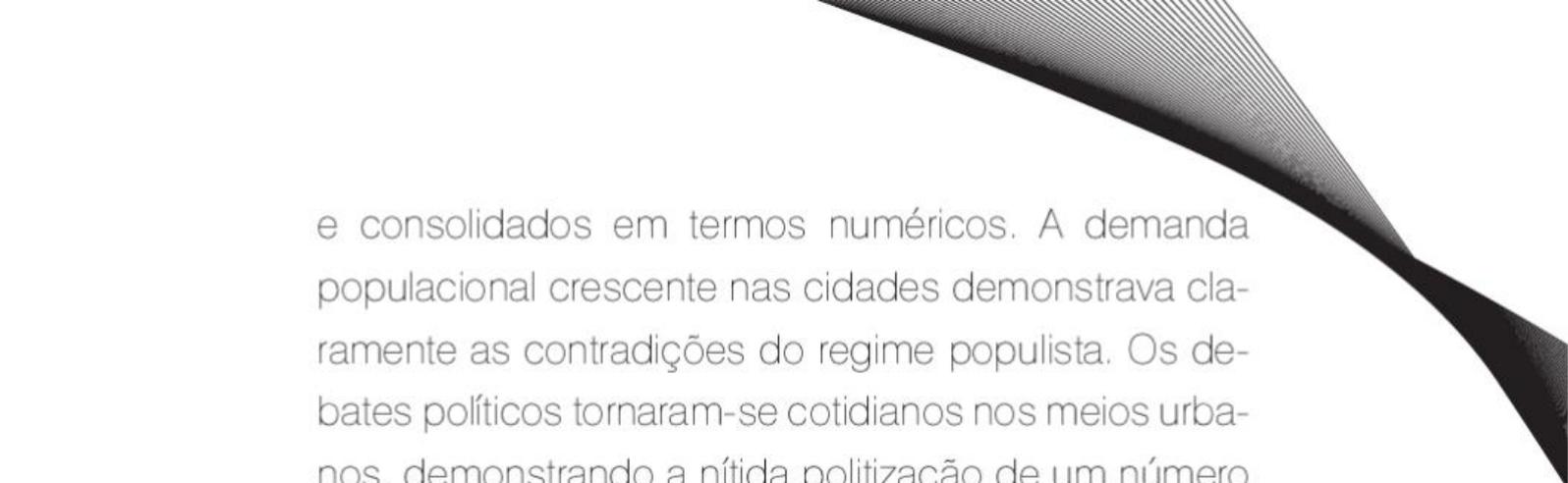
Em meio ao contexto pós 2ª Guerra Mundial, o Brasil dá continuidade, embora com mais vigor, a um processo de dinamização de suas ações no campo externo e de uma nova inserção estratégica do país no cenário internacional.

O Brasil pós 1945 e, principalmente, após o governo Kubistchek, começa a experimentar com mais

vigor as condições de um país cada vez mais urbano, com relações sociais mais dinâmicas e que inicia a promessa de estar sentada à esteira do desenvolvimento. No campo das relações diplomáticas, o presidente Juscelino Kubistchek propõe a chamada Operação Pan-Americana⁴ e faz com que o Brasil inicie uma postura diferenciada nas relações com os seus vizinhos continentais e passe a reclamar com mais veemência um papel mais significativo e de liderança no continente americano.

O ano de 1961 começou com o surgimento de uma série de novas perspectivas. No cenário político, Jânio Quadros, ex-prefeito de São Paulo, foi eleito com uma votação extraordinária, cerca de 1,8 milhões de votos a mais do que seu adversário, o marechal Lott do PSD, apoiado pelo então presidente Juscelino Kubitschek. Consagrado nas urnas por uma campanha cheia de frases do efeito, que prometia promover a vitória do “tostão sobre o milhão” e a realização de uma reforma moral e ética no país, Jânio Quadros precisava, antes de tudo, enquadrar o país na nova realidade política, econômica e social em que estava inserido.

O Brasil assumido por Quadros era um país com 72 milhões de habitantes, a maioria destes vivendo nas cidades, com uma produção industrial superior à produção agrícola e problemas econômicos gravíssimos. Os segmentos sociais médios urbanos, a burguesia, o operariado e demais movimentos sociais já estavam devidamente organizados, atuantes no plano político



e consolidados em termos numéricos. A demanda populacional crescente nas cidades demonstrava claramente as contradições do regime populista. Os debates políticos tornaram-se cotidianos nos meios urbanos, demonstrando a nítida politização de um número cada vez maior de indivíduos e grupos. O populismo, após duas décadas, chegava ao seu clímax enquanto regime político. Os partidos precisavam apresentar planos para atingir as massas, propondo soluções para os problemas das cidades e do campo. O Brasil deixava de ser um país tipicamente rural e alcançava rapidamente o status de nação urbanizada. As soluções não podiam mais ser definidas por reuniões partidárias de cúpula, ou pelas decisões dos “coronéis”; a sociedade fazia-se presente e atuante, pressionando o executivo a muitas das vezes a adotarem medidas que espelhavam suas plataformas reivindicatórias.

O modelo de substituições de importações, desenvolvido a partir das bases implementadas por Vargas nos anos 30, mostrava-se insuficiente para compensar o descompasso na balança comercial. O Brasil, contudo, tornava-se cada vez mais industrial, produzindo em número crescente uma série de bens de consumo para o consumo interno. Mesmo assim, o surto industrial do período Vargas e o incentivo à instalação da indústria automobilística empreendida nos anos JK, não garantiram ao parque industrial brasileiro condições suficientes para diversificar a pauta de exportações. Esta persistia num modelo tipicamente agroexportador.

Desta forma, a balança comercial permanecia em déficit, tornando o Estado cada vez mais endividado.

Os índices inflacionários superavam a marca dos 30% ao ano, cerca do dobro da inflação anual medida no período 1950-1958. Os preços eram reajustados invariavelmente, fazendo com que o custo de vida aumentasse dia após dia. A onda inflacionária, não era acompanhada por reajustes salariais, determinando um arrocho para os trabalhadores. Com a economia em recessão, em forte crise no setor interno, as indústrias e o incipiente setor de serviços não conseguiam absorver a grande massa de pessoas que migravam do campo para as cidades. O desemprego tornava-se cada vez mais insustentável e os conflitos políticos intensificavam-se, juntamente com as contestações dos movimentos sociais. Empresariado, classe média, sindicatos, estudantes e intelectuais pressionavam o governo a adotar medidas para dinamizar a economia e garantirem melhores e mais justas condições de vida à população. Movimentos organizados começam a se fortalecer por todos os quadrantes para reivindicar e debater os mais variados assuntos.

3 O CENÁRIO EXTERNO NO MUNDO (1961):

No plano externo, as mudanças também eram perceptíveis. O conflito Leste-Oeste intensificava-se obrigando a URSS e os demais países socialistas a adotar novos rumos em suas políticas externas. Krushov



passa a desenvolver uma política diplomática mais agressiva e ao mesmo tempo conciliatória. A chamada “desestalinização”, o início das divergências entre Moscou e Pequim, a crescente divisão do movimento comunista internacional, as aclamadas realizações econômico-tecnológicas da URSS passam a chamar a atenção dos países capitalistas. Desta forma, o bloco socialista deixava de mostrar-se apenas, como um sistema antagônico ao capitalismo, para inserir-se como um fator adicional à complexidade do cenário mundial.

Os novos horizontes financeiros, comerciais e tecnológicos oferecidos por Moscou abrem uma nova perspectiva de cooperação não somente aos países terceiro-mundistas, sempre carente de recursos e numa ávida busca por desenvolvimento, mas também aos países capitalistas avançados, colocando a Guerra Fria em posição desfavorável à hegemonia norte-americana.

No plano hemisférico, a revolução cubana inicia seu processo de radicalização, fazendo com que Cuba passe a rivalizar ideologicamente com os EUA. Empreendendo uma política de forte cunho nacionalista e autonomista, implementando ferozmente uma estratégia diplomática e política de embate aos Estados Unidos, o regime de Fidel passa a ser vista por toda a América Latina como um “oásis” de contestação e independência frente à hegemonia norte-americana. Inspirados pelo exemplo cubano, movimentos nacionalistas e esquerdistas por todo o continente sul-ame-

ricano vislumbram a possibilidade dos governos locais adotarem políticas domésticas mais distributivas, autonomistas e desenvolvimentistas.

4 A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE:

Jânio Quadros, necessitando criar estratégias políticas eficazes, para não somente frear a recessão econômica, mas também principalmente alcançar o crescimento econômico aliado a um desenvolvimento sustentável, percebe no cenário criado pelas perspectivas interna e externa as condições ideais para implementar uma política externa de cunho mais autonomista do que a de seus antecessores. Assim sendo, Quadros garante à política externa um papel relevante, e antes nunca alcançado, nas discussões dos mais variados atores da vida nacional.

A chamada Política Externa Independente (PEI) extrapola os limites regionais e as limitações de barganha e negociação admitidas pelos governos anteriores determinando a possibilidade de abertura de novos mercados, revelando uma posição diferenciada da diplomacia brasileira em relação a momentos anteriores, que passa a almejar uma liderança ideológica na América Latina e nos demais países do bloco terceiro-mundista.

O crescente incremento da indústria e da vida urbana no cotidiano brasileiro faz com que o país busque empreender na sua agenda de política externa



uma nova ideologia, a do nacional-desenvolvimentismo. A busca para poder se mostrar, frente às chamadas grandes potências, como um país em vias de desenvolvimento, onde os persistentes problemas de dependência econômica, diminuta capacidade de investimento e desigualdades sociais estão sendo, pelo menos, parcialmente solucionados, acaba sendo como uma meta a ser perseguida quase como uma espécie de redenção, produzindo uma nova inserção do país no contexto internacional. Ao se apresentar não somente como um país agroexportador – o eterno celeiro do mundo –, mas também, como uma nova área industrial, o Brasil busca inserir-se de maneira diferenciada nas rodadas de negociação internacionais sempre com o objetivo de assumir um papel de preponderância, seja regional ou até mesmo mundial na comunidade internacional.

As dificuldades do capitalismo brasileiro, no tocante as condições de incremento e investimentos, também ajudaram com que o Brasil buscasse uma nova forma de se autodeterminar nas rodadas de negociação internacionais. A tradição de relações bilaterais com os Estado Unidos limitaria as chances de investimentos externos e infraestrutura e de bens de serviços, essenciais para o crescimento da indústria brasileira. Desta forma, a abertura de um novo leque de relações diplomáticas com outros países fora do contexto do continente americano fazia-se extremamente importante para a realidade brasileira e para a execução dos

cânones da ideologia nacional-desenvolvimentista garantindo a política externa num instrumento indispensável para a realização de projetos nacionais, dando margens para que o desenvolvimento brasileiro não ficasse bloqueado por relações internacionais dadas apenas num continente onde a influência norte-americana dava-se de maneira hegemônica.

O surgimento do bloco dos países neutros, sob a liderança da antiga Iugoslávia, também se coloca como importante para uma nova inserção do Brasil no cenário internacional através do advento da PEI. A criação de uma terceira via possível, não sendo dominada por nenhuma superpotência e que busca não o controle econômico e militar, mas sim, o entendimento entre os dois lados antagônicos – capitalismo e comunismo – abre um horizonte de possível liderança para o Brasil no cenário mundial. Tentando atuar como árbitro da Guerra Fria, o país poderia iniciar uma nova era de entendimentos multilaterais, atraindo novos investimentos de ambas às esferas dominantes, assim como se estabelecer em organismos internacionais, como a ONU, como uma nova liderança; que se caracteriza pela busca do entendimento e não dos conflitos armados para resolução das tensões existentes.

Neste contexto plural de um mundo onde as mudanças acabam por ocorrer com maior vigor e velocidade é que a PEI é formulada e implementada. A Política Externa Independente tratava-se de uma experiência inédita, que tirava a diplomacia brasileira de sua

modesta perspectiva regional, fazendo-a alcançar uma dimensão mundial e conduzindo-a a uma postura extremamente ativa. A nova política exterior empreendida nos governos Quadros e Goulart representou não apenas uma conduta diplomática com vistas a impulsionar o desenvolvimento industrial, mas continha explicitamente uma concepção de Brasil-Potência. Essa estratégia, cujos contornos emergem em algumas obras do ISEB e na política e discurso diplomático, tinha como pressuposto a integração de amplos setores sociais no desenvolvimento. Por outro lado, a industrialização brasileira só lograria êxito se o país mantivesse certa autonomia frente aos Estados Unidos.

4.1 Os princípios norteadores da PEI:

A PEI não representava uma inovação completa, na medida em que se estruturava como uma continuidade e aprofundamento da barganha nacionalista de Vargas e Kubitschek, e da política externa dirigida para apoiar o desenvolvimento industrial, entretanto buscava colocar o Brasil numa posição independente frente aos Estados Unidos nas relações interamericanas e buscar saídas que levassem a fomentar o desenvolvimento industrial do país. San Tiago Dantas, que acabou sendo ministro das relações exteriores durante o período parlamentarista do governo Goulart, expressou com clareza os princípios norteadores da política exterior do Brasil no período: “desenvolver-se é sempre emancipar-se, tanto interna como externamente”.

Em outros termos, podemos afirmar que “o desenvolvimento era visto como um processo de liberação global da economia, da cultura e da vontade política do País, eliminando os vínculos de subordinação que o mantinham em um ‘estado de inferioridade’. E foi nessa imbricação entre o desenvolvimento e a afirmação do País na cena internacional que fez com que o governo buscasse e incentivasse a ampla participação de extensos setores da sociedade, visando fortalecer suas propostas”.

Uma das bases internas de sustentação da PEI encontrava-se na emergência das massas populares urbanas ao cenário político e na articulação desses segmentos ao projeto de desenvolvimento, através do nacionalismo, o que garantia certa unidade interna e aplacava as contradições sociais mais graves, aliando operariado e burguesia nacional num projeto comum.

Outra base interna da Política Externa Independente encontra-se nas necessidades extremas do desenvolvimento industrial brasileiro, oriundas da dependência de obtenção de divisas para importação de bens de capital, da necessidade de aumento dos níveis de exportação de produtos primários com escoamento limitado assim como a obtenção de investimentos e tecnologias estrangeiras para a diversificação do parque industrial brasileiro. Estes pontos, em conjunto, constituem os dados estruturais da formulação da política externa neste período, que notoriamente é marcado não somente por uma forte

crise econômica no país, assim como uma forte crise política no plano interno e externo.

Para formular a Política Externa Independente, o governo Quadros partiu de uma ideologia que tinha como principal foco o fortalecimento do Brasil no contexto internacional. Esta ideologia estava baseada nos princípios da integridade nacional, com vias de se alcançar maior soberania ao Brasil nos assuntos internacionais seja em questões de segurança nacional assim como de interesse do país num todo, e na autodeterminação do Brasil frente aos mais variados temas. Relacionando-se entre si, estes dois princípios seriam responsáveis por darem ao Brasil uma postura de austeridade e de solidariedade nos assuntos internacionais, garantindo desta forma, além de um destaque diferenciado no conjunto de países a abertura de novos mercados e o estabelecimento de um leque maior e mais diversificado de relações bilaterais e multilaterais.

Este novo papel do Brasil no plano externo dar-se-ia através de um fortalecimento nacional, com o advento de uma postura de liderança dos chamados países subdesenvolvidos, com objetivos que se aproximavam da valorização do homem, da busca pelo desenvolvimento integral dos países, na tentativa de uma diminuição dos níveis de desigualdade econômica entre estes e o aumento da integração afim de, estabelecer um novo equilíbrio econômico internacional. No outro parâmetro, a PEI significava uma luta do Brasil pela paz mundial e o entendimento, pela via pacífica e

da cooperação múltipla, entre os blocos comunista e capitalista. No entanto, defendendo os parâmetros sociais ocidentais, a Política Externa brasileira do governo Quadros defendia os valores democráticos e cristãos e da livre autodeterminação dos povos.

5 O ISEB, O NEUTRALISMO E A NOVA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA:

Essa postura diferenciada do Brasil no que se refere à forma de se apresentar frente aos problemas mundiais é claramente influenciada pelos estudos desenvolvidos no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), principalmente pelas obras de Hélio Jaguaribe. Defendendo uma postura diferenciada do Brasil no tocante a sua política exterior, Jaguaribe destaca que a diplomacia brasileira perdeu, ao longo do século XX, o poder de síntese e a autonomia para a elaboração de uma política externa capaz de garantir o Brasil o que para ele era o principal atributo das relações internacionais: “um esforço global para o atendimento, na área internacional, das necessidades de cada país, com o objetivo de promover o desenvolvimento do país”. (JAGUARIBE, 1958)

Jaguaribe destaca que o Itamaraty perdeu a autonomia que desfrutava, desde os tempos da República Velha, na elaboração da política externa devido a crescente influência de outros órgãos administrativos, tais como CSN, BNDE, Petrobrás e etc; assim como

da Presidência da República reclamando seu papel garantido pela Constituição de deter a prerrogativa de conduzir a elaboração e implementação da política externa, do Congresso, da imprensa e dos órgãos de classe na chamada *policy making* das relações exteriores brasileiras.

A formulação de uma política externa neutralista é defendida enfaticamente por Jaguaribe. De acordo com o autor, somente com uma postura neutra frente ao antagonismo norte-americano-soviético é que o Brasil obteria condições de estreitar os vínculos bilaterais com os países da América Latina e iniciaria um processo de liderança na defesa dos processos de emancipação, exercendo o Brasil nestes casos, a articulação internacional necessária para a execução pacífica destes processos e o reconhecimento por parte da comunidade internacional da autonomia desses países.

No âmbito internacional, Jaguaribe detecta dois grandes conflitos pungentes. Um deles refere-se ao antagonismo de poder entre Estados Unidos e União Soviética e de outro lado, manifesta-se a oposição de interesses entre os países plenamente desenvolvidos e os subdesenvolvidos.

No primeiro ponto a luta travada pelas superpotências constitui-se em virtude dos fatores que determinam sua preponderância sobre as demais comunidades, os centros dessa unificação político-jurídica, que disputam, entre si, a hegemonia mundial, ou seja, a

possibilidade de impor, a partir de seus próprios interesses e de sua própria situação de poder a unificação político-jurídica do mundo. A segunda ordem de conflitos que se desenrolava no mundo em fins da década de 50 e início da década de 60, segundo Jaguaribe, é a gerada pela oposição de interesses entre os países tidos como desenvolvidos e os subdesenvolvidos. Esse conflito trava-se, para o autor, em formas e graus dos mais diversos, entre o imperialismo e as forças que, nos países subdesenvolvidos, os conduzem ao desenvolvimento e à emancipação econômico-social.

De acordo com Jaguaribe, para países como o Brasil, em vias de desenvolvimento, a posição ideológica representativa e autêntica é a que, acentuando o direito de autodeterminação dos povos e a solidariedade internacional em favor do desenvolvimento das comunidades econômicas e culturalmente atrasadas, se opunha a todas as formas de imperialismo e de colonialismo e as todas as soluções de guerra para o ajuste de conflitos. Esta posição pode ser claramente classificada como uma posição de terceira via, preocupada em atuar como árbitro dos conflitos internacionais, no entanto mantendo uma postura neutra frente aos mais diferenciados problemas existentes nas relações entre países.

Do ponto de vista pragmático, Jaguaribe sustenta que uma posição neutralista daria ao Brasil uma condição de absoluta independência em relação aos Estados Unidos. Esta independência dar-se-ia não



somente no campo ideológico, mas também nas relações comerciais, de cooperação científica e tecnológica, assim como econômica. Uma nova condução da política externa garantiria ao Brasil novas formas de inserir no mercado mundial a sua pauta de exportações, diversificando-a e fazendo com que os produtos brasileiros não cheguem aos mais diferentes destinos pela via de produtos primários, mas também com caráter manufaturado, agregando a estes produtos mais carga de valor final. Nas relações Sul-Leste, uma postura neutralista do Brasil garantiria um maior poder de barganha ao oferecer maiores condições de estabelecer programas de cooperação tecnológico-científicas com os países do bloco comunista assim como, abrir para os produtos brasileiros mercados antes inalcançáveis para o mercado nacional.

Essa postura neutralista garantiria uma posição de maior autodeterminação para o Brasil, já que poderia ser inserir com um país-chave no jogo de poder característico da Guerra Fria – devido a sua localização geográfica, suas dimensões continentais e também por sua capacidade de desenvolvimento futuro – aumentando assim, o seu poder de barganha frente a ambos os blocos. No entanto, Jaguaribe faz questão de ressaltar que a formação de uma terceira via, não se consistiria na emergência de uma terceira força no cenário mundial, mas sim, a instauração de uma instância capaz de arbitrar o conflito entre as duas superpotências e conduzir a uma composição transnacional dos interesses.

6 A PEI E A IDEOLOGIA DO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO:

Na América Latina, depois da crise de 1929, até mesmo em países de tradição econômica liberal como a Argentina, começou a se observar um fortalecimento dos instrumentos de ação de poder do Estado como um meio de promover e incrementar o aumento da economia e do mercado interno, através de práticas protecionistas. Num segundo momento, começaram a serem criadas instituições públicas a fim de fomentar o desenvolvimento, segundo estas novas ideias, e alcançar uma redefinição das expectativas e do comportamento dos encarregados de tais decisões na burocracia estatal.

O fortalecimento e a modernização do Estado, nesta lógica, pareciam ser os instrumentos necessários para se alcançar uma política de desenvolvimento efetiva e eficaz. Esta concepção de fomento ao crescimento econômico, voltada na ampliação do mercado interno, que ao longo do tempo garantiria um desenvolvimento autossustentado, ajudou a florescer práticas e ideologias políticas que associavam o nacionalismo com o desenvolvimento.

No Brasil os acontecimentos levavam a esperar, principalmente nos anos 50, que os pilares para a instauração de um período de desenvolvimento autossuficiente e autônomo estavam construídos. O processo de substituição das importações já havia chegado ao seu clímax e o programa de metas e a industrializa-



ção promovida pelo governo Juscelino Kubistchek fez com que o país iniciasse a fase de implantação de um parque produtivo voltado aos bens de consumo. Além disso, a instauração de um parque industrial ainda mais plural, a pauta brasileira de exportações poderia em breve se tornar mais diversificada dando as condições necessárias para o Brasil se inserir de maneira diferenciada no cenário internacional.

Num outro ponto, o processo de industrialização do Brasil nos anos 50, por suas condições especiais – a existência de um vasto mercado interno a ser abastecido por esta nova indústria – parecia implicar a instauração de uma etapa nova e de natureza irreversível deste processo, pois o efeito multiplicador da produção de equipamentos costuma acarretar um forte dinamismo econômico. Por conseguinte, este tipo de indústria voltado à produção de bens de capital, diferentemente do que ocorre de forma usual quando existe apenas a produção de bens primários, não permite facilmente a reconversão das indústrias ou sua eliminação gradativa em momentos de crise.

De acordo com Celso Furtado, “o desenvolvimento, além de ser o fenômeno de aumento de produtividade do fator trabalho, é um processo de adaptação das estruturas sociais a um horizonte em expansão de possibilidades abertas ao homem”. No entender deste autor, o subdesenvolvimento é uma criação do desenvolvimento, sendo uma consequência do impacto de processos técnicos e de formas de divisão

do trabalho irradiados por um pequeno número de sociedades que se haviam inserido na revolução industrial em sua fase inicial.

Dentro deste paradigma, de um mundo onde o Brasil está inserido no contexto do subdesenvolvimento, se fazia necessária à elaboração de uma ideologia, que abarcasse no seu cerne não somente a proposição da valorização nacionalista, mas principalmente que se apresentasse como um projeto viável para determinar com que o país buscasse saídas para o subdesenvolvimento e inserisse-o num novo panorama, o de desenvolvimento.

Esta nova ideologia, a chamada nacional-desenvolvimentista, foi extensamente discutida e desenvolvida pelos estudos do ISEB e influenciada em larga medida pelos técnicos e intelectuais da CEPAL. Sob os ditames do nacional-desenvolvimentismo, o Estado brasileiro insere-se em fins da década de 50 e busca nestes parâmetros, nortear a ação estatal até meados dos anos 80. Neste quadro, se enquadra a Política Externa Independente, utilizando-se da ideologia do nacional-desenvolvimentismo para implantar uma nova era das relações do Brasil com o restante do sistema internacional, buscando nessas relações soluções para o problema do subdesenvolvimento, calcados nos princípios norteadores do nacional-desenvolvimentismo.

Baseada em dois parâmetros bases que acabavam por se imbricar, o nacionalismo e o desenvolvimento, esta ideologia tinha como pressuposto básico buscar definir para o país uma conduta que viesse a contem-



plar o fim das contradições internas, assim como inserir o Brasil de maneira diferenciada no plano internacional. Os teóricos buscavam elaborar uma ideologia que fosse capaz de compreender o momento histórico vivido pela sociedade naquele momento, e passariam a utilizar esta interpretação como pressuposto teórico com o objetivo de se estabelecer as relações de classe no interior da formação social brasileira no período pós-30.

Dispondo de teorias de classe, assim como das contradições sociais, os autores, em especial os ligados ao ISEB, durante o governo Kubistchek, buscavam fundamentar e legitimar a prática ideológica nacional-desenvolvimentista. De uma forma generalizada, os teóricos do ISEB entendiam que a sociedade brasileira pós-30 se encontrava dividida basicamente em dois setores, um marcado pela produtividade e dinamismo e outro essencialmente estático e parasitário. Entretanto, para os autores isebianos, estes dois grupos sociais poderiam ser compostos por indivíduos provenientes de três classes sociais fundamentais: burguesia, classe média e proletariado.

Desta forma, no setor tradicional, marcado pela imobilidade econômica e pelo parasitismo social, estavam agrupadas as classes latifundiárias, a burguesia mercantil, a classe média não produtiva e partes do proletariado. Em contrapartida, o outro grupo existente na nação seria formado com frequência pela burguesia industrial, pelo proletariado (tanto o urbano como o rural) e a classe média produtiva.

Na visão dos autores isebianos o que determina esta setorialização das camadas sociais é a relação que estas mantêm com o processo de industrialização que se instalava no país – favorecendo ou dificultando este processo. Assim, no quadro tradicional se encontrariam as classes latifundiárias que se beneficiavam do sistema voltado à agro- exportação caracterizando suas propriedades em grandes extensões de terra voltadas a uma atividade básica monocultora; enquanto a burguesia mercantil se beneficiaria da absorção compulsória nos mercados periféricos da importação de produtos acabados metropolitanos.

A ideologia do nacional-desenvolvimentismo buscava englobar rumos e caminhos a serem adotados em todos os campos da sociedade brasileira, desde a atuação propriamente dita do Estado assim como estabelecer um novo pensamento dominante no corpo social. Firmados sobre a valorização do nacionalismo e sobre os benefícios que a valorização do Brasil daria ao processo de desenvolvimento, o nacional-desenvolvimentismo acabou por ser o guia do Estado até fins da década de 80, quando o processo de intervenção estatal e do desenvolvimento tocados a reboque do binômio nacional-desenvolvimentista mostrou sinais de esgotamento.

Para os isebianos haveria um caminho certo a seguir, para que o Brasil alcançasse o estágio de desenvolvimento e a superação do subdesenvolvimento. Este caminho passava em primeiro lugar pelo fim do domínio estrangeiro sobre a economia brasileira, o que na visão



desses autores converteria na totalidade o capital em fator produtivo, antes de origem externa, para agora ser proveniente de exclusividade nacional. Esta conversão teria o apoio imediato das classes burguesas industriais, que ganhariam maior autonomia no processo de diversificação do parque industrial brasileiro, assim como das classes trabalhadoras urbanas, já que garantiria melhores condições do Estado de iniciar programas sociais que com o passar do tempo, empreendessem novos ordenamentos urbanos. Dito em outras palavras, a luta anti-imperialista proposta pelo nacional-desenvolvimentismo reuniria todas as forças autenticamente nacionais e seria por natureza uma revolução empreendida por uma “via pacífica” posto que se tratava da construção da própria nação brasileira.

Num segundo momento o projeto nacional-desenvolvimentista passaria a dominância da contradição entre as classes no todo social. Após garantir a existência de uma nação autônoma, onde as classes dirigentes, não estando mais subordinadas a imperialismos de quaisquer espécies, poderiam auxiliar o Estado no processo de extinção de antagonismos das classes trabalhadoras urbanas. Neste sentido, ficava de imediato garantida a sorte do projeto nacional-desenvolvimentista na medida em que a decisão da massa de trabalhadores urbanos era irrevogável na luta que empreendia contra o imperialismo e seus agentes internos.

É no sentido de incrementar o desenvolvimento brasileiro no plano externo, garantindo novos espaços

no mercado internacional para os produtos brasileiros, assim como, garantir cooperação nos campos científicos e tecnológicos para aumentar ainda mais o desenvolvimento do parque industrial brasileiro, dentro de um posicionamento nacionalista, de um país autodeterminado nas suas questões e ciente de suas potencialidades é que a nova política exterior, formulada a partir desta ideologia nacional-desenvolvimentista vai buscar ser um instrumento do país no plano externo para a execução desse projeto de um novo Brasil.

Para alcançar este desenvolvimento, entretanto, seria necessário ajustar a economia aos fluxos econômicos globais. Considerando a divisão internacional do trabalho como um produto histórico, Jaguaribe destaca que os países que se encontravam num estágio de desenvolvimento atrasados, em relação aos países centrais, só tenderiam a aumentar o desnível no processo de elevação de sua produtividade se não adotassem medidas que lhes permitissem apressar o incremento dessa produtividade. Além disso, para o autor, a intervenção dos Estados centrais e também a atuação internacional dos monopólios e cartéis, alterava deliberadamente o regime da repartição internacional do trabalho. Assim sendo, os países subdesenvolvidos que não protegessem e valorizassem seu próprio trabalho estariam condenados a depreciá-lo em razão mais do que proporcional às relações comparadas de sua produtividade marginal.

Para Jaguaribe o modelo econômico conveniente



para o Brasil, não seria o que pura e simplesmente proporcionasse uma maior produtividade marginal. Além disso, este modelo deveria garantir o máximo da especialização existente no país, no quadro da repartição internacional do trabalho, compatível com o máximo incremento de sua produtividade, mediante a mais acelerada possível transformação de sua estrutura econômico-social e a mais alta taxa possível de acumulação capitalista. Para o autor este modelo conduziria a um reaparelhamento, reorganização e expansão dos bens de serviços de infra-estrutura; a uma racionalização da agricultura e do escoamento e comercialização dos produtos da lavoura; e finalmente a uma industrialização acelerada, visando à substituição de importações e à expansão das indústrias de base, notadamente a indústria siderúrgica, as voltadas a produção de produtos químicos necessários para a produção de produtos de base e a indústria de equipamentos.

Em contrapartida estes resultados somente seriam alcançados graças à existência de uma série de fatores que o autor classifica como fundamentais para a modificação do modelo econômico brasileiro. Essas condições essenciais passam pela utilização otimizada da capacidade de exportação do país, sendo que esta venda dos produtos brasileiros para o mercado externo deveria ser realizada através de um câmbio realista, além da ampliação dos mercados e da melhoria dos produtos fabricados no Brasil, a fim de que ganhem maior competitividade no mercado mundial; de uma seleção das importações

em função de sua essencialidade, mediante a um sistema tarifário apropriado, que se apoiasse num sistema de âgios cambiais; com o máximo de aproveitamento dos recursos naturais existentes no país, utilizando-os até o limite de sua marginalidade, fixada em função da oferta internacional e de nossa capacidade de importação; da compressão do consumo, particularmente dos produtos considerados supérfluos, mediante a elaboração de uma política realistas de salários e tarifas e de uma adequada política fiscal e finalmente, pela otimização da utilização da capacidade nacional de investimentos, inclusive do capital estrangeiro que possa ser absorvido pela economia nacional, e o máximo incremento de nossa taxa de acumulação de capital, mediante a uma política de crédito e fiscal a ser implantada pelo Estado.

Dentro dos fatores acima apresentados, considerados por Jaguaribe como essenciais para a adoção de um novo modelo econômico para o país, modelo este que garantiria as margens e a segurança para o início de um período de desenvolvimento autônomo para a economia e a sociedade brasileira, podemos destacar que quatro dos cinco apresentados dependem de ações a serem tomadas pelo Estado no plano de suas relações internacionais. Desta forma, o teórico isebiano destaca a necessidade de uma elaboração de uma nova política exterior que busque, além de uma nova postura e posicionamento político do país no plano externo, como foi descrito no capítulo anterior, mas que fosse um instrumento de afirmação do nacionalismo e

desenvolvimentismo brasileiro, com o objetivo final de alcançar os elementos necessários para a instalação de um novo modelo econômico no Brasil.

O caráter desenvolvimentista da política exterior proposta por Jaguaribe está baseada na necessidade do Brasil conseguir no plano externo a garantia de execução dos elementos fundamentais para a execução de um novo modelo econômico para o país. Segundo o autor, o Brasil deveria aumentar os seus mercados através de uma ação diplomática que combinasse uma maior autonomia comercial frente aos Estados Unidos, a um estabelecimento de relações comerciais com o bloco soviético de nações e a China, a uma cooperação entre os vizinhos da América Latina, e finalmente na luta pela descolonização dos países africanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, Fernando Henrique E FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento econômico na América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.

CASTRO, Araújo. *O poder Nacional: Limitações de Ordem Interna e Externa*. In: AMADO, Rodrigo (ORG) Araújo Castro. Brasília, UnB, 1982

DANTAS, San Tiago. *Política Externa Independente*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1962.

FURTADO, Celso. *Raízes do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

JAGUARIBE, Hélio. *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*. Rio de Janeiro, ISEB, 1958.

LIMA, Maria Regina Soares de. E HIRST, Mônica. Contexto internacional, democracia

e política externa. In: *Política Externa*, Vol11, nº 2, Rio de Janeiro, 2002.
MARKUN, Paulo e HAMILTON, Duda. *1961 – Que as armas não falem*. São Paulo, Record, 2006

NUNES, Edson. *A Gramática Política do Brasil*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.
QUADROS, Jânio. "Brazil's new foreign policy". In: *Foreign Affairs*. Vol. XL, 1, October, 1961, p.22 e 24; tradução brasileira: "Nova Política Externa do Brasil". In *Revista Brasileira de Política Internacional*. Ano IV, nº6, dezembro de 1961. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, p. 152,154.

QUINTANEIRO, Tânia. *Brasil e Cuba: da Revolução ao Golpe (1959-1964) – uma interpretação sobre a política externa independente*. Belo Horizonte, UFMG, 1988.

VIZENTINI, Paulo G.F. *Relações internacionais de desenvolvimento. O nacionalismo e a política externa independente (1951-1964)*. Petrópolis, Vozes, 1995. p. 251

NOTAS DE FIM

1 Graduado em História (Universidade Veiga de Almeida).

2 Edson Nunes, em *A Gramática Política do Brasil*, define que as relações estabelecidas entre Estado e sociedade no Brasil pós 30 são orientadas através de quatro gramáticas: o clientelismo, o corporativismo, o insulamento burocrático e o universalismo de procedimentos. Essas gramáticas podem se sobrepor, umas as outras, ou combinar-se, ao longo dos períodos fazendo com que o Estado oriente suas ações e empreendimentos conforme o grau de uso dessas gramáticas. Para o autor, durante todo o período Vargas, duas dessas gramáticas emergiram, garantindo a dinâmica necessária para que o Estado empreendesse o projeto de modernização do país: o clientelismo e corporativismo.

3 Este isolamento é que se convencionou chamar de insulamento burocrático.

4 A chamada Operação Pan-Americana (OPA), grande ato da política externa brasileira durante o governo Kubstichek, é uma proposição de implementação de uma série de programas de cooperação estratégica entre os países do continente americano com o objetivo de iniciar uma busca sistemática pela diminuição das desigualdades sociais, políticas e principalmente, econômicas e científicas entre estes países. A OPA, proposta e lançada por Kubstichek na Conferência da OEA em 1958, servirá de base para a chamada Aliança para o Progresso, programa de cooperação estratégica e auxílio econômico lançado por Kennedy no início dos anos 60.

NOTA PRÉVIA:
COMUNICAÇÃO PÚBLICA E
CONSTRUÇÃO DO SUJEITO
COLETIVO – O FÓRUM
METROPOLITANO DE
BELO HORIZONTE

JAQUELINE MORELO, CLÁUDIA CHAVES FONSECA¹,
JUNIELE RABÊLO DE ALMEIDA, MARIALICE EMBOAVA²
DAISY BATISTA SILVA, FERNANDA BARTOLOMEU, BRUNO MENEZES,
LÍDIA CAROLINA SILVA, FERNANDA RIBEIRO, LORRAYNE PELIGRINELLI³.

Instituído pela Câmara Municipal de Belo Horizonte em agosto de 2007, o Fórum Metropolitano Permanente da Região Metropolitana de Belo Horizonte (FMPRM) se apresenta como “um espaço de discussão em atuação complementar aos espaços institucionais (Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano e Assembléia Metropolitana)”⁴. A proposta tem como objetivos contribuir para a identificação dos interesses e problemas comuns da região metropolitana, a busca de soluções compartilhadas e a reversão da segregação socioespacial.⁵

O Fórum é aberto à participação de municípios que compõem a RMBH (prefeito, presidentes e vereadores

das câmaras municipais), órgãos estaduais envolvidos com a questão metropolitana, órgãos técnicos e de pesquisa, organizações não governamentais, entidades de classe e sociedade civil. Entre as atividades realizadas estão reuniões, fórum virtual e rotas metropolitanas – expedições aos locais para maior conhecimento do assunto em pauta. Nos 6 (seis) Encontros até 2010 foram discutidos temas de interesse comum⁶, projetos de impacto e sua interferência nos diversos municípios e a proposta de compatibilização dos planos diretores municipais recém-aprovados ou em processo de discussão.

É possível identificar a dinâmica de funcionamento do Fórum como uma experiência de comunicação pública, considerando-a como “o processo de comunicação instaurado em uma esfera pública que engloba Estado, governo e sociedade, um espaço de debate, negociação e tomada de decisões relativas à vida pública no país.” (MATOS, 2003, p. 24). Ainda de acordo com Matos (2009), tal conceito é indissociável dos agentes envolvidos no processo de comunicação que ocorre na esfera pública, exigindo ampla participação da sociedade e seus segmentos, que assumem o papel de produtores ativos no processo, integrando a *rede social* (grifo nosso) de comunicação pública.

Uma rede social é definida como um conjunto de dois elementos: atores (pessoas, instituições ou grupos; os nós da rede) e suas conexões (interações ou laços sociais). Através da rede, observam-se os pa-

drões de conexão de um grupo social, a partir das conexões estabelecidas entre os diversos atores. Dessa forma, a abordagem de rede tem seu foco na estrutura social, não sendo possível isolar os atores sociais e nem suas conexões. (RECUERO, 2009).

O estudo das redes sociais considera esses elementos (atores e suas conexões) característicos que, no entanto, não são imediatamente discerníveis. O exame da constituição das redes sociais pode ocorrer a partir da definição da unidade de análise, considerando-se os atores sociais envolvidos: "ora estas são investigadas enquanto redes de relações interindividuais, ora como redes formadoras de ações coletivas, sendo que, nesse último caso, a questão da intencionalidade política coloca-se como um elemento relevante para a análise." (SCHERER-WARREN, 2006, p. 216). É preciso considerar, também, como esses atores interagem entre si ou constituem laços sociais. Isso é possível estudando a interação social, a qual representa um processo sempre comunicacional. "A interação, pois, tem sempre um caráter social perene e diretamente relacionado ao processo comunicativo". (WATZLAWICK; BEAVIN; JACKSON, 2000, *apud* RECUERO, 2009, p. 31).

De acordo com a concepção do FMPRM, o processo comunicacional objetiva a tomada de decisões consensuais visando o benefício mútuo e requer o compartilhamento de valores como solidariedade, lealdade e confiança. O documento que sintetiza as

propostas do Fórum Metropolitano o define como um “sujeito coletivo”⁷, cuja meta última é “retomar a questão metropolitana e colocá-la no centro das discussões”. Podemos pressupor que o objetivo será alcançado, entre outros fatores, por meio de estratégias e recursos de comunicação pública em rede, ou seja, em que o exercício do processo comunicacional, construído pelos interlocutores, os envolvam numa teia de relações dialógicas

Partindo do pressuposto de que estudar a interação social compreende estudar a comunicação entre os atores (RECUERO, 2009), no que se refere à pesquisa proposta, interessa-nos compreender como se configuram as redes sociais no Fórum Metropolitano. Torna-se necessário, portanto, entender como ocorre a comunicação entre os diversos atores participantes do Fórum, muitos deles com interesses conflitantes e, também, de que forma a comunicação ao mesmo tempo constitui e é constituída pelo sujeito coletivo capaz de “elaborar sistemáticas de gestão adequadas à diversidade de seus agentes”, conforme estabelecido na Carta do Fórum. Para direcionamento da pesquisa, enunciemos o seguinte problema: Como a comunicação, concebida como um processo em rede, constrói o sentido de sujeito coletivo no Fórum Metropolitano Permanente da Região Metropolitana de Belo Horizonte?

Busca-se, como objetivo geral da pesquisa, compreender como se configuram as redes sociais no

Fórum Metropolitano, por meio da identificação das estratégias de comunicação estabelecidas pelos atores participantes, a fim de discutir de que forma contribuem para a construção do sujeito coletivo entre os participantes. Para tanto, emergem os seguintes objetivos específicos: compreender as condições institucionais e políticas que levaram à constituição do Fórum; descrever o Fórum Metropolitano Permanente da RMBH quanto aos aspectos: organização; atores participantes; dinâmica das reuniões, em suas várias fases; caracterizar os atores envolvidos, a partir dos indicadores: recursos informacionais, origem (individual, governamental, privada, terceiro setor); concepção ideológica e/ou vinculação partidária; avaliar a capacidade de comunicação efetiva dos diversos atores sociais (ou seja, sua capacidade de apresentar de forma clara seus argumentos, de possuírem um campo semântico compartilhado e informação).

O acervo do “Grupo de Estudos em Comunicação Pública, Redes Sociais e Sujeito Coletivo” pretende atender os beneficiários sociais da pesquisa: Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte que integram o Fórum Metropolitano; professores de Ciências Sociais e Humanas do Ensino Médio e Fundamental; pesquisadores interessados nas reflexões sobre Comunicação Pública, Redes Sociais e Sujeito Coletivo; estudantes de Comunicação; moradores da região metropolitana e instituições que integram o FMPRM.

Nesta investigação, opta-se pelo estudo de caso, considerado um método de olhar para a realidade social; "... não é uma técnica específica. É um meio de organizar dados sociais preservando o caráter unitário do objeto social estudado." (GOODE; HATT, 1979, p. 421). Tal escolha é determinada pelo objeto: uma situação que se verifica ampla e complexa, havendo a necessidade de reunir, tanto quanto possível, informações numerosas e detalhadas para apreender a sua totalidade, para se chegar a uma visão dos fatos que não seja superficial mas, antes, que permita um aprofundamento da análise.

Na coleta de dados serão empregadas a documentação indireta (documentos produzidos nos eventos institucionais, documentos estatísticos, jurídicos, publicações parlamentares e administrativas, referentes à RMBH); pesquisa bibliográfica e documentação direta (observação direta dos eventos institucionais realizados no ano de 2011), além de realização de entrevistas semi-estruturadas com indivíduos identificados como lideranças políticas, setor privado e burocratas do governo estadual e participantes da gestão da RMBH.

COMUNICAÇÃO PÚBLICA, REDE SOCIAL E SUJEITO COLETIVO

O contexto atual, marcado pela globalização da economia, pela evolução tecnológica e pela consoli-

dação democrática no país, tem provocado mudanças na comunicação entre os diferentes atores sociais. Kunsch (2006) considera que a partir da redemocratização do país as organizações adotam uma postura mais transparente e passam a se relacionar com as comunidades guiadas por uma nova concepção de comunicação, processual e relacional. A partir dessa perspectiva, a comunicação entre organizações e indivíduos é realizada através de interações e intercâmbio de formas simbólicas. (OLIVÉRIO, 2009). As antigas relações fundamentadas na transmissão de informações sem preocupações com contextos ou sentidos estão cada vez mais em desuso, sendo substituídas por uma nova concepção de comunicação, proposta pelo sociólogo francês Louis Quéré (1991).

O modelo praxiológico ou relacional de comunicação sustenta-se na ideia de que a comunicação é o lugar da constituição social dos fenômenos que a análise social se propõe a descrever e explicar. Para o autor, a comunicação "é também o meio no qual emergem e se mantêm os objetos e os sujeitos, os indivíduos e as coletividades, o mundo comum e a sociedade" (QUÉRÉ, 1991, p. 3). Nesta perspectiva os sujeitos são construídos na relação com o outro, reconhecendo-se e percebendo suas diferenças por meio da ação comunicativa, que é realizada em conjunto, no mundo onde as representações e a realidade não estão dadas, predefinidas.

Com o modelo praxiológico ou relacional, os atos

de comunicação constroem a sociedade e estes, “mais do que informar, têm por tarefa criar uma interação própria entre projetos e seus públicos, através do compartilhamento de sentidos e de valores”. (HENRIQUES, 2009, p.4). Assim, a comunicação a partir de uma perspectiva praxiológica considera:

“[...] a) interlocutores sujeitos de intervenção, reciprocamente referenciados; b) uma realização discursiva que ganha uma existência própria e assume papel de determinação; c) a constituição de um espaço comum, terreno de construção da intersubjetividade; d) as marcas de sua inserção em um contexto sócio-histórico. (FRANÇA, 2011, s.p.).

Referenciando-nos nesse paradigma, é possível pensar a comunicação pública como um debate que ocorre na esfera pública entre Estado, governo e sociedade, sobre temas de interesse coletivo. Trata-se de um processo de negociação próprio das sociedades democráticas, que exigem cada vez mais transparência de seu processo decisório. Para que esse processo ocorra, é importante que o cidadão seja qualificado “para exercer seu poder voz, de voto e de veto nas questões que dizem respeito à coletividade” (MONTEIRO, 2009, p. 40) .

Conforme visto, a rede social é constituída pelos atores e suas conexões (interações ou laços sociais). Os atores, primeiro elemento da rede social, são as



peças envolvidas na rede que se analisa. Considerando a rede como um sistema, os atores seriam suas partes atuando de forma a moldar as estruturas sociais, através da interação e da constituição de laços sociais. (RECUERO, 2006). O outro elemento da rede social, as conexões, são constituídas dos laços sociais que, por sua vez, são formados através da interação social entre os atores.

A interação, parte das percepções do universo dos atores, tem um caráter social perene e diretamente relacionado ao processo comunicativo. “Estudar a interação social compreende, deste modo, estudar a comunicação entre os atores. Estudar as relações entre suas trocas de mensagens e o sentido das mesmas, estudar como as trocas sociais dependem, essencialmente, das trocas comunicativas. (RECUERO, 2006, p.31).

Quando se pretende compreender como as conexões entre os diversos atores são estabelecidas, é preciso entender como eles se expressam presencialmente ou virtualmente. No entanto, sabe-se que os atores possuem diferentes atributos sociais, os quais afetam os seus relacionamentos. Porém, conforme visto com Henriques (2009,) considera-se que, através da comunicação dialógica, é possível compartilhar sentidos e valores.

A análise das redes sociais está centrada nos padrões de relações entre pessoas. Assim, pode-se examinar a constituição das redes sociais enquanto redes

de relações interindividuais, também denominadas redes personalizadas, ou enquanto redes formadoras de ações coletivas, as chamadas redes inteiras. Nestas, o foco é voltado para a relação estrutural da rede com o grupo social, para o papel social de um indivíduo dentro de um grupo. Considerando-se as redes sociais como formadoras das ações coletivas, a intencionalidade política coloca-se como um elemento relevante para a análise. Busca-se, nesses estudos, entender a “constituição de ações coletivas a partir da interação em rede” (SCHERER-WARREN, 2006, p. 217). Para a autora, o entendimento desse campo requer a distinção de duas categorias: “coletivo em rede” e “redes de movimentos sociais”.

De acordo com Marco Aurélio Prado (2000) o advento de sujeitos coletivos revela identidades construídas socialmente a partir do processo de reconhecimento e diferenciação. O espaço político do sujeito coletivo é configurado como um “espaço de emergência de antagonismos” (PRADO, 2000, p. 154). Alain Touraine (1996) afirma que o sujeito coletivo não é uma reflexão do indivíduo sobre si mesmo, é ação e trabalho, mesmo que seus objetivos sejam voltados unicamente para benefício de seu segmento. Dessa forma, “o sujeito atual se constrói impondo à sociedade instrumentalizada, princípios de organização e limites conforme seus desejos de liberdade e de afirmação de si mesmo perante outrem.” (GOHN, 2008, p. 123)

O sujeito coletivo aponta para um espaço não-ins-

titucional e antagônico constituído a partir do esgotamento do sujeito racional e unificado. Ganha força a ideia do “sujeito coletivo” construído a partir das relações sociais, crenças e valores. As ações coletivas são explicadas a partir de questões estruturais e sociais e o “sujeito coletivo” como produto de fatores internos e externos aos grupos. Dessa forma, o “sujeito coletivo” não se mantém pela unidade, mas sim pela fragmentação. Destacam-se assim, a relação entre identidades coletivas e antagonismos contemporâneos.

Um conjunto mutável de debates, tensões e divergências internas entre a expressão da base e os projetos políticos dos dirigentes revela o sujeito coletivo (TOURAINÉ, 1996). Maria da Glória Gohn (2008) analisa a pesquisa de Touraine sobre o papel do sujeito coletivo e a influência da multiculturalidade nos conflitos sociais urbanos desde a década de 1960 até os dias atuais. Observa-se que a experiência e o aprendizado dos sujeitos são coletivos e não pessoais. O Estado é o ator principal das transformações sociais e a força que proporciona alterações na sociedade. Nesta linha de pensamento os movimentos têm o papel de pressão social e o Estado detém a opção de reação, mutação e legitimação. Touraine (1996) afirma que a sociedade civil é um espaço de disputas, lutas e processos políticos. De acordo com Gohn (2008, p. 112), para analisar a mudança de comportamento dos movimentos sociais deve-se considerar “sujeito” uma categoria fundamental que confere protagonismo e ati-

vismo aos indivíduos e grupos sociais. Constituem-se nos processos de interações com outros sujeitos em instituições privadas e públicas, tem capacidade de interlocução com a sociedade civil e política e são responsáveis por propor ações e desenvolver identidade com o grupo que compõem.

A partir da discussão teórica supracitada é possível estudar os processos e estratégias de comunicação pública exercidos pelos interlocutores do Fórum Metropolitano Permanente da Região Metropolitana de Belo Horizonte (FMPRM). Para tanto, são problematizados os encontros e atividades do Fórum com o intuito de observar os atores sociais envolvidos, bem como as conexões estabelecidas. Destarte, questiona-se: a comunicação pública do Fórum Metropolitano propiciou a construção de um sujeito coletivo?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FRANÇA, Vera Veiga. *Comunicação e política: edifica-se uma tradição?* Disponível em: < <http://jorgealm.sites.uol.com.br/franca.html> > . Acesso em: 20 jan. 2011.

GOODE W.J.; HATT, R.K. *Métodos em Pesquisa Social*. São Paulo: Nacional, 1979.

HENRIQUES, Márcio Simeone. *O Planejamento Sistemático da Comunicação*. Artigo. Disponível em: < <http://www.fafich.ufmg.br/~larp/simeone.rtf> > . Acesso em: 06 fev. 2011.

KUNSCH, Margarida M. Krohling (Org.). *Obtendo resultados com relações públicas*. 2.ed. rev. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

MATOS, H. Comunicação pública, democracia e cidadania: o caso do Legislativo. In:

SILVA, L.M.da (Org.). *Comunicação pública*. Brasília: Casa das Musas, 2003.

_____. Comunicação pública, esfera pública e capital social. In: DUARTE, J. (Org.)s: *Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MINAS GERAIS. Constituição (1989). *Constituição do Estado de Minas Gerais*. 13 ed. Atualizada e acompanhada dos textos das Emendas à Constituição nºs 1 a 77. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2007.

MINAS GERAIS. Lei Complementar (2006). Lei complementar n. 89, de 12 de janeiro de 2006. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 13 de jan. 2006.

MONTEIRO, G.F. A singularidade da comunicação pública. In: DUARTE, J. (Org.). *Comunicação pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PRADO, Marco Aurélio. Psicologia política e ação coletiva: Notas e reflexões acerca da compreensão do processo de formação identitária do 'nós'. São Paulo: *Revista de Psicologia Política*, 2000.

QUÉRÉ, Louis. D'un modèle épistémologique de la communication à un modèle praxéologique. In: *Réseaux*. Paris, nº 46/47, Mar-Abr, 1991. Tradução Vera Lúcia Westin e Lúcia Lamounier.

OLIVÉRIO, Márcio. Você precisa comunicar ou informar? Disponível em: < <http://www.fafich.ufmg.br/~larp/simeone.rtf> >. Acesso em: 18 jan. 2011.

SCHERER-WARREN, I. Redes sociais na sociedade de informação. In: MAIA, R.; CASTRO, M.C.. (Org.). *Mídia, esfera Pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

TOURAINÉ, Alain. *O que é a democracia*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

NOTAS DE FIM

1 Coordenadoras da pesquisa realizada no XII Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva. Professoras do Centro Universitário Newton Paiva (Comunicação Social)

2 Professoras colaboradoras - Centro Universitário Newton Paiva (Comunicação Social)

3 Alunos pesquisadores (Comunicação Social) do Centro Universitário Newton Paiva.

4 Documento Disponível em: http://www.cmbh.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=16417&Item&Itemid=376. Acesso em: 03 fev. 2011.

5 Carta do Fórum. Disponível em: http://www.cmbh.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=20375&Itemid=410 . Acesso em: 03 fev. 2011.

6 "Considera-se função pública de interesse comum a atividade ou o serviço cuja realização por parte de um Município, isoladamente, seja inviável ou cause impacto nos outros Municípios integrantes da região metropolitana." (Art. 43 da Constituição do Estado de Minas Gerais). A Lei Complementar Estadual n. 89/ 2006 dispõe sobre a abrangência dos órgãos de gestão da RMBH.

7 Originária da Psicologia Política, a discussão acerca da formação do sujeito coletivo, importante quando se trata de entender as ações coletivas, referencia-se em diversas correntes teóricas, as quais serão objeto de reflexão desta pesquisa. Trabalhamos, inicialmente, como a concepção de que sujeitos coletivos "são a síntese articulatória de vários submovimentos identitários, os quais também se conectam através de redes identitárias diversas – ecológicas, feministas, de economia solidária, sindicalistas, de educação intercultural, entre outras." (SCHERER-WARREN, 2006, p. 224).

AUTORES

Adriane Vidal Costa

Adriano Miglio Porto

Ana Paula Aparecida Araújo

André Luis Santos Vieira

Betânia Guimarães Cordeiro

Claudia Fonseca

Daiene Solange Dalamora

Elaine Soares de Faria

Elisa Maria Pinto da Rocha

Isaura Mourão

Jane Noronha Carvalhais

Jaqueline Morelo

Juniele Rabêlo de Almeida

Marialice Emboava

Pedro Antônio Ursine Krettli

Sônia Aparecida Martins Lazzarini

Sônia Caldas Pessoa

ALUNOS-PESQUISADORES:

**Bruno Menezes; Daisy Batista Silva; Fernanda Bartolomeu;
Fernanda Ribeiro; Lídia Carolina Silva; Lorryne Peligrinelli**


NEWTON PAIVA

ISBN 978-85-98299-31-0



9 788598 299310